



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA **ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA**



RIBEIRA GRANDE, S. MIGUEL, AÇORES



ATAS 2006

V COLÓQUIO DA LUSOFONIA E I ENCONTRO AÇORIANO 5-7 maio 2006



**AÇORES: a insularidade e o isolamento, fatores de preservação da língua portuguesa no mundo**



EDIÇÃO COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

ISBN\_978-989-95641-6-9



*Índice* Atas 2006

|  | PÁGINA |
|--|--------|
| COMISSÕES  | 2      |
| TEMAS  | 3      |
| DISCURSO DE ABERTURA   | 3      |
| NOTA publicada em o Primeiro de janeiro                          | 8      |
| 1) <a href="#">ANA CLÁUDIA RODRIGUES COSTA</a>                   |        |
| 2) <a href="#">ANA DA SILVA</a>                                  |        |
| 3) <a href="#">ANABELA MIMOSO</a>                                |        |
| 4) <a href="#">CÁRMEN MARIA COMIÑO</a>                           |        |
| 5) <a href="#">FRANCESCA BLOCKEEL</a>                            |        |
| 6) <a href="#">GRAÇA BORGES CASTANHO</a>                         |        |
| 7) <a href="#">ISA SEVERINO</a>                                  |        |
| 8) <a href="#">LUÍS ANDRADE</a>                                  |        |
| 9) <a href="#">J. CHRYS E HELENA CHRYSTELLO</a>                  |        |
| 10) <a href="#">REGINA DE BRITO E M<sup>o</sup> ZÉLIA BORGES</a> |        |
| 11) <a href="#">REGINA H. DE BRITO E MOISÉS MARTINS</a> ausente  |        |
| 12) <a href="#">NELSON REIS</a>                                  |        |
| 13) <a href="#">ONÉSIMO T. DE ALMEIDA</a>                        |        |
| 14) <a href="#">C. VALADÃO SERRA</a>                             |        |



I ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA DE 5 A 7 MAIO 2006



### **COMISSÃO DE HONRA**

Dr. Ricardo José Moniz da Silva Presidente Câmara Municipal da Ribeira Grande  
Dra. Catarina Albergaria, Adjunta para a Cultura e Assuntos Sociais, C.M. Ribeira Grande  
Dr. Mário Moura, Diretor da Casa da Cultura da C.M. Ribeira Grande  
Dr. Chrys Chrystello (MA) ACL Mentor Information Technology Research Institute, University of Brighton, UK

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Professora Doutora Graça Castanho, Universidade dos Açores  
Professor Daniel De Sá  
Dr. Manuel Sá Couto, Escola Secundária Antero de Quental, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores  
Professor Doutor Luciano B. Pereira, Vice-Presidente Conselho Diretivo, ESE, Instituto Politécnico Setúbal  
Dr. Chrys Chrystello (MA) ACL Mentor Information Technology Research Institute, University of Brighton, UK.  
Dra. Helena Chrystello, Escola EBI Maia, S. Miguel, Açores

### **COMISSÃO EXECUTIVA**

Presidente – Dr. Chrys Chrystello (MA) ACL Mentor Information Technology Research Institute, University of Brighton, UK)

Vogais

Dra. Catarina Albergaria, Adjunta para a Cultura e Assuntos Sociais, C.M. Ribeira Grande  
Dr. Mário Moura, Diretor da Casa da Cultura da C.M. Ribeira Grande  
Professora Doutora Graça Castanho Universidade dos Açores  
Dra. Helena Chrystello, Escola EBI Maia, S. Miguel, Açores

### **SECRETARIADO E APOIO LOGÍSTICO**

Presidido por Dr.<sup>a</sup> Helena Chrystello com o apoio de  
Dr. Nelson Furtado (Escola EBI da Maia) e do  
Dr. Mário Moura Diretor da Casa da Cultura da Ribeira Grande

### **TEMAS 2006**

**A insularidade e o isolamento fatores de preservação da língua portuguesa no mundo**

**Tema 1: Tradições açorianas**

**Tema 2: Açorianos no mundo**

**2.1. Identidade açoriana, uma matriz de insularidade**

**2.2. Escrita açoriana. Tendências e projeção**

**2.3. O carácter açoriano nos quatro cantos do mundo. Fatores exógenos e endógenos que permeiam essa Açorianidade lusófona**



**Tema 3: Outros Temas (ex. Tradução / Contos Infantis/ Ensino, etc.)**



Dra. Rita Cassiano pela Diretora Regional das Comunidades em representação do Governo Regional,  
Sr. Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Dr. Ricardo Silva,  
Demais entidades e convidados  
Ilustres Conferencistas,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,  
Obrigado por nos honrarem com a vossa presença.

Antes de mais quero agradecer ao Dr. Ricardo Silva, Presidente da Câmara por dar o seu patrocínio a este evento cultural. Trata-se dos primeiros Encontros Anuais Açorianos da Lusofonia e pretende-se que sejam implantados com carácter anual. Agradecimentos são igualmente merecidos à Dra. Catarina Albergaria, Assessora para a Cultura, que incansavelmente sete dias por semana nos ajudou a erguer esta iniciativa em tempo recorde, ao Dr. Mário Moura, diretor da Casa da Cultura, e ao presidente da Junta de Freguesia da Lomba da Maia, Sr. Hermano Cordeiro que me facilitou todos os contactos com as individualidades locais que eu desconhecia. A nossa gratidão pelo esforço desenvolvido pelo Dr. Manuel Sá Couto nas suas ações de divulgação pública e pelos inúmeros contactos desenvolvidos e o nosso reconhecimento pelo contributo vital que foi dado pela Professora Doutora Graça Castanho, pelo escritor Daniel de Sá, Professor Doutor Luciano Pereira, Dra. Helena Chrystello, membros das Comissões destes Encontros e ainda o nosso muito obrigado para o Dr. Nelson Furtado e Paula Bento do Secretariado.

O tema deste ano: a insularidade e o isolamento, fatores de preservação da língua portuguesa no mundo, retratam bem o meu percurso. Primeiro, numa ilha chamada Portugal isolada do mundo durante o Estado Novo salazarista, depois em Timor até pouco antes da invasão colonial indonésia, na península de Macau (na altura apenas uma ilha ainda sem acesso à China), na grande ilha que é o continente australiano, em Bragança essa ilha do nordeste transmontano símbolo do isolamento e da interioridade, e por fim na ilha de S. Miguel. Foram essas experiências que me permitiram manter sempre viva a minha herança cultural e linguística portuguesa.

Quando aqui cheguei em agosto passado constatei o meu total desconhecimento sobre este arquipélago. O pouco que se aprendera nos bancos de escola era insuficiente e provavelmente estava já esquecido ou talvez nunca tenha sido ensinado. Aliás esta é uma característica preocupante, nos últimos dez anos no Continente raramente ouvi falar destas terras a não ser quando havia episódios sísmicos ou se alterava o ciclo do anticiclone dos Açores.

É como se estas nove ilhas estivessem isoladas num mundo à parte, quiçá ainda por descobrir ou então como se se tratasse de um arquipélago onde nada se passa de relevante para os telejornais. Já era assim durante o Estado Novo e pouco mudou quanto à visibilidade real destas ilhas para a pessoa comum no Continente. Para além do sotaque exótico e difícil de entender pouco sabia antes de emigrar para a ilha de S. Miguel.

Descobri aqui pessoas simpáticas, muito educadas e corteses que, afinal, se entendem bem apesar do sotaque curioso. O clima muda constantemente e tanto chove como faz sol... As lagoas, as crateras e as baías são um espanto e os montes e colinas, cheios de vegetação durante todo o ano, estão pejados de vacas penduradas como alpinistas.

Foi então que resolvi estudar a história destas ilhas e vou partilhar convosco porque sem sabermos a história, sem falarmos a língua e sem conhecermos as tradições e cultura, nunca conheceremos nenhum povo.

*Não existem provas científicas de que os Açores sejam o remanescente do mítico continente da Atlântida que, outrora, teria sido o berço de uma próspera e culta civilização, entretanto desaparecida nas profundezas do oceano. Curiosamente, no livro de banda desenhada, O Enigma da Atlântida de Blake e Mortimer, a Ilha*



de S. Miguel é uma das portas de saída da Atlântida. Mesmo que os Atlantes tenham algum dia habitado nos Açores, não foram descobertos, até à data, quaisquer vestígios arqueológicos.

Há um nevoeiro histórico que assombra a data do descobrimento dos Açores: muitas são as dúvidas e poucas as certezas. Segundo Gaspar Frutuoso, cronista açoriano do século XVI, teriam sido descobertos por Gonçalo Velho Cabral que, a mando do Infante D. Henrique, teria chegado a Sta. Maria em 1432 e a S. Miguel em 1444. A carta de 1439 do catalão Gabriel de Valsequa apresenta dados mais precisos sobre a descoberta uma vez que surge já, a representação dos Açores, e na legenda lê-se que teriam sido descobertos por um Diego. De acordo com Damião Peres, seria Diogo de Silves, marinheiro do Infante D. Henrique, em 1427.

No mais antigo documento régio referente aos Açores, de 2 de julho de 1439, é dada permissão ao Infante D. Henrique para mandar povoar e lançar ovelhas nas sete ilhas dos Açores [Santa Maria (127 Km<sup>2</sup>), Terceira (406 Km<sup>2</sup>), São Jorge (244 Km<sup>2</sup>), Faial (172 Km<sup>2</sup>), Pico (441 Km<sup>2</sup>), São Miguel (760 Km<sup>2</sup>) e Graciosa (62 Km<sup>2</sup>)], pressupondo que, apesar de as viagens entre o continente e as ilhas terem ocorrido desde 1427 até 1439 com Gonçalo Velho, o povoamento só se terá iniciado em 1439. Neste documento apenas são referidas sete das nove ilhas dos Açores uma vez que as Flores (164 Km<sup>2</sup>) e Corvo (16 Km<sup>2</sup>), só terão sido descobertas por Diogo de Teive e seu filho João no ano de 1452.

A carta régia de 5 de abril de 1443 atesta o desenvolvimento registado nos primeiros anos de povoamento, pois nela o regente D. Pedro isenta os seus habitantes por cinco anos do pagamento da dízima e portagem dos géneros vindos do arquipélago para o Reino. Quatro anos depois os moradores de S. Miguel são dispensados do pagamento de direitos do pão, vinho, pescado, madeira, legumes e outros produtos que exportassem. Não restam dúvidas de que em 1443 a colonização já havia feito progressos na ilha de Sta. Maria e na ilha de S. Miguel. A Gonçalo Velho terá sido delegada pelo Infante D. Henrique a função de dirigir os trabalhos de povoamento de Sta. Maria, em conjunto com dois sobrinhos, Nuno e Pedro Velho, e um grupo de colonos. Muitas dúvidas pairam sobre o povoamento da Ilha Terceira, no entanto está comprovado que o flamengo Jácome de Bruges foi nomeado capitão desta ilha, por doação do infante D. Henrique, em 1450, tendo encetado uma ação pioneira incentivando o seu povoamento.

As várias teses a respeito do descobrimento dividem-se em três grupos: as que sustentam que a revelação geográfica deste arquipélago se terá verificado no segundo quartel do século XIV, no reinado de D. Afonso IV (H. Major, Ferreira de Serpa, etc.); as que afirmam que o descobrimento se terá observado na primeira metade do século XV por Fr. Gonçalo Velho (cardeal Saraiva, Aires de Sá, etc.); e as que conciliam as duas correntes de opinião (Jordão de Freitas, Velho Arruda, etc.). As primeiras teses fundamentam-se na existência de vários mapas genoveses onde, a partir de 1351, aparecem esboçadas várias ilhas que muitos investigadores identificam com os Açores, quer pela sua situação, quer pelos seus nomes. A existência desses mapas teria resultado do regresso das expedições feitas às Canárias, no tempo de D. Afonso IV, por marinheiros genoveses ao serviço de Portugal. As teses que defendem o descobrimento dos Açores como obra do infante D. Henrique e, de um modo expresso, por Fr. Gonçalo Velho, baseiam-se essencialmente na tradição oral que o cronista micalense Gaspar Frutuoso terá recolhido no arquipélago, na segunda metade do século XVI. Contudo, escritores portugueses, como Azurara, Duarte Pacheco Pereira e outros, nunca citam o nome de Gonçalo Velho. Frutuoso e os historiadores desta linha opinam que o início das explorações atlânticas para os Açores data de 1431. As teses ecléticas consideram que o descobrimento se terá verificado realmente no tempo de D. Afonso IV e que as viagens feitas por ordem do infante D. Henrique teriam dado lugar a um simples reconhecimento. O mapa de Beccario, por exemplo, datado de 1435, assinala a maior parte das ilhas dos Açores como "insule de nuovo reperte".



O Prof. Damião Peres defende que "estas ilhas foram achadas por Diogo de Sunis (ou de Silves), piloto de el-rei de Portugal no ano de 1427" (in *Descobrimentos Portugueses*). Por esse motivo é atribuído a Gonçalo Velho, depois primeiro capitão donatário das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, o papel, de não menor importância, de lançador de gados e de colonizador. Pela Carta Régia de 2 de julho de 1439, passada pelo infante D. Pedro, verifica-se que eram apenas em número de sete as ilhas açorianas conhecidas. Apenas em 1452 as ilhas mais ocidentais do arquipélago (Flores e Corvo) seriam descobertas por Diogo de Teive.

Relativamente à ilha Graciosa, deveu-se o seu povoamento a Pedro Correia e Vasco Gil Sodré, anteriormente a 1510. Quanto às ilhas do Faial e do Pico, foram elas doadas, pouco antes de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere (Joz de Utra), casado com Beatriz de Macedo e sogro do famoso Martinho da Boémia. Na sua companhia teriam vindo muitos flamengos, dentre os quais se destacou Wilheim Van der Haagem (aliás Guilherme da Silveira), que, por desinteligências com aquele, se mudou para as Flores e depois para a Terceira e S. Jorge, promovendo, desse modo, o povoamento.

A pequena Ilha do Corvo foi ocupada por simples extensão do povoamento das Flores. Sabe-se, portanto, que o povoamento das ilhas se deveu a portugueses e também a elementos flamengos, o que se explica pela intervenção de D. Isabel, condessa da Flandres e mulher de Filipe de Borgonha, junto de seu irmão o infante D. Henrique, primeiro donatário dos Açores. Nesses primeiros tempos teria havido ainda um certo número de mouros e judeus. Mais tarde haveria o influxo de italianos, castelhanos, franceses, ingleses, escoceses, norte-americanos, etc. (cf. *Fruituoso, Luís Ribeiro, etc.*). O elemento flamengo, não obstante o seu grande número, depressa seria absorvido, pelo elemento nacional.

O nome **Açores** derivaria de **açor**, do *latim* *acceptore*, ave de rapina *falconiforme*, segundo pesquisas efetuadas por Luiz António de Assis Brasil, ex-professor de literatura na Universidade dos Açores. Segundo aquela versão os primeiros navegadores viram bandos de **milhafres**, muito comuns no arquipélago e provavelmente confundiram-nos com **açores**, originando-se daí o nome das ilhas.

Os Açores foram uma Donataria Hereditária, constituindo as ilhas Capitánias. Ao donatário pertenciam todos os tributos, dízimos, impostos, rendas e foros das terras e um domínio incontestado sobre os seus habitantes. Pertencia-lhe, ainda, a jurisdição civil, criminal e administrativa, nomeando funcionários e confirmando eleições. O último donatário foi o duque de Beja e Viseu em 1494. A vila de Angra, antiga ilha de Jesus Cristo e atual ilha Terceira, foi elevada a cidade, por foral de 1534 e nesse ano foi escolhida para sede do bispado açoriano pelo Papa Paulo III. Ponta Delgada foi elevada a cidade, por carta régia de 2 de abril de 1546, A donataria ficou incorporada na coroa real até 1580. A partir daí, e com o domínio castelhano foi nomeado um Governador-Geral e escolhida a cidade de Angra como sede do governo do arquipélago, esse sistema continuou até 1653, quando voltou o sistema de capitánias.

Em 1589 e 1597 as armadas inglesas dos condes de Cumberland e de Essex fariam as maiores depredações nalgumas ilhas, especialmente no Faial. Aclamado D. João IV, as ilhas aderiram ao movimento restaurador, verificando-se, porém, grande resistência dos castelhanos sitiados na fortaleza principal em Angra do Heroísmo. Em 1669 era encerrado naquela fortaleza o desditoso D. Afonso VI, donde seguiu para Sintra após seis anos. As reformas pombalinas chegaram aos Açores com algumas medidas de caráter económico e religioso. Em 1766, passaram a ser governados por um capitão-general com residência em Angra do Heroísmo. A revolução de 1820 teve repercussões, sobretudo na ilha Terceira. Na Vila da Praia, em 1829, travou-se uma grande batalha entre miguelistas e liberais, com a vitória destes últimos. Em 1830 era formado na Terceira um conselho de regência e em princípios de 1832 chegava aos Açores D. Pedro IV, aí formando um governo sob a presidência do marquês de Palmela e de que fazia parte Mouzinho da Silveira,



## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

*coadjuvado por Almeida Garrett. As grandes e discutidas reformas deste último foram promulgadas nos Açores, que passaram a ser província*

*Em 1832, a Capitania-Geral deu lugar à formação da Província Açoriana com sede em Angra. Em 1836, dividiram-se as ilhas em três grupos denominados Distritos Administrativos. Durante as duas guerras mundiais o arquipélago desempenharia papel de relevo a favor dos países aliados. Após a Revolução de 25 de abril de 1974, a nova Constituição da República Portuguesa instituiu o regime político-administrativo autónomo para os arquipélagos dos Açores e Madeira. Atualmente o arquipélago é considerado uma Região Autónoma com assembleias e governos regionais. Em 1976 foram eleitos os primeiros deputados para a Assembleia Regional dos Açores e o seu primeiro Governo Regional.*

*Alguns grandes vultos portugueses nasceram nos Açores, como Gaspar Frutuoso (1522-1591 historiador), António José de Ávila conde de Ávila marquês e duque de Bolama, Manuel de Arriaga (1840-1917), Roberto Ivens (1850-1898), Antero Tarquínio de Quental (1842 -1891 filósofo e poeta), Teófilo Braga (1843 -1924 escritor político e presidente da República), Canto da Maya (1890 -1981 escultor), Vitorino Nemésio (1901-1978 escritor), António Dacosta (1914 -1990 pintor) etc.,.*

Foi munido destes escassos conhecimentos que decidi que os Açores eram o cenário ideal para congregarmos os nossos esforços em prol da Lusofonia, tal como a entendemos: sem pátrias, sem bandeiras e sem nacionalidades, apenas unida por uma língua comum que é diariamente enriquecida ao fim de tantos séculos com a influência de crioulos e de línguas em evolução como o Tétum de Timor. Nela se congregam brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses, timorenses, galegos, cabindenses, goeses, macaenses, e tantas outras nacionalidades pois raros são os países do mundo onde não haja lusofalantes.

Também para estes Encontros o ponto de partida foi a descentralização (Ponta Delgada já é uma cidade cosmopolita com acesso a toda a gama de eventos) e a vontade de provar que é possível com esforço, voluntarismo e dedicação realizar estes eventos sem sermos subsídio-dependentes. Assim temos feito desde que criámos os Colóquios Anuais da Lusofonia em 2001 que de 2002 em diante se têm realizado em Bragança, mas sobretudo devido à sua insularidade em termos culturais. Portugal é um país macrocéfalo; existe Lisboa e o resto continua a ser paisagem. É muito raro os locais do interior, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua. Tal como os Colóquios, estes Encontros são independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua “independência” através das inscrições dos oradores e participantes presenciais contando com o apoio, a nível logístico, da autarquia na divulgação e realização deste importante evento anual.

À beleza das ilhas alia-se a preservação duma cultura tradicional popular que já há muito desapareceu ou está em vias de desaparecimento no Continente. É urgente lidar com ela, estudá-la e mantê-la para as gerações vindouras. É imperioso criar hábitos de leitura para os escritores locais terem uma audiência mais ampla, não só nas ilhas como no resto do mundo, o que aliás começa a acontecer em casos isolados. Ainda ontem em Turim o escritor micalense João de Melo lançou a versão italiana do seu último livro e por esse motivo não está hoje aqui conosco.

A partir desta data vamos tentar criar um ponto de encontro anual para debater os problemas típicos da identidade açoriana no contexto da Lusofonia. Pretendemos trazer a este fórum autores e escritores expatriados nas Américas e no Resto do Mundo. Conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas e no continente espera-se que possam falar da identidade açoriana, da sua escrita, das suas lendas e tradições. Iremos aprender e estudar a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano nos quatro cantos do mundo. Iremos descobrir que fatores exógenos e endógenos permeiam essa açorianidade lusófona. A intenção destes encontros é proporcionar um local permanente de debate anual de ideias e de experiências entre os residentes, os expatriados e todos aqueles que não sendo açorianos dedicam a sua pesquisa e investigação à língua portuguesa, à





## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

literatura, à linguística e à história. O desconhecimento a nível do Continente da realidade insular combate-se levando a cabo iniciativas como esta e aprová-lo está a presença de um programa da RDP Antena Um que será emitido em direto daqui no próximo domingo cobrindo este evento. Estes Encontros visam igualmente divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada com mais de duzentos milhões. Deste modo pretendemos aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pelo facto de falarmos uma mesma língua.

Por outro lado, a componente lúdica destes Encontros pretende induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio sairão reforçados os elos entre as pessoas, que se poderão manter a nível pessoal e profissional. Os participantes poderão trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal dos Encontros. Para a maior parte das pessoas Açores confunde-se com um anticiclone ou com atividade sísmica e a terra ainda está bem viva nestas ilhas, manifestando-se diariamente sob as mais diversas formas de atividade vulcânica secundárias (furnas, fumarolas, nascentes de água quente, etc.) mas os únicos vulcões ativos que hoje e aqui estão presentes são os dos nossos oradores. Esperamos sair daqui todos mais enriquecidos com o conhecimento que eles irão partilhar connosco.

Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria. Falemos Português independentemente da nossa cidadania. Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Temos o que merecemos, porque a sociedade responde com o mediatismo, o espetacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convivência. Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento... Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. À falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com a futilidade e as aparências.

Enquanto isso acontece, a língua portuguesa no mundo está a ser diariamente enriquecida pelos idiomas e dialetos locais. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer.

Aqui alertamos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Encontros, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. É imperioso reinventar o gosto pela leitura hoje relegada para preocupação elitista que se não compadece com jogos de consola e outras formas de entretenimento que raramente introduzem conhecimentos.

Espero que no final destes Encontros possam os presentes voltar para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para manter viva esta língua que nos une mais do que qualquer documento de identificação. Os meus compatriotas aborígenes australianos preservaram a sua cultura ao longo de sessenta mil anos, sem terem escrita própria, mas a sua cultura foi mantida até aos dias de hoje, pois assentava na transmissão oral de



lendas e tradições. Este é um dos exemplos mais notáveis de propagação das características culturais de um povo que nunca foi nação.

Uma das coisas mais importantes que a Austrália me ensinou foi a tolerância pelas diferenças étnicas e culturais, e o facto de ter aprendido a conviver e a viver com a diferença. Sem aceitarmos estas diferenças jamais poderemos progredir, pois que só da convivência com outras etnias e culturas poderemos aspirar a manter viva a nossa.

Creio que a exemplo dos aborígenes australianos estes Encontros podem vir a incentivar a preservação da cultura açoriana que hoje está em risco de desaparecer na voragem urbana progressista, no desagregamento da família dita tradicional e na importação de modas e hábitos estranhos. A essa perda do registo tradicional da cultura dum povo erguemos nós as nossas vozes para podermos aceitar a [Lusofonia e todas as suas diversidades culturais](#) sem exclusão das minoritárias que com a nossa podem coabitar.

▪ **Bibliografia**

- Albuquerque, Luís de, *Os Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.
- Arruda, Manuel Monteiro Velho “Ensaio Crítico”, in *Coleção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. LXII.
- Campos, Viriato, *Sobre o Descobrimiento e Povoamento dos Açores*, Lisboa, Europress, 1983.
- Cardeal Saraiva. Índice Cronológico das Navegações, etc. Lisboa. 1841.
- Cordeiro, P. António. História Insulana, Lisboa, 1717.
- Dicionário de História de Portugal – Direção de Joel Serrão.
- da Silva Ribeiro, Luís. Formação histórica do povo dos Açores, in *Açoriana*, Angra, 1941.
- de Freitas, Jordão. As Ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa, Lisboa.
- de Sá, Aires. Frei Gonçalo Velho Lisboa (2 vols).
- do Canto, Ernesto, Biblioteca Açoriana, Pta. Delgada, 1890.
- Ferreira de Serpa, A. O Descobrimiento dos Açores, Porto, 1925.
- Ferreira Drumond, F. Anais da Ilha Terceira, Angra (4 vols.).
- Frutuoso, Gaspar, Saudades da Terra, vols III e IV.
- Lisboa, Luís João, “Açores”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 12-15.
- Major, Henry. Vida do Infante D. Henrique, Lisboa, 1876.
- Monteiro, Jacinto, “Descobrimientos das Flores e Corvo”, in *Os Açores e as dinâmicas do Atlântico – do Descobrimiento à II Guerra Mundial*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1989, pp. 247-255
- Monteiro Velho Arruda, Manuel. Coleção de Documentos Relativos ao Descobrimiento e Povoamento dos Açores, Ponta Delgada, 1932.
- Peres, Damião. História dos Descobrimientos Portugueses, P. Delgada, 1890.
- 

O Presidente da Comissão Executiva, J. **CHRYS CHRYSTELLO**

**NOTA PUBLICADA EM O PRIMEIRO DE JANEIRO 29 MAIO 2006**

Quando em 2001 preparámos o início dos COLÓQUIOS ANUAIS da LUSOFONIA – sob a égide do nosso patrono Embaixador José Augusto Seabra – queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsídio-dependentes. São independentes de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua “independência” através das modestas contribuições obtidas pelas inscrições dos



participantes contando com o apoio, a nível logístico, da autarquia que fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual.

Em 2006 nos Açores trouxemos a este fórum autores e escritores expatriados nas Américas e no Resto do Mundo. Conjuntamente com os que vivem nestas nove ilhas e no continente falamos da identidade açoriana, da sua escrita, das suas lendas e tradições. Aprendemos a influência que os fatores da insularidade e do isolamento tiveram na preservação do caráter açoriano nos quatro cantos do mundo e afloraram-se os fatores exógenos e endógenos que permeiam essa açorianidade lusófona. Estes Encontros visaram igualmente divulgar o nome dos Açores e a sua presença no seio de uma Lusofonia alargada tentando aproximar povos e culturas no seio da grande nação dos lusofalantes, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência, todos unidos pelo facto de falarmos uma mesma língua. Por outro lado, a componente lúdica destes Colóquios pretendia induzir uma confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e participantes presenciais, em que do convívio sairão reforçados os elos entre as pessoas, que se poderão manter a nível pessoal e profissional. Os participantes trocaram impressões, falaram de projetos, partilharam ideias e metodologias, fazendo conhecer as suas vivências e pontos de vista, mesmo fora do ambiente mais formal dos Encontros.

Estes I Encontros fizeram despertar a comunicação social micalense que lhes deu uma ampla cobertura, bem maior do que tiveram até hoje os Colóquios de Bragança. Logo na véspera a RTP Açores dedicou um programa especial “Estado da Região” aos Encontros com a duração de uma hora. Já antes o programa da manhã “Bom Dia Açores” dedicara uma entrevista de 15 minutos ao evento. Depois no sábado dia 6 de maio a RTP tinha um programa especial “Atlântida” com oradores, organizadores, ranchos folclóricos, filmes sobre a região da Ribeira Grande durante uma hora e meia. No último dia dos Encontros, a RDP Antena Um fez deslocar o seu programa “Passeio Público” para uma transmissão em direto do próprio Teatro Ribeiragrاندense. Os jornais diários locais deram uma cobertura bastante boa a este inovador encontro.

Na sessão do primeiro dia falou-se dos problemas da tradução “Perfis da tradição paremiológica nas traduções portuguesas do QUIXOTE, Carmen M<sup>a</sup> Comiño da Universidade de Extremadura. Merece especial destaque o reconhecimento expresso dos provérbios por parte dos tradutores assim como as suas observações sobre os mesmos e as referências à obra de outros autores. No debate realçou-se a necessidade de haver mais e melhores traduções do Português como veículo de preservação linguística.

Igualmente se debateu o património lúdico açoriano – o papel da escola na sua preservação, por Nelson Reis da Faculdade De Desporto – Universidade Do Porto. Hoje, mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com os jogos tradicionais/populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, para nós um imperativo ético, neste contexto, o presente estudo verificou como tem sido tratado o património lúdico açoriano em todas as escolas do 1<sup>o</sup> ciclo da região. Esta intervenção causou alguma surpresa na assistência que jamais considerara esta vertente do desporto ao uso da preservação da língua e cultura.

Ana Cláudia Rodrigues Costa do Instituto Politécnico da Guarda apresentou “a literatura dos açores: vestígios de insularidade em Gente Feliz Com Lágrimas.” João de Melo (S. Miguel, 1949) é um dos vultos mais reconhecidos do panorama português da literatura açoriana. Tentou-se ilustrar como esta obra, algo autobiográfica, narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida.

Como é costume o aspeto lúdico e cultural encantou todos os presentes que não estão acostumados a este formato inovador. Nos dois primeiros de trabalhos, e após um convívio ao almoço de todos os oradores e presenciais fomos visitar todas as povoações e pontos de interesse ao longo da costa norte de S. Miguel, incluindo uma passagem pelas Furnas e lagoas. Ao longo de seis horas – até ser noite cerrada – viu-se e aprendeu-se sem que alguém denotasse cansaço, tendo o regresso sido feito pela costa sul da ilha bem diferente do da costa norte.

No segundo dia de trabalhos as sessões abriram com Era uma vez um diário ilhéu: a literatura diarística de Fernando Aires um trabalho de Ana da Silva, ESE, I P Santarém. “...Não havia, antes de Fernando Aires, diários açorianos. O próprio Fernando Aires, numa entrevista de Vamberto Freitas avançava uma tentativa de explicação: “Este gosto pelo interior, tão nosso, tão caracteristicamente nosso (...) leva-me a estranhar a ausência de diaristas nas ilhas. O meio demasiado estreito e censurado pode explicar isso. O refúgio na poesia intimista também pode ser a explicação.”

Depois foi a vez de Francesca Blockeel, Lessius Hogeschool Antuérpia (Bélgica) apresentar a “Perceção do espaço e da identidade açorianos: o caso de ‘Uma aventura nos Açores’ O exemplo concreto mostra como as autoras se aproveitam dele para criar laços afetivos nos leitores, visando obviamente reforçar a identidade portuguesa entre os leitores tanto açorianos como não-açorianos. Um tema deveras interessante e cuidado que só veio demonstrar que a Lusofonia não tem nada a ver com pátrias, nacionalidades ou nacionalismos.

Estava reservado para último nesta manhã um dos pontos altos dos Encontros: Onésimo de Almeida da Brown University, EUA. “Lusofonia e modernidade – antigos conflitos e atuais desafios”. Sendo um dos autores mais conhecidos e tendo feito os seus estudos primários na Ribeira Grande a expectativa da presença deste professor catedrático que passa o ano a divulgar os temas da açorianidade e os seus estudos linguísticos, tratou-se de uma alucinante viagem aos neologismos e erros dos meios de comunicação social, seguido por um período de debate em que todos pretendiam interrogar este grande escritor açoriano, acabado de chegar dos Estados Unidos e que após o almoço seguiu para a Horta. O tempo dedicado ao debate revelou-se insuficiente...

Depois de um almoço apressado deslocaram-se todos para a praça principal da Ribeira Grande onde iria ser transmitido em direto o programa “Atlântida” da RTP-Açores com a presença de oradores, organizadores e uma longa



lista de convidados especiais acompanhados de música regional e de perguntas de imigrantes radicados nos EUA e Canadá. A população local assistia pela primeira vez a um direto “ao vivo” da Ribeira Grande. Após o programa televisivo seguiu-se a componente lúdico cultural turística com o incansável e sábio Diretor da Casa da Cultura, Dr. Mário Moura, rumo às Caldeiras da Ribeira Grande, Lagoa do Fogo e depois para a ponta oeste passando pelas Sete Cidades e a lagoa azul e lagoa verde. Seguimos depois pela costa norte passando por João Bom, Bretanha e outros locais como Fenais da Luz onde se visitou uma casa já decorada para as festas do Espírito Santo antes de chegarmos a Rabo de Peixe.

Para domingo dia 7 de maio, as sessões começaram com Chrys e Helena Chrystello a apresentarem Avós de Barra, Avós de Baía, uma tribo aborígine australiana a falar crioulo português até ao século XX. Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas.

Seguiu-se depois “A vivência da insularidade em Vitorino Nemésio e Cecília Meireles” apresentada por Isa Severino do Instituto Politécnico da Guarda. Como Cecília Meireles confessou, a pretexto da sua visita aos Açores, numa entrevista dada à revista *Ocidente: Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder a minha infância: o romanceiro e as histórias encantadas... As cantigas..., o sentimento do mar e a solidão; a memória dos naufrágios e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos... A dignidade da pobreza, a noção mística da vida.* (Ocidente, 1973, volume LXXXIV: 4), e as sessões da manhã terminaram com O Pensamento Pedagógico de Antero de Quental por Anabela Mimoso da Confraria Queirosiana. Através da leitura do Tesouro Poético da Infância, articulada com outros textos pretende-se mostrar até que ponto Antero veiculou ou se sobrepôs às ideias pedagógicas oitocentistas e como as pôs em prática. Nesse sentido, procuraremos mostrar a génese e a importância do Tesouro Poético.

Da parte da tarde as últimas sessões e a sessão de encerramento tiveram a presença da RTP-A. Luís Andrade, Pró-Reitor para a Mobilidade e Cooperação – Universidade dos Açores apresentou: “A Universidade dos Açores e a Cooperação Internacional”. Uma análise do que tem sido a Cooperação Internacional ao longo dos últimos anos, concedendo um realce especial à cooperação com o Brasil e os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não esquecendo as nossas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo. Ficou a saber-se que a Universidade dos Açores está a negociar um Curso Transatlântico que permitirá aos seus graduados exercer em qualquer um dos países europeus e nos EUA. Na sessão final Graça Castanho da Universidade dos Açores e até há uns meses Conselheira para o Ensino Português nos EUA e Bermudas na Embaixada de Portugal em Washington apresentou o tema “O ensino do Português nos EUA no contexto da Diplomacia das Línguas Europeias O ensino do Português nos EUA, no contexto da diplomacia das línguas europeias mais ensinadas naquele país. Apontaram-se caminhos possíveis para a promoção do Português junto das comunidades falantes do idioma luso e da sociedade norte-americana em geral. O último orador foi o Caetano Valadão Serpa do Cambridge College, University of Massachusetts, EUA “A LÍNGUA COMO MENSAGEM CULTURAL”. A nova terminologia e o sexismo das palavras, o que foi feito e o que falta fazer. Este tema provocou uma acesa discussão pois nem todos estavam de acordo com ele o que só vem provar que a linguagem é ainda sexista, machista e eivada de tabus de difícil superação.

A seguir o Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Dr. Ricardo Silva, e a representante da Direção Geral das Comunidades, Dra. Rosa Cassiano, agradeceram à organização e fizeram o desafio para os II Encontros Açorianos da Lusofonia se manterem descentralizados na Ribeira Grande.

Como é apanágio desde que se iniciaram os Colóquios da Lusofonia, os horários foram cumpridos para gáudio dos presentes pouco acostumados a eventos com este formato tão diferente e sob o signo do relógio. A hospitalidade das gentes dos Açores foi comprovada ao longo das duas tardes de visitas a mais de metade da ilha, percorrendo caminhos, trilhos e aldeias (aqui denominadas Freguesias) que raramente estão na rota dos agentes turísticos. Este convívio fraterno entre pares permite criar os laços duma rede lusófona jamais encontrada em encontros deste tipo. As pessoas acabam por se conhecer melhor e partilhar projetos trocando impressões e ideias para futuras participações conjuntas e este é o segredo mais mal guardado destes Encontros Açorianos da Lusofonia.

Como convém e para que não restem dúvidas estes Encontros Açorianos da Lusofonia bem podem considerar-se os filhos pródigos dos Colóquios Anuais da Lusofonia (o próximo é em Bragança de 2 a 4 de outubro <http://lusofonia2006.com.sapo.pt>)

A título pessoal sinto-me orgulhoso com esta realização que espero se repita em 2007.

---

1) ATAS/ANAIS COM BIODADOS E SINOPSES

---

**1. ANA CLÁUDIA RODRIGUES COSTA, [claudia.costa@sapo.pt](mailto:claudia.costa@sapo.pt)**



Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro (1999) Tema da dissertação: “*Clepsidra: a viagem de Camilo Pessanha ao seu universo simbólico*”

Docente de Língua e Cultura Portuguesas na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, desde 1996, Assistente do 2º Triénio

**Publicações:**

1996 – “A Aparição da morte”, *Coletânea Vergílio Ferreira: a vida, a morte, o amor*, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda

2001 – “Camilo Pessanha e o processo da despersonalização do eu poético em *Clepsidra*”, *Atas do 6º Encontro de Estudos Portugueses*, ALAEP, Universidade de Aveiro, Aveiro

2001 – “O batismo pela luz: conquista e purificação do eu”, *RUA – Letras*, Universidade de Aveiro, Aveiro  
(no prelo) – “Impressões culturais da civilização chinesa novecentista: um olhar de Camilo Pessanha” – *Atas do V Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Coimbra

(no prelo) – “Do texto aos novos suportes tecnológicos: a era do audiovisual e da interatividade em dois contos infantis dos Irmãos Grimm” – *Atas do II Congresso Internacional de Literatura Infantil*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real

(no prelo) – “A oralidade e as competências verbais e extraverbais na relação do Eu com o Outro” – *Atas das II Jornadas de Línguas e Turismo “Eu e o Outro”*, Escola Superior de Turismo e Telecomunicações – Instituto Politécnico da Guarda, Seia

**A LITERATURA DOS AÇORES: VESTÍGIOS DE INSULARIDADE EM GENTE FELIZ COM LÁGRIMAS DE JOÃO DE MELO**

João de Melo (S. Miguel, 1949) é um dos vultos mais reconhecidos do panorama português da literatura açoriana. Tendo passado a sua primeira infância nos Açores, veio aos onze anos estudar num seminário, para o continente. Terá sido esta a principal causa que o levou a recordar nas suas obras o tempo da ilha, misturando memórias pessoais com histórias ficcionadas, que arrancou de um universo repleto de fantasias, medos, inseguranças, amores e desamores. É nesta mistura de ingredientes que o autor encontra a essência da sua identidade açoriana, cujo principal tempero é a insularidade.

Assim, o objetivo deste nosso trabalho é anotar vestígios de açorianidade na obra *Gente Feliz com Lágrimas* (1988), aquela que foi a mais premiada e a mais traduzida de João de Melo, que se considerou ele mesmo “um escritor português dos Açores” e do mundo, acrescentamos nós.

Para tal, pretende-se mostrar como este autor retratou a sua ilha natal, através dos cenários socioculturais da época que ao longo da obra foi deixando adivinhar. Ao mesmo tempo, ambiciona-se revelar como aqui se entrançaram as relações humanas de afetividade, ao captar as vivências das comunidades rurais açorianas, isoladas pelo mar que as cercou do resto do mundo, pela importância que tal poderá ter na definição dos traços da personalidade e na construção da identidade de cada um.

No fundo, tentaremos ilustrar como esta obra, algo autobiográfica, narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida.



*O céu fechado, uma ganhoa pairando.*

*Mar. E um barco na distância:*

*olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,*

*Califórnia perdidas de abundância.*

Pedro da Silveira, *Ilha*

Nas entranhas da literatura, qualquer que seja o seu género, insinua-se intrinsecamente o seu vital papel de reconstituir a realidade envolvente, cujos contornos dependem da visão subjetiva do autor que, ao interpretá-la, lhe dá uma roupagem única. A este propósito, Maria Lúcia Lepecki tem a convicção de que “narrar sempre reflete. E em dois sentidos: espelha o mundo e pensa sobre ele” (1988: 175).

*Gente Feliz com Lágrimas* não é exceção, visto que esta obra, publicada pela Dom Quixote, em 1988, da autoria de João de Melo, tem como uma das suas principais finalidades anotar rasgos do quotidiano das gentes do arquipélago açoriano. Está espacialmente localizada na Ilha de S. Miguel, no lugar do Rosário, onde a diegese se desenrola, quando se refere aos Açores. Cronologicamente, é na década de sessenta que se desencadeia grande parte das encenações episódicas relativas à infância das três personagens-chave da diegese, Nuno Miguel, Maria Amélia e Luís Miguel, que narram as suas aventuras e desventuras já enquanto adultas, embora se verifiquem vários saltos temporais, compreendidos entre avanços e recuos, ao longo da organização da narrativa.

Para fazermos o seu devido enquadramento, importa apresentar uma brevíssima biografia do autor. Com efeito, João de Melo, revelando-se um dos vultos açorianos mais reconhecidos do atual panorama da literatura portuguesa, nasceu a 4 de fevereiro de 1949, em Achadinha – S. Miguel. Também ele passou a sua primeira infância nos Açores, só daí saindo aos dez anos quando foi estudar para um seminário do continente. Terá sido eventualmente esta a principal causa que o levou a recordar de forma visceral o tempo da ilha, misturando memórias pessoais com histórias ficcionadas, que arrancou de um universo repleto de fantasias e de acontecimentos reais, deitando mão a vários registos de discurso. Sem se pretender aprofundar demasiado esta questão, porque não é de todo objeto do nosso trabalho, é necessário lembrar que este romance poderá ter incidências autobiográficas, pelos indícios que deixa transparecer, dado que os acontecimentos relatados são descritos sobre a auréola da evocação, pelo recurso a aspetos vivenciais do autor, que se desnudam através do seu olhar açoriano. O próprio João de Melo regista na obra este raciocínio: “existe no meio de ambos um terceiro indivíduo. Esse trocou todos os nomes, inventou fisionomias, reuniu em Nuno e em Rui Zinho [o pseudónimo] a mentira da sua despersonalização e vai deixar outro nome escrito na capa deste livro” (2002: 271). Com o intento de reforçar a ideia, sublinhamos que qualquer matéria ficcional coadjuva, conforme advogou Paul Ricoeur, “a sùmula instável entre fabulação e experiência” (1990: 191), talvez por estas serem indissociáveis e até confundíveis.

Num primeiro momento, o encadeamento de *Gente Feliz com Lágrimas* faz-se pela confissão e/ou reflexão adulta do que foi a vida de três crianças irmãs, nascidas de uma família remediada e muito avarenta, mas que entretanto seguiram percursos diferentes. Assim, segredam, página a página, as suas pequenas histórias reveladoras do que foram e porventura daquilo em que se tornaram, remetendo no fundo as suas memórias para a cogitação sobre a experiência insular. De facto, em termos de construção narrativa, não raramente “as incursões ao passado surgem



intimamente associadas ao desenvolvimento das próprias personagens” (2003, 39), segundo o esclarecimento de Ana Paula Mendes, o que pode explicar e delinear os seus perfis psicológicos.

Estas três vozes narrativas confesionárias, e outras, que implicam na obra múltiplos sujeitos, passam todas elas por um renascimento ao embarcarem na “caravela metafísica” (2002: 24), expressão pedida de empréstimo ao texto. Todo o enredo termina no Lumiar, em Lisboa, a 20 de agosto de 1988, concretizando o tempo presente da ação e do discurso, depois de um regresso incorporal à “casa açoriana” da infância. Esta ação culminante permite no final do romance o seguinte desabafo do narrador, ao referir-se à história da sua vida: “ainda hei de pensar que tudo isto não passou afinal de um riso que chora ou de um pranto que ri – e de literatura!” (2002: 415).

Por ironia do destino, quem herda esta casa, por desejo expresso do pai, é Nuno Miguel, o que mais cedo se ausentou dos Açores, especulando todavia que essa vontade se deveria porventura ao facto de o progenitor haver criado a ilusão de ter sido ele o único filho a “preservar a poesia, o culto e a docilidade da infância perdida nesta casa” (2002: 150), transformando-se o protagonista, portanto, no símbolo de ligação afetiva com a terra açoriana. Porém, Maria Amélia revê esta velha casa de aldeia como um sítio castrador, uma vez que ali tudo era proibido e triste. Do seu ponto de vista, a casa era “o que se pode chamar uma prisão sem grades: nela, todos vivíamos de cócoras e com medo de tudo” (2002: 157), como se ela metonimicamente simbolizasse o isolamento insular que a todos afligia e influenciava.

É retratado com bastante empenho, na narrativa em estudo, o quotidiano rural açoriano, ao mostrar que a exploração da terra era a fonte de rendimento de famílias inteiras, por sinal muito numerosas, que tratavam de pequenas explorações agrícolas, em regime de policultura e minifúndio, assim como do gado. A lida da aldeia dividia-se, então, pela lavra dos terrenos e pelo amanho e largada dos animais nos campos de pasto, sendo estas atividades não poucas vezes desempenhadas, antes e depois da escola, por crianças de tenra idade. Esta terra era tratada, às vezes sob condições climáticas adversas, sendo a chuva quase uma presença obrigatória, por gente que a via como um bem sagrado, porque lhe garantia a sua sobrevivência. Enfim, a dependência a ela para sobreviver era tal que quase passava a ideia de “escravatura”, o que pode ser entendido, sem sombra de dúvidas, como uma das marcas de insularidade da obra, tornando-se o apego à mesma um vestígio de açorianidade.

A forma que o povo encontrava para compensar ou amparar as situações menos agradáveis do dia-a-dia prendia-se com a imensa fé que tinham na igreja, sendo este o refúgio espiritual para ganhar esperanças numa vida melhor, que passaria com certeza pelo embarque nos barcos rumo ao destino americano. Por isso, cremos que aqui a insularidade dos açorianos, simbolizada no profundo isolamento que eles sentiam do resto do mundo, era quiçá atenuada pela fé na sua religião, que lhes dava uma força diferente para, de forma esperançosa, superar as vicissitudes diárias. Talvez seja por este motivo que a ilha é toda ela mostrada como um lugar de eventos religiosos, sendo amiúde referidas algumas das tradições dos Açores, como as Festas do Espírito Santo e da Função ou as do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Nesta perspetiva, se percebem as várias referências que no romance João de Melo faz aos hábitos católicos, mas acima de tudo de raiz cultural, que as pessoas tinham, como por exemplo a bênção dada pelos mais velhos, apesar da crítica sublimada nas descrições que o autor não se coibiu de fazer. Embora não deixando de serem marcas de açorianidade, herdadas dos tempos da infância, o narrador mescla estas tradições católicas com outras realidades



estrangeiras, com o objetivo de fazer sobressair a ideia da constante presença dos símbolos americanos no quotidiano daquela gente. Eis um exemplo que transcrevemos: “Nuno viu [...] a redoma de vidro, a imagem barroca do Senhor Santo Cristo dos Milagres, as chaminés dos candeeiros a petróleo e a caixa de música da estátua da Liberdade. Antigamente, dava-se-lhe corda e de dentro dela saía uma melodia heroica. Antes de descobrir que se tratava do hino americano, parecera-lhe sempre tão sublime quanto a das bandas de música que antigamente vinham ao Rosário iluminar festas, quermesses e procissões” (2002: 398).

No texto em análise, bastante extenso por sinal, o mar também assume uma importância crucial, o que se deve afinal ao facto de este metaforicamente se articular à volta da dialética do fechado e do infinito. Com efeito, e passando a explicar a afirmação, é-lhe atribuído um duplo sentido, já que ele era entendido pelos habitantes da ilha como a “ponte aquática” para um outro lugar, que podia ser Portugal ou os locais de eleição de emigração dos açorianos, essencialmente a partir dos anos cinquenta, como a América ou o Canadá e, antes disso, o Brasil. Logo, o oceano garantir-lhes-ia uma melhor situação sociocultural e principalmente económica, dado que lhes permitiria experimentar, e roubamos a expressão a João de Melo, “o perfume das «dolares»” (2002: 65). Por outro lado, o mar simbolizava o isolamento, traduzido pelo encerramento insular em si mesmo. Assim, o discurso sobre o mar não é em *Gente Feliz com Lágrimas* unívoco, pois se permitia abrir horizontes geográficos e existenciais incomensuráveis, também fechava e isolava o arquipélago sobre a sua insularidade, pela solidão que provocava em quem aí habitava, a tal ponto que na ilha “à exceção dos boatos que fermentavam no ar e depois conheciam, de boca em boca, novas e acrescentadas versões, não tínhamos qualquer outra forma de contacto com o mundo” (2002: 28), e estas são palavras da matéria textual que temos em mãos.

Porque o mar é um elemento capital em todo o enredo, são vários os episódios que descrevem a hora do embarque de passageiros e de animais, no cais da Cidade (assim denominada Ponta Delgada), invadido de pessoas que se despediam dos seus familiares e amigos em brandos dolorosos, ao mesmo tempo que os barcos iam “cheios de gente feliz com lágrimas em direção à América” (2004: 379), conforme uma das descrições da obra ficcional. De facto, nesta despedida subentende-se um misto de tristeza e de alegria, o que nos leva a concluir da antítese presente desde logo no título, expressão que depois não poucas vezes aparece nas quatrocentas e tal páginas do livro, uma vez que o sentido denotativo que vulgarmente atribuímos ao verbo “chorar” se contrapõe com o sentimento de felicidade, apreendido no adjetivo utilizado.

Na realidade, estava no pensamento daquela gente a ideia de que só partindo é que se podiam abraçar novos horizontes e seguir caminho em frente, numa ânsia de melhorar as condições de vida, o que, a *posteriori*, no regresso à terra de origem, equivaleria a ter ganho prestígio social e respeito entre os que aí iam ficando. Ir embora era, então, o único recurso face ao fechamento das ilhas, sendo muitas vezes esta atitude interpretada como um protesto contra as limitações impostas aos Açores pelo regime isolacionista de Salazar, que naquela altura sufocava não só os arquipélagos como as colónias africanas portuguesas.

Assim, havia desde logo a percepção da partida associada à do regresso, inicialmente temporário, em definitivo no final da vida, alimentada pelo sentimento tão português da saudade, como se fosse uma espécie de fogueira que garantia a manutenção do vínculo umbilical à terra-mãe. A passagem do texto, que transcrevemos a seguir, cimenta a ideia explanada: “todos estão aqui [no Canadá] mas continuam nesse tempo da Ilha. Trouxeram-na, mantêm-na intacta





dentro de si. [...] Sonham com as vacas, as terras e os cavalos dos Açores, e fazem planos para casas vistosas à beira da estrada que liga o Nordeste a Ponta Delgada” (2002: 300).

Nunca se perdia, afinal, a esperança de voltar um dia mais tarde, para passar férias ou então aí morrer, porque a ida era apenas provisória, mas necessária. Toda esta percepção lembra-nos o “Terra-longismo”, movimento cabo-verdiano da *Clairidade*, revista literária que nasceu em 1936, cujo lema era “fincar os pés na terra”. Esta temática foi muito explorada na literatura colonial de expressão portuguesa de Cabo Verde, arquipélago em muito semelhante ao dos Açores. Ora, em *Gente Feliz com Lágrimas*, o narrador, na voz de Luís Miguel, chega a usar uma enunciação bastante parecida com este lema, embora o tom seja acentuadamente pejorativo, dado que se lê a páginas tantas “e nós condenados a isto: de pés fincados na lama deste chiqueiro” (2002: 113), numa clara alusão à terra açoriana.

Grosso modo, o evasão abordado vinculava-se necessariamente à fuga oceânica, que na maior parte das situações era feita com o objetivo de não enfrentar os problemas socioeconómicos de todos os dias do arquipélago, onde era cada vez mais difícil viver, pois só havia “mar e céu, só mar e céu” (2002: 90), conforme desabafa a personagem mamã. Assim, persistia a falta de coragem de cada um para resistir às adversidades da vida, tornando-se mais fácil tomar a opção passiva de fugir (permitam-nos o oxímoro), ou então esperar pela tão desejada autorização para partir desse território, o que podia tardar, não havendo outra hipótese sequer, visto que, segundo outra personagem, “sair da Ilha, só a nado, e não se sabe com que rumo nem em que direção” (2002: 203).

Perante a leitura atenta da narrativa, tiramos a ilação de que tais sentimentos desenvolvem-se nos ilhéus pelo estado de alma que os assiste, uma vez que sentem o peso do exílio por estarem afastados do resto do mundo, e em particular da mítica pátria, que é Portugal Continental, por um oceano profundo que, apesar da sua riqueza natural, rouba vidas, separa famílias e limita os sonhos, que começam por ser infantis. Pela razão de estarem exilados, como se de uma gaiola se tratasse, estes açorianos, “separados do mundo por este mar arisco e intransponível” (2002: 88), confessa Luís Miguel, caem continuamente na tentação de partir, aguardando que uma carta-de-chamada para a América ou para o Canadá lhes mude o rumo da vida, como tinha feito a outros que, como sarcasticamente o narrador diz, regressados de férias à ilha, “além de venderem saúde, esses «americanos» [emigrantes que por aqui eram tratados pela alcunha de ‘calafonas’] traziam palavras novas ou mal conhecidas, tratavam as esposas por *sweetheart* e repreendiam os filhos em inglês” (2002: 30). Para isso, ironiza o autor, era suficiente saber assinar o nome, treino que até os analfabetos não dispensavam. É certo que o sonho da “Terra Prometida”, subentendida na vulgar e expressiva sinédoque “Califórnia(s)”, empolgou, portanto, gerações e gerações de açorianos, visto que eram muitos os que sentiam o aperto insular. Teotónio Onésimo de Almeida afirma perentoriamente que “a camada inferior da pirâmide social não tinha outra hipótese senão buscar na América a concretização das suas aspirações” (2004: 24), como se, e permitam-nos a redundância, todas as ilhas estivessem apenas voltadas para o mar.

Regressando aos episódios do embarque, aqueles que o narrador descreve com maior pormenor são a saída, pela primeira vez de S. Miguel, de Nuno e Maria Amélia, a sua irmã mais velha, ambos destinados ao continente para estudar e se tornarem padre e freira, respetivamente. Era comum, no tempo narrado na história, as crianças também se verem obrigadas, ou então desejosas (como aconteceu com estas duas personagens), de se ausentarem do arquipélago, rumo a uma vida escolar como internos e novamente enclausurados, que lhes poderia, não obstante, garantir um futuro melhor. No entanto, esta atitude poderia implicar uma submissão eclesiástica, que segundo Amélia era preferível aos sacrifícios impostos na terra natal.



Na hora da despedida no porto, ambos ficaram com a sensação que partiam sozinhos, perante um adeus solitário a que ninguém da família, a não ser o pai, merecia assistir, além de terem de enfrentar cinco difíceis dias de viagem, ao passarem por uma espécie de “morte marítima”. É que o mar que libertava obrigava primeiro à passagem por tormentos físicos e psicológicos, pois era como se tivessem que naufragar naquele “abismo oceânico e da solidão de quantos eram levados a vivê-lo por dentro” (2002: 24), nas palavras de João de Melo. Apesar de tudo, tornava-se um mal necessário, dado que através desta viagem os passageiros iam “à procura da sua estrela” (2002:11), mesmo não sabendo bem como essa se afigurava. Por isso, alguns deles desejavam em simultâneo partir e ficar, pela insegurança de não conhecerem o que procuravam, nem tão pouco terem a certeza se sabiam bem o que queriam, porque a sua realidade era intrinsecamente açoriana.

Esta ideia fica ainda mais vincada quando nos lembramos que, nos primeiros dias do seminário, Nuno Miguel se sente como um estrangeiro porque, embora falasse a mesma língua que os outros seminaristas, só ele tinha vindo das ilhas vulcânicas. Sentiu por causa disso algumas atitudes discriminatórias e de incompreensão, pelo simples motivo de se expressar com um sotaque diferente, ao ponto de naquela comunidade todos o conhecerem depreciativamente por “o açoriano”. Transcrevemos esta esclarecedora passagem do texto: “aos primeiros interrogatórios respondeu que se chamava Nuno Botelho, ia fazer onze anos e tinha seis irmãos nos Açores. Educadamente, pediam-lhe que fizesse o favor de repetir. E como ficassem a olhar uns para os outros e a franzir os lábios e a encolher os ombros, sempre educadamente, teve a lucidez triste de pensar que talvez fossem cidadãos dum país diferente do seu. O mesmo no nome e na religião, sem dúvida. Porém, quanto ao nome, ao verbo e à origem dos seus santos, um país sem mar nem barcos e já muito distante da sua infância” (2002: 21).

No que diz respeito à sua irmã, vemos que repetidamente ela dá o entender que sentia um profundo desejo de partir de barco para muito longe de S. Miguel, ideia que começou por amadurecer na escola, através do globo terrestre, pousado na secretária do professor, ou do quadro negro, ecrã dos seus sonhos, cujos traços de giz simbolizavam os meridianos da sua viagem para outro lugar, pois “queria sentir a própria pulsação do mundo, sobretudo do que existia para além do mar” (2002:105). De facto, esta personagem feminina da narrativa encarna a vontade de deixar de ser prisioneira da crua realidade açoriana. Projeta, então, no mar e nos barcos o seu futuro, mesmo também ela não fazendo, e citamos “a menor ideia de como [...] aconteceria esse destino” (2002:109).

Ainda no que concerne à importância do elemento marítimo, há, no entanto, um paradoxo. Com efeito, se, como já mencionámos, à volta dele toda a ficção gravita, a verdade é que as crianças da família protagonista da história tarde tiveram a oportunidade de o ver de perto, dado que “papá, porque relacionava o mar com o lazer e a preguiça, opôs-se sempre” (2002: 74). Para evidenciar a sua proximidade da casa, o narrador abusa dos efeitos de sinestesia, uma vez que os apenas dois quilómetros de distância permitiam sentir-lhe o cheiro, ouvir o vento e as aves marinhas. Pensamos que foi propositadamente que João de Melo registou este episódio paradoxal, mais do que inocente, intencionalmente mensageiro das contradições do arquipélago.

Doutro ângulo, em bastantes passagens do romance, especialmente na sua parte inicial, onde se recorre gramaticalmente à primeira pessoa do singular, mesmo perante uma constante mudança de vozes narrativas, é possível apercebermo-nos de que o universo infantil aparece representado, nem que não seja só através das descrições feitas pelas personagens adultas e reveladoras dos seus pensamentos, das suas visões, dos seus desejos



ou das suas atitudes. Na verdade, em *Gente Feliz com Lágrimas* há a vontade declarada em revelar o quotidiano da aldeia do Rosário, onde os pequenos começaram a ter a primeira consciência da sua terra e do seu mundo, inscrevendo tudo na memória com os seus olhos pueris, mesmo confundindo, volta e meia, o real com a fantasia, o que segundo Mircea Eliade é tipificado na infância, uma vez que “a criança vive num tempo místico, paradisíaco” (2000: 73). Por outro lado, como se pode detetar na diegese, estas vivências por parte dos mais novos possibilitam a edificação de uma dada imagem do mundo, ao mesmo tempo que facilitam a construção da sua identidade, quer em termos pessoais, quer coletivos, implicando manifestas associações à herança cultural da comunidade em que o indivíduo está socialmente inserido, pela importância que tal poderá ter na definição dos traços da personalidade de cada um. No caso concreto deste romance, mais flagrante isso se torna porque a insularidade exponencia, por excelência, tal realidade.

De modo claro, o autor aproveita estes relatos de infância para retratar a sua ilha natal, através dos cenários socioculturais da época que ao longo da obra vai revelando, além de explorar as tranças de afetividade que resultam das vivências das comunidades rurais micalenses, transformadas em impressões digitais dessa gente. A este propósito, António José Saraiva e Óscar Lopes asseveram que “a ruralidade açoriana, suas misérias, explorações, tradições e superstições, e emigração [...] tem a sua melhor expressão em *Gente Feliz com Lágrimas*, [...] sobretudo pela narrativa do seu «Livro» inicial, que reúne testemunhos de três (entre nove) irmãos, os quais no «2º Livro» se encontram todos eles emigrados na América do Norte, com exceção do narrador singular desse «Livro» (ou de um seu duplo, também escritor) ” (s/d: 1142-1143). Regra geral, não são memórias felizes, como as sequências narrativas comprovam, nomeadamente o extrato que recolhemos, relativo a uma reflexão de Maria Amélia: “... Enquanto não nos libertarmos por completo desta chuva de lágrimas que foi a infância, duvido que possamos sentir-nos na condição de pessoas merecidamente felizes. É uma felicidade cinzenta, entre o negro e o branco da memória e da vida presente, como se chegasse a nós envenenada e imerecida” (2002: 76).

Para terminarmos este nosso trabalho, necessariamente superficial devido à sua natureza, resta-nos anotar que a obra em destaque deu, de modo excelso, forma ao imaginário do povo açoriano. Na verdade, nesta narrativa, João de Melo, que se considerou ele mesmo “um escritor português dos Açores”, recria a vivência insular da sua meninice, ao mesmo tempo que re-escreve a história genesiaca e civilizacional do povo micalense, em particular, açoriano, em geral, com o intuito de procurar as suas coordenadas existenciais. No entender de António José Saraiva e Óscar Lopes, a quem recorremos novamente, “estão aí alguns dos quadros ou cenas mais pateticamente realistas da ficção atual” (s/d: 1143).

No fundo, *Gente Feliz com Lágrimas* narra simplesmente a experiência humana, conforme afirmou Onésimo Teotónio Almeida, o que a torna intemporal e universal. O interesse em esboçar esta experiência do Homem pode ser simplesmente alimentado pela necessidade que qualquer um tem, segundo deduz Salvato Trigo, em se descobrir enquanto ser individual e social, porque, como o autor afiança, “nenhum povo consegue saber exatamente para onde vai, ou deve ir, sem que descubra, primeiro, donde vem, isto é, quais são as suas raízes” (s/d: 36).

Em síntese, na nossa opinião de leitor, é, portanto, nesta mistura de ingredientes que o autor (re)encontra a essência da sua identidade açoriana, cujo principal tempero é deveras a insularidade. Todavia, e apoiando-nos no sublinhado de Aguiar e Silva, “o leitor ideal é um elemento com relevância na própria estruturação do(s) texto(s)” (1982:



302). Logo, por essa ordem de razão, assiste-lhe, ou assiste-nos, alguma liberdade interpretativa nas leituras que faremos, porque ler, como escrever, também é criar.

E mais nada acrescentamos, senão que *Gente Feliz com Lágrimas* se tornou o livro de João de Melo mais premiado, recebendo por exemplo em 1989 o Grande Prémio do Romance e da Novela da APE – Associação Portuguesa de Escritores –, para além de se encontrar traduzido em várias línguas, designadamente em francês, espanhol, holandês e romeno. Não obstante, e depois de ter sido feita uma produção televisiva homónima, pela RTP Açores, da responsabilidade de João Medeiros e o patrocínio da Presidência do Governo Regional, está neste momento a ser dramatizado nos palcos nacionais (por exemplo, em Sobral de Monte Agraço, a 6 maio 2006), com interpretação do Grupo de Teatro “O Bando” e encenação de João Brites, o que com certeza mais confirma a atualidade da sua escrita.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel (1982) *Teoria da Literatura*, vol I, Coimbra: Livraria Almedina.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de (2004) “Entrevista a... Onésimo Teotónio de Almeida, por Fátima Vieira”, *In Revista Eletrónica de Estudos sobre a Utopia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ELIADE, Mircea (2000) *Mito e Realidade*, São Paulo: Editora Perspetiva.
- LEPECKI, Maria Lúcia (1988) *Sobreimpressões: Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*, Lisboa: Caminho
- MELO, João de (2002) *Gente Feliz com Lágrimas*, Coleção Mil Folhas 19, Porto: Público Comunicação Social SA
- MENDES, Ana Paula Coutinho (2003) “Ficções de Luso-descendentes Híbridas”, *In Literatura e Identidades – Cadernos de Literatura Comparada 8/9*, Porto: Instituto de Literatura Comparada Margarida Llosa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- RICOEUR, Paul (1990) *Soi-même comme un Autre*, Seuil: Collection Points-Essais
- SARAIVA, António José, LOPES, Óscar (s/d) *História da Literatura Portuguesa*, 7ª ed., Porto: Porto Editora
- TRIGO, Salvato (s/d) *Ensaaios de Literatura Comparada Afro-luso-brasileira*, Lisboa: Editorial Veja.

---

## **2. ANA DA SILVA**

[ana.silva@eses.pt](mailto:ana.silva@eses.pt)

Licenciada em Português LVE pela Universidade de La Sorbonne-Nouvelle - Paris III (1989), Mestre em Literaturas Comparadas, Portuguesa e Francesa, Séculos XIX e XX, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1998). Curso de Doutoramento em Ciências Literárias pela FSCH-UNL (2000). Em curso de realização: Projeto de tese de doutoramento na área da animação de bibliotecas em curso de elaboração.

1995-96: Docente de Português na Escola EB 2,3/S Bento Rodrigues, Vila do Porto, Santa Maria (11.º e 7.º anos de escolaridade).

1995-2006: Autora de diversas publicações sobre literatura açoriana, das quais se destacam: "Matar um Boi e Comê-lo Inteiro!", p. 12, n.º 81, 12 de novembro de 1998, do *Suplemento Açoriano de Cultura do Correio dos Açores*; e "A Felicidade é um relâmpago", pp. 42 a 51, nº 36, outono de 1996, da *Revista Ler* do Círculo de Leitores, dedicados ao escritor José Martins Garcia.

Autora de apresentações de livros de escrita açoriana aquando do seu lançamento: Apresentação do livro *(In)confidências* de Gabriela Silva, aquando do seu lançamento na ilha de Santa Maria, em janeiro de 1995;



Apresentação do livro *O Menino Deixou de Ser Menino* de Dias de Melo (Edições Salamandra) aquando da homenagem a este grande escritor açoriano, Casa dos Açores, Lisboa, 15/10/99. Autora de diversos trabalhos académicos sobre literatura açoriana, dos quais se destaca “Era uma vez um diário ilhéu”, apresentado no final do seminário de Literatura Autobiográfica, lecionado por Clara Rocha, do Curso de Ciências Literárias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1998-2006: Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Orientadora de estágios (nomeadamente em bibliotecas escolares), trabalhos de investigação e projetos de intervenção nos cursos de Educação de Infância e Animação Cultural e Educação Comunitária. Diversas missões ao estrangeiro, das quais se destaca uma missão educativa de formação de professores/as em Timor-Leste no ano 2000, em representação da ESE de Santarém. De 1994 a 1998, docente do Ensino Básico e Secundário. 1992-93, Assistente de Língua Francesa em dois colégios no Essex, Reino Unido, e colaboradora de Programas Multiculturais de Intercâmbio entre escolas do Ensino Básico portuguesas e britânicas (Essex, Reino Unido).

Autora de diversos artigos em revistas literárias e periódicos nacionais e regionais, coautora de dois livros, tem participado em diversos projetos pedagógicos e projetos de desenvolvimento e intervenção, apresentado comunicações em colóquios e conferências nacionais e internacionais. Autora e formadora de cursos de formação contínua (nas modalidades de curso, oficina e círculo de estudos) na área da animação de bibliotecas, animação da leitura e da escrita.

## **ERA UMA VEZ UM DIÁRIO ILHÉU: A LITERATURA DIARÍSTICA DE FERNANDO AIRES**

*Embora muitas obras da literatura açoriana tivessem um cariz autobiográfico, não havia, antes de Fernando Aires, diários açorianos. O que se pretende aqui evidenciar é a dimensão intimista que prevalece no diário **Era uma vez o tempo** de Fernando Aires. Com efeito, a notação diarística ocupa-se do registo de sensações e reações cognitivas a essas sensações e, muito secundariamente apenas, da transcrição dos factos do quotidiano. Parece-nos ser este um dos casos em que a ação é considerada como “cosa mentale”. Outra dimensão, digna de consideração e relacionada com a dimensão intimista, foi a inserção geográfica do diarista numa ilha: trata-se de um diário marcado pelo espaço da produção. Tentaremos mostrar como o Diário<sup>1</sup> de Fernando Aires, que se situa na tradição literária açoriana, pode ser considerado um protótipo do que se pode entender por diário íntimo: um diário ilhéu.*

### **PRIMEIRO TEMPO: FERNANDO AIRES: INICIADOR E IMPULSIONADOR DE UMA DIARÍSTICA AÇORIANA.**

A questão de haver uma literatura açoriana, com traços peculiares que a distinguem da literatura portuguesa em que se insere, tem sido uma questão muito debatida dentro e fora dos Açores. Mas o que a literatura açoriana ainda não tinha, passou a ter com Fernando Aires: uma literatura diarística. Apesar do cariz autobiográfico de muitas obras da literatura açoriana, das quais se destacam por exemplo *Não Percas a Rosa* de Natália Correia, *O Jornal do Observador* de Nemésio, *Memórias da Cidade Futura* ou *Memórias das Ilhas Desafortunadas* de Manuel Barbosa, *Os Amores da Cadela Pura* de Margarida Vitória, *Gente Feliz com Lágrimas* de João de Melo, *Raiz Comovida* de Cristóvão de Aguiar, verifica-se a total inexistência de diários açorianos antes de Fernando Aires, que, numa entrevista dada a

<sup>1</sup> Não incluímos no corpus deste trabalho o primeiro volume do Diário, que não estava disponível no mercado.



Vamberto Freitas, avançava uma tentativa de explicação: “Este gosto pelo interior, tão nosso, tão caracteristicamente nosso (...) leva-me a estranhar a ausência de diaristas nas ilhas. O meio demasiado estreito e censurado pode explicar isso. O refúgio na poesia intimista também pode ser a explicação” (Freitas, 1992: 185).

Fernando Aires, então assistente convidado da Universidade dos Açores, onde leciona História, já com uma notoriedade consagrada pelos seus trabalhos de investigação académica e pela sua colaboração em jornais e revistas açorianos, publica a sua primeira obra literária em 1988: o volume I do seu Diário, *Era uma vez o tempo*. Concordamos com Vamberto Freitas ao dizer: “Publicar um diário sem obra criativa previamente feita é um ato arrojado, não pode haver falhanço, a credibilidade do autor depende por inteiro da arte com que os pessoalíssimos, gentes e coisas são aí retratados. Não existem aqui nem o refúgio num narrador fictício nem, uma vez mais, em outras obras que possivelmente tenderiam a colocar o leitor em predisposição para tudo acreditar ou perdoar” (1991: 8).

O facto é que Fernando Aires conseguiu despertar um grande interesse e curiosidade por parte não só do público como da crítica, sobretudo a partir da publicação dos dois últimos volumes do *Era uma vez o tempo*<sup>2</sup> que, por terem sido publicados na capital continental, beneficiaram de uma maior visibilidade no mercado. Desde então, mereceu a admiração de críticos como Eugénio Lisboa, Aníbal Pinto de Castro, José Augusto Seabra e Luís Amaro, tendo, no meio académico, passado a ser objeto de teses universitárias. Na sua introdução às *Páginas do Diário Íntimo* de José Régio, Eugénio Lisboa refere-se a Fernando Aires como sendo “autor de um dos mais belos e sensíveis diários em língua portuguesa”.

Pensamos que Fernando Aires foi o iniciador e o impulsionador de uma diarística açoriana que conta com escritores como António João Marinho Matos, que publicou o seu *Diário I, Jornal do Ocidente* (1996-97), na sua própria editora Espaço XXI, em 1998, e Cristóvão de Aguiar, autor de *Passageiro em Trânsito*, que decidiu finalmente publicar, em 1999, o diário que já vinha escrevendo desde 1964: *Relação de Bordo* (1964-88).

#### SEGUNDO TEMPO: INTIMISMO E DIÁRIO ÍNTIMO

A palavra íntimo, como as palavras intimismo e intimidade são difíceis de definir e, por isso, foram ao longo dos tempos conscientemente evitadas por vários críticos. Para designar o autor de diários íntimos, Michèle Leleu (1952) prefere recorrer ao neologismo «diariste» do que empregar o termo «intimiste», privilegiando assim o primeiro termo da expressão «diário íntimo». As mesmas reservas são feitas por Béatrice Didier (1976), que utiliza o mesmo neologismo, mas também a expressão «auteur de journal intime»: «pour le critique le mot «journal» est moins fuyant, moins irritant que le mot «intime» (...) il charrie avec lui une connotation quelque peu désuète et d'un romantisme délavé, qui correspond certes à un aspect du journal, mais à un aspect seulement.» (1976: 9-10)

Após uma introdução ao seu livro *L'Intimisme* (1989), na qual chama a atenção para o carácter impreciso, esbatido e obscuro do conceito intimismo, Daniel Madelénat tenta defini-lo no âmbito de uma cadeia verbal que inclui os termos «intimismo», «intimista», «íntimo» e «intimidade». Assim, «intimismo», substantivo que aparece no início do século XX, designa essencialmente uma estética que privilegia temas como a meditação introvertida e a vida quotidiana e

<sup>2</sup> *Era uma Vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1990. *Era uma Vez o Tempo*, Diário III (1993) e Diário IV (1997), Edições Salamandra, Lisboa.



uma escrita ou pintura simples, mas pode também designar uma característica de uma personalidade introvertida: «*Est intimiste celui Qui aime vivre et exprimer les aspects intimes de l'existence sans rompre par les artifices clinquants de la représentation le calme discret et feutré, le silence d'une intimité où les sentiments et les pensées se répandent sur l'environnement immédiat*» (1989: 20-21).

Madelénat analisa em seguida o que o conceito significa para Camille Mauclair que o inventou e promoveu: «*Ils cherchent [os intimistas] 'dans le recueillement, dans le mystère, dans le calme, dans la subtilité presque musicale des tonalités, le secret d'une beauté plus intérieure, plus psychologique' (...) l'art d' 'exprimer ce que les objets et les êtres, tels qu'on les aperçoit, laissent deviner de profond, le tragique et mystère quotidien de l'existence ordinaire, la poésie latente des choses*» (1989: 21). Madelénat opõe prática intimista do diário íntimo a esta estética considerada «*une composition intentionnelle en vue d'un effet sur le lecteur.*» (no caso de Aires há uma conjugação dos dois sentidos, não?). «Íntimo» e «intimidade» designam a dimensão mais profunda das coisas ou dos seres que a observação e a análise não conseguem atingir. Num sentido mais lato, designam a arte que representa a vida interior e privada ou o ambiente que a favorece.

Madalénat caracteriza o intimismo através de um conjunto de temas fundamentais no que respeita ao género do diário íntimo que aqui nos interessa: «*Quotidienneté, cercle de l'intimité familiale ou amicale et de l'humilité sentimentalisee, paysage intérieur, communions avec le cosmos: toutes ces constellations de thèmes composent la galaxie intimiste et doivent s'envisager comme un ensemble, car les écrivains, éclectiques pour la plupart, n'affirment pas un tempérament littéraire fort et n'imposent pas à leur œuvre une stylisation exclusive*» (1989: 102-103).

Alain Girard (1986) e Béatrice Didier (1991) numa tentativa de definição do género, apresentam as seguintes características do diário íntimo:

- Escrita diária passível de tudo incluir (o género não obedece a uma poética bem definida), numa ordem qualquer (o género não obedece a uma estrutura determinada), mas de natureza fragmentária, oposta à obra composta/construída (como as memórias). A distância do momento da escrita em relação ao acontecimento é muito mais reduzida em relação à escrita de autobiografia ou de memórias. O descontínuo da escrita fragmentária alia-se paradoxalmente à continuidade dos dias. Os únicos elementos de transição entre os dias são os espaços brancos que separam na página um dia do outro e a inscrição da data e do local. Trata-se de uma escrita que se prolonga num longo período de tempo.

- Texto no qual o autor está pessoalmente presente como centro de observação. Identidade entre autor, narrador e personagem. Apesar do «eu» não ser o único pronome pessoal utilizado, é ele que prevalece, tal como afirma Béatrice Didier: «*Le 'je' néanmoins l'emporte à tel point sur les autres personnes, que tout le journal s'organise autour de cet obsédant 'je' Qui perpétuellement souligne que le texte n'a d'existence, ici, que par référence à l'auteur. C'est là que le journal, si décousu, si disparate soit-il, trouve son unité. Ce 'je' obsédant semble la seule règle d'un genre Qui n'en connaît pas (...)*» (1991: 154).

- A observação é interior, ou seja, incide mais sobre o lado privado da vida do redator do que sobre o lado exterior. Diário íntimo opõe-se a «diário externo», segundo a terminologia de Georges Gusdorf (1948). Neste segundo



tipo de diário, os factos/acontecimentos prevalecem sobre os estados de alma e de pensamento da pessoa. Porém, tanto para Girard como para Didier, não existe uma forma pura de diário íntimo, há sempre uma espécie de crónica quotidiana dos acontecimentos e das relações que o diarista estabelece com os outros. Béatrice Didier chama a atenção para a dificuldade atual de delimitação entre «interior» e «exterior». Para Didier, a intimidade do eu definir-se-ia hoje em relação ao inconsciente e aos vários níveis da consciência estabelecidos por Freud. Didier mostra uma grande variedade de tempos utilizados nos diários íntimos. No entanto, nos diários menos factuais, como o de Maine de Biran, Amiel ou Charles Du Bos, as distâncias temporais perdem a sua importância e prevalece, assim, um presente da continuidade.

- Segundo Girard, trata-se de um texto que não se destina a um público nem a ser publicado. Guardado como um segredo. Escrita privada. Didier contesta esta noção de intimidade, pois alguns diaristas organizam a publicação do seu diário e, mesmo quando tal não acontece, o outro está sempre presente na mente do diarista.

- A introversão prevalece sobre a extraverson. Os acontecimentos exteriores só importam enquanto ressonância, ou seja, enquanto impressões que ressoam na consciência do autor. Um diário íntimo não implica forçosamente introspeção, pois geralmente o diarista limita-se a anotar o que acontece, podendo o diário caracterizar-se por um aspeto repetitivo e um ritmo lento e monótono. Para muitos autores, sendo um modo de expressão paralelo ao de uma obra em curso, o diário íntimo torna-se uma crónica da atividade criativa.

- Segundo Girard, esta escrita corresponde a períodos depressivos e pouco criativos. Pelo contrário, Didier afirma que pode muito bem também corresponder a períodos de exaltação e grande criatividade.

Para Girard e Didier, o diário íntimo revela da parte do diarista uma tentativa de escapar à fuga do tempo (registando instantes fugidios privilegiados) e testemunha de uma procura do inexprimido. Girard tenta sistematizar uma experiência comum da noção de pessoa, determinando assim três grandes configurações aspetos do autor de diários íntimos: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

#### TERCEIRO TEMPO: A INTIMIDADE DO EU ILHÉU

*“Este o sentir de que somos feitos, nós ilhéus mais do que ninguém.” (IV, 30)<sup>3</sup> “Esta Ilha onde nasci!” (III, 131)*

Os diários de Fernando Aires são uma afirmação identitária de pertença à ilha, materializando a consciência que ele tem da açorianidade, isto é, de um sentir, de um viver e de um escrever caraterísticos do ilhéu. Lembremos aqui que Madelénat, no livro acima referido, estuda as figuras da esfera, do círculo e da circunferência como arquétipos da intimidade. Gilbert Durand, nas *Estruturas Antropológicas do Imaginário* (1969: 269-307) analisa a casa, o círculo e o centro como símbolos da intimidade. Tentaremos delinear os traços que a açorianidade reveste no Diário, considerando não apenas a intimidade (no sentido de Madalénat) do autor do diário, mas a intimidade de todo o povo açoriano.

---

<sup>3</sup> No que respeita às citações do *Diário* de Fernando Aires, a referência bibliográfica aparece no corpo do texto, no fim da citação, entre parêntesis, e inclui em numeração romana o número correspondente ao volume em que está inserida a citação, seguido do respetivo número de página em numeração árabe.





Um primeiro traço é a ambivalência da ilha. Por um lado, é cerco ou espaço de opressão: “Ilha é prisão de mar. De tédio tecida. De distância tecida. Ilha de Nemésio e de Mesquita, com aves do mar na tormenta e o torpor dos dias pasmados de distância. Que não é o mar que sufoca de prisão, mas o céu côncavo (...)” (II, 113). Por outro lado, simultaneamente, a ilha é refúgio ou espaço virgem e puro de salvação: “hoje foi um daqueles dias da Ilha em que serra, e mar e céu aparecem aos olhos como a obra espetacular acabada de sair das mãos de Deus. Ainda coberta do orvalho primitivo. (...) Estávamos ali de corpo e alma em comunhão com tudo.” Ou ainda: “De manhã, banho de mar – a água cristalina do começo do mundo, milagrosamente preservada das repetidas violações dos homens. Todas as vezes que me banho nestas águas saio puro como de um batismo. Sentimento de que recuperei a vida. De que a salvei.” (II, 83). O mar tem para Fernando Aires um incomparável poder de purificação que não implica forçosamente este gesto simbólico da imersão: “Assim me purifico do enrugado das horas a olhar o mar.” (III, 16).

Deste primeiro traço, decorre um segundo que é a tensão entre duas forças contrárias, uma centrípeta e outra centrífuga: o apego à ilha e o desejo de fuga. Aquilo que dois críticos açorianos designam por “circularidade e fuga” (Vamberto Freitas) ou “errância e permanência” (Urbano Bettencourt): “Os espaços limitados têm isto (...) é urgente deixar a Ilha. Deixar a Ilha. Deixar a Ilha...” (IV, 99); “Descobrir até que ponto este povo a que pertença é inesperado e paradoxal, perdido no sonho maior de buscar mundo, porém teimoso no melancólico apego a estas ilhas – pedaços desgarrados de uma Europa que quase não lhes sabe o nome.” (II, 84).

Significativo é o facto de Gilberd Durand estudar as imagens de sepulcro e de enclausuramento ligadas ao tema da intimidade, citando Baudouin que, na poesia de Victor Hugo, liga este complexo ambivalente do enclausuramento ao tema da insularidade (1969: 273-74). Béatrice Didier, por seu lado, estabelece uma ligação entre esta situação e a produção diarística: «*Le prisonnier aura tendance à tenir un compte de ses jours monotones. Parce qu'il a du temps, trop de temps, il est saisi d'un vertige devant cette répétition décevante où le temps disparaît. Le journal est alors sa seule vie. (...). Le journal naît aisément d'une situation carcérale*» (1976 : 12).

Outro traço da açorianidade é o sentimento de degedo. A constante revolta de um povo por se sentir afastado e esquecido: “O pior é o sentimento de desterro geográfico e de esquecimento oficial” (II, 125). Este sentimento abrange todas as áreas. Veja-se como Aires exprime esse traço no que respeita ao escritor açoriano: “a deficientíssima forma como se faz a promoção dos livros de autores açorianos em Lisboa.” (II, 73).

Um outro traço característico da açorianidade é o sentimento de insegurança e de medo de quem vive desde sempre num mundo ameaçado pela contingência. As referências aos sismos são mais uma anotação intimista, pois o que sempre o diarista foca é o sentimento que nele e na sua comunidade eles provocam. “Crise sísmica (...) velhas inquietações na alma de todos nós. Memória das ilhas ligada à ameaça de rebentamento dos vulcões. (...) O medo, como uma pedra, pesando no fundo do peito.” (II, 74). Por ser em permanência alvo de fatalismo, o povo açoriano acabou por criar uma carapaça de resistência que lhe permite sobreviver: “Era mais um sismo (...) senti que os cumes da serra escondiam uma ameaça. Senti claramente a presença dessa ameaça (...) A vida das pessoas suspensa por um fio, balouçada ao sopro da contingência. O que vale é que cada ilhéu já nasce armado de carapaça e de reflexos como o guerreiro de Esparta. Não é qualquer inimigo que o desarma. E quando a desgraça vem e é sem remédio, encolhe os ombros e diz: Paciência! – os pés teimosos na terra, os olhos apontados ao horizonte como homem do mar que também é.” (II, 84). Este sentimento de insegurança faz com que, desde muito cedo, o ser ilhéu se torne



desconfiado: “O ilhéu que sabe, não vai nessa – e aí aparece logo o seu estigma de nascença: a desconfiança.” (III, 149).

De tudo isto, advém o culto de dois mitos muito impregnados na alma dos açorianos. O mito das origens: “No espelho de água, o mistério intrínseco das coisas por desvendar. A exaltante sensação de que tudo permanecia no como no começo: intocado e puro.” (II, 13). E o mito do fim do mundo, cujo símbolo nem sempre é o cataclismo: “Qualquer dia, com a humidade e a chuva constantes, a ilha destorroa-se, desfaz-se nas águas. (...) Continuará decerto assinalada nos mapas, mas nenhum navio jamais a encontrará. Quanto a ser a velha Atlântida desaparecida, os séculos se hão de encarregar de dizer.” (II, 179).

A instabilidade do tempo meteorológico, ora chuva fina e nevoeiro opaco, ora “dia azul e oiro a explodir do céu” (II, 186), reflete-se também na alma açoriana, ora ensimesmada e melancólica, ora expansiva e eufórica: “Dualidade conflituosa entre intimismo e abertura ao mundo. Entre expansão e recolhimento interior. (...) Alma insular –cambiante e instável como o solo sísmico (...)” (II, 66).

A relação de amor/pavor que o povo açoriano tece com o mar, assim como com as outras forças da natureza eleva-o ao conhecimento do sagrado: “a dialética dos três MM (como eu lhe chamo) à volta da qual tudo se joga: Mar-Marinheiros-Morte. A luta agónica contra a morte, de cada vez que é preciso levar o sustento para casa. (...) O homem ilhéu na sua luta contra o fatalismo, contra as raivas da natureza. (...) Com efeito, por meio e através da Natureza atinge a nossa gente o sagrado: Homem-Natureza-Deus.” (II, 56).

No Diário de Fernando Aires, a Galera, é uma ilha mais pequena dentro da Ilha, um espaço refúgio ainda mais íntimo: “Lentamente, aquilo foi surgindo como uma ilha dentro da ilha, e já sonho com o dia em que desembarcarei nas suas praias e beberei das suas águas correntes.” (II, 73); “Nunca encontrarei resposta para explicar o sentimento de segurança que me toma quando aqui chego.” (II, 167); “A suspeita de que será aqui, talvez, o meu lugar.” (II, 168).

E tal como a Ilha que é a matriz com que se identifica, a Galera, geograficamente situada entre o céu, o mar e a terra, é o ponto de referência a partir do qual o escritor se define: “A nova casa da Galera já vai adiantada. Sigo os trabalhos, ansioso por me ver num espaço criado por mim. Projetado por mim. (...) Terra de pais e avós (...) Foi uma espécie de segundo útero que me alimentou. (...) é sempre lá que me situo e me decifro. Me significo e me reconheço. Daqui o valor da casa no cimo da colina, com janelas para o ilhéu da Vila e vale de cabaços. Com vista para o alto da serra e para o crescente de mar que chega até aqui em aroma e em som (...)” (II, 49).” Constante é a exaltação da paisagem exuberante da Galera, sinédoque da beleza paisagística da Ilha e de todo o arquipélago: “Aqui só faz sentido o abandono à evidência de haver beleza” (II, 95); “Hoje. Aqui. Eu, no deslumbramento de haver beleza.” (II, 187).

Outro traço da açorianidade no Diário de Aires, é o facto de todos os traços anteriormente analisados contaminarem a própria linguagem poética, como o atesta uma vasta panóplia de metáforas enraizadas no imaginário da ilha, à semelhança das que se seguem: “o amanhã muito provavelmente igual ao de hoje e ao ontem deste convento, onde as horas inúteis são redondas como o horizonte que nos cerca.” (II,70); “Aqui, da clausura, espreitei por uma frincha o mundo largo. Vontade de abrir as asas e desferir o voo para os lugares onde o europeu se ergueu do chão e se fez gente.” (II, 137).



Diríamos que Aires, à semelhança de um poeta ou pintor intimista, cultiva a arte de exprimir aquilo que de mais profundo caracteriza o seu eu como um ser ilhéu. Pensamos, por isso, que o intimismo, como estética literária, pode, ao contrário do que parece julgar Madalénat, ser conciliado com o intimismo como prática do diário íntimo, que a seguir analisamos.

**QUARTO TEMPO: A PROCURA DO «EU» OU O SENTIDO DA VIDA E DA ESCRITA**

*“Há, pois, que inventar um pretexto de adiar a sentença, começar um novo livro, sem o que chegará breve a morte anunciada.” (IV, 49)*

Que *Era uma vez o tempo* de Fernando Aires é um diário ninguém duvidará, não só pelo pacto de leitura estabelecido no paratexto através da menção «Diário», mas também pelo facto de o autor escrever diariamente, pouco tempo após o acontecimento, inscrevendo no início de cada novo dia a data e, muitas vezes, o local onde se encontra. Chegando mesmo, por vezes, a referir o dia da semana. Assim, sabemos, por exemplo, que dia 11 de fevereiro de 1992 era uma terça-feira. Menos frequentemente, aponta por vezes o momento do dia: «De tarde» (II, 100). A única estrutura do texto é esta cronologia dos dias. O texto é de tal modo heterogéneo e fragmentário de dia para dia que, nos casos em que o autor não insere a data, o editor vê-se na obrigação de utilizar um sinal gráfico para separar fragmentos distintos.

*Era uma vez o tempo* não obedece a uma poética bem definida, pois a par do discurso propriamente dito do diarista, encontramos um amálgama dos mais heteróclitos tipos de texto como cartas, entrevistas, poemas, narrativas, etc. Verifica-se também a preponderância do pronome pessoal «eu», no qual se identificam autor, narrador e personagem. Apesar, de F. Aires também utilizar este pronome no plural («nós») quando integra o seu «eu» na comunidade açoriana.

Todavia, *Era uma vez o tempo* não é apenas um diário, mas um diário íntimo. E o facto de confirmarmos, no próprio texto, que o autor organiza a sua publicação não impede que seja um diário íntimo, como já o referimos acima. Girard apenas considera que o diário íntimo não se destina a ser publicado porque não tem em conta o diário moderno: «*De nos jours cependant, beaucoup d’auteurs de journaux intimes n’écrivent plus seulement pour eux, mais pour un public potentiel. Le marché littéraire étant disposé à absorber tout ce qu’ils ont à exprimer, la publication de toutes sortes de journaux est devenue monnaie courante*» (Boerner, 1978 : 217).

Tentaremos pois mostrar que, neste diário, a introversão prevalece sobre a extravessão, que a observação incide muito mais sobre o lado privado da vida do diarista do que sobre o lado exterior, ou seja que nada há de factual neste diário. A única coisa que acontece é um «eu» que sente e pensa o seu destino no tempo. Veremos como este diário corresponde às três grandes configurações definidas por Alain Girard: a procura do eu, a perda do eu e a conquista do eu.

Esta procura do *autós*, no caso de Fernando Aires, está intrinsecamente ligada a uma procura do sentido do *bíos*, por sua vez ligada a uma procura do sentido do *gráphein*: “*What significance do we impute to the act of writing?*”, segundo as palavras de James Olney (1980: 6).



O pilar da escrita de Aires é a consciência de que a vida é um milagre irrepetível que não se pode deixar ao desbarato um único dia. “Aproveita” (III, 8 / III, 216 / IV, 26) exclama Aires para si mesmo, tal como nos aconselha o famoso *carpe diem* de Horácio: “Pelos vistos, sempre compreendi muito bem que a vida não é para ser vivida um dia sim outro não.” (II, 163). E a vida é estar atento e alerta, é reparar nas coisas pequenas, é escutar em vez de ouvir (III, 37), é não ceder à indiferença da qual se queixa logo no início do terceiro volume, é não se deixar vencer pela apatia geral e alienação que equivalem a uma morte em vida: “Não podemos viver como quem caminha distraído por uma paisagem conhecida.” (IV, 74).

O sentimento de ser diferente, original, único, tão característico dos autores de diários íntimos reflete-se na quantidade de ocorrências do verbo reparar. Aires repete vezes sem conta que repara no que (a seu ver) os outros não reparam: por exemplo, um cão a farejar as sarjetas.

E para reparar, segundo Aires, é preciso devolver aos sentidos a sua importância, é preciso reabilitá-los. Por isso, eles são aqui fundamentais, sobretudo o olfato, que “é um dom especial nos deuses” (III, 184), o ouvido e a visão: “Porque a paisagem é um estado de alma que nos vive nos olhos, nos ouvidos, no olfato.” (III, 21). O Diário está repleto de cheiros, de sons e de cores que têm o poder de fazer da vida inferno ou volúpia.

O cheiro a fritos pela casa, o cheiro a ratos da casa fechada, a pestilência de um matadouro (de que ninguém se queixa) revoltam profundamente os sentidos de Fernando Aires, que se delicia com o perfume das açucenas, da hortelã do mato, dos incenseiros, das figueiras, com o cheiro “já esfumado e, todavia, tão penetrante” da cana brava (II, 167), com o cheiro a maresia das abróteas, com o cheiro a mosto das adegas, com o “cheiro que as coisas (e as pessoas) ganham no abandono” (II, 141), com “o cheiro da noite – um cheiro secreto. Feminino. Saído do corpo adolescente da terra.” (II, 193). Não por acaso, Aires dá conta das suas crises de alergia que lhe afetam os sentidos, sobretudo o olfato, fazendo da sua vida um verdadeiro martírio (II, 197 / III, 22 / IV, 75), confirmando também aqui a conclusão de Girard, segundo a qual o autor de diários íntimos sofre habitualmente de uma fragilidade física e/ou psicológica da qual resulta um sentimento amargo da vida.

Na sociedade moderna, já todos se habituaram ao ruído urbano. Não é este, no entanto, o caso de Aires: “O ruído que trouxe da rua, sacudo-o aqui como se fosse poeira. Liberto-me dele.” (II, 177). Liberta-se dele para se deixar penetrar pelo cantar dos melros (um *leitmotiv* do Diário), pelo rumor das ribeiras, pelo grito dos milhafres, pelas vozes dos netos em correria pela casa, pelo “ruído do vento nos incenseiros e o rumor da chuva fina” (II, 106). Todavia, é no ouvir crescer os pinheiros que Fernando Aires mais se distingue dos seus semelhantes no que respeita à alegria e à paz que esse reparar / estar atento lhe propicia: “Ali hei de ficar a ouvir crescer os pinheiros” (II, 73), “ouço crescer os pinheiros” (II, 81). Qualquer homem atento poderá ouvir o roçar dos pinheiros, mas só um intimista poderia ouvir crescer os pinheiros. Através dos sentidos, Aires parece atingir uma esfera íntima que ultrapassa a superfície das coisas.

O Diário está repleto destes reparos em que não raramente se lê uma comunhão harmoniosa dos sentidos: “o sol já descia no mar, embutido em carmim. Um frémido de luz atravessava o espaço. Pousava, devagar, na cumeeira da serra. Escorria, depois, violeta, até ao rés d’água – um vidro gelado e redondo onde se repetia, invertida, a respiração dos bosques. A terra abria-se como um ventre (...) Perfumava-se de mística e de cedros (...) O rebanho das casas imóveis apascentava o musgo das margens, bebia na água o carmim do céu. E a gente sem saber se devia acreditar.” (II, 126). Este encantamento que persiste perante as coisas, como se as visse pela primeira e última vez, caracteriza o



intimista que julga ser capaz de penetrar cada vez mais «o mistério e a poesia latente das coisas», por isso elas lhe aparecem sempre sob um prisma diferente.

Uma das dimensões da escrita é pois o discurso de um intimista revela uma forma mais humana de existir que não pode ocorrer senão na intimidade de cada ser: “A sociedade alheia-se da essencialidade da pessoa. (...) Depois, nada do que diz respeito ao essencial do homem pode ser posto em execução por decreto imperial. O mais importante acontece sempre no íntimo de cada intimidade.” (II, 120). Eis porque o espaço citadino adquire, no Diário, uma conotação assaz negativa, opondo-se diametralmente ao espaço circunscrito pela casa da Galera que equivale ao *locus amoenus* da intimidade: “aprecio agora este silêncio do meu quarto. A cortina de plátanos e de metrosideros a defender-me do mundo. Pondo à distância a cidade ruidosa e enlameada (...) Ter este canto, esta cadeira que é a minha. Ter esta mesa onde escrevo (...) Saber a cidade ao longe, engasgada de trânsito e de esgares irritados (...) Será que faço batota comigo mesmo para me convencer destes privilégios e poder suportar a cidade cercada e o mais que dentro de mim me constrange?” (II, 99).

Cabe ao escritor o dever de velar por e revelar essa essencialidade, mesmo que isso venha a diminuir o número de possíveis leitores: “Numa época de tecnologias, para muitos não fará sentido um certo tipo de delicadezas e de sentimentos. Por essa razão, talvez grande parte do que aqui fica não tenha mais valor do que um velho *bric-à-brac* que só interessa a meia dúzia de colecionadores de velharias. Mas, por outro lado, não posso deixar de pensar que é justamente ao escritor que se pede seja guardador do imenso rebanho das interioridades e do indizível inacessível às matemáticas. (...) A única lei é que as coisas que fiquem escritas tenham dimensão humana. (...) Que quem encha um volume de palavras se liberte dos grilhões das modas, tantas vezes empobrecedoras das oportunidades de ser. Que deixe bem vincada a evidência de que a vocação humana está na capacidade de desferir livremente o voo até às estrelas sem pedir licença a ninguém. A isto se chama criar.” (II, 148).

A escrita, para Aires, deve funcionar como um antídoto para a falta de humanidade veiculada pelos meios de comunicação social: “Mas o mundo está repassado quase só de violências que a imprensa, a rádio, a TV não se fartam de propagandear. Falta o outro lado humano – o país silencioso e invisível do afeto (...). O espaço ainda mal conhecido do amor que falta mostrar às pessoas para que elas possam continuar a viver.” (II, 147).

Tal como acontece, segundo Girard, com os autores de diários íntimos, Fernando Aires considera a escrita do diário como uma incontornável necessidade diária de existir plenamente e de comunicar, como uma forma desesperada de convivência, devido à dificuldade de relacionamento com os outros e à falta de comunicação real: “E vou à rua e é o mesmo: caras fechadas. As pessoas no seu fadário – curvadas de cuidados e tédios. (...) Penso que alguma coisa de muito errado se passa. (...) Afinal, esta confiança interminável tem a ver com isto mesmo: com o ar desabrido e triste dos que vejo à minha volta. Assim, a única saída é este monólogo de todos os dias.” (II, 170); “Chega mesmo o momento em que se queria, com urgência, uma casa sem gente, habitada apenas pelo nosso querer. (...) Tudo seria então à nossa imagem e semelhança e teria a dimensão da nossa exigência.” (III, 60); “Trata-se, sobretudo, de uma necessidade. De ter alguém que me acompanhe, uma Presença com quem mantenha longa conversa de intimidade e de afeto. Se lhe pusesse ponto final definitivo, não sei o que seria.” (III, 96).

“*Comment peut-on penser que dans l'autobiographie c'est la vie vécue qui produit le texte, alors que c'est le texte qui produit la vie !*” (Lejeune, 1986 : 29). Assim é para Fernando Aires, que, para utilizar a expressão de Girard,



consegue conquistar o seu eu através da escrita: “Só estou preso à vida por este fio de palavras com que vou tecendo estas páginas. Todos os dias as vou tecendo pelo desejo de me refugiar na ficção de me pensar vivo – e então é como se estivesse.” (II, 112).

Conquistar o seu eu, tornando-se aquele em que acredita e que inventa para esse efeito: “vou-me certificando que o escrever é, sobretudo, necessidade. Mesmo assim, mal talhado, o escrever é necessidade. Decerto que sinto os meus limites, mas também, uma vez por outra oportunidades mentais de me esclarecer e de me inventar (...) Assim, muito mais do que o desejo de ser lido, tenho necessidade de me ver descrito e confessado em tinta e papel. Para todos os efeitos, é um retrato que fica (...)” (II, 231). Este «eu», inventado e construído pela escrita, é o seu «eu» verdadeiro e não aquele que os seus vizinhos conhecem.

Aires coloca muito claramente o problema da verdade/falsidade e da sinceridade no terceiro volume. Uns amigos a quem lê umas páginas do diário colocam em dúvida a veracidade do relato que o diarista fez de um velório, ao que ele responde: “A verdade é mais ‘verdadeira’ quando, para estabelecê-la, se usa a ficção de dizer que se comeu amendoins no velório. (...) É nisto que consiste a arte de contar – esta mentira propositadamente inventada para se colher, da forma mais honesta, a porção da verdade possível (...)”. Esta questão é retomada e desenvolvida no volume seguinte do Diário: “Por estranho que pareça, é esta a forma de revelar a ‘verdade’: inventar para ficar mais perto da verdade, e poder comunicar essa ‘verdade’ a quem não participou nela.” (IV, 50). À semelhança dos autores de diários íntimos que Girard descreve, também Fernando Aires lê e relê páginas do seu diário para si próprio e para amigos, como uma maneira de reviver o seu verdadeiro eu (aquele que constrói através da escrita) e de confirmar a sua existência.

Aires não admite a ideia de poder parar de escrever o seu Diário: “Por vezes anseio ‘chegar ao fim’ deste segundo volume do diário. (...) E depois de escrito, de impresso e de contemplado na estante, o que vou fazer comigo?” (II, 146); “Um Diário é assunto que não mais se acaba. Que tem de ser levado até à invalidez ou até à morte.” (II, 180).

Como pensa Girard sobre o diário íntimo, este diário é também uma meditação sobre o tempo e a efemeridade da vida: “Sensação de que tudo é terrivelmente provisório.” (III, 152). Ainda neste mesmo registo e lugar-comum do diário íntimo escrito na maturidade, ocorre frequentemente o tema da velhice ligado à degradação do corpo: “e eu neste estado, como uma árvore de casca enrugada, de folhas cada vez mais raras e frutos cada vez mais mirrados e ácidos. O que o tempo fez de mim em tão pouco tempo.” (III, 178). A sua consciência do absurdo da morte e da constante mutabilidade dos seres leva-o a fixar os espaços íntimos do seu sentir nos quais nem sempre posteriormente se reconhece: “Escreveria agora tudo o que deixei escrito da maneira como o escrevi? Mas ninguém é nunca mais da mesma maneira. Daqui, por vezes, a dificuldade de me reconhecer nas páginas que ficaram definitivamente escritas. (...) há páginas (não sei quantas) que me desespero de não ter rasgado. Porém, apesar das páginas que eu já não diria da mesma maneira como o disse (e que me desespero, sinceramente, de não ter rasgado) ali ficou uma certa memória de mim que não repudio. (...) Afinal tudo é provisório. (...) Isto que passou já tomou ausência como se não tivesse sido.” (II, 32).

Esses espaços íntimos são preenchidos pelo mar da ilha, pela ternura para com os netos, por uma voz de mulher com harpejos de violino, pelas valsas de Strauss e as sinfonias de Beethoven... Olhemos de mais perto para alguns desses espaços.



### O PRIVILÉGIO DA SOLIDÃO

Para Aires, a solidão é um privilégio. Estar só é não se preocupar senão consigo próprio e, assim, viver o prazer de andar nu pela casa, despenteado e com a barba por fazer, é não ter que vigiar a sua maneira de ser perante testemunhas e, assim, poder passar o dia inteiro a pensar na escrita ou simplesmente a olhar um pássaro ou um pinheiro.

Estar só é ver reduzidas ao mínimo as necessidades diárias de uma casa, pois, por exemplo, basta-lhe haver pão, queijo, fruta e água para a refeição. Sobretudo, é a liberdade de conviver com o seu «verdadeiro» sem o constranger do tempo e de se despir da máscara que usa perante os outros, porque “na aparência, somos diferentes conforme estamos com estes ou com aqueles. (...) Porém, definitivamente, somos mais nós quando estamos com o nosso cão.” (III, 67): “o prazer de estar só, atenção miúda ao dentro de mim e a respeito do agora e do outrora. É a liberdade de fazer e não fazer na ausência de testemunhas. É sentimento de que se é dono e senhor do tempo e do modo. É disponibilidade de deixar de ser ator para se ser autor de cada minuto que nos cabe viver.” (II, 85), “Já disse que os meus melhores momentos é quando estou sozinho a rebuscar em mim motivos desta escrita?” (II, 144).

Escrever, para um intimista, é um ato que exige um isolamento voluntário: “No casulo da casa, eu, como escritor, sou um homem voluntariamente solitário, na atitude do médium que espera a visita dos espíritos (...) Sou prisioneiro voluntário” (IV, 47-48). A verdadeira solidão só começa “quando o livro chega ao fim”:

### O OUTRO

O espaço que os outros ocupam no diário de Aires é muito reduzido. Sabemos dos seus serões com um círculo de amigos muito restrito, mas quase nada sabemos acerca desses amigos. Pois, num diário íntimo, os outros ocorrem apenas em relação ao autor e para revelar a sua intimidade. É por isso que tantas vezes os amigos aparecem a ler, a ouvir ou a comentar passagens do seu diário.

Mais significativa ainda é a ausência de Linda. O espaço que a esposa de Aires ocupa no seu diário é apenas o das cinco letras que compõem o seu nome ou quase. Linda é apenas um nome. Na maioria das vezes, ora um nome que o acompanha: “Eu e a Linda” (III, 19 / IV, 15); ora um nome que o deixa sozinho em casa: “A Linda foi de visita a Riba d’Ave, como de costume. Lá fiquei outra vez de casa vazia.” (III, 29). Contudo, nada ficamos a saber a respeito da sua maneira de ser, nem tão pouco a respeito da sua relação com o esposo.

Não deixa de ser significativo porém o facto de serem poucas as referências ao desejo sexual e ao amor. Temas íntimos *per se*. Aqui, muito provavelmente, o meio pequeno onde e para o qual o autor escreve funciona como um agente de inibição. O que tal nos permite afirmar é o facto de encontrarmos no diário algumas passagens em que o autor revela uma grande fascinação por figuras femininas jovens anónimas: uma mulher que passa de lenço vermelho ao pescoço (III, 18) ou uma operadora de caixa num hipermercado com “o rosto e os seios do oval perfeito do quarto crescente” (IV, 88): “A voz dela tinha arpejos de um violino (...) Depois disto tenho a certeza de que nunca mais a esquecerás (...) e eu no desejo de ficar ali naquela sala – para sempre.” (II, 180).



Há uma única referência a uma desordem de carácter sentimental que nos faz supor qualquer desgosto amoroso: “Compreendo, cada vez melhor, como a desordem sentimental de que padeci se vai resolvendo e compensando através da excitação intelectual que a escrita me dá.” (II, 170). No entanto, quando seria pertinente esperar um desenvolvimento desta desordem neste tipo de diário, a primeira e única referência que o diarista faz quanto a ela.

### A FEITURA DA OBRA

Outro espaço íntimo deste diário é o da feitura dos livros e acompanhamento da sua divulgação. O diarista aponta a revisão de provas, o lançamento dos livros, o que eles significam para si, assim como elogios e críticas de que vão sendo alvo, o modo como surgiram os textos: “Escrevi hoje um conto que intitulei O Homem Que Se Perdeu No Mar. Já o vinha pensando há semanas e hoje saiu-me quase de jato (...) O que hoje me saiu, por exemplo, foi sentido como libertação e procura. Pretendeu ser saga e afirmação.” (II, 160). O diarista compara o seu diário a um livro de atas no qual transcreve fiel e integralmente uma entrevista de Vamberto Freitas publicada no Açoriano Regional: “Posto o que passo à dita entrevista que aqui tombarei, como se de um livro de atas este escrito se tratasse.” (III, 51);

No dia 20 de outubro 88, confessa a sua emoção ao rever as provas de *Histórias do Entardecer*. A 3 de julho 90, fala-nos de um conto intitulado “Desenraizados”, escrito em 1988, que nunca deu à estampa por pensar vir a fazer dele uma novela. Em novembro de 92, indica que vai passar a figurar no *Dicionário Cronológico da Literatura* e na *Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa*. No dia 12 de junho de 94, refere um conto intitulado “Elegia a Sul de Capricórnio” e, no dia 25 de maio de 95, revela-nos o carácter autobiográfico dos seus contos *Memórias da Cidade Cercada*.

Carateriza-se este diário por uma constante autoreflexividade no que respeita à obra que se vai criando. Surgem frequentemente inquietudes e dúvidas tanto quanto ao valor intrínseco dos textos, como quanto ao facto de virem ou não a ser lidos: “Disse há dias que gostaria de escrever a dita página cheia de rasgo e de frescura que ainda não escrevi.” (III, 55); “Acabo de reler estas páginas do 3.º volume, numa espécie de balanço geral. (...) há de tudo: passagens aproveitáveis, mesmo boas – não fossem as outras, as medíocres: forçadas, artificiais, sem aquela força por que tanto me tenho esforçado.” (III, 61); “O insulto da escrita falhada” (IV, 10). “Mas os deuses nem vão saber que o livrinho existe.” (II, 19), “Mas quem é que me vai ler? Meia dúzia de pessoas. É daí? Pois sim, mas o estar ali exposto, mesmo sob a forma das metáforas dá desconforto. Põe-me pouco à vontade” (II, 27); “E quando sair impresso [este volume do diário] quem saberá? Quantas pessoas o vão ler? Não tenho dúvidas de que fará menos ruído do que uma pedra atirada ao charco.” (II, 232); “Vistas bem as coisas, que oportunidades tem um ilhéu, que vive no seu rochedo, de vir a ser conhecido na capital e arredores? Antero, Teófilo, Nemésio, fizeram a sua vida pela metrópole e tinham posição – além do talento que Deus lhes deu.” (IV, 12). Este tipo de queixas e a procura de elogios, como abaixo veremos, são, segundo Girard, comuns aos autores de diários íntimos (1986: 506) e caraterizam o seu sentimento de perda do eu.

Como forma de combater este pessimismo, vai lendo os seus textos aos amigos e anotando o seu contentamento por eles agradarem: “O serão foi quase alegre, até porque tive oportunidade de ler coisas da minha lavra. Cometo, por vezes, este pecado, talvez levado pelo desejo de ser ‘centro’. Possivelmente por algo de narcísico que nos toca a todos. Também (e principalmente) por ser oportunidade de catarse, de exercício mental, de pretexto para outras





conversas. Necessidade de me dar a conhecer e de comunicar. (...) Deixem-me ao menos a ilusão de me saber escutado.” (II, 158).

Reconhece sem falso pudor que precisa de se saber lido, de ser elogiado, de se sentir amado: “Ah como me soube bem ouvir as suas palavras sobre os meus escritos! (...) Não se escreve para ouvir elogios. Escreve-se porque sim. Mas eu preciso de alguém que venha e me diga.” (II, 78); “O nosso Ego insaciável de mesuras não suportando o anonimato.” (II, 109). Grita o seu orgulho por ser alvo de elogios por parte de pessoas que respeita, tais como uma sua aluna (II, 145), Onésimo Teotónio de Almeida (II, 37), Eugénio Lisboa (II, 157), ou ainda Vergílio Ferreira: “Tive carta de Vergílio Ferreira falando que tinha lido o meu Diário. (...) Aqui no meu rochedo, recebo notícias de Vergílio Ferreira (...). Um acontecimento destes não podia ficar no segredo. Ajuda-me a amenizar os dias (...) dá-nos uma grande vontade de continuar.” (II, 162). Aires precisa do reconhecimento, não só como escritor, mas também simplesmente como homem sensível que é. Veja-se como ele espera que lhe “façam uma ovação” por ter cozinhado abróteas com batatas e hortaliças (II, 81).

#### **O SER VERSUS O TER: VALORES DO INTIMISTA**

Em sintonia com os valores que inspiram a conduta de muitos autores de diários íntimos, segundo Girard (1986: 534), Aires mostra um profundo desprezo pelo dinheiro e pela atitude consumista da sociedade moderna, pela ambição política e pela “mentalidade burguesa do lucro” (II, 100), a favor dessa forma mais humana de existir que passa forçosamente pela comunhão com a natureza e com a intimidade de cada ser: “deixo aos outros os ganhos fartos em notas de banco, a conquista dos lugares importantes do Poder, (...) A mim me basta a velhice das faias e este cheiro a caruma das matas – as coisas que acrescentam vida à vida (...)” (II, 87); “Não estou nos bastidores da política local (Devia estar?). Nem no segredo da política dos politiquieiros (...) Quando a gente sabe que tudo neles (na esmagadora maioria deles) é da natureza da flatulência (...)” (II, 102); Outra vez o Natal (...) A chamada santa quadra do Natal é isto que se vê: uma espécie de ‘estouro da manada’ (como dizem, suponho, os cowboys) e que faz desabar uma multidão enlouquecida em todo o lugar onde se compram coisas.” (II, 33).

Aires é um espírito confessadamente religioso que recusa o catolicismo tal como é praticado. Revoltado contra os dogmas, não aceita o Deus intolerante e concebe que a fé só pode verdadeiramente ser vivida na intimidade do ser: “15 de agosto, dia de Santa Maria: “A Senhora vai sair no seu andor por entre uma chuvada de dólares, e haverá bebedeiras pelas tabernas e cascas de melancia espalhadas pelo adro. (...) Salve-nos Deus, que é quase só isto a nossa santa religião.” (II, 78); “Mas Deus, se existe, não está lá para (...) Deus não se interessa nada, mesmo nada, com aquilo que os padres insistem em dizer que Ele se interessa: por exemplo, como nós termos de acreditar que é trino e uno. E que o Filho está à direita do Pai, e assim. Deus está interessado é com o nosso coração.” (II, 189); “Dia chegará em que não será na montanha, nem no Templo, nem em nenhum altar particular que se prestará culto, mas no íntimo de cada um.” (III, 208).

#### **ARQUIVO HISTÓRICO**

Como historiador que é, vai anotando a ocorrência de factos que marcam a história, ou lembrando datas já há muito registadas: o ano um depois do muro de Berlim (9/11/89), a queda de Ceausescu (12/89), o octogésimo segundo aniversário do assassinato de Carlos de Bragança (1/2/90), a reunificação da Alemanha (10/90), o bicentenário da



morte de Mozart (5/12/91), a morte de Fernando Namora (31/1/89) ou de Greta Garbo (4/90). Através da simples seleção dos factos, mas também da sua interpretação, o que o autor pretende revelar é uma intimidade.

Estas datas são amiúde acompanhadas de reflexões, mas sobretudo de preocupações que o diarista repudia por não suportar o sentimento de um horror perante o qual se sente totalmente impotente: “As novas que a imprensa traz, cada vez mais inquietantes. Que vai acontecer no Golfo?” II, 233: “últimas notícias sobre a crise do Golfo. Fala-se de uma nova cruzada (...) Mas agora já não é por causa da profanação dos lugares santos do Cristianismo (como foi nos sécs. XI-XII) mas por causa da profanação dos lugares sagrados do Petróleo, outro deus ainda mais universalmente adorado. (...) Com todo o seu cortejo de horrores, a guerra está aí à porta (...) Em mim um sentimento de impotência e de humilhação. Para esquecer, fui à noite ouvir Eduardo Hubert. Tocou Schumann e Ravel.” (II, 224); “No coração dói-me a amargura da impotência. A dor do mundo.” (IV, 83).

Arquiva também nas páginas do seu diário a sua história íntima da cultura açoriana, ao registar impressões de concertos e festivais de música, exposições de pintura e lançamentos de livros, congressos e colóquios. Deixa-nos páginas de valor inestimável ao conciliar crítica literária e testemunho sobre um determinado escritor. É o que acontece, por exemplo, com os escritores Dias de Melo (II, 51-59 / III, 191-192), Daniel de Sá (III, 190), Álamo Oliveira (IV, 100-101), ou com a pintora Luísa Athaide (III, 25-26). Chega a transcrever na íntegra o que disse acerca de um poeta em praça pública. É o caso de Ruy Galvão, que considera seu mestre e muito admira ao ponto de integrar poemas seus nas páginas deste diário (II, 64-65). No mesmo espírito de arquivista que intimamente pretende mostrar, transcreve cartas que escreve a amigos e cartas que deles recebe (II, 82).

Pouco fala da sua atividade de professor, mas a referência a algumas aulas serve-lhe frequentemente para veicular ideias e modos de conceber a História: “Aula sobre o tema: O significado do Sebastianismo no contexto da União Ibérica. (...) Sugeriu-se por exemplo, que na península, por falta de hábitos de investigação científica, só tardiamente se demarca a fronteira entre o possível e o impossível. A realidade e o sonho. Donde a dominância do sobrenatural e da fantasia que ajudam, *também*, a definir a nossa alma sebástica.” (II, 143).

#### QUINTO TEMPO: A PERDA DO EU E A TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO DO PASSADO

*“E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha Mãe.” (II, 133)*

À semelhança de Proust, em *À la recherche du temps perdu*, Aires procede a uma justaposição de tempos e espaços passados e presentes, tentando assim ultrapassar o tempo que nega a vida e o espaço que separa os seres. Tal como acontece no episódio da madalena, no romance de Proust, em que o sabor atual de um biscoito molhado numa chávena de chá desencadeia a lembrança do mesmo sabor experimentado num passado já longínquo e com ele ressuscita todo esse passado, no dia 10 de novembro de 1988, a chuva fina a mudar de direção conforme o vento parece ao diarista um enxame de mosquitos no ar, desencadeando a lembrança da mesma sensação experimentada num dia de desgraça para a sua avó, traz-lhe a memória de um passado não totalmente recuperável: “E foi esta chuvinha, assim como o farelo peneirado do alto, que me trouxe as vozes e um susto diluído que ainda sinto. Tudo cheio de interrupções e de coisas esquecidas para sempre.” (II, 30). A voz da Linda a chamá-lo para o almoço lembrou-lhe a da mãe em semelhante situação (II, 166); o gesto de refrescar uma melancia ao fio da torneira lembrou-lhe o hábito



antigo antes do aparecimento dos frigoríficos (II, 222); a contemplação de uma vindima lembra-lhe “a ladeira pedregosa do Pico do Frade e os homens carregados de cestos de uvas (...)” e o ti Ermínio Cassota (II, 223); o cheiro a sardinha assada lembra-lhe o pai “em mangas de camisa, a comê-las com pão de milho caseiro.” (II, 230); o cheiro a “roupa que em tempos vinha da América para os parentes pobres das Ilhas” lembra-lhe a excitação da família ao chegarem as encomendas de Tia Silvana: “Isto era antigamente.” (III, 34).

O cheiro, o sentido mais trabalhado por Fernando Aires, é dos mais poderosos no que respeita a esta alquimia proustiana: “De manhã a Linda trouxe tangerinas (...) descasquei uma, e o perfume intenso recordou-me tudo de uma vez: o Natal da infância, o licor que minha mãe fazia, o presépio, a consoada (...)” (III, 196); “Surpreendo-me com o poder que tem o cheiro para recriar presenças, disposições de alma (...)” (IV, 60).

Certos lugares são também suscetíveis de ativar a rememoração do passado. É o caso do cais que lhe lembra a sua partida para Coimbra aos 18 anos (II, 151), assim como da casa da sua infância: “basta passar por ali, olhar (...) Num relance, é toda uma vida, com o que ela teve de coisas e de gente.” (III, 57). E assim recorda Tia Querubina, D. Antónia “de luto fechada” e a caixa de música que guardavam no quatinho do meio. No quarto volume, um jantar em sua homenagem no salão do seu antigo liceu traz-lhe lembranças do tempo em que ali vinha como aluno e dá conta das leituras que fazia naquela época: “Depois dos contos de fadas da minha meninice, seguiu-se, de perto, Júlio Verne (...)” (IV, 90).

As transformações inevitáveis do progresso que caracterizam hoje em dia Ponta Delgada acendem na memória do diarista a imagem do antigo rosto desta cidade: “Pus-me a lembrar como era a cidade de há quarenta anos. (...) Que restava de outrora?” (II, 178); “o sítio por onde antigamente se entrava na Mata da Doca (...) Agora já não é mata nenhuma. Agora é uma coisa monstruosa e de pedra (...). Pois naquele tempo, havia ali uma mata (...) Logo no começo, voltada para a Rotunda, ficava a minha escola primária (...)” (II, 227/228). A imagem deste lugar dá azo a recordações da professora e das aulas.

Mortes e aniversários são também energia de ativação da memória: a morte de um amigo (II, 164 / III, 16), o aniversário da morte do seu pai (III, 131-132), o dia do seu aniversário (II, 149 / III, 107 /), ou do da sua esposa: “Faz hoje anos a Linda. (...) E um dia aconteceu o encontro (II, 237/238).

Outro meio de recuperar o passado e de travar a roda do tempo é através da leitura de velhas cartas e jornais: “Estive a ler cartas de há muitos anos e foi como se o tempo parasse” (II, 114); “Encontro num armário vários números do Açores de 1967. Folheio alguns e é como levantar a tampa de um baú onde se tivesse aferrolhado o passado.” (III, 6). Ou ainda da contemplação de velhas fotografias: “Tenho para aí retratos de antepassados (...) Torturo a memória, rebusco-a (...)” (II, 234).

Por analogia, a sua convivência com os netos faz vir à tona impressões da sua própria infância: “Quando a sua neta Beatriz faz um ano: “E eu lembrei a imensa manhã da minha meninice onde havia o lugar do mundo mais seguro que já me foi dado conhecer: o colo de minha mãe.” (II, 133).

A autoreflexividade que caracteriza este diário é ainda um agente de transição do tempo presente para o tempo passado. Assim, na tentativa de explicar a génese do próprio diário, Aires apresenta uma retrospectiva da sua vida



literária: “Desde os verdes anos me tomei de admiração por quem escreve. E, digamos, desde o liceu, no jornalinho ‘Girassol’, me pus a ensaiar aquilo que só no tempo se foi configurando em escrita. Aos 14-15 anos (imagine-se!) comecei mesmo um romance que chegou a ser batizado (‘As ruínas de Valhadolid’) e que morreu, logo ao nascer, de debilidade congénita. Com os anos fui percebendo o em que consiste a intimidade da pessoa consigo mesma (...) Começava eu então (por 45-46) a partilhar dos modos e dos sonhos do grupo do bar Jade (como eu o desegno) do qual saí, em devido tempo, a ideia do Círculo Cultural Antero de Quental e a revistinha Açória. Além da minha pessoa, constituía o grupo o Eduíno (...) o nosso grupo propunha-se em primeiro lugar (...) Depois foi Coimbra (...) Afonso Duarte (...) Foi assim que nasceu este Era Uma Vez o Tempo.” (II, 27-28).

Através da leitura de textos antigos, Aires avalia a consistência ontológica em função da ideia de permanência, desafiando o carácter transformador do tempo: “Estive a ler cartas de há muitos anos. Foi como entrar na minha alma antiga e descobrir como muito pouco mudou (se é que mudou): as mesmas nostalgias, a mesma impaciência, os mesmos desejos. O mesmo silêncio interior onde eu próprio tenho dificuldade em entrar.”

Apesar da aproximação que fizemos com a obra proustiana, Fernando Aires nunca poderá escrever o capítulo intitulado “Le temps retrouvé”, pois para ele os lugares da sua memória são “um estilhaçar de imagens que se incompletam” (II, 228): “No fim, não somos mais do que túmulos vivos de um passado extinto que, em grande parte, não aconteceu da maneira que se conta e, definitivamente, ficará por contar.” (II, 153); “O que temos do passado são pedaços, nomes perdidos, sombras, numa grande promiscuidade impossível de destrinçar.” (III, 196).

Por fim, pensamos que o Diário de Fernando Aires revela uma preocupação estilística que não deve ser menosprezada e poderá ser analisada em relação com o carácter intimista que marca profundamente este texto, como o revelam metáforas tais como: “Depois a chuva para, e o ar, as casas, o chão, ficam com o desalinho de cabelos, o perfume, a frescura de pele, a ereção de mamilos de moça que acabou de sair do banho e se contempla diante do espelho.” (IV, 80). O autor utiliza variados recursos estilísticos para tentar veicular o indizível das coisas, ou mais uma vez «a poesia latente das coisas», como acontece por exemplo com as seguintes aliterações: “a luz fuzilou no espelho do quarto, azulando a escuridão. E os trovões rolaram longamente como calhaus imensos num céu oco.” (II, 118). O autor considera esta preocupação estilística como primordial, pois grava-a nas próprias páginas do seu diário como que para ainda mais a reforçar: “Estar atento ao som das vogais e à posição das consoantes. Ter infinita cautela com os adjetivos e os verbos. Não abusar dos hífenes e das reticências. Recuperar as sílabas perdidas.” (IV, 23).

#### **BIBLIOGRAFIA**

- Aguiar, Cristóvão de (1999) *Relação de Bordo (1964-88)*, Porto, Campo das Letras.
- Aguiar, Cristóvão de (1997) “Relação de Bordo I. Sobre Diário IV de Fernando Aires”, in *Suplemento Açoriano de Cultura*, n.º 56, 12 junho.
- Aires, Fernando (1990) *Era uma Vez o Tempo*, 2º volume, Instituto Cultural de Ponta Delgada. *Era uma Vez o Tempo*, Diário III (1993) e Diário IV (1997), Edições Salamandra, Lisboa.
- Bettencourt, Urbano (1983) *O Gosto das Palavras*, col. Gaivota, n.º 31, Angra, SREC; (1987) *O Gosto das palavras II*, Ponta Delgada, Signo; (1999) *O Gosto das Palavras III*, Lisboa, Edições Salamandra.



- Boerner, Peter (1978) «Place du Journal dans la Littérature Moderne», in *Le Journal Intime et ses Formes Littéraires*, Actes du Colloque de septembre 1975, Genève-Paris, Librairie Droz.
- Didier, Béatrice (1991) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Littératures Modernes, 2è. Ed.
- Durand, Gilbert (1969) *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*, Paris, Brodas.

Freitas, Vamberto (19

91) *Diário de Notícias*, 24 de fevereiro, Revista de Livros.

- Freitas, Vamberto (1992) *O Imaginário dos Escritores Açorianos*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Freitas, Vamberto, (1999) *A Ilha em Frente*, Lisboa, Edições Salamandra.
- Girard, Alain (1986) *Le Journal Intime*, Paris, P.U.F., Collection Dito, 2è. Ed.
- Gusdorf, Georges (1991) *Auto-bio-graphie*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Gusdorf, Georges (1948) *La Découverte de soi*, Paris, P.U.F.
- Lejeune, Philippe (1986) *Moi Aussi, Le Pacte Autobiographique (bis)*, Paris, Seuil.
- Leleu, Michèle (1952) *Les Journaux intimes*, Paris, P.U.F.
- Madelénat, Daniel (1989) *L'Intimisme*, Paris, P.U.F.
- Olney, James (1980) *Autobiography. Essays Theoretical and Critical*, Princeton, Princeton University Press.
- Régio, José (1994) *Páginas do Diário Íntimo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

---

### 3. ANABELA MIMOSO [anabelamimoso@hotmail.com](mailto:anabelamimoso@hotmail.com)

Mesária da Confraria Queirosiana, Licenciada em História, Mestre em Cultura Portuguesa, doutora em Cultura Portuguesa, pela FLUP

Faz parte dos corpos diretivos da Associação de Escritores de Gaia e da Associação Amigos do Solar dos Condes de Resende/Confraria Queirosiana; é mesária da Confraria Queirosiana; faz parte do conselho editorial da “Revista de Portugal”, e é membro associado do Gabinete de História, Arqueologia e Património, presidente do Clube Literário Queirosiano (O Cenáculo).

Como escritora de literatura infantojuvenil (*História de um Rio Contada por um Castanheiro*; *O Manuscrito da Grad' Ouro* (coautora), *Era um Azul tão Verde*; *O Tesouro da Moura*; *Dona Bruxa Gorducha* - distinguido em 1996 pela Revista *Whiteravens* – “O Arrumador”- em *Contos da Cidade das Pontes*, *O Último Período*, *Um Sonho À Procura De Uma Bailarina*; *Parabéns, Caloira! Quando nos Matam os Sonhos*; *Como um Pé-de-Vento* (coautora), Xunta da Galiza; *O Tesouro do castelo do Rei*), participou no projeto “Malas Viajeiras” - 2004 - e “Estafeta do Conto” – 2005 – atividades da Junta da Galiza e a Delegação Norte do Ministério da Cultura.

Tem feito comunicações em vários encontros de professores, escritores e bibliotecários, participado em Feiras do Livro e feito animação de bibliotecas públicas (em Portugal e Galiza) e escolares em encontros com os alunos em escolas portuguesas e galegas.

### O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ANTERO DE QUENTAL



Muito se tem escrito sobre Antero de Quental (S. Miguel, 1842 – S. Miguel, 1891), nomeadamente sobre a sua poesia e o seu pensamento filosófico. Mas há um outro Antero que tem sido subvalorizado: o Antero que refletiu e procurou pôr em prática as suas reflexões e as da Geração de 70 sobre a Educação, sobre a posição da mulher e, particularmente, sobre a Literatura para a Infância.

Através da leitura do Tesouro Poético da Infância, articulada com outros textos deste vulto das nossas letras e com textos de outros autores da mesma época, pretende-se mostrar até que ponto Antero veiculou ou se sobrepôs às ideias pedagógicas oitocentistas e como as pôs em prática. Nesse sentido, procuraremos mostrar a génese e a importância do Tesouro Poético.

O século XIX ficou marcado, politicamente, pelo Liberalismo e, logo, pelo abraçar de grandes causas sociais, entre as quais a batalha da educação, a começar na alfabetização. Para colmatar as lacunas do passado, a alfabetização teria de ser feita em duas frentes: na infância e entre as classes trabalhadoras. Procurava-se então, e sobretudo, «criar um cidadão moralmente sã e socialmente útil», como proclamava Alexandre Herculano, citado por Maria do Rosário Cunha, (2004:32), pois, só assim, se garantiria o acesso ao progresso. Mas a educação garantiria ainda o acesso à liberdade, como dizia Antero, num artigo de 1860 (“Leituras Populares”), tinha então dezoito anos, ao advertir que «um povo que possui a liberdade sem instrução (...), a custo poderá conservá-la, e o que é mais, conservá-la sem abusar» (1982: 116).

O interesse precoce de Antero pela educação, obviamente que tem os seus antecedentes. Diz Albino Forjaz de Sampaio que, muito jovem, em S. Miguel, Antero «assistiu ainda a um grande movimento a favor da instrução popular, dirigido por Castilho, que nesse sentido promoveu uma cruzada em que tomou parte toda a sociedade micalense, podendo-se encontrar nela a génese do interesse de Antero pela instrução das classes populares, revelado logo aos dezoito anos em artigos publicados em revistas de Coimbra» (s.d.: 156-157). Obviamente que este interesse não é seu exclusivo, já que é comum a quase todos os membros da Geração de 70 e, antes deles, a muitos dos românticos.

Assim, dando corpo a este pensamento, por exemplo, em 1850, Castilho publicava a sua *Leitura Repentina. Método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos* (1)<sup>4</sup>, Adolfo Coelho, em 1872, publicaria o texto da sua Conferência “A Questão do Ensino”, Eça de Queirós, nesse mesmo ano, dedicar-lhe-ia várias das suas *Farpas* e, em 1876, publicava João de Deus a *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*.

Para realizarem os fins que tinham em vista, as coordenadas do pensamento pedagógico oitocentista tinham em conta, por um lado, a formação moral e cívica, por outro, a formação profissional, num programa bastante bem pensado. No entanto, apesar dos esforços empreendidos, tão nobre desiderato não se cumpria. Várias causas podem ser apontadas para este estado de coisas, mas elas devem-se, sobretudo, à falta de recursos financeiros, à instabilidade política e à falta de interesse dos políticos. Antero diria então, no mesmo artigo atrás citado: «Remissa e vagarosa, porém, vai a instrução nesta boa terra de Portugal» (1982: 116). Deste modo, as taxas de analfabetismo eram enormes, sobretudo entre as mulheres: em 1878, 64% dos homens e 90% das mulheres eram analfabetos. Bem

<sup>4</sup> Curiosamente, Castilho é também um dos autores ligados aos Açores e, mais concretamente a S. Miguel. Aí viveu entre 1847 e 1850. Foi ainda membro da Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de Ponta Delgada. Antero, em Lisboa, frequentaria o Colégio do Pórtico à Lapa, dirigido pelo seu já conhecido Castilho.



se pode sintetizar na frase de Ramalho Ortigão o pouco esforço que os governos faziam em prol da educação: «Temos um exército de 42 mil homens, que custa 4 a 5 mil contos de réis, e uma instrução pública que custa 799 contos, sobre um orçamento de 23 mil contos» (1992: 25; vol. XV). Apesar do reconhecimento, por parte dos intelectuais liberais, do direito à instrução, a verdade é que, por volta de 1900 a percentagem de total de analfabetos andaria pelos 73%. Não admira, pois, que este avanço tão lento tivesse merecido a Eça, em 1872, uma das suas *Farpas*: «A instrução em Portugal é uma *canalhice* pública» (s.d.: 292)<sup>5</sup>. Eça, mas também Antero haveriam de zurzir ferozmente os sucessivos governos que cometiam chocantes atos contra a cultura, como o encerramento das Conferências do Casino.

Efetivamente, as escolas portuguesas, além de escassas (em 1872, deixavam fora da escolaridade mais de 600 000 crianças, segundo uma das *Farpas* de Eça de Queirós – s.d. 287) não eram propriamente locais aprazíveis para o ensino. No mesmo texto, afirmava-se que: «Os edifícios (a não ser os legados pelo conde de Ferreira, que ainda quase não funcionam) são na sua maior parte uma variante torpe entre o celeiro e o curral. Nem espaço, nem asseio, nem arranjo, nem luz, nem ar. Nada torna o estudo tão penoso como a fealdade da aula» (s.d.: 290). Guerra Junqueiro<sup>6</sup> haveria de condenar a escola num poema da *Musa em Férias*, intitulado precisamente “Escola Portuguesa”:

*Isto escolas!... que indecência!  
Escolas, essa farsada!  
São açougues de inocência,  
São talhos d'anjos, mais nada.*

Manuel Ferreira Patrício, ao analisar este poema, salienta o facto de que para Junqueiro, a escola, «é de sua natureza inadequada à infância, porque impede a natural expansão da sua alegria e da sua espontânea liberdade. É uma prisão hedionda.» (1998: 313), mas vê neste poema não a condenação da escola em geral, mas a da escola portuguesa, mostrando assim o seu desejo de «uma sociedade com outra escola» (1998: 315). Em confronto com as ideias da época, parece-me que esta posição pode ser entendida também como a condenação da escola-instituição e a defesa de um outro tipo de ambiente e, conforme veremos adiante, de outros métodos de ensino,

Ora, se o estado da nossa educação institucionalizada era mau, no que respeita à educação feminina era péssimo, como testemunhava, por exemplo, Eça de Queirós, em 1872: «Os colégios, pelos seus métodos fatigantes, repelem os espíritos das mulheres dos livros e das coisas da ciência» (s.d. 306).

Mas se bem que a *inteligência* da época se preocupasse com a educação feminina, não a punham em pé de igualdade com a educação masculina. Assim, quando Antero de Quental, aos dezassete anos, no artigo intitulado “Educação das Mulheres”, se preocupava com a «necessidade da educação intelectual e, maximamente, moral da mulher» (1982: 113), fá-lo de uma maneira condescendente, já que reconhece que a mulher «é um ente fraco, desvalido, apaixonado», se bem que «nobre» (1982:111). Ora, o seu papel de mãe, de irmã, de esposa, de amante tornam-na na «mestra da nossa educação moral, em todas as fases da nossa vida» (1982: 112). Sintomaticamente,

<sup>5</sup> Claro que não era só o ensino primário que estava em crise: todo o ensino estava em crise, até mesmo, e sobretudo, o ensino universitário, como tão bem caricatura Eça na figura do bacharel.

<sup>6</sup> Lembremos que também Guerra Junqueiro esteve ligado aos Açores, dado que foi secretário-geral do governo civil de Angra do Heroísmo.



em epígrafe a esse artigo, figura a seguinte frase de Aimé Martin: «É em vossa alma, jovens esposas, que repousam os destinos do género humano» (1982: 109). Eça diria: «A valia de uma geração depende da educação que recebeu das mães» (s.d.: 293).

Neste assunto estavam então todos de acordo: liberta da formação profissional, o lugar da mulher era em casa, ocupada a ser esposa e mãe, por isso, a sua educação deveria ser feita também aí, e não no colégio, local perigoso para ela, «onde se aprende a disfarçar», como garantia Eça de Queirós (s.d.:308). Assim, as afortunadas que tinham tido direito à instrução obtiveram-na na esfera familiar, visando, primordialmente, o papel que viriam a desempenhar na família. Precioso testemunho das restrições postas à educação feminina feita em instituições é o texto de Ramalho Ortigão em que ele se insurge contra o costume que, desde 1877, havia de as meninas dos colégios de Lisboa se submeterem a exames no Liceu Nacional, afirmando que estas práticas «comprometem absolutamente os fins da educação, desviam-na do verdadeiro ponto de vista pedagógico, são uma ostentação ridícula, ofendem o bom gosto, desprimoram a delicadeza e a dignidade senhoril, assopram o pedantismo, incham a frivolidade e incapacitam a mulher para a missão a que ela é chamada na família (1992: 123; vol. VIII). Não admira, pois, que, no final do século, 82% das mulheres permanecesse analfabeta. Ainda em 1892, Carolina de A. Lima, citada por Teresa Joaquim, afirma que «para se defender na presente época a instrução da plebe feminina, pugnar pelos seus direitos, (...) é preciso afrontar com a crítica de uma ou outra personalidade, que (...) vê na educação do povo e, em particular, na da mulher, um luxo supérfluo, uma banalidade, um erro até prejudicial à nação.» (1997: 321).

Apesar deste estado depauperado da educação feminina no final do século, o facto de se desejar então que a mulher tivesse uma educação esmerada do ponto de vista moral e sofrível do ponto de vista intelectual marca um avanço em relação aos séculos anteriores, até mesmo em relação a meados do século. Veja-se este texto de Garrett, citado por Teresa Joaquim, em que ele se insurge contra essa abertura: «A educação feminina moderna geralmente se esmera demasiado em prendas e estudos: o nosso século filosófico exagerou-se neste ponto bem como em outros. Com efeito a mulher não foi criada para fazer meia e arrumar baús, como se dizia no tempo dos nossos bisavôs, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna» (1997: 284).

Ora, se por um lado se se reconhecia a necessidade dessa educação para formar os filhos e por outro denegria-se as instituições de ensino, a preparação dos professores, os métodos utilizados, logo, os seus préstimos, seria muito difícil que a mulher obtivesse uma educação esmerada no espaço limitado da sua casa. É o que faz Eça, numa das suas *Farpas*, quando põe em contraste a educação das senhoras inglesas e francesas com as das portuguesas, sobretudo a nível das suas leituras<sup>7</sup>, atribuindo aos colégios a falta de preparação das senhoras portuguesas. Só com grande esforço próprio e da família, é que a mulher portuguesa poderia usufruir de uma educação razoável que a tornasse capaz de educar convenientemente os seus filhos. E poucas foram. O reconhecimento do direito à igualdade na educação só seria uma realidade já o século XX ia adiantado, o que em nada diminui a luta dos autores aqui citados, e de outros, em prol do desenvolvimento da educação da mulher.

---

<sup>7</sup> Alberto Queirós, na *Revolução de Setembro*, de 13 de Junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão "A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte": «tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)





Ora, se as instituições de ensino eram más e os métodos aí seguidos não eram minimamente aliciantes, o caminho a seguir, proposto por estes pensadores era, obviamente, a educação maternal.

Seria no aconchego do lar que a educação deveria começar como, aliás, já preconizava Antero: «A educação, no sentir de um grande homem (Aimé Martin), não deve começar nem pelo clero, nem pelo povo, nem pelas escolas, nem pelos mestres, mas pelos mestres e educadores naturais, - pelas mulheres; pelas mães, pelas filhas, pelas amantes, pelas esposas: e esse bem que lhe fizermos – ficai certos – que todo sobre nós, e com usura, reverterá» (1982: 112). É precisamente devido ao reconhecimento deste papel de “educadoras naturais” que se preconiza que é por sua mão que a educação deve começar. Fora devido à influência de Aimé Martin, mas também de Michelet, que Antero entendia a mulher «como elemento formativo e educador da criança e agenciador da organização doméstica, o fulcro de todo o processo de socialização», como entende Laura Bulger (1993: 71). Anjo do lar, a ela competiria verdadeiramente a transformação da sociedade.

Mas esta convicção é comum a outros escritores. Por isso mesmo, João de Deus dedica-lhes a sua *Cartilha*: «Às mães, que do coração professam a religião da adorável inocência e até por instinto sabem que em cérebros tão tenros e mimosos todo o cansaço e violência pode deixar vestígios indeléveis, oferecemos neste sistema profundamente prático o meio de evitar a seus filhos o flagelo da cartilha tradicional» (1876). Também Guerra Junqueiro, nas “Duas Palavras” que antecedem os seus *Contos para a Infância*, não esconde que remete a sua obra para as mães: «É um ramo de florinhas cândidas, que as mães, à noite, deixarão sem temor na cabeceira dos berços» (1978).

Contudo, os autores que temos vindo a referir defendem que a educação da infância, e dos adultos também, não deveria ficar só pela alfabetização. Para recreação e moralização das crianças e adultos há que dar-lhes a ler livros próprios que, no dizer de Antero, são também «o pão do espírito» (1982: 120). Eça diria num dos *Textos do Distrito de Évora I*, precisamente intitulado “Leitura Modernas” que «A literatura é a educação das almas. Quando ela robustece, fortifica o povo, dá-lhe grandes e belas ideias, justos e fecundos sentimentos; aparecem grandes caracteres, profundas honradezas, amor da justiça, preocupação do trabalho» (s.d. 309), mostrando o quão se valorizava então a literatura, numa época em que nem a televisão, nem o cinema ocupava ainda os ócios do povo. Aliás, até para os camponeses, Antero, inspirado em Cormenin, propunha, em 1860, a criação de uma Bibliotecas Rurais Ambulantes, equipada com livros de leitura apropriada a este setor da sociedade, constituída por «pequenos volumes sobre ciências naturais, medicina doméstica, livros de religião, de agricultura, de política geral, de administração, história, geografia e viagens» (1982: 122).

E para as crianças que espécie de livros lhes eram julgados adequados? Por volta de 1879, escrevia Eça de Queirós, numa das suas cartas enviadas de Inglaterra: «Em geral, nós os portugueses, só começamos a ser idiotas – quando chegamos à idade da razão. Em pequenos, temos todos uma pontinha de génio: e estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou a da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual» (1928: 59). Para dar um exemplo, Eça cita o caso de Inglaterra, onde «existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e génios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebé começa a soletrar, possui logo os seus livros especiais: são obras adoráveis, que não têm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição. Ordinariamente o seu assunto é



uma história, em seis ou sete frases, e decerto menos complicada e dramática que *O Conde de Monte Cristo* ou *Nana*; mas enfim tem os seus personagens, o seu enredo, a sua moral, e a sua catástrofe» (1928:56).

Se esta era a leitura recomendada para os mais novinhos, a verdade é que havia também uma leitura para leitores em processo: «Depois, quando o bebé chega aos seus oito ou nove anos, proporciona-se-lhe outra literatura (...) vêm então as histórias de viagens, de caçadas, de naufrágios, de destinos fortes, a salutar crónica do triunfo do esforço humano sobre a resistência da natureza.

Tudo isto é contado numa linguagem simples, pura, clara» (1928:57).

Finalmente para o jovem leitor experiente ou fluente, impõem-se outros temas: «popularização da ciência; descrições dramáticas do universo; estudos cativantes do mundo das plantas, do mar, das aves; viagens e descobertas; a história; e, enfim, em livros de imaginação a vida social apresentada de modo que nem uma realidade muito crua ponha no espírito tenro securas de misantropia, nem uma falsa idealização produza uma sentimentalidade mórbida» (1928: 58).

Eça traça, assim, um verdadeiro programa de leitura para a infância e para a juventude.

Mas, se em Inglaterra existia então uma Literatura infantojuvenil, a verdade é que «em Portugal nem em tal jamais se ouviu falar» (1928: 58).

Eça acrescentaria ainda uma nota importante a este programa quando, num artigo denominado “O Francesismo” de 1887, incluído posteriormente nas *Últimas Páginas*, ao referir-se à sua infância em Verdemilho, na casa dos seus avós, ele convocava a figura do criado Mateus trazido do Brasil pelo avô: «A minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos de um velho escudeiro preto, grande leitor de literatura de cordel, as histórias que ele contava de Carlos Magno e dos Doze Pares» (s.d.: 388). Recordemos que foi também por meio das criadas velhas que Garrett conheceu e amou a literatura oral. Literatura tradicional ou narrativas originais apropriadas constituiriam então, segundo Eça, o corpo de uma biblioteca infantil.

Mas as preocupações pedagógicas do autor de *Os Maias* levam-no mais longe: em 1891 planeava mesmo publicar uma biblioteca escolar, para o que contactara o editor francês Delagrave. Escreve Calvet de Magalhães: «Das várias conversas que tivera com Delagrave resultara a aceitação por parte deste de se associar com José Maria para lançar em Portugal uma biblioteca escolar e este, exultando, comunicava o facto a Oliveira Martins, oferecendo-lhe uma participação no projeto e contando com a sua influência política para encontrar a “fórmula” que permitisse a aceitação oficial do empreendimento» (2000: 189-190). O plano não foi para a frente, porque Oliveira Martins não conseguiu remover os obstáculos que o sistema levantava à escolha dos compêndios.

Apesar de todas as suas preocupações, não seria, no entanto Eça a dar forma à necessidade de haver uma literatura para a infância, se bem que não desdenhasse produzi-la em troca de «Uma boa fazenda, de rendimento certo, numa província rica, com casa mobilada e alguns cavalos na cavalaria, não seria talvez de mais. Se a gratidão do governo imperial quisesse juntar a isto, para alfinetes, um ou dois milhões em ouro, eu não os recusaria. E, se me não quisessem dar nada, bastar-me-ia então que um só bebé se risse e fosse alguns minutos feliz. Pensando bem: - é esta a recompensa que prefiro» (1928: 61). Não o fez, mas o repto estava lançado.



Quando, em 1883, Antero publica o seu *Tesouro Poético da Infância* é, pois, um precursor da Literatura Infantil no nosso país, a par de Guerra Junqueiro (*Contos para a Infância* – 1877), de Adolfo Coelho (*Contos Nacionais para Crianças* – 1883) e, talvez, o primeiro a perceber o encantamento e a sedução que o texto poético desperta no público infantil, pois, se bem que Adolfo Coelho tenha recolhido no mesmo ano (1883) *Jogos e Rimas Infantis*, estas tinham um carácter essencialmente lúdico, cabendo a este autor o mérito de “descobrir” a utilidade do jogo: «forma adequada da atividade da criança – atividade sem finalidade consciente» (1994:138). Não se trata, portanto, verdadeiramente de poesia.

Evidentemente que várias explicações podem ser dadas para o papel pioneiro que Antero teve na literatura para crianças, para além, obviamente, da crença na ideia de que “a arte afeta o progresso da sociedade”, que está na base do Realismo e para além da crença na «alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos», conforme a “Nota [Final da Odes Modernas]”, datada de 1865 (1982:195). Uma delas é o extraordinário sentido de ética que Antero possuía. Evidentemente que para a Geração de 70 a arte é produto de um modo particular de entendimento do mundo moral e é motor de renovação literária<sup>8</sup>, mas em Antero esse sentido ético é profundamente vivido, pois, para ele, «dada a sua nobreza moral, a filosofia não significa apenas a curiosidade do intelecto. A ideia torna-se nele uma condutora de vida, em norma da existência. As abstrações fazem-se sangue, o verbo faz-se carne», como explicaria Junqueiro no seu “Antero de Quental: o drama da sua vida” (1978: 18-19). O próprio Antero teve muitas oportunidades de vincar esta sua forma de viver. Assim, por exemplo, em 1889, num artigo sobre “O Socialismo e a Moral”, Antero proclamaria: «moralidade, moralidade e sempre moralidade!» e, mais adiante, evocaria a frase de Proudhon: «o mundo só pela moral será libertado e salvo» (1982: 441 e 442).

Eça salientou também essa austera linha de ética «porque ela o explica nesses anos de paz e admirável doçura» (1913: 369), nos tempos em que, em Vila do Conde, «com ele viviam as duas meninas que adotara, “as suas pequenas”, que então ensinava e educava» (1913: 370). Emocionado, Guerra Junqueiro haveria de afirmar que «Houve em gérmen, em Antero de Quental, um santo, um filósofo e um herói» (1978: 13) E mais adiante haveria de realçar a sua «Consciência de justo, cristalina, límpida, inalterável, levando, pelo cumprimento do dever, ao heroísmo e à santidade» (1978: 17). Bem podemos dizer, como afirmou Luís de Araújo, que «da reflexão ética de Antero resulta que o progresso humano se enraíza no aprofundamento da experiência da consciência moral, voz íntima que orienta o aperfeiçoamento pessoal em que se traduz o supremo objetivo do dever» (1993: 35). De facto, a «arte, para Antero, só pode ser alcançada através do Bem», como constatou Lucette Petit (1993: 242).

Em 1881, pouco antes da publicação do seu *Tesouro*, Antero fixara residência em Vila do Conde, juntamente com as duas filhas do seu amigo Germano Meireles que tinham ficado órfãs, iniciando assim a educação das duas meninas. Para elas terá escrito “As Fadas”, composição original sua que figurará na antologia poética. Que Antero não encetou a missão de educar as duas meninas forçado pela amizade que nutria pelo pai delas, é bem claro nas palavras de Eça que não se cansa de referir o gosto que Antero tinha em lidar com crianças: «Era tocante como atraía as crianças.

---

<sup>8</sup> «Entre nós nenhuma senhora se dá às sérias leituras de ciência. Não da profunda ciência (o seu cérebro não a suportaria), mas mesmo dos lados pitorescos da ciência, curiosidades da botânica, história natural dos animais, maravilhas dos mares e dos céus. Isso lembra-lhes a mestra, o dever, a monotonia dos colégios. Depois acham vulgar, insípido. Querem ser impressionadas abaladas – preferem o drama e o romance. As senhoras inglesas e francesas aos serões da família, lê, ou para si, ou em **voz alta** aos irmãos mais pequenos ou aos filhos, livros de história natural, curiosas vidas de animais, viagens» (s.d. 307, sublinhados meus).



Muitas noites em Santo Ovídio, quando junto do fogão Antero conversava, sentado no meio de um divã, na sua atitude costumada, com as pernas cruzadas, as duas mãos cruzadas sobre o joelho magro, surpreendi pequenos de seis ou sete anos, que, desviando os olhos de algum livro de estampas, o contemplavam maravilhados. Ele possuía, de resto, a subtil ciência de tratar com crianças (...).

O motivo desta incomparável sedução era a sua bondade, tão luminosa, tão repassada de intelectualidade. Antero nesse tempo, tornado verdadeiramente Santo Antero, irradiava bondade» (1913: 381-2).

Este foi o tempo em que Antero respirava saúde e boa disposição, conforme Eça nos testemunha. Foi aquilo a que Ana Maria Martins chamou «A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991» (1993: 165): «é o tempo das grandes leituras ou releituras e o seu pessimismo ia-se desvanecendo com a vida contemplativa “no meio da natureza”. Com as filhas adotivas e o sobrinho Jorge, dava grandes passeios pelos campos e praias» (*ibidem*: 167).

Mas poderemos falar ainda de outras características do caráter anteriano. Isabel Pires de Lima salientou, na sua alocução de abertura do Colóquio Internacional por ocasião do centenário da sua morte, que: «Toda a sua vida foi dominada por uma ânsia de perfeição, pela obsessiva perseguição de uma essência inalterável e eterna, pela procura dilacerada de um “farol firme”, capaz de o nortear a ele mesmo e à sua geração, face à qual Antero foi, para o bem e para o mal, ele próprio um farol» (1993: 9). É neste sentido que Forjaz Sampaio o tinha considerado o primeiro dos “poetas revolucionários”, juntamente com Guilherme Braga, Guilherme de Azevedo, Gomes Leal, Guerra Junqueiro e outros (s.d.: 195).

O seu exemplo em prol da literatura para crianças seria seguido por outros escritores da sua geração que não desdenharam dedicar-se a um “género” então considerado menor. E fê-lo muito bem, pois, para além da natural preocupação com a educação, para além de ser «um académico revolucionário e racionalista», era «além da melhor ideia da Academia, o seu melhor verbo», como afirmou Eça (1913: 349-50), seu grande admirador.

Todas estas ideias atrás expostas podem ser comprovadas na “Advertência” ao *Tesouro*. Da autoria do próprio autor, é um precioso documento que convém explorar. Aí se faz a distinção entre Literatura Infantil e a “outra”, a tal dos “homens sisudos”, já que o autor destina esse “livrinho” «exclusivamente à infância» (1983: 5). Aliás, a designação de “livrinho” dada à obra, aponta para o lugar modesto que a literatura então destinada aos mais novos tinha. Assim a pensava também Eça, na já citada carta, uma vez que a considera própria para a pena das senhoras. Dizia ele: «Muitas senhoras inteligentes e pobres se poderiam empregar em escrever essas fáceis histórias (...). Há entre nós artistas de lápis fácil e engraçado, que comentariam bem essas aventuras num desenho de simples contorno, sem sombras e sem relevo, lavado a cores transparentes» (1928: 60). Se era às mães que cabia o papel de educadoras e de mediadoras da leitura, bem podiam ser elas a escrever, repto que algumas mulheres de então aceitariam: Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Maria Rita Chiappe Cadet († 1885) e, um pouco mais tarde, Ana Castro Osório (1872-1935), Alice Pestana ou Caiel, de seu nome literário, (1860-1929) e Virgínia Castro e Almeida (1874-1945). Aliás, esta presença feminina marcaria a literatura para a infância até meados do século XX, constituindo aquilo que ficou conhecido por “escrita maternal”, não já, ou não ainda, literatura. Aliás é sintomático o que Forjaz Sampaio diz sobre esta “literatura”: «O conto para crianças é o género literário que em Portugal tem sido – **como é natural** – quase exclusivamente cultivado por escritoras» (s.d.: 310).



Um pouco mais adiante, na “Advertência” ao *Tesouro*, lê-se: «Destina-se pois este **volumezinho** sobretudo à leitura doméstica», logo à mediação maternal como seria de esperar, se bem que, «Talvez não fosse também descabido nas escolas das primeiras letras: mas receio que a simplicidades quase sempre pueril dos assuntos e a tenuidade do estilo pareçam a muitos mestres destoar daquela gravidade pedagógica que, em **seu** entender, é atributo do ensino». Não no entender de Antero, nem no de Froebel, nem no de João de Deus que ele evoca, pois todos eles defendem que «o tipo de ensino é o maternal, o que segue passo a passo as tendências naturais e acomoda o método e doutrina à condição peculiar do espírito infantil». E imediatamente a seguir reitera a ideia expressa acima na quadra de Junqueiro: «Para uns entezinhos, em quem tudo é movimento e imaginação, a escola, se não for jardim, será só prisão, a doutrina, se não for encanto, será só tortura». São pois as mães que «compreendem por instinto que é pelo caminho florido e suave da imaginação e do sentimento que a infância deve ser encaminhada para o mundo superior da razão», pois que «a razão reveste, para o espírito em que tudo é instinto e fantasia, as formas da intuição e da imaginação: essas formas podem porém envolver **lição moral** e até elevados conceitos racionais». Estão assim traçados os objetivos da literatura infantil: desenvolver a imaginação, veicular princípios.

Faltava explicar o porquê da poesia: «Ora é esse justamente o caráter e privilégio da **poesia**: tornar, pela idealização sentimental dúctil e plástico o que, nas formas da pura razão, é naturalmente abstrato e acessível só à meditação. A poesia é o ideal percebido instintivamente». A poesia é entendida como o instrumento, por excelência, para desenvolver o sentimento do bem e do belo. Para ser percebida **instintivamente** pela criança, Antero confessa que teve que recusar o recurso à poesia clássica, optando por recorrer à poesia popular, pois, «O povo é uma grande criança coletiva, é o eterno infante», ou seja «dizer popular é pois dizer infantil... É que uns e outros são *simples*». Não deixa também de mencionar a importância da memória e da afetividade na transmissão oral: «E todos nos recordamos do prazer delicioso com que escutámos, na meninice, os contos maravilhosos ou os romances e cantigas com que alguma criada velha nos sabia encurtar, como por encanto, as horas largas dos serões de inverno». A inclusão de composições pertencentes à cultura popular, recuperada desde o Romantismo, justifica-se ainda pelo seu interesse sobretudo estético e pedagógico e atendendo também à sua simplicidade. Por esse motivo, recorreu aos romanceiros e aos cancioneros populares, mas nem por isso se esqueceu de incluir também a poesia «publicada nos últimos sessenta anos» (Tomás Ribeiro, Castilho, Guilherme Braga, João de Deus, o mais representado, Gonçalves Crespo, Júlio Dinis, Gomes Leal, Bulhão Pato, Guerra Junqueiro, Soares dos Passos, João de Lemos - Eusebiozinho bem podia ter aprendido no *Tesouro*, o poema “A Lua de Londres” que declamou, a pedido da mamã, para o Sr. Vilaça – são os mais conhecidos), não faltando também os poetas brasileiros, o que deu um volume, se não tão rico como se fazem em Inglaterra ou na Alemanha, pelo menos “remediado”. Não resistiu, porém, como ele confessa, à tentação «de suprimir uma ou outra estrofe e de substituir uma ou outra palavra... inadequadas à compreensão infantil». Curiosa é a explicação que dá para a inclusão da ode “Deus” de Alexandre Herculano, uma vez que embora reconhecendo, que «o grandioso e sublime não é certamente para as crianças», também admite que «há certa sublimidade que elas sentem intuitivamente, embora não cheguem a compreender», reconhecendo assim a capacidade que a criança tem de ser sensível à beleza.

Depois de afirmar que a Advertência terminara, ainda acrescenta que «Se as **mães** de família e os **mestres inteligentes** acolherem com favor este **livrinho**, aplaudir-me-ei por este pequeno serviço prestado à causa da educação» (1983: Advertência).



Se alguns homens cultivaram então a literatura para crianças, como Antero e Guerra Junqueiro, fizeram-no mais, sobretudo, como compiladores e animados pela convicção de estarem a prestar um serviço à aprendizagem da leitura, ao desenvolvimento da imaginação, à aprendizagem das regras da moral, mas também à recreação do espírito.

Antero projetava ainda escrever mais dois ou três livros para a Infância e Adolescência<sup>9</sup>, o que não fez, porque lhe faltou o estímulo, porque lhe faltou a vida. Que Antero tenha sido recompensado com muitos sorrisos de crianças no pouco tempo que ainda viveu, já que não consta que o governo de então lhe tenha ficado grato, nem tenha agraciado este papel pioneiro na História da Poesia para a Infância!

**BIBLIOGRAFIA:**

- ARAÚJO, Luís (1993) '*Antero: o Repto da Ética*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- BARRETO, Garcia (2002) *Dicionário de Literatura Infantil*, Porto: Campo das Letras
- BERRINI, Beatriz (2000) *Eça de Queiroz: Literatura e Arte – uma Antologia*, Lisboa: Relógio de Água
- BULGER, Laura Fernanda (1993) '*O Enigma do Feminino nos Textos de Antero*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- COELHO, Adolfo (1994) *Jogos e Rimas Infantis* (1883), Porto: Asa
- CUNHA, Maria do Rosário (2004) *A Inscrição do Livro e da Leitura na Ficção de Eça de Queirós*, Coimbra: Almedina
- DEUS, João (1876) *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, Lisboa: Expresso (ed. fac-similada)
- JOAQUIM, Teresa (1997) *Menina e Moça: A Construção Social da Feminilidade*, Lisboa, Fim de Século Ed.
- JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Contos para a Infância* (1877), Porto: Lello & irmão
- JUNQUEIRO, Guerra (1978) *Prosas Dispersas*, Porto: Lello & Irmão
- MAGALHÃES, José Calvet (2000), *Eça de Queirós: Vida Privada*, Lisboa: Bizâncio
- MARTINS, Ana Maria (1993) '*A Década de Ouro de Vila do Conde – 1881-1991*', *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1998) '*A Libertação do Homem em Junqueiro*' in *Guerra Junqueiro e a Modernidade*, Porto: Lello Editores
- PETIT, Lucette (1993) '*A Busca do Bem e a Busca do Belo: Antero e Eça*', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa
- QUEIRÓS, Eça (1928) *Cartas de Inglaterra*, Porto: Liv. Chardron, de Lello & Irmão
- QUEIRÓS, Eça (1913) *Notas Contemporâneas*, Porto: Lello & Irmão
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Uma Campanha Alegre* in *Obras Completas*, Lisboa: Resomnia Ed.
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Textos do Distrito de Évora I*, Lisboa: Resomnia Ed.
- QUEIRÓS, Eça (s.d.) *Últimas Páginas*, Porto: Lello & Irmão
- QUENTAL, Antero (1982) *Prosas sociopolíticas*, Lisboa: IN-CM

<sup>9</sup> Leia-se a comunicação de Maria Emília Traça "Antero e os «Tesouros» para a Infância", especialmente, a pág. 372. Alberto Queirós, na *Revolução de Setembro*, de 13 de Junho de 1871, resumiria esta máxima num texto crítico sobre a conferência do irmão "A Nova Literatura: O Realismo como Nova Expressão de Arte": «tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais», - citado por Beatriz Berrini (2000: 22)



QUENTAL, Antero (1983) *Tesouro Poético da Infância* (1893), Porto: Lello & Irmão

SAMPAIO, Albino Forjaz de (s.d.) *História da Literatura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*, Porto: Liv. Fernando Machado

TRAÇA, Maria Emília (1993) 'Antero e os «Tesouros» para a Infância', in *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (org. de Isabel Pires de Lima), Porto: Asa.

---

#### 4. CARMEN MARIA COMINO, [cmcomino@unex.es](mailto:cmcomino@unex.es)

Doutora em Filologia Românica pela Universidade de Granada (2003). Professora *Ayudante* de Filologia Portuguesa na Faculdade de *Filosofía y Letras* (Cáceres) da Universidade de Extremadura (Espanha). A sua participação mais recentemente publicada, na Área de Tradução, encontra-se no livro *Perfiles de la traducción hispano-portuguesa I*, Vigo: Universidade de Vigo, 2005.

#### PERFIS DA TRADIÇÃO PAREMIOLÓGICA NAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DO QUIXOTE

*Após a experiência que representou ter lido as traduções de El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha em português, este artigo visa analisar, sob um ponto de vista paremiológico, as principais dificuldades que tal leitura me sugeriu. Nesta abordagem, a autora pretende fazer uma reflexão sobre a pertinência do estudo da paremiologia tradicional no âmbito da teoria da tradução literária, sobretudo com autores do Século de Ouro espanhol como Cervantes. Aborda vários casos específicos da tradução da imortal obra deste autor em Portugal e no Brasil, interessantes do ponto de vista histórico temporal, e examina as principais particularidades extraídas das traduções desses autores. O conhecimento paremiológico ad hoc por parte dos tradutores, antes ou no momento de proceder à tarefa de traduzir esta obra, são também objeto de análise. As características contextuais nas quais se inserem os textos objeto de estudo serão descritas como base preliminar para a compreensão caso clarifiquem ou modifiquem as parémias. Merece especial destaque o reconhecimento expresso dos provérbios por parte dos tradutores, assim como as suas observações sobre os mesmos e as referências à obra de outros autores.*

Desde que, em 1794, veio a lume a primeira tradução portuguesa, anónima, de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* até ao nosso século, têm-se sucedido várias traduções e edições. As duas últimas<sup>10</sup>, de 2005, coincidem com o quarto centenário da publicação da primeira parte desta obra de Cervantes. Neste ensaio não vou entrar no estudo pormenorizado de cada uma delas; servir-me-ei da tradução de José Bento quando o achar elucidativo para a apresentação dos contextos onde se inserem os provérbios.

---

<sup>10</sup> *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha*, tradução e notas de José Bento, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2005; *O Engenhoso Hidalgo D. Quixote de la Mancha*, tradução e notas de Miguel Serras Pereira, Lisboa, D. Quixote, 2005. Esta última acabou de publicar-se também periodicamente com o *Expresso*, em 10 volumes. As minhas citações da tradução de Serras Pereira procedem destes últimos.



O destaque dado aos provérbios na obra cervantina tem sido mencionado, nomeadamente, pelos aqueles estudiosos que se interessaram pelos provérbios portugueses. Assim, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1986: 29) salientava a universalidade que alcançaram os provérbios, dada a sua frequência na boca de personagens que se tornaram quase protótipos:

Os provérbios espanhóis que alguns representantes geniais do respetivo espírito nacional, tais como o cavaleiro engenhoso, o seu escudeiro e a velha Celestina, tornaram famosos no mundo inteiro...<sup>11</sup>

As obras antigas de compilação dos provérbios portugueses datam do século XVII. Anteriormente, já Fernán Núñez tinha incluído alguns provérbios portugueses nos seus *Refranes*, publicados em 1555 em Salamanca (ex.: “A aden, molher, e cabra, he ma cousa sendo magra”; “A carga bem se leva, ò sobrenal causa a queda”; “Achò o cego hum dinheiro”). Da autoria de Frei Aleixo de Santo António é a *Filosofia Moral tirada de alguns provérbios*, 1640; de António Delicado, *Adágios Portugueses*, 1651, de Bento Pereira, *Florilégios*, 1655. Os dicionários de Agostinho Barbosa, *Dictionarium Lusitanico-latinum*, 1611 e de Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, 1712-1728, apresentam provérbios e expressões sentenciosas em grande número. Próximos da data da primeira tradução do *D. Quixote*, estão os *Adágios* de Francisco Rolland, 1780, ricos de conteúdo, ordenados por assuntos, que encontraram alguma divulgação.

Muito de quanto alguns autores (Sbarbi, 1874-1878) consideraram não serem mais do que criações espanholas, é comum às duas nações irmãs, sobretudo no que, quanto à forma e ao conteúdo, se revela arcaico. Para Carolina Michaëlis, naqueles casos em que a rima e a assonância aparecem na forma castelhana e não na portuguesa, é que se mostra que a versão castelhana é a mais primitiva. Por ex. “*A quem mal vive, o medo lhe segue*” (= *sigue*). - “*Alegria certa, candeia morta*” (= *cierta, muerta*). No entanto, «muitas vezes basta, contudo, retroceder até ao português arcaico para se restabelecer a rima. É o caso por ex. de: “*A coelho ido, conselho vindo*” = “*A coelho ido, conselho vêido*» (Michaëlis, 1986: 35)<sup>12</sup>.

O uso dos provérbios e anexins populares na literatura faz-nos recuar à época do classicismo português. Um homem da corte, Jorge Ferreira de Vasconcelos, escreveu dramas carregados de sentenças segundo o modelo da *Celestina*. Passemos a considerar a seguir como têm sido tratadas algumas parémias espanholas que oferecem certa dificuldade, alguma surpresa ou perdem conotações nas traduções portuguesas do *Quixote*. Atendendo à intenção expressa de um dos últimos tradutores, compreendemos por que é que faz o seu trabalho de traduzir em linhas gerais (José Bento, 2005: 12):

Quanto à minha tradução [...] fi-la sobretudo para melhor poder saborear esta obra querida, não no seu original mas em algo que também é meu.

<sup>11</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Mil provérbios portugueses”, em *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7 (1986), pp. 29-71. Este artigo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos apareceu publicado primeiramente no volume em honra do Prof. Doutor A. Tobler (*Festschrift zum siebzigsten geburtstage Adolf Tobler's*) organizado pela Sociedade Berlinense para o Estudo das Línguas Modernas (Braunschweig, 1905, pp. 13-48). A tradução deste artigo, de alemão para português, foi feito por Maria da Assunção Pinto Correia.

<sup>12</sup> Carolina Michaëlis de Vasconcelos “Mil provérbios portugueses”, *op. cit.*, p. 35, nota 21.





Palavras reveladoras não só do espírito que guia a tradução do *Quixote* de José Bento, mas também da maneira em que a introduz no seu mundo de (re)criação. É bom lembrar as palavras de Octávio Paz (1990: 23) “traducción y creación son operaciones gemelas”. Nem por isso José Bento deixa de manifestar o seu interesse por ser fiel ao texto original (“Pretendi servir o livro traduzido, cingindo-me muito à sua letra, que cifra o seu espírito, o que não foi fácil nem isento de dúvidas e de receios”) nem de prestar particular atenção a determinados elementos que condizem com o mesmo espírito: “... concedi a atenção para mim possível a muitos **provérbios**, procurando situar muitos deles por os considerar um elemento importante do saber do tempo, reveladores da mentalidade de quem os cita, mesmo quando o faz para os parodiar, como acontece por vezes com Sancho [...], não esquecendo que muitos desses dizeres faziam parte do património da língua que o escritor aproveita nos seus variados recursos<sup>13</sup>” (Bento, 2005: 12). A única condição que estabelece Ciça Pinto – servindo-se da recomendação do capítulo XXVI do *Quixote* – para o uso dos provérbios é ter habilidade para sua colocação na conversa (Pinto, 2001: 11).

Não sendo José Bento o único tradutor que comenta os provérbios do *Quixote*, é sim o único que mostra – na “Nota” inicial da tradução – a sua especial atenção e cuidado para com estes elementos. Assim, por exemplo, quando Sancho, com uma visão fatalista – a que traz a desgraça (Amando de Miguel: 2000, 74), se mostra arrependido da sua ambição de querer ser governador, expressa o provérbio **por su mal le nacieron alas a la hormiga** (II, 33, 906.14, S.<sup>14</sup>). José Bento que traduz “para seu mal nasceram asas à formiga” indica, em nota de rodapé, que se trata de uma alusão ao provérbio recolhido por Hernán Nuñez: “De grande subida, grande queda: para seu mal nascem asas à formiga”, e que existe em português. O que não explica, apesar de ser um provérbio um pouco críptico, é o porquê do seu significado – como o faz noutros casos. Tem de se contemplar que o que parece benefício pode conduzir à perdição, pois as asas que nascem às formigas ou são de limitada duração por natureza ou terminam os seus dias no ventre dalguns animais; quando as formigas voam são presa mais fácil dos pássaros. Por isso, o facto de começar a estrutura em espanhol “por su mal” e em português “para seu mal” podem ser equivalentes se ambas tiverem um sentido de finalidade, de fatalidade, embora o primeiro pareça causal à primeira vista. Compreende-se isto se atentarmos nas palavras de Sancho no diálogo com a duquesa que precedem o provérbio: “Y si vuestra altanería no quisiese que se me dé el prometido gobierno, de menos me hizo Dios, y podría ser que el no dármele redundase en pro de mi conciencia, que, manguera tonto, se me entiende aquel refrán de «por su mal le nacieron alas a la hormiga», y aun podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador”. Na tradução de José Bento (2005: 692):

“E assim, se vossa altanaria não quizer que se me dê o prometido governo, antes Deus fez-me de menos, e talvez não me dar mais acabasse por ser benefício para minha consciência; que embora eu seja pateta, entendo aquele provérbio que diz «para seu mal nasceram asas à formiga»”.

Este aspeto negativo é o que não se deduz do acrescentado a este provérbio por Luís da Câmara Cascudo (1952, 26) no Prefácio da tradução brasileira do *Dom Quixote de la Mancha*, realizada por Almir de Andrade (Primeira Parte)

<sup>13</sup> José Bento na “Nota” inicial da sua tradução de *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha*, p. 12. O sublinhado é meu (em todos os casos).

<sup>14</sup> Indico no original espanhol a parte do *Quijote* em números romanos e, a seguir, o capítulo, a página e a linha em números arábicos, conforme a edição dirigida por F. Rico, Crítica, 1999. Os nomes dos personagens estão abreviados quando são dom Quixote ou Sancho.



e Milton Amado (Segunda Parte), em 1952: “A formiga quando quer se perder cria asas”. É nesse mesmo sentido que Milton Amado o traduz?: “*para perder-se a formiga criou asas*” (Andrade, 1952: IV, 1355<sup>15</sup>). Ora bem, a perda não é a vontade que a formiga tem de fugir, como se poderia deduzir no tratamento do provérbio que fazem estes autores, mas uma consequência negativa da altanaria, seria a sua “perdição”. O provérbio estava presente na coletânea do português Francisco Rolland, – *Dá Deos azas á formiga, para que se perca mais asinha* (Rolland, 1780: 56) – e nos *Ditados tópicos de Portugal Coligidos da Tradição Oral* (Leite de Vasconcelos, 1882). Existe com outras variantes semelhantes ao que analisávamos anteriormente, no *Vocabulário* de Correas (2000: 656<sup>16</sup>), “*Por su mal y ruina nacen alas a la hormiga*” e “*Da Dios alas a la hormiga, para que se pierda más aína*” (Correas, 2000, 215), que poderiam ser a base para o uso de uma ou outra preposição (*por / para*). Esta última variante é a mais conhecida e a que se encontra na tradução de Benalcanfor, de Carcomo e, mais tarde, na de Ribeiro: “*Dá Deus asas à formiga para que se perca mais asinha*” (Benalcanfor, 1877<sup>17</sup>: II, 249); (Carcomo, 1888: II, 239); (Ribeiro, 1954: II, 155). Serviria até para introduzir as palavras de Sancho, “*podría ser que se fuese más aína Sancho escudero al cielo que no Sancho gobernador*”, que retomam o contraste metafórico entre a subida ao céu e a queda; entre o ser escudeiro e governador para o bem da sua alma.

O uso, alusão ou evocação dos provérbios e frases proverbiais apresenta-se às vezes no *Quixote* de maneira inacabada ou até contrária daquilo que seria lícito esperar. Hoje em dia já poucos duvidarão da importância de que se revestem na obra de Cervantes aspetos como a “dilogia”, a ambiguidade e o jogo verbal em geral. Merece atenção particular como é proferido por Teresa Pança, que se quer opor à vontade ou capricho do marido, o provérbio repetido noutros contextos na forma habitual, “*allá van leyes do quieren reyes*” (II, 37, p. 936.22, doña Rodríguez), ou enunciando a primeira parte e dando por sabida a que resta, “*allá van leyes, etc., y no digo más*” (I, p. 45, p. 524.5-6, sobrebarbero). Teresa dirige uma piscadela de olhos ao leitor alterando o provérbio para “*Allá van reyes do quieren leyes*” (II, 55, p. 667.25-26, Teresa Panza) e isso talvez não seja um erro inocente. Na tradução do visconde de Castilho<sup>18</sup> já era respeitada esta nova forma com que se modifica o provérbio primitivo, “*lá vão reis aonde querem leis*” (Castilho, 1876: II, 39). Daniel Augusto Gonçalves também traduz deste modo, “*lá vão reis onde querem leis*” (Gonçalves, 1978: I, 401) e acrescenta, em nota, que a forma “correta do rifão” (assim a define) é “*lá vão as leis onde querem reis*”. Não acontece igual na maioria dos tradutores que, como José Bento, – “*mais mandam os reis do que as leis*” (Bento, 2005: 503)– não reparam ou ignoram esta mudança. Também em nota, explica Bento que se trata de uma alusão ao provérbio “*Lá vão as leis onde querem os reis*”, recolhido pelo marquês de Santillana, que significa que as leis vão até onde os poderosos desejam, manobrando-as à sua vontade. Não se incide, pois, neste equívoco, nesse jogo de palavras de Teresa.

Outra inversão irónico festiva é a que Sancho faz a propósito do provérbio, *Quem bem está, e mal escolhe, por mal, que lhe venha, não se anoje* (Rolland, 1870: 21), coligido também pelo marquês de Santillana<sup>19</sup> (1508: 140),

<sup>15</sup> Nas traduções com vários volumes, indico-os em números romanos; nas que têm vários tradutores, indico o nome de quem a começou.

<sup>16</sup> Esta recolha foi realizada por Gonzalo de Correas em 1627. Utilizo nesta citação e nas seguintes a edição de Castalia, 2000, que atualiza a ortografia.

<sup>17</sup> Embora algumas traduções fossem impressas ao longo de vários anos (Benalcanfor, 1877-1878), por economia indico só o ano em que começou a ser publicada.

<sup>18</sup> Esta tradução começada pelo visconde de Castilho em 1876, foi continuada pelo visconde de Azevedo e terminada, em 1878, por Pinheiro Chagas. Também para abreviar escreverei sempre o nome de quem a começou, Castilho, e o ano da primeira publicação.

<sup>19</sup> Sobre *Los refranes que recopilo Iñigo Lopez de Mendoza por mandado del Rey don Juã. Agora nuevamente glosados. En este año de mil e d.e xli.i*, citaremos pela edição de 1876, incluída em *El Refranero General Español*, op. cit., de Sbarbi, pp. 69-152. Existe outra



“Quien bien tiene y mal escoge / por mal que le venga no se enoje”. No tiene razon de se enojar / quien dexo el bien y escogio el mal”. Sancho transforma-o de maneira a poder jogar com os vocábulos homófonos *venga*, procedente do verbo *vengar(se)* – presente do indicativo – (port. “vingar(-se)”) e *venga*, do verbo *venir* – presente do conjuntivo – (port. “vir”): “**quien bien tiene y mal escoge, por bien que se enoja no se venga**” (I, 31, p. 362.28-29, S.). Sancho animara a dom Quixote para casar com a princesa Micomiconia, avisando-o de que se ele o não fizer, fá-lo-á o licenciado e que, por muito que se lamente mais tarde, não poderá vingar-se disto. É relevante sublinhar estes jogos verbais que se fazem com os provérbios porque, como no caso dos personagens do *Quixote*, não são nada estranhos na língua castelhana do dia-a-dia. Por isso, optar pela não introdução do provérbio tradicional na sua forma habitual sem mais comentário, como acontece na tradução anónima (1794: II, 200), na de Castilho (1876: I, 295), Benalcandor (1877: I, 328), ou na de Ribeiro (1954: I, 164) – “*quem bem está, e mal escolhe, por mal que lhe venha não se enoje*” ou com similar variante na de Carcomo, “*quem bem tem e mal escolhe, por mal que lhe venha não se enoje*” (Carcomo, 1888: I, 372) –, não é realmente manter este jogo linguístico nem dar conta dele. O mesmo se passa com a paráfrase que fazem tanto Almir de Andrade, “*quem bem está e mal escolhe, não se queixe do mal que lhe suceder*” (1952: II, 584), como Eugénio Amado “*quem pode ter o bem, e vai o mal escolher, não venha lamentar o bem que deixou de ter*” (1985: I, 295) e Miguel Pereira “*quem bem tem e mal escolhe não se queixe do bem que lhe foge*” (2005: 122). José Bento é o único que explica a alteração do provérbio (registado na coletânea do marquês de Santillana) e faz uma tradução acorde com estes novos elementos, conseguindo uma nova expressão também rimada: “*quem tem bem e mal escolhe, por bem que se zangue vingança não colhe*” (Bento, 2005: 281).

José Bento, que – como acabámos de ver – menciona em muitos casos a coletânea atribuída ao marquês de Santillana ou o *Vocabulário* do salmantino Correas – coevo do *Quixote* – como referentes para descobrir os provérbios cervantinos, não parece que os tenha consultado diretamente na sua totalidade, mas através das obras doutros autores. Efetivamente, nas páginas prévias à sua tradução, indica que “para o conhecimento dos provérbios foram-me úteis [...] sobretudo o *Refranero clásico español y otros dichos populares de Felipe C. R. Maldonado* (Taurus Ediciones, Madrid, 9ª reimpressão, 1987), que seleciona as coletâneas do marquês de Santillana [...], de Pedro Vallés [...], de Hernán Núñez [...] e de Gonzalo Correas”. Por isso, talvez não deva estranhar que o *provérbio jjo que te estrego, burra de mi suegro!* (II, 10, p. 707.13, aldeana), não seja reconhecido por José Bento como tal, pois não está recolhido neste *Refranero*. Embora não seja dos mais conhecidos, encontra-se já na *Calestina* “*Jo, que te estrego, asna coja*” (I, 92), em Santillana, no *Vocabulário* (Correas, 2000: 405). Empregar-se-á de modo figurativo com o sentido de ‘não me convencem as palavras bonitas!’; é um provérbio usado também, quase sempre ironicamente (em cast. *jo `so´*, voz para deter às cavalariças; *estregar*, referido a animais, ‘esfregá-los, escovar a capa para a limpar’) para quem, lisonjeando (em port. “escovar” em sentido figurado) a alguém que não o merece ou que não é da sua simpatia, pretendem dissimuladamente tirar algum proveito. Podemos ler as frases de Sancho que provocam esta reação da aldeã: “–*Oh princesa y señora universal del Toboso! ¿Cómo vuestro magnánimo corazón no se entenece viendo arrodillado ante vuestra sublimada presencia a la columna y sustento de la andante caballería?*

*Oyendo lo cual otra de las dos, dijo:*

–*Mas jjo, que te estrego, burra de mi suegro! ¡Mirad con qué se vienen los señoritos ahora a hacer burla de las aldeanas, como si aquí no supiésemos echar pullas como ellos!*”

Continuando com a tradução de José Bento (2005: 535),



— Oh princesa e senhora universal do Toboso! Como o vosso magnânimo coração não se entenece ao ver ajoelhado diante da vossa altíssima presença a coluna e sustento da cavalaria andante?

Ouvindo isto, uma das outras duas disse:

— Mas, *oh, malditas palavras de um animal tão feio!* [e continua] Olhai este palavreado dos doutores da mula ruça, a fazer pouco das aldeãs, como se aqui não soubéssemos dizer piadas como eles!”

Observamos que, pelo contexto, o sentido está próximo do indicado acima, pois salienta a descrença, desconfiança ou não convencimento em relação às palavras ouvidas pela aldeã. O que não fica claro é se erroneamente as atribui ao “animal tão feio” como se fosse um atributo de Sancho. Ao não perceber que se trata de um provérbio com sentido figurado na sua totalidade, José Bento quer fazer uma tradução mais literal do segundo elemento, de “*burra de mi suegro*” para “animal tão feio”. Não me parece o mais acertado, pois o tradutor deveria escolher ou a versão literal de um provérbio que se desconhece na língua de chegada, introduzindo-o, ou parafraseá-lo completamente. A primeira opção é a mais geral no resto dos tradutores anteriores, como por exemplo parece ser a que faz Castilho: “¡Chó, que te estrafeço, burro do meu sogro!” (Castilho, 1876: II, 69). Ora bem, “estregar” esp. (do lat. vulgar “stricāre”) e “estrafegar” port. (Houaiss: sufocar, esganar, estrangular) têm semelhança sonora, mas não semântica. A tradução de Benalcanfor, com “alimpar” (m.q. “limpar”), sim apresenta um significado que corresponde ao original espanhol: “Xó! Eu te alimpo, burra do meu sogro!” (Benalcanfor, 1877 II, 66). Aquilino Ribeiro na sua original “versão” do *Quixote* – assim a chama ele próprio – parafraseia completamente a expressão substituindo-a da seguinte maneira: “Que está o tinhoso a alanzoar?” (Aquilino, 1954: II, 53). Novamente o que não sabemos é se atribui as palavras ao “animal tinhoso”, como atributo de Sancho, ou constrói uma nova expressão com sentido figurado. Prefiro pensar que é o segundo caso.

Outro provérbio ao qual se alude no *Quixote* – também não reconhecido como tal por Bento e presente no *Vocabulário* – seria “*A quien nada tiene, el Rey le hace franco*” (Correas, 2000: 34). É aproveitado por Sancho, “**el rey me hacía franco**” (I, 23, p. 256.13, S.), num contexto em que o duplo sentido da palavra “franco” se configura como uma estratégia utilizada por Cervantes para articular o seu ponto de vista literário. No caso de haver litígio Sancho ficaria isento de fiança por ser pobre; mas cria-se uma piada porque *franco* significa também ‘sincero’. De facto, já não enganaria ninguém se dissesse que não tinha o dinheiro. Vejamos este contexto em que o cavaleiro da Triste Figura resolveu procurar o possível dono do saco e da mala encontrada por eles e Sancho o tenta dissuadir com as seguintes palavras:

– *Harto mejor sería no buscarle, porque si le hallamos y acaso fuese el dueño del dinero, claro está que lo tengo de restituir, y, así, fuera mejor, sin hacer esta inútil diligencia, poseerlo yo con buena fe, hasta que por otra vía menos curiosa y diligente pareciera su verdadero señor, y quizá fuera a tiempo que lo hubiera gastado, y entonces el rey me hacía franco.*

Na tradução de Bento, “e talvez fosse numa altura em que eu já o tivesse gasto e então *eu ficaria livre de ter de devolvê-lo*” (Bento, 2005: 196), como na maioria das traduções, não se atende a esta ironia, ao jogo verbal de Cervantes. Assim, na primeira tradução de Portugal, lemos: “*fiquei desobrigado pelo rei*” (anónima, 1794: II, 14); em Benalcanfor (1877: I, 234), “*o rei me desobrigaria*”, e na tradução de Castilho até se pode confundir o sentido da frase, porque o rei não aparece claramente como agente que exerce a sua função mas como alguém sobre quem se produz



a perda, “*onde não há, El-rei o perde*” (Castilho, 1876: I, 162). Certo é que o que realmente faz é usar um provérbio português mais ou menos equivalente (Chaves, 1928: 188). Gonçalves – não sabemos se será monárquico ou não – faz recair a força legal não na figura do rei, mas nas leis: “*ficando nesse caso por lei desobrigado*” (Gonçalves, 1978: I, 149). Apenas por falta de provas, longe da pobreza, desaparece de todo a obrigação de restituir o que não é próprio quando, na tradução de Albertina de Sousa, lemos: “*e então não havendo prova, fico ilibado*” (Sousa, 1991: I, 181). O sentido original de não ter nada aprecia-se também nas traduções brasileiras de Almir de Andrade (1952: II, 433), “*onde não há nem o rei pode*”, e de Eugénio Amado (1982: I, 206), “*o próprio Rei me desobrigaria da devolução*”, mas continuam sem perceber o jogo linguístico do vocábulo “franco”. No que diz respeito à tradução de Serras Pereira (2005, III, 24), constatamos que ele opta por fazê-la literal, “*e então o rei me faria franco*”, e explica, em nota, «o sentido de “franco” [como] próximo do que assume em “feira franca”», sem excluir a evocação dos «re-envios para termos como “sincero”, “generoso”».

Um pouco mais para frente, Sancho afirma, mentindo descaradamente, que não se apropriou da mala para não ter complicações. Disse-o com um expressivo, sonoro e vibrante provérbio: **no quiero perro con cencerro** (I, 23, p. 257.15, S.). É outra máxima cautelosa, a de não querer embaraços, embora seja mentindo. Os espertos aldrabões não gostam da publicidade. Como se verá, estamos muito longe da pretensa simplicidade que se costuma atribuir a Sancho Pança. Aqui o seu espírito é o de uma pessoa calculadora.

A maioria dos provérbios era bimembres, ou até plurimembres, na origem. Em muitos casos, com o passe do tempo vão-se desprendendo de alguns dos seus elementos, chegando a ser mesmo desconhecidos para o utente atual (Casares, 1969: 192). É o que acontece, por exemplo, com este provérbio recém-mencionado que era na origem bímembre “*Não quero gato con pollos, ni perro con cencerro*” (Correas, 2000, 586). Encontramos talvez consciência destes dois membros encontramos na tradução de Castilho: “*não quero rabos-de-palha, nem cão com guiso*” (Castilho, 1876: I, 163). Em Benalcanfor continua este provérbio, mas já aparece desprendido do segundo membro, “*não quero rabos-de-palha*” (Benalcanfor, 1877: I, 235). Carcomo substitui-o por outro com uma semelhança de significado que não é fácil de deduzir à primeira vista: “ – É o mesmo que eu digo, atalhou Sancho; porque também as encontrei, mas passei por ellas como cão por vinha vindimada. Lá as deixei, e lá ficaram como estavam, porque *fama sem proveito faz mal ao peito*” (Carcomo, 1888: I, 242). Compreende-se que não quer má fama inutilmente, mas ficamos sem saber se é este o único motivo para não se apoderar da mala e se Sancho fica sem nada. Também não retoma o vocábulo “cão”, como o faz este, e a rima é menos simbólica, pois como salienta García Yebra (1997: I, 285-286), o *erre* vibrante pode ser escolhido como representante do “simbolismo fónico”, neste caso seria do barulho, daquilo que não passa desapercibido. Reconhecido e explicado o provérbio por José Bento, quem diz que “significa que não se devem querer coisas que trazem dificuldades”, decide-se pela tradução literal, “*não quero cão com chocalho*” (Bento, 2005: 197). Mais distante quanto ao léxico empregado e à subtileza temática resulta a versão de Serras Pereira: “*não quero por atalhos meter-me em trabalhos*” (Pereira, 2005: III, 26). Conscientes da rima entre os dois elementos da frase, quase todos os tradutores a procuram.

Os provérbios costumam adotar a forma de conselhos ou prevenções. Supõe-se que são dados a uma pessoa inexperiente por outra que já viveu muito. Tem de ser feito um grande esforço para tirar uma conclusão geral de acontecimentos parciais ou factos individuais. Como lembrava dom Quixote, **Una golondrina sola no hace verano** (I, 13, p. 141.4, D. Q.). Mais um caso de dissipação de um dos membros do provérbio original rimado, que consta na coletânea de Correas como “*Una golondrina no hace verano, ni una sola virtud bienaventurado*” (Correas, 2000: 800)



e que é compilado já nos *Adágios, Provérbios, Rifaões e Anexins da Língua Portuguesa* de Rolland com a ausência do segundo membro, “*Huma andorinha não faz verão*” (Rolland, 1780: 11). No texto do *Quixote* aparece igualmente com este membro e emprega-se para indicar que um facto isolado não serve de base para fazer uma afirmação de carácter geral. Apenas um é pouco e são necessários vários para emitir um juízo definitivo. De igual maneira é traduzido com esta forma unimembre nas traduções em português, tendo em conta também o elemento modificador intensificativo “sola” (“uma andorinha só não faz verão”) e que coincide como a variante compilada no *Rifoneiro Português* (Chaves, 1928: 272). É evidente que não existem andorinhas sozinhas e que não chegam no inverno. Aparentemente, o que não se mantém em todas as traduções é o vocábulo “verão”, que em autores como Castilho, Ribeiro, Gonçalves e Bento é substituído por “primavera”. Mas, se formos ao significado etimológico de verão, do lat. vulgar *veranum tempus* ‘tempo primaveril’, que em castelhano clássico se chamou “verano”, e de primavera, do lat. vulgar *prima vera* << lat. *primo vere*, ‘ao princípio da primavera’, observaremos que os dois termos se usavam para referir a época anterior ao estio, do lat. *aestivum* < *aestas*, ‘verão’. É um exemplo de como os provérbios costumam conservar uma versão arcaica que os torna duplamente atrativos. Para a sociedade tradicional contava muito a experiência dos anciãos. Tanto mudaram os vocábulos quanto os tempos são outros, verificando-se, conforme Muir (1992:107) sugeriu, que “all translation of past literature is by its very nature an apparent turning away from present realities to a world of the past”; neste caso não seriam as realidades presentes diferentes das passadas, mas sim a maneira de as considerar e mencionar.

O provérbio que aparece na coletânea de Correias “*La ocasión, asilla por el copete, o por el guedejón*”, onde se explica que os antigos pintaram à ocasião os pés com asas, e, posta sobre uma roda e com uma faca na mão, o corte para diante como cortando por onde voa: tudo denota a sua rapidez; e com todo o cabelo da meia cabeça deitada sobre a fronte, e a outra meia de atrás rasa, dando a entender que ao momento que chega se há de apanhar pela sua guedelha, porque em passando a ocasião, não há maneira de prendê-la (Correias, 437<sup>20</sup>). Ainda que pareça de tradução muito fácil na alusão que se faz no *Quixote*, “**No [...] se deje pasar la ocasión, que ahora con tanta comodidad ofrece sus guedejas**” (I, 25, p. 275.15-16, D.Q.), é interessante comprovar como, ao referir a “ocasión” utilizando outro termo, existe uma não-correlação com esta imagem tradicional na qual se reflete e, portanto, diminui a sua visualização. Isto é o que acontece na tradução de José Bento (2005: 211), “*não há motivo para se deixar fugir a fortuna que agora com tanta facilidade consente que eu a agarre pelos cabelos*”. Será que visualizamos a “fortuna” personalizando-a com os atributos próprios da “ocasión”? Duvido muito. Benalcanfor mostra-se mais consequente com a mudança de termos dado que, ao falar em “ensejo”, não lhe põe, não lhe atribui cabelos, “*convém não desperdiçar o ensejo, que tão favorável agora se me oferece*” (Benalcanfor, 1877: I, 251) e igualmente faz A. Ribeiro, “*não devo perder a magnífica oportunidade que se me oferece*” (Aquilino, 1954: 119), embora não se reconheça o provérbio.

Perante alguns provérbios inexistentes em português, possível se torna procurar o mais equivalente nesta língua. É o caso de **buenas son mangas después de Pascua** (I, 31, p. 360.31, D. Q.), que quer dizer que bom, ou útil, é bom embora chegue mais tarde do que se espera; *manga* equivalia no espanhol da época a ‘aguinaldo, propina, prenda’, que seria em port. ‘consoada, gorjeta, prenda’ como o italiano *mancia*. O mais que conseguimos descobrir através da paremiologia portuguesa é o provérbio que se encontra na coletânea de Rolland, *O que não se fez em dia de Santa Luzia, faz-se em outro dia* (1780: 43), de Chaves (1928:30) e que, com variante similar, é utilizado por Castilho: “mas

<sup>20</sup> Nas explicações ou definições dadas por autores espanhóis, a tradução para português é da minha autoria.



*o que se não faz em dia de Sancta Maria, far-se-ha n'outro dia*” (Castilho, 876: I, 234), Ribeiro (1954: 163) e por Gonçalves (1978: I, 217). Talvez fosse melhor se tivessem acrescentado ao provérbio português “e tudo se conseguirá”. Benalcanfor e Carcomo substituem-no por outra frase popular mais breve, cujo sentido tem igualmente uma marca de temporalidade prolongada, mas que também não faz referência ao facto de esperar alguma dádiva: “*até ao lavar dos cestos é vindima*” (Benalcanfor, 1877: I, 327) e “*até ver não é tarde*” (Carcomo, 1988: 370). Na tradução de Almir de Andrade, indo mais além da permanência da qualidade do que se espera, surpreende a certeza com que afirma “*o que é bom sempre chega*” (1952: II, 582). Na outra tradução brasileira mantém-se a ideia de ficar à espera, mas as palavras de dom Quixote aparecem, não como uma predição, mas como uma recomendação para se ter paciência: “*dá tempo ao tempo, deixa estar*” (Amado, 1985: I, 294). Adverte muito bem José Bento que é um provérbio recolhido pelo marquês de Santillana e explica o seu significado. Opta por procurar um equivalente apenas para a palavra de mais difícil compreensão, “mangas” passa a “prendas” e, para o resto, faz a tradução literal, “*boas são as prendas depois de Páscoa*” (2005: 279), que é o mesmo que tinha feito Rodrigues (1967: II, 18). Finalmente, Pereira substitui-o por outra expressão que também existe em castelhano, “*melhor é tarde que nunca*” (Pereira, 2005: III, 121). Em quase todos os casos a explicação da equivalência de tradução se cumpre por estar inserido o provérbio num contexto que facilita a compreensão, e começar pela adversativa “mas”. Vamos explicá-lo e reproduzi-lo seguindo a tradução de José Bento. Dom Quixote e Sancho estão a falar sobre a suposta visita que este fez à formosa Dulcinea, dama por quem dom Quixote oferece todas as suas façanhas. Depois de dom Quixote perguntar que joia foi a que lhe deu à despedida e Sancho lhe responder que nenhuma, tenta consolá-lo dizendo-lhe: “... e se não te deu uma joia de ouro, sem dúvida deve ter sido porque não a tinha ali à mão para ta dar; mas “*boas são as prendas depois de Páscoa: vou estar com ele e tudo se arranjará*” (Bento, 2005: 279).

Também com o sentido de “tudo se arranjará”, “tudo será melhor” é que se pode empregar a frase proverbial “**Amanecerá Dios y medraremos**”. Usa-se tanto para diferir para outro dia a execução de uma coisa, como para indicar que o tempo pode mudar favoravelmente as coisas. Repete-se, com as mesmas palavras, em três momentos no *Quixote*, e ainda mais uma com outra variante “Amanecerá Dios y verémonos”. A primeira vez está em boca de Doroteia que ouvia (à noite) a dona Clara contar o seu problema amoroso. Tinha-lhe recomendado que descansasse e confiasse na ajuda de Deus. Desassossegada dona Clara e não conseguindo ela deixar de se rir, insistia: “ – Reposemos, señora, lo poco que creo que queda de la noche, y *amanecerá Dios y medraremos*, o mal me andarán las manos” (I, 43, p. 505. 14-15, Dorotea). Esta recomendação e esperança estão recolhidas em todas as traduções, desde a primeira, “*em amanhecendo ho dia, Deos nos ajudará*” (anónima, 1794: III,147). Bento, constatando que se imiscui Doroteia, faz a sua “*amanhã Deus e eu tudo arranjarémos*” (Bento, 2005: 389).

A segunda aparição da frase tem um contexto muito diferente. Usa-o o escudeiro do Bosque para rematar uma discussão con Sancho (II, 14, p. 140. 4-5). Talvez pelo tom agressivo em que se desenvolve, na tradução anónima apela-se a Deus para resolver, dá-se mais importância à sua decisão “*á manhã também he dia, e Deos fará o que lhe aprover*” (1794: IV, 170); na de Castilho e na Ribeiro, simplesmente, continua-se a conversa no dia seguinte, “*em amanhecendo fallaremos*” (1876: II, 65), “*dexai amanhecer e falaremos*” (1954: II, 69) e em Bento marca-se um predomínio do escudeiro do Bosque na resolução: “*A ver vamos e será como digo*” (2005: 558).

O terceiro uso desta frase proverbial pode ser considerado como “neutro”. Após um incidente com uns porcos, Sancho só deseja dormir o pouco que resta da noite e repete quase as mesmas palavras introdutórias de Doroteia: “... y durmanos lo poco que queda de la noche, y *amanecerá Dios, y medraremos*” (II, 68, p. 1181.22). Recomendação



também recolhida em todas as traduções, desde a primeira, “*ámanhã he dia, e veremos o que se ha de fazer*” (1794: VI, 252). Bento, não sei se por estar perto do fim da obra, não imiscui mais ninguém e aplica o seu “*amanhecerá Deus e tudo se arranjará*” (2005: 907).

Neste sentido são aceitáveis quase todas as traduções, mas em nenhuma há um eco de entender que se se trata de uma alusão ao tradicional provérbio: “*Amanecerá Dios, y verá el ciego los espárragos*” (Correas, 2000: 78) também modificado por Cervantes e compilado por Sbarbi (1873:225) já com esta variação, “*Amanecerá Dios y medraremos*”.

Certamente que na análise e comparação anteriores se podem já inferir as conclusões destas observações. No entanto, parece conveniente insistir aqui que, no sempre renovável percurso de descoberta da riqueza do texto cervantino, estas páginas constituem apenas um momento de reflexão sobre alguns dos provérbios ou termos de grande densidade e amplitude de sentidos, presentes nos diálogos das personagens do *Quixote*. Quanto às breves considerações formuladas a propósito da tradução de José Bento, também não será certamente demais sublinhar a enorme complexidade da tarefa que o tradutor se propôs empreender. Assim, e pese embora o facto de termos apontado algumas propostas de tradução menos conseguidas, não me resta senão apreciar o seu esforço tanto de ser fiel ao original como de prestar especial atenção aos provérbios.

#### Referências Bibliográficas

|  |
|--|
| Barbosa, Agostinho (1611), <i>Dictionarium Lusitanico Latinum: juxta seriem alphabeticam...</i> , Bracharae: typis, & expensis Fructuosi Laurentis de Besto.   |
| Bluteau, Rafael (1712-1728), <i>Vocabulario portuguez e latino...</i> , Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.   |
| Casares, Julio (1969), <i>Introducción a la lexicografía moderna</i> , 2ª ed., Barcelona: Gustavo Gil.   |
| Cervantes Saavedra, Miguel (1794) <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , 5 vols., [s. n. tr], Lisboa: Typographia Rollandiana.   |
| Cervantes Saavedra, Miguel de (1876-1878), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , 2 vols., tr. Viscondes de Castilho, de Azevedo e Pinheiro Chagas, Porto: Imprensa da Companhia Litteraria. |
| Cervantes Saavedra, Miguel de (1877-1878), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , 2 vols., tr. Visconde de Benalcanfor, Lisboa: Francisco Arthur da Silva editor.                            |
| Cervantes Saavedra, Miguel de (1888-1889), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , 3 vols., tr. José Carcomo, Biblioteca de Instrução e Recreio.  |
| Cervantes Saavedra, Miguel de (1954-1955), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , 2 vols., tr. Aquilino Ribeiro, Lisboa: Edições Artísticas fólio.   |
| Cervantes Saavedra, Miguel de (1978), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , tr. Daniel Augusto Gonçalves, Lisboa: livraria civilização editora.   |
| Cervantes Saavedra, Miguel de [1967], <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , tr. Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa: Minerva.  |
| Cervantes, Miguel de (1993), <i>Dom Quixote</i> , 2 vols., tr. Albertina de Sousa, Lisboa: Clássica Editora.   |
| Cervantes, Miguel de (1999), <i>Don Quijote de la Mancha</i> , Barcelona: Crítica.   |
| Cervantes, Miguel de (2005), <i>Dom Quixote de la Mancha</i> , 10 vols., tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa: Expresso.  |





|   |
|---|
| Cervantes, Miguel de (2005), <i>Dom Quixote de la Mancha</i> , tr. Miguel Serras Pereira, Lisboa: D. Quixote.   |
| Cervantes, Miguel de (2005), <i>O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de la Mancha</i> , tr. José Bento, Lisboa: Relógio D'Água Editores.  |
| Correas, Gonzalo de (2000), <i>Vocabulario de refranes y frases proverbiales (1627)</i> , Madrid, Castalia.   |
| Delicado, António (1651), <i>Adágios portugueses reduzidos a lugares comuns</i> , Lisboa: Domingos Lopes Rosa.  |
| García Yebra, Valentín (1997), <i>Teoría y práctica de la traducción</i> , 3ª ed. rev., Madrid: Gredos.   |
| López de Mendoza, Íñigo –marqués de Santillana (1508), <i>Refranes que dicen las viejas tras el fuego... por el orden del A. B. C.</i> , Sevilla: Jacobo Cromberger.  |
| Michaëlis de Vasconcelos, Carolina, "Mil provérbios portugueses", em <i>Revista Lusitana (Nova Série)</i> , 7 (1986), pp. 29-71.  |
| Miguel, Amando de (2000), <i>El espíritu de Sancho Panza a través de los refranes</i> , Madrid: Espasa Calpe.   |
| Muir, K. (1992), "Translating Golden Age Plays: A Reconsideration", in <i>Translation and Literature</i> , 1, pp. 104-111.  |
| Núñez Pinciano, Fernán, (1618), <i>Refranes hechos por Hernando Núñez Pinciano, Maestro que fue eminentísimo en la insigne Universidad de Salamanca, y Catedrático de Retórica y Griego en ella, puestos por la orden del A. B. C.</i> , Madrid: Juan de la Cuesta. |
| Paz, Octavio (1990), <i>Traducción: literatura y literalidad</i> , 3ª ed., Barcelona: Tusquest Editores.  |
| Pinto, Ciça Alves (2001), <i>Livro dos provérbios, ditados, ditos populares e anexins</i> , 2ª ed., São Paulo: Senac.   |
| Santo António, Frei Aleixo de (1640), <i>Philosophia moral: tirada de alguns prouerbios ou adagios...</i> , Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro.   |
| Sbarbi, José Mª (1874-1878), <i>El refranero general español</i> , Madrid: A. Gómez Fuentenebro   |
| Vasconcelos, J. Leite de (1882), <i>Ditados tópicos de Portugal: colligidos da tradição oral</i> , Barcelos: Typ. da Aurora do Cavado.  |

## 5. FRANCESCA BLOCKEEL [FRANCESCA.BLOCKEEL@SKYNET.BE](mailto:FRANCESCA.BLOCKEEL@SKYNET.BE)

Francesca Blockeel estudou Filologia Românica na Universidade de Gent (Flandres - Bélgica) e fez um Mestrado de Literatura Espanhola na Universidade de Lille na França. Em 2000 defendeu a tese de doutoramento na Universidade de Leuven (Lovaina, Bélgica), sobre o nacionalismo e a identidade cultural na literatura juvenil portuguesa do período pós-revolucionário (1974-1994). É autora do livro "Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade" (Lisboa, Caminho, 2001).

As áreas de investigação que lhe interessam são: nacionalismo, identidade cultural da Península Ibérica, literatura juvenil, didática e metodologia de línguas estrangeiras.

Atualmente é professora no Ensino Superior, dando aulas de espanhol e de português no Departamento de Linguística Aplicada da Lessius Hogeschool Antwerpen (Instituto Superior de Intérpretes e Tradutores).

## PERCEÇÃO DO ESPAÇO E DA IDENTIDADE AÇORIANOS: O CASO DE "UMA AVENTURA NOS AÇORES"



*Como uma ficção narrativa decorre sempre num determinado local que lhe dá significação, a sua importância na narração é idêntica à que o mundo real adquire na vida quotidiana. O espaço existe na sua relação com a percepção dos lugares narratológicos: como olham e reagem as personagens frente ao espaço em que se encontram?*

*Na minha apresentação tenciono dar primeiro um apanhado dos possíveis valores do espaço na literatura em geral, para depois salientar a sua importância através do exemplo concreto de 'Uma Aventura nos Açores', mostrando como as autoras se aproveitam do espaço para criar laços afetivos nos leitores, visando elas obviamente reforçar a identidade portuguesa entre os leitores tanto açorianos como não-açorianos.*

Uma ficção narrativa decorre sempre num determinado local ou espaço que lhe dá significação e verosimilhança. Se a personagem é o elemento decisivo da efabulação porque nela se centraliza o interesse do leitor, o espaço, diz Nelly Novaes Coelho (1987: 53), é o ponto de apoio para a ação das personagens, porque determina as circunstâncias locais, espaciais ou concretas que dão realidade aos sucessos narrados: a sua importância na efabulação é idêntica à que o mundo real adquire na vida quotidiana.

A crítica literária holandesa Mieke Bal aborda a distinção *lugar* – *espaço* em dois níveis (1980: 101-107). O *lugar*, como elemento da história, é a posição topológica onde se encontram os atores e onde ocorrem os acontecimentos; é a *realidade* da narrativa. Tem a ver com as formas físicas e medíveis das dimensões espaciais, as circunscrições geográficas, enquanto o *espaço* tem a ver com a maneira como se apresenta a história. O espaço consiste nesses lugares narratológicos na sua relação com a percepção dos mesmos: como olham e reagem as personagens frente ao espaço em que se encontram? Como observa Maria Lúcia Lepecki, isso «coloca o espaço como construído pela atividade do sujeito, não como um *dado*», mas como uma construção na qual há sempre «uma seleção de propriedades que serão ou não apreendidas» (1999: 550).

A investigadora russa Maria Nikolajeva faz outra distinção muito útil do ponto de vista da funcionalidade do espaço como elemento narratológico. Distingue entre «backdrop settings, which may be basically anywhere and anytime» e «integral settings that are an essential part of the plot» (1996: 24). De facto, o espaço pode ter várias funções: um *backdrop setting* tem essencialmente uma função estética, quer dizer, os elementos do espaço só servem de cenário à ação sem auxiliar nem modificar o desenvolvimento dos acontecimentos. Um *integral setting* tem sempre uma função pragmática. Há várias funções pragmáticas: provocar, acelerar, reatar ou alterar a ação das personagens; ajudar a sua caracterização e revelar a sua atitude mental, os seus costumes; criar uma atmosfera propícia ao desenrolar do conflito; esclarecer um conflito; ou até funcionar como antagonista (Nikolajeva 1996: 24).

Ora, a funcionalidade do espaço de uma narrativa, ou de um conjunto delas, em relação ao meio em que vivem os leitores desses textos ainda não foi analisada em profundidade. No entanto, a interação "espaço fictício - espaço do leitor" é um fator importante, certamente na literatura infantojuvenil, na medida em que as histórias que se contam às crianças ou que elas leem contribuem para uma melhor percepção da identidade pela criança, tanto da identidade pessoal como da social. Assim, espaço, cenário, paisagem, ambiente social ou rural, etc., podem desempenhar um papel de destaque, visto que se revestem de dimensões que ajudam à formação de uma rede de padrões e de moldes através dos quais a criança-leitora pode articular a sua experiência.



O investigador Tony Watkins toca neste aspeto num artigo sobre estudos culturais em que afirma que «narratives, we might say, shape the way children find a *home* in the world» (1992: 183). Ora, o conceito inglês de *home* abrange vários conceitos menores, e certamente não apenas o espaço físico em que a criança vive, o que transparece logo ao querer traduzir-se a palavra *home*. Não se pode traduzir simplesmente por "casa" ou "em casa", não cobrindo essas traduções todas as conotações que o conceito *home* evoca, como "lar", "família" e até "pátria". Ao nível da imaginação cultural, Watkins propõe um sentido particularmente interessante: «A meaning of "home", and one that has a powerful effect in shaping our children's identity through the cultural imagination, is constructed through the images we supply and the stories we tell of the land in which we live: our "homeland"» (1992: 184). De facto, a literatura infantojuvenil costuma oferecer uma rica fonte de imagens que contribuem para a construção de uma pátria imaginária que sustente mitos de identidade nacional, de herança comum. O sentido de *homeland* lembra imediatamente o que Alice Vieira diz numa entrevista (*O Diário* 23/6/1985, página Cultura 6-7): «é preciso fazer as crianças sentir que este país é a sua casa - e ninguém se sente bem numa casa de que não conheça todos os cantos, de que não sinta os cheiros, de que não pressinta os ruídos».

Daí que me tenha parecido interessante estudar a maneira como os autores portugueses para a juventude se apropriam de aspetos do espaço para ensinar aos jovens portugueses o seu *homeland*, a sua "terra natal". Estudei-o num corpus de 35 narrativas juvenis de entre 1974 e 1994 (Blockeel 2001). Quais são os cenários que mais frequentemente se utilizam para situar uma história? Haverá histórias sobre a terra portuguesa e narrativas etiológicas? Descreve-se um ambiente com que o leitor pode simpatizar?

Quanto à primeira pergunta, há um elemento que se destaca logo de início e é que os lugares mais frequentes são lugares portugueses. Portugal até parece ser quase o único país digno de interesse: a esmagadora maioria dos livros tem como palco da ação o próprio país. Destaca-se em segundo lugar que a grande extensão sul formada pelo Alentejo e o Algarve, que ocupa uma boa terça parte do país, tal como o extremo Norte, são regiões muito menos frequentes como cenário de uma narrativa do que as regiões centrais do país, que correspondem em essência às regiões mais urbanas. O mundo urbano português parece ser de longe o lugar preferido, e dentro dele a grande cidade está presente de forma proeminente, com a particularidade que é na maioria dos casos a cidade de Lisboa, sendo o Porto palco da história de muito menos livros. O campo não só é alvo de menos interesse do que o espaço urbano mas, e isso é significativo, em geral são espaços não identificados. Quando uma narrativa se situa no interior do país os sítios ficam vagos («perto de Viseu») ou têm um nome fictício. É como se o que se passa fora das duas metrópoles se pudesse passar em qualquer outro sítio, como se as aldeias fossem intercambiáveis.

Uma consequência da dominação da cidade é que as crianças do interior do país recebem muito mais informação sobre o estilo da vida urbana e lisboeta do que sobre a sua própria vivência. Outra consequência é que as crianças-leitoras de Lisboa ficam a saber demasiado pouco sobre a vida no interior do país. Elas reconhecerão bem o seu próprio ambiente mas não encontrarão muita afinidade com a vida das vilas e cidades pequenas do interior ou das ilhas, que no entanto apresenta contrastes bastante violentos. E isso é mais preocupante, ainda mais se se considerar que, para muitos, o quadro de referências de que dispõem antes da leitura se limita unicamente a Lisboa. Ora este quadro é um elemento fulcral na construção do conteúdo semântico de um espaço (Bal 1980: 103). Quem não conhece o meio rural, como muitos meninos lisboetas, terá mais dificuldades em imaginar o panorama, sentirá portanto menos empatia com este meio, e isso vem acrescentar-se ao facto de o campo ser o espaço menos representado na literatura para os jovens. À luz disso, a cidade como espaço dominante, e sobretudo Lisboa, tem um peso enorme na formação



da imagem do país. Quanto às ilhas portuguesas, a sua presença é bastante fraca: no corpus primário de 35 narrativas os dois arquipélagos aparecem em somente duas delas, ou seja, em apenas 6 por cento das narrativas analisadas, cada arquipélago numa narrativa.

Voltando à distinção de Maria Nikolajeva, constatei que na maioria dos livros está-se perante *integral settings*, espaços que são essenciais ao enredo. De facto, os *backdrop settings*, os espaços que não importam na intriga, apenas aparecem esporadicamente. Contudo, notei diferenças vincadas nos autores portugueses mais lidos. Da análise da função pragmática do espaço na obra de Alice Vieira, por exemplo, depreende-se que é através da representação de Lisboa como convívio de tantos indivíduos, como *espaço social*, que se entra dentro da cidade como lugar, que portanto prescinde de descrições. O espaço define os lugares. Em contrapartida, nos livros da coleção Uma Aventura, de Magalhães & Alçada, parte-se muito mais dos lugares, que têm sempre uma função pragmática importante, uma vez que sem eles a aventura não poderia ter lugar, para se chegar ao espaço social. O mistério que o grupo de cinco amigos tem de resolver está na maioria das narrativas ligado às peculiaridades do sítio. As autoras querem transmitir conhecimentos de certos aspetos de Portugal, aspetos geográfico culturais, históricos e artísticos e este objetivo aflora constantemente nas entrevistas que concedem. Além disso, as frequentes descrições pormenorizadas da habitação e da mobília chamam a atenção em toda a obra de Magalhães & Alçada. Frisam sempre o que é típico da região, como se quisessem mostrar as diferenças regionais.

No meu estudo, cheguei à conclusão que Portugal como espaço geográfico é considerado parte essencial da literatura juvenil, parte essencial que faz o leitor sentir-se em casa no seu próprio país, e em segundo lugar, que através dessa consciencialização do acervo de informações espaciais, a identidade nacional é reforçada quase constantemente. A literatura juvenil portuguesa no seu conjunto ajuda em grande medida a construir uma identidade nacional. Julgo que isso acontece menos intencionalmente do que inconscientemente, a não ser nos livros de Magalhães & Alçada, onde é mesmo um dos objetivos (Blockeel 2001: 242).

Ora, mais importante do que o mero espaço físico é a espessura mitológica que este adquiriu na memória coletiva dos portugueses. Se consultarmos ensaios sobre a identidade nacional portuguesa e os seus alicerces, constata-se que aparece sempre o mar como uma das ideias-matrizes culturais mais tenazes. Portugal considera-se indubitavelmente um país com uma vocação marítima, embora tenha uma população rural relativamente grande.

Pesquisei (Blockeel 2000) qual é a imagem mais frequentemente atribuída ao espaço português na literatura para jovens. Para este efeito, analisei em pormenor como se retratam o mar e o campo e com que aspetos da mitologia nacional são associados. A análise revelou que o campo não consegue suscitar no leitor a mesma empatia, que destacam sobretudo os aspetos marítimos na imagem de Portugal que os autores querem transmitir aos leitores.

Como não podia deixar de ser, o mar está bem presente em contos e lendas tradicionais, porque são géneros literários que costumam representar a história idealizada pelo sonho coletivo. Mas é sobretudo nos livros de aventura, de mistério e indagação destinados à pré-adolescência que a presença do mar é mais marcada. Entre estes destacam-se as coleções mais lidas da dupla Magalhães & Alçada, pelo número de livros cujo cenário se situa perto do mar. Na coleção Uma Aventura trata-se de quase uma quarta parte da coleção. Nela abundam as descrições bonitas e expressivas, quase sempre cheias de admiração, tanto por parte do narrador como sobretudo por parte dos protagonistas.



Se o mar é cenário, é quase sempre cenário de particular grandeza, impondo a visão do espaço oceânico ao qual os autores ligam muito frequentemente ideias ou conotações portuguesas. Por exemplo, em *Uma Aventura no Algarve* os cinco amigos frisam a particular beleza da costa algarvia, onde ficam numa pensão cujo nome já diz tudo: "Mar Azul". Estão maravilhados: o mar é «*de um azul límpido e transparente, manso, manso!*», «*Realmente, o mar aqui do Algarve é diferente! Tão azul! Tão brilhante!*», «*cheio de reflexos dourados!*», «*a manhã estava de sonho, com tons rosados, depois dourados, sobre aquele mar azul, de um azul único*» e com aquele «*som cavo, doce, balançante*» das ondas (15-16-26-27). As referências a um «azul único» e a um mar «diferente» destacam a particularidade, a singularidade da costa algarvia, o que funciona como estratégia de unificação entre os portugueses, contribuindo para um sentimento de orgulho. Mas não é apenas nas descrições; também nos desenhos aparecem o mar e as praias algarvias com as típicas rochas, penhascos e falésias plantadas de pinhais.

Além disso, nos últimos parágrafos desse livro relaciona-se o Algarve, o mar e a natureza com "alegria" e "magia": «*O Pedro sentiu de repente uma alegria intensa que quase lhe deu vontade de chorar. Era tão bom ter tido uma aventura...era tão bom estar ali no Algarve, na Quinta da Moura Encantada, com os amigos, e com o barulho do mar ao longe lembrando que era mesmo verão! [...] Uma onda breve de magia percorreu o jardim [...]*» (154-156). Essas palavras eufóricas que terminam o livro, reforçadas ainda pela repetição de que «era tão bom», ligam alegria e amizade a elementos espaciais, a saber, ao mar e ao Algarve, com as genuinamente portuguesas quintas da "Moura Encantada", elemento da tradição mítica da região. Referências a elementos da natureza como «*o vento do sul é nosso amigo*» vêm frisar isso, como se o sítio só oferecesse segurança e aconchego. O sentimento eufórico de alegria é passado inconscientemente para o sítio onde estão os protagonistas, e ao mesmo tempo nasce dele. Além disso, outro elemento acrescenta-se a isso, a saber, a emoção que sente o Pedro: a alegria intensa que dá vontade de chorar. Sem ir procurar toques nacionalistas, isso lembra fortemente a saudade portuguesa em que alegria e dor andam a par.

Tudo isso são pequenos pormenores que se referem a Portugal, contados ao redor do elemento mar, e cada um em si não representa um valor nacional, mas no seu conjunto estes elementos todos constituem como que peças de um puzzle refletindo uma imagem marítima de Portugal. A partir de um registo de sensações experimentadas surge por relacionamento um registo de ideias conectadas com o próprio país.

Apenas um livro apresenta uma comparação entre mares. A narradora de *Umás Férias na Argélia* (Madalena Gomes 1990: 18) compara o Mediterrâneo que defronta na Argélia e o Atlântico da sua infância nos Açores: «*Tão diferentes de alma, de ímpeto! O primeiro doce, quase feminino na sua mansidão e envolvimento; o outro, bravo e viril. Lembro-me das ondas alterosas, a bater na velha ponte de madeira do Aterro; dos versos que li no meu livro de escola*». Esta passagem evoca uma imagem do mar português manifestamente diferente, onde não há mansidão mas força ou violência. É uma imagem complementar, a imagem açoriana do *Mau Tempo no Canal*, a imagem de quem vive o mar no seu dia-a-dia.

E efetivamente, se o mar na literatura juvenil evoca por um lado tantas emoções eufóricas nos protagonistas, por outro lado também existem as emoções negativas de medo e de morte. De facto, o que se destaca, mais uma vez sobretudo nos livros de Magalhães & Alçada, é que o mar sugere com muita frequência a dialética amizade/inimizade que sempre caracterizou a postura do povo português perante o mar. O mar aparece no seu aspeto inquietante e malévolo, como um mar que infunde respeito, um mar que mete medo, ou aparece como elemento de solidão, de



isolamento e de desamparo para as muitas mulheres que ficam sozinhas. Em quase todos os livros da dupla com um espaço situado à beira-mar há um episódio em que o mar é o inimigo dos protagonistas, há tempestades, há a maré que sobe inesperadamente e com tanta força que os deixa quase todos afogados, há naufrágios etc.

Este aspeto do mar inquieto está obviamente ligado ao facto de se tratar de livros de aventura, em que é lógico que o mar apareça como cenário favorito para um bocado de "suspense". No entanto, acho que através dos episódios de medo e de naufrágios, tão presentes nos livros em questão, se refletem inconscientemente o sofrimento e as dificuldades com que o povo português se viu confrontado ao travar a luta com o mar para fazer a vida e que, deste modo, estas aventuras contribuem para instilar o passado marítimo no imaginário coletivo português das crianças.

Com isso chegamos a outro aspeto que o mar na literatura juvenil evoca, a saber, a relação fulcral que em Portugal existe entre o mar e o período dos Descobrimentos. Não é exagerado considerar o mar o mais típico cronótopo da literatura portuguesa, termo que refere «as dominantes espácio-temporais, as imposições de proveniência histórico-cultural e geocultural que se projetam sobre o texto narrativo» (Reis & Lopes 1994: 90). A relação mar-Descobrimentos está presente na literatura juvenil contemporânea não só através das muitas narrativas em que o passado marítimo de Portugal aparece quase espontaneamente, ou automaticamente, ao falar do mar, mas também em muitas narrativas que, sem serem histórias sobre os Descobrimentos, evocam-nos através de objetos ligados ao mar e de explicações sobre o passado marítimo. As referências a Portugal não sugerem em si grande orgulho, mas é a redundância da presença histórica do mar na vida portuguesa, apresentada como a coisa mais natural, de que ninguém se admira, que faz com que o leitor se aproprie inconscientemente do sentimento /de que Portugal é um país com vocação marítima.

Ora, está claro que o livro *Uma Aventura nos Açores*<sup>21</sup>, não pode dispensar o mar. No entanto, o que é de estranhar, o mar como elemento de beleza e de admiração não tem tanta importância nesta aventura como se podia pensar. É sobretudo a vertente do mar como força da natureza incontrolável que mais aparece. Suponho que haja tantas outras coisas que contar sobre as ilhas, com os seus vulcões, crateras, fumarolas, natureza deslumbrante, etc., que o mar perde nesse livro algum do seu interesse. Porque é verdade que os jovens leitores desta narrativa chegam a conhecer bastante coisa sobre as ilhas, de que os amigos visitam quatro: São Miguel, a Terceira, o Faial e São Jorge. Delas apresentam-se todos os elementos mais destacáveis. Não faltam nem o *Cruzeiro das Ilhas*, nem os cagarros de São Jorge, nem o sotaque dos micalenses...

Se não é através do mar que as autoras conseguem introduzir o sentimento de pertença a Portugal e instilar um elemento de orgulho nacional, é através da evocação dos descobrimentos. Na parte que se segue analiso um trecho bastante largo do livro em que se descrevem as emoções dos protagonistas quando avistam as lagoas das Sete Cidades, e pretendo mostrar-vos a maneira subtil das autoras de estabelecer uma relação com Portugal.

---

<sup>21</sup> Resumo aqui brevemente o argumento da narrativa. O grupo de cinco amigos acompanha Tony, um americano de descendência açoriana e dono riquíssimo duma empresa de turismo, numa viagem com os seus colaboradores aos Açores, onde quer desenvolver essa atividade económica. O sobrinho dele, Sam, tem um comportamento suspeito e comunica em segredo com dois sócios do tio. No hotel das Furnas em São Miguel, Tony apenas escapa a um incêndio posto, e Sam é acusado e preso, mas solto quando um detetive prova que está inocente. Contudo, no Faial parece outra vez implicado num naufrágio que quase mata 4 pessoas. Com o detetive, o grupo descobre que os sócios são os verdadeiros malfeitores da história, e conseguem fazê-los prender.



Depois de passar dois dias na Terceira os cinco amigos seguem para São Miguel onde vão visitar, diria quase obrigatoriamente, a lagoa das Sete Cidades. Fazem-no de camioneta, em companhia de um casal exótico e muito simpático que os amigos, no entanto, suspeitam vagamente de ter alguma coisa a ver com a tentativa de matar Tony. No caminho o casal fala-lhes da Atlântida, relacionando-a com Portugal (62-64):

*Ignorando o efeito que provocara, Sara falava de si própria e das suas atividades. E Mário ia tomando a palavra de vez em quando para acrescentar detalhes. O que diziam era fascinante.*

*- Nós pertencemos a uma associação que se dedica ao estudo de civilizações desaparecidas. Por isso é que estamos aqui. Viemos procurar vestígios da Atlântida.*

*- Vocês com certeza já ouviram contar que as ilhas dos Açores são o que resta de um antigo continente que havia a meio do oceano. Afundou-se por causa de um grande tremor de terra e só ficaram de fora os cumes das montanhas. São as ilhas.*

*Pedro conhecia a história, mas tomara-a por lenda.*

*- Lenda? Todas as lendas têm um fundo de verdade. E neste caso até há documentos escritos. As informações mais antigas a respeito dos atlantes têm vinte e cinco séculos e foram dadas por um filósofo grego chamado Platão, que ficou famoso por ser muito inteligente e sabedor.*

*- Você falou em atlantes? Então quer dizer que essa terra era habitada? - perguntou Luísa, de olhos arregalados.*

*- Habitadíssima. Os atlantes eram um povo rico e civilizado. Tinham cidades magníficas com templos, palácios, torres, jardins e ginásios. Diz-se que recobriam as muralhas e as estátuas de ouro puro e que fabricavam as joias com um metal ainda mais precioso que só eles possuíam, o oricalco.*

*- E desapareceu tudo com um tremor de terra? Morreram todos?*

*- Quanto a isso, há várias teorias. Há quem diga que se adaptaram à vida no fundo do mar, o que é pouco provável. Há quem garanta que morreram afogados e que os poucos vestígios da sua existência se encontram nas lagoas açorianas. Também há uma versão que inclui sobreviventes. Esses teriam conseguido escapar de barco. Navegando à deriva, espalharam-se pelo mundo e em toda a parte deixaram descendência. [Falando nisso, chegam ao destino.]*

*Quando avistaram a lagoa das Sete Cidades, fez-se silêncio. Sabiam muito bem que eram duas lagoas, uma verde e outra azul. Já as tinham visto em fotografias, postais, prospectos e livros, sempre acompanhadas de um texto elogioso. Mas não há papel nem palavras que possam transmitir uma beleza assim. Que deslumbramento! Apearam-se, possuídos do mesmo espanto que maravilhou os primeiros povoadores no momento em que descobriram que aquele recanto existia e lhes coubera em sorte.*

*- É a cratera mais linda do mundo - disse Mário.*

*Não houve discordâncias. Parecia-lhes era impossível que aquilo alguma vez tivesse sido um vulcão.*

*- A terra, cansada de cuspir fogo, aquietou-se, encheu-se de água e agora espreguiça-se em boa paz!*

*Mário e Sara só abriam a boca para dizer coisas invulgares. E eles bebiam-lhes as palavras num enlevo. Se alguém se desse ao trabalho de reparar, verificava que as meninas o ouviam sobretudo a ele, e os rapazes a ela.*

Embora o nome de Portugal não apareça no trecho, o país está presente de uma maneira muito positiva, e isso por meio de vários processos.



1. Fala-se de duas coisas, a Atlântida e a lagoa açoriana das Sete Cidades, e ambas se relacionam entre si de maneira a não deixar espaço para dúvidas: uma é vestígio da outra. As palavras que fazem dissipar as dúvidas são: 'você com certeza já ouviram', 'as ilhas dos Açores são o que resta' e '... os cumes das montanhas. São as ilhas.'

Em primeiro lugar, assume-se como evidência que as crianças já ouviram falar nisso. Em segundo lugar, pelo duplo uso do presente «são» em vez de um mais hipotético «seriam», assume-se que isto é simplesmente verdade. O elemento negativo de incredulidade que a frase «Pedro conhecia a história, mas tomara-a por lenda» poderia induzir, é logo aniquilado num raciocínio construído por argumentos cada vez mais fortes. Primeiro vem o argumento de que todas as lendas têm um fundo de verdade, depois diz-se que até há documentos escritos, muito antigos (25 séculos!) e, em terceiro lugar, estes documentos foram escritos, ainda por cima, por Platão, um filósofo famoso, muito inteligente e sabedor. Quem não acreditaria na veracidade do que está a ouvir ou a ler?

2. Os dois elementos, a Atlântida e a lagoa das Sete Cidades, são descritos nas palavras mais eufóricas possíveis:

**a Atlântida:**

→ a existência: civilizações desaparecidas - vestígios - verdade - até documentos escritos - informações antigas - filósofo famoso, inteligente e sabedor

→ a terra e os habitantes: um antigo continente [implica ideia de grandeza] - povo rico e civilizado - cidades magníficas - palácios - templos - jardins - ouro puro - joias - metal precioso.

Depois das coisas positivas que Mário e Sara contaram não se pode esperar senão superlativos para a lagoa. Palavras negativas quase não há, com a exceção de palavras referentes às forças destrutivas da natureza.

**a lagoa:**

[a noção de abundância: fotografias, postais, prospetos e livros] - sempre... texto elogioso – não há papel nem palavras - uma beleza assim – que deslumbramento! - espanto - maravilhou - recanto - lhes coubera em sorte - a cratera mais linda do mundo - não houve discordâncias - aquietou-se - em boa paz.

3. Não só o que os jovens ouvem é fascinante, também quem o diz os fascina. Mário e Sara são pessoas fora do vulgar que captam em poucos instantes a atenção de todos: «*eles bebiam-lhes as palavras num enlevo*». A primeira frase do excerto fala do «efeito que provocara» Sara. Trata-se do facto de João estar a apaixonar-se por ela. Nas duas páginas anteriores descreve-se delicadamente o que acontece ao rapaz, que conclui: "Apaixonei-me", *concluiu em êxtase, "apaixonei-me à primeira vista por uma mulher mais velha." A ideia era duplamente perturbante [...] Como é que era possível [...] "Final é", repetiu com os seus botões.* Adultos mais convincentes quase não há em toda a coleção Uma Aventura.

Quando Mário e Sara falam do desaparecimento da Atlântida apresentam três teorias, de que rejeitam imediatamente a primeira. Para verificar a segunda versão eles estão precisamente nos Açores, portanto devem acreditar nela. No que respeita à terceira, depreende-se da conversa que têm - não se diz mas é um dos vazios óbvios do texto que guia o leitor - que eles não são senão descendentes dos sobreviventes: também têm o desejo imenso de voltar, chamam-se entre si Sarin e Marin, como teriam feito os atlantes, tentam captar a energia universal por todos os modos, trazem ao pescoço uma tira de couro com bocadinhos de vários metais em bruto - outro vazio: tratar-se-ia de oricalco, esse metal mais precioso do que o ouro, como se confirma nas páginas finais -, etc. A mensagem, em si tão positiva e cativante, vem apresentada por pessoas sumamente fascinantes, o que corrobora o que dizem. No entanto,





o grupo de *investigadores* não é crédulo, e quando reaparece o elemento que os levou a pensar em cumplicidade na tentativa de matar Tony, não deixam de vasculhar os objetos pessoais do casal.

4. Tal como acontece em outras narrativas dessa coleção, este casal não estabelece nenhuma ligação direta com Portugal, mas como tudo se passa nos Açores, que é parte integrante de Portugal, os protagonistas e, através da identificação também os leitores, devem sentir-se implicados com essa história remota e fascinante. Alguns elementos ligam quem transmite a mensagem e quem a recebe, como por exemplo o uso de um deíctico de proximidade em «*por isso estamos aqui*», nos Açores. Além de «*aqui*», aparecem nesse trecho mais 3 referências aos Açores: «*as ilhas dos Açores*», «*as ilhas*», «*as lagoas açorianas*».

A impressão dos amigos ao ver pela primeira vez a lagoa, «*possuídos do mesmo espanto que maravilhou os primeiros povoadores no momento em que descobriram que aquele recanto existia e lhes coubera em sorte*» é uma forte alusão aos Descobrimentos, o período mais glorioso da História de Portugal. Neste sentido, a pergunta de Luísa para saber se essa terra era habitada é menos inocente do que parece à primeira vista, uma vez que toda a criança portuguesa aprende na escola que os Açores estavam desabitados quando os Portugueses lá chegaram.

5. Uma vez terminada a própria narrativa, as autoras apresentam para cada ilha uma lenda, em relação às quais se repete que «*as lendas têm sempre algo de verdade*» (199). Dessas páginas explicativas (179-208), duas lendas dão ainda mais informações, sempre em palavras elogiosas, sobre a Atlântida, a sua riqueza e a civilização dos atlantes, retomando as ideias já contadas na narrativa. Essa «*grande ilha ou mesmo um continente*» desapareceu devido a um tremor de terra violentíssimo, e «*há quem garanta que os cumes das montanhas ficaram de fora transformados em ilhas e que essas ilhas são os Açores*». Aqui a afirmação não é tão forte e vem matizada pelo «*há quem garanta*». No que respeita à autenticidade dos dados não dizem nada, embora acrescentem o seguinte (206):

*Na antiguidade, as notícias a respeito da Atlântida passaram de boca em boca durante muitas gerações. O primeiro que as registou por escrito foi um pensador grego chamado Platão, que viveu no século V antes de Cristo. Depois, muita gente escreveu a respeito do continente desaparecido. No início do nosso século já havia mil e setecentos livros publicados sobre o assunto e raro é o ano em que não aparecem estudos, artigos em jornais e revistas, livros variados.*

Uma criança que ainda não sabe avaliar bem a informação e que lê esta passagem fica talvez pensando que todos estes livros tratam de Portugal, que todos mencionam o país, ou que Platão escreveu sobre Portugal. As autoras aproveitam Platão para dar um fundo verídico à sua interpretação. Ora, a *Encyclopædia Britannica* diz sobre a "Atlantis" que Platão a menciona em dois textos seus, acrescentando que é impossível saber se a lenda é pura invenção de Platão ou baseada em factos de que não ficou nenhuma evidência. Mas não é só isso: Platão situou a "Atlantis" perto das Colunas de Hércules e na Idade Média fizeram-se muitos mapas, situando-a em vários sítios. Ora, de todos os vários sítios que a enciclopédia aponta como tendo sido encarados como a Atlântida, só se apresenta uma interpretação, a tradição portuguesa, e não se fala das outras sagas. É como se a hipótese das ilhas portuguesas fosse a única. Desse modo focaliza-se a importância dos Açores ou de Portugal em detrimento dos outros sítios possíveis.



Penso ter posto em evidência com esta análise discursiva, como a apresentação do espaço por excelência dos Açores leva a uma interpretação da história remota, em que o país está implicitamente presente, embora se trate dum tempo em que Portugal ainda nem existiu, e em que inconscientemente espaço e história são apresentados de maneira atrativa. Vê-se, pois, como uma narrativa juvenil contribui para conservar a tradição popular e para revitalizar a mitologia portuguesa, como faz também um dos últimos livros da igualmente popular coleção 'Triângulo Jota' de Álvaro Magalhães, *O Rei Lagarto* (1998), em que a aventura gira igualmente em redor do mito da Atlântida e ocorre também parcialmente nos Açores. A introdução dessa lenda, e dessa maneira, numa narrativa juvenil, além de insistir na (passada) riqueza e na (presente) beleza dos Açores, e por conseguinte de Portugal, contribui certamente para avivar a identidade coletiva nos jovens leitores.

Analisei em pormenor este trecho e esta lenda, mas analisar outros elementos típicos dos Açores também ia levar-nos às mesmas constatações, a saber que o espaço físico nas narrativas de Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada é quase sempre não apenas um dos alicerces da construção da narrativa mas que desempenha um papel fulcral na construção de um imaginário coletivo português, um imaginário coletivo de que os Açores fazem 'bel et bien' parte integrante.

#### **BIBLIOGRAFIA**

- Bal, Mieke (1980) *De theorie van vertellen en verhalen. Inleiding in de narratologie*, Muiderberg, Coutinho (1:1978).
- Blockeel, Francesca (2000) *A imagem de Portugal nas narrativas juvenis (1974-1994): identidade e alteridade*, (tese de doutoramento) Lovaina: edição própria.
- Blockeel, Francesca (2001) *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: identidade e alteridade*, Lisboa: Caminho.
- Coelho, Nelly Novaes (1987) *Literatura infantil. História - Teoria - Análise*, São Paulo: Edições Quiron Lda (1:1981).
- Gomes, Madalena (1990) *Umas Férias na Argélia*, Lisboa: Areal.
- Lepecki, Maria Lúcia (1999) "Um requinte discursivo: a descrição" in *Letras, Sinais*, Lisboa: Edições Cosmos.
- Magalhães, Ana Maria & Isabel Alçada (1985) *Uma Aventura no Algarve*, Lisboa: Caminho.
- Magalhães, Ana Maria & Isabel Alçada (1993) *Uma Aventura nos Açores*, Lisboa: Caminho.
- Nikolajeva, Maria (1996) *Introduction to the Theory of Children's Literature*, Tallinn: Tallinn Pedagogical University.
- Reis, Carlos & Ana Cristina M. Lopes (1994) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra: Livraria Almedina, (1:1987).
- Watkins, Tony (1992) "Cultural Studies, New Historicism and Children's Literature" in Peter Hunt, *Literature for Children. Contemporary Criticism*, London & New York: Routledge, 173-195.

---

## **6. GRAÇA BORGES CASTANHO [gcastanho@hotmail.com](mailto:gcastanho@hotmail.com)**

- Docente da Universidade dos Açores desde 1994
- Possui um Doutoramento pela Universidade do Minho na área da Metodologia e Ensino da Língua e Literatura Portuguesas; Mestrado pela Universidade da Lesley, Cambridge, Massachusetts, EUA, em Curriculum e Instruction com uma tese sobre o Ensino do Português nos EUA; e Licenciatura em Ensino do Português e Inglês pela Universidade dos Açores.
- Presentemente está a terminar um pós-doutoramento na Harvard University, desenvolvendo, para o efeito, um trabalho de investigação internacional sobre o ensino da leitura em Portugal, Brasil e Moçambique.
- Também se encontra a desenvolver um estudo sobre Diplomacia das Línguas Europeias nos EUA



-Entre 2003 e 2005 trabalhou na Embaixada de Portugal em Washington como Conselheira para o Ensino Português nos EUA e Bermudas.

- Formadora credenciada pelo Conselho Científico da Formação Contínua, desde 1993, nas áreas abaixo referidas: **Português**/Língua Portuguesa; Literaturas (Literatura Portuguesa, Literatura Infantil e Juvenil); Pedagogia e Didática; Conceção e Organização de projetos Educativos; Didática Geral; Didáticas Específicas (Português); Práticas de Avaliação do Rendimento Escolar; Ensino do Português no Estrangeiro.

-É autora de livros infantis, de inúmeros artigos em revistas da especialidade e da obra *À Descoberta da Pré-adolescência*. -Tem participado como oradora em congressos regionais, nacionais e internacionais, destacando-se a sua ação nos EUA, onde tem apresentado comunicações nos maiores congressos dedicados ao ensino das línguas estrangeiras.

-Autora e Coordenadora da página "Português em Destaque", durante quatro anos, no jornal *Açoriano Oriental*.

-Exerceu também as funções de Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

## O ENSINO DO PORTUGUÊS NOS EUA NO CONTEXTO DA DIPLOMACIA DAS LÍNGUAS EUROPEIAS

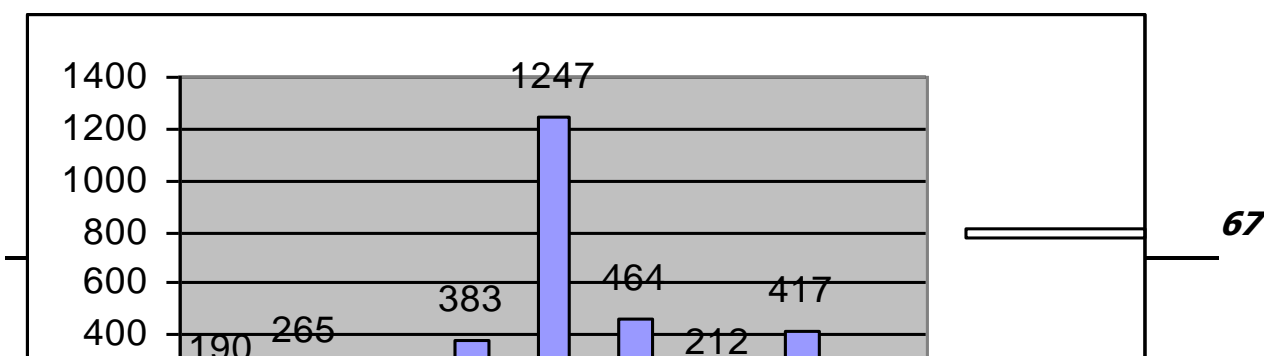
Esta apresentação visa caracterizar o ensino do Português nos EUA, no contexto da diplomacia das línguas europeias mais ensinadas naquele país. Após o enquadramento das manifestações de ensino português em geral, centraremos a nossa atenção nos Estados de grande concentração das comunidades açorianas, o que nos permitirá refletir sobre o que tem sido feito ao nível das escolas oficiais norte-americanas e das escolas comunitárias. Com base em legislação federal e estadual sobre o ensino de línguas estrangeiras nos EUA e partindo do trabalho realizado pelas línguas europeias mais ensinadas (Espanhol, Francês, Alemão e Italiano), apontaremos caminhos possíveis para a promoção do Português junto das comunidades falantes do idioma luso e da sociedade norte-americana em geral. O Ensino do Português nos EUA conta com quase 100 anos de existência e é ministrado em vários tipos de escola: escolas oficiais norte-americanas; escolas comunitárias; escolas privadas com currículo norte-americano (escolas católicas, ex.); escolas privadas com currículo próprio.

### LEVANTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE ENSINO PORTUGUÊS NO ANO LECTIVO DE 2003-2004

Pela primeira vez, no ensino do Português nos EUA, foi feito o levantamento deste fenómeno na sua máxima abrangência (estudo elaborado pela Conselheira de Ensino).

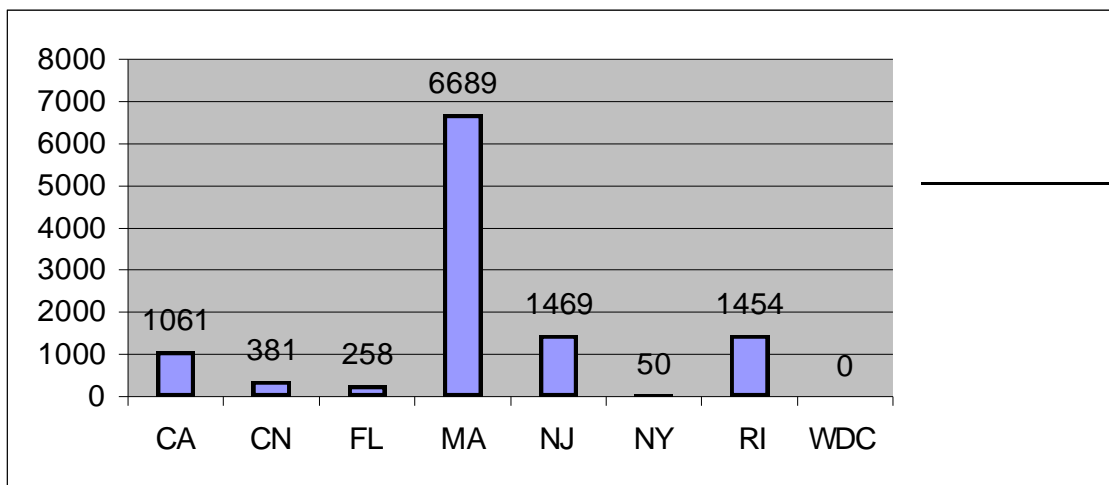
Até 2003, o ME e o MNE receberam da Coordenação de Ensino dados relativos apenas às escolas comunitárias, situação grave porque as escolas comunitárias representam uma percentagem diminuta no cômputo geral das manifestações de ensino Português.

**Escolas Comunitárias Total – 2127**

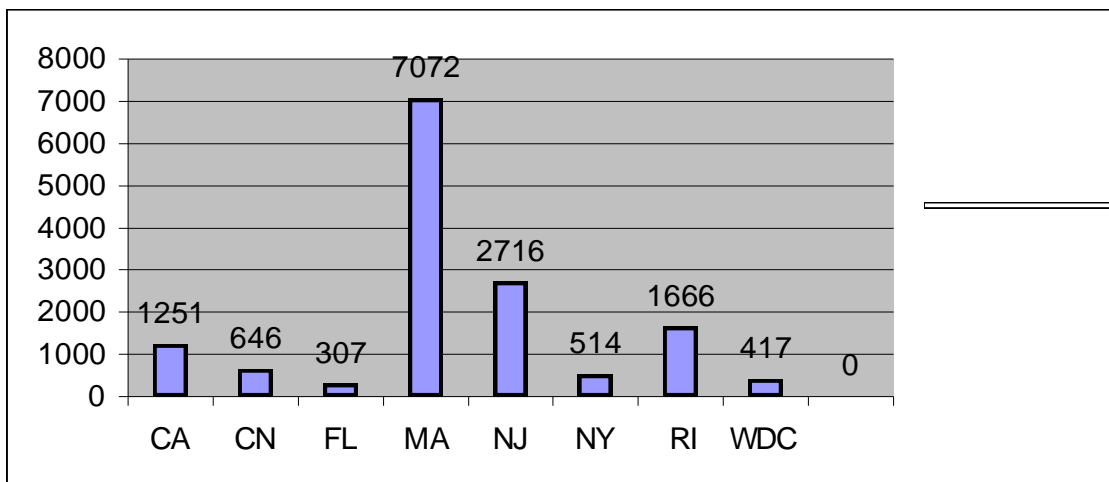




**Escolas Oficiais Total – 10.362**



**Escolas Comunitárias e Oficiais Total – 12.489**



**Conclusões do Estudo**

- As escolas comunitárias integram crianças e adolescentes portugueses, na generalidade.



- Ensinam Português basicamente do 1º ao 6º ano.
- As escolas oficiais americanas integram crianças de várias culturas lusófonas.
- Investem essencialmente no ensino do Português a partir do 8º ano, deixando a descoberto os níveis anteriores.
  - O corpo docente das escolas oficiais integra professores de diferentes nacionalidades.
  - As comunidades açorianas é que mantêm viva a língua Portuguesa nos EUA, consequência do número de portugueses e luso-descendentes provenientes dos Açores (estima-se mais de um milhão).
    - Os estados de concentração de açorianos são onde se encontra a vasta maioria de manifestações de ensino do Português.
      - Uma grande maioria dessas situações de ensino já se encontram integradas no ensino regular norte-americano.

**O estudo da real situação do Português nos EUA levou à quebra de mitos que todos aceitavam como verdade. Que Mitos eram esses?**

- “Os estados de concentração de continentais investem mais no ensino do português”.
- “As comunidades açorianas não valorizam o ensino da língua”.
- “As comunidades açorianas foram para os EUA para ficar, os continentais para voltar”.
- “As escolas comunitárias é que mantêm vivo o ensino do português nos EUA”.

***Durante mais de 20 anos os Governos de Portugal...***

- Garantiram um serviço de Coordenação.
- Autorizaram o destacamento ou requisição de mais de 30 professores que estão ao serviço das escolas comunitárias, sendo pagos pelas mesmas.
  - Oferecem reformas a estes docentes, perante o pagamento pelos próprios dos descontos à Segurança social.
    - Cederam livros.
    - Fizeram alguma formação de Prof.
    - Firmaram um protocolo com Massachusetts.

**Neste momento, o Governo está a redefinir as regras...**

- A Coordenação de Ensino, a funcionar em Washington DC, foi extinta ou será extinta.
- Há em projeto a criação de duas coordenações (uma na costa leste outra na oeste).
- No país mantém-se uma Consultora do Protocolo com Massachusetts, com funções apenas em MA.
- Uma funcionária do ME encontra-se no Consulado em Providence, Rhode Island.
- O ensino do português passou para a tutela exclusiva do MNE, através do Instituto Camões.

**Neste momento, no século XXI, Portugal ainda está à procura de um modelo de ensino para os EUA**

- Numa altura em que outras línguas europeias ensinadas nos EUA se encontram, há mais de duas décadas, em pleno funcionamento, com base em políticas de ensino que nos poderiam servir de exemplo.
  - Numa altura em que outras línguas tomam de assalto as nossas áreas de intervenção por direito (as comunidades com grande concentração de falantes do Português).



- Numa altura em que o Português não é de interesse exclusivo para as comunidades falantes do mesmo, mas sim para a comunidade norte-americana em geral.

#### **Congresso dos Estados Unidos**

No Congresso foi aprovada uma lei (janeiro de 2006) que recomenda a promoção urgente do ensino de várias línguas estrangeiras, incluindo o Português. O projeto denominado National Security Language Act considera a LP uma língua crítica para a defesa nacional, juntamente com as línguas árabe, coreana, japonesa, persa, servo-croata, russa, etc.

#### **PORQUÊ O PORTUGUÊS UMA LÍNGUA CRÍTICA?**

- Posicionamento crítico do povo brasileiro face aos EUA
- Instabilidade político-social dos países africanos
- Posicionamento estratégico de Portugal como Membro da UE e país amigo do Brasil e PALOP
- Existência de comunidades muçulmanas nos países africanos
- Facilidade de atuação de grupos terroristas em África
- Existência de petróleo em Angola e São Tomé
- Brasil, terceiro maior mercado consumista em 2010

#### **Outros motivos que levam ao interesse pela Língua Portuguesa ?**

- É uma língua de comunicação internacional
- É uma língua de diálogo político e financeiro internacional
- Conta com mais de 230 milhões de falantes no mundo
- É uma língua que aproxima continentes e diásporas espalhadas pelo mundo
- É uma língua representativa de muitas culturas
- Dá acesso a um vasto leque de possibilidades profissionais.
- Os falantes do português entendem 90% de Espanhol; 50% de Italiano; 30% de Francês
- É a 6ª língua mundial; a 3ª europeia mais falada no mundo

Apesar de tudo isto, Portugal continua sem uma política de ensino no estrangeiro.

#### **NÃO HÁ UM PROJECTO DE DIPLOMACIA DA LÍNGUA EM PORTUGAL**

##### **Conceito de Diplomacia**

- “Ciência e arte de representar os interesses de um estado no estrangeiro ou de dirigir e promover o direito e as relações internacionais.
- Ramo da política referente às relações entre os estados.
- Conjunto dos representantes de um estado junto a outro.”

Dicionário de Português da Academia de Ciências

##### **Diplomacia da Língua**

- A diplomacia exige conhecimento da língua do país recetor
- A diplomacia da língua é, hoje em dia, um fenómeno recíproco: quem chega comunica na língua do país de acolhimento; quem recebe tenta usar a língua do país estrangeiro interlocutor.
- Consciencialização da importância das línguas na comunicação, no estreitamento das relações, no estabelecimento de parcerias, como prova de respeito mútuo.



## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

- Os países estrangeiros têm interesse em ensinar a língua de origem às suas comunidades emigrantes e à população estudantil em geral.
- O país de acolhimento cria condições aos países estrangeiros para que esse ensino se torne uma realidade.

A diplomacia da Língua nos EU “Todos chegaram de barco. A única diferença é que uns chegaram mais cedo do que outros”

- National Security Language Act.
- Legislação estadual e federal de apoio ao ensino das línguas estrangeiras com base na representatividade das comunidades imigrantes.
- Financiamento estadual e federal direcionado para as línguas.
- Esforço de começar a ensinar línguas cada vez mais cedo.
- Valorização das línguas menos ensinadas.
- Ano das línguas estrangeiras (comemorações previstas pelo período de 10 anos)

### Número de falantes por língua nos EU , 2000 US Census

|                      |             |            |           |
|----------------------|-------------|------------|-----------|
| English              | 215,423,557 | Italiano   | 1,008,370 |
| All Lang. Other than | 46,951,595  | Coreano    | 894,063   |
| English              |             |            |           |
| Espanhol             | 28,101,052  | Russo      | 706,242   |
| Chinês               | 2,022,143   | Polaco     | 667,414   |
| Francês              | 1,643,838   | Árabe      | 614,582   |
| Alemão               | 1,383,442   | Portuguese | 564,630   |
| Vietnamita           | 1,009,627   | Japonês    | 477,997   |

### Ensino secundário (9º -12º)

| Língua          | 1990-1991  | 2000-2001  |
|-----------------|------------|------------|
| Total alunos/as | 11,338,000 | 13,514,000 |
| Espanhol        | 2,611,000  | 4,058,000  |
| Francês         | 1,089,000  | 1,075,000  |
| Alemão          | 295,000    | 283,000    |
| Italiano        | 40,000     | 64,000     |
| Japonês         | 25,000     | 51,000     |
| Russo           | 16,000     | 11,000     |

### Ensino Universitário (2002-2003)

|          |         |
|----------|---------|
| Espanhol | 746.267 |
| Francês  | 201.979 |
| Alemão   | 91.100  |
| Italiano | 63.899  |
| Japonês  | 52.238  |
| Chinês   | 34.153  |

### Licenciatura em Língua Estrangeira

1991-92

2001-2002

::



COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

|                |               |               |
|----------------|---------------|---------------|
| Espanhol       | 4.768         | 7.243         |
| Francês        | 3.371         | 2.396         |
| Alemão         | 1.616         | 1.092         |
| Outras línguas | 2.612         | 2.511         |
| <b>Total</b>   | <b>12.367</b> | <b>13.242</b> |

2)

3)

**Mestrados em Língua Estrangeira Doutoramentos em LE**

|                | 1991-1992 | 2001-2002 |
|----------------|-----------|-----------|
| Espanhol       | 647       | 792       |
| Francês        | 465       | 356       |
| Alemão         | 273       | 208       |
| Outras Línguas | 734       | 591       |
| Total          | 2.119     | 1.947     |

O que têm feito as outras Embaixadas EUROPEIAS COM vista ao ensino das suas Línguas?

Embaixada de Espanha

Conselheiro em WDC para os EU e Canadá

**Técnicos de Ensino espalhados pelo país:** Nebraska, Novo México, Carolina do Sul, **Utah**, Washington DC, Washington (Estado), Nova Iorque, Tennessee, Illinois, Louisiana, Massachusetts, Califórnia, Connecticut, Florida, Geórgia

**Atividades** do Departamento de Educação, Embaixada de Espanha

- Formação de Prof.
- Colaboração c/ Univ.
- Informação
- Integração de Prof. vindos de Espanha
- Intercâmbios
- Bolsas
- Estudar em Espanha
- Estudar nos EUA
- Concursos
- Publicação de materiais
- Página na *Internet*
- Elaboração de materiais
- Apoio às escolas e Universidades
- Estabelecimento de Protocolos
- Criação de Centros de Recursos
- Presença nos grandes eventos de línguas estrangeiras nos EU
- CIÊNCIA E TECNOLOGIA





## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

### Embaixada de França

• Serviço Cultural e de Cooperação da Embaixada da França sediado em Nova Iorque, com Departamento em Washington DC

- Com responsáveis pela educação em diferentes estados
- Em Washington DC, o Departamento trabalha com outras instituições francesas:
  - Maison Française sediada na Embaixada, DC
  - Alliance Française

### Atividades Embaixada de França e da Alliance Française

- Apoio a escolas e universidades norte-americanas
- Escolas Francesas
- Immersion Schools
- Parcerias com escolas
- Estudar em França
- Estagiar em França
- Bolsas
- Materiais para escolas, alunos e famílias
- Disponibilização de site na Internet
- Formação de professores
- Cursos de língua
- Intercâmbio de Alunos
- Campos de férias
- Centros de recursos

### Embaixada da Alemanha

• Departamento Cultural, na Embaixada em Washington DC, com a responsabilidade da Língua e dos Estudos do Alemão nos EU

- Mas quem, de facto, promove a Língua Alemã é o Goethe Institute com sedes em:  
Atlanta, Boston, Chicago, New York, San Francisco, Washington DC

### Embaixada de Itália

• Departamento de Educação na Embaixada em WDC que trabalha em colaboração com os departamentos de Boston, Chicago, Los Angeles, Miami e New York.

- Responsabilidade de todos os níveis de ensino
- Colaboração com a Casa Italiana – Language School e com a Italian Cultural Society of Washington DC, Inc

### Aspetos comuns garante do sucesso das outras línguas europeias nos EU

- Recursos financeiros
- Recursos humanos
- Valorização do ensino das línguas como forma de promover os países e suas culturas
- Visão economicista do ensino da língua
- Autonomia das coordenações de ensino, relativamente às Embaixadas e Consulados



- Cobertura de todos os níveis de ensino
- As universidades ao serviço da língua
- Parceiros extra embaixada/Institutos
- Permanência em Washington para garantir proximidade com os órgãos de decisão
- Ao serviço das políticas de Ensino dos governos dos países e não ao sabor das vontades de Embaixadores e/ou Cônsules, os quais não têm formação científica para decidir sobre políticas de língua.

Que soluções para o ensino português nos EUA?

1. Manter a Coordenação na Embaixada de Portugal em Washington como garante da visibilidade e dignificação da língua, junto dos organismos que decidem, a nível nacional, os destinos da língua.
2. Fornecer técnicos especialistas em Língua Portuguesa, ao serviço dos estados com grande concentração de falantes do Português, radicados nos Consulados.

Os destinos da língua nos EU passam por um trabalho articulado com o Brasil e Cabo Verde

- Portugal com um milhão e meio de imigrantes e descendentes nos EUA.
- Brasil com um milhão de imigrantes nos EUA, bem como descendente.
- Cabo Verde com um milhão de imigrantes nos EUA e descendentes.

Grupos Comunitários para levar ao cumprimento da lei

Criação de grupos de defesa da língua para “pressionar” os sistemas escolares a ensinar Português, em áreas de grande concentração de falantes da Língua Portuguesa.

**Ações de formação para professores dos seguintes estados, preparando-os para a diversidade linguística e cultural do idioma Luso:**

Área Metropolitana de Washington

Massachusetts

Rhode Island

Califórnia

New Jersey

New York

Connecticut

**Participação em Congressos de línguas estrangeiras**

- Luso-American Education Foundation (MA e CA)
- National Language Conference (Dep. Defesa DC)
- Congressos das associações estaduais (Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Jersey, New York, Área Metropolitana de Washington, DC, Florida, Califórnia) Foreign Languages Association)
- NorthEast Conference on the Teaching of Foreign Languages (NECTFL)
- Associação de Professores de Português dos EUA e Canada
- APSA (American Portuguese Studies Association)
- ACTFL (American Council Teachers Foreign L)
- AATSP (American Association of Teachers of Spanish and Portuguese)... ..



Elaboração de materiais culturalmente relevantes para os alunos que estudam o idioma luso nos EU, considerando a diversidade linguística e cultural das comunidades falantes do Português.

CONTINUAÇÃO DA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS JÁ INICIADA PELA COORDENAÇÃO DE ENSINO (2003-2005)

- MATERIAIS BILINGUES
- Cartazes
- T Shirts e Consumíveis
- Desdobráveis
- CD

---

## 7. ISA SEVERINO [isaseverino@clix.pt](mailto:isaseverino@clix.pt)

Isa Margarida Vitória Severino É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Portugueses, área de Linguística, pela Universidade de Aveiro.

Exerceu durante 3 anos função docente no ensino Secundário. Atualmente, é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde leciona há 5 anos.

Participou em diversos congressos de Literatura e Linguística realizados nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Aveiro, entre outras, tendo publicado alguns artigos.

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Portugueses, área de Linguística, pela Universidade de Aveiro.

Exerceu durante 3 anos função docente no ensino Secundário. Atualmente, é docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde leciona há 5 anos.

Participou em diversos congressos de Literatura e Linguística realizados nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Aveiro, entre outras, tendo publicado alguns artigos.

### **A VIVÊNCIA DA INSULARIDADE EM VITORINO NEMÉSIO E CECÍLIA MEIRELES**

A presente comunicação, sob um título aparentemente difuso, pretende estabelecer um paralelismo entre dois autores que, apesar de distanciados geograficamente e com percursos distintos, apresentam uma temática que lhes é comum – a vivência da insularidade –, que perpassa a sua obra.

A insularidade pode ser entendida como um conjunto de características que advém das vivências insulares daqueles que viveram ou vivem numa ilha, como foi o caso de Vitorino Nemésio ou ainda como qualidade do que está isolado numa ilha. No entanto, o conceito não se esgota nesta definição. Pode ainda adquirir outras nuances e ser transposto para um outro tipo de isolamento – o isolamento interior, próprio daqueles que, apesar de nunca não terem vivido numa ilha, a interiorizaram e adotaram como se de um estado ontológico se tratasse, como é o exemplo da escritora brasileira Cecília Meireles.



Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade por Cecília Meireles, como foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

O mar adquire significados plurifacetados na obra de Cecília, estabelecendo uma associação com a infância da escritora, um tempo povoado "por histórias encantadas" e pela presença invidável da sua avó. E constitui uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas. A memória, qual vaga, transporta-a a um regresso a esse tempo ancestral cheio de tradições. Também em Nemésio a memória reporta-o para a íntima ligação ao mar e aos Açores, por isso afirma: "os Açores estão mais ou menos na raiz de tudo quanto faço".

Assim, a presente comunicação tem como objetivo perscrutar os diferentes vetores que a água, de forma geral, assume nas obras poéticas dos dois autores e quais os significados que lhe são atribuídos.

0. É possível que o título da nossa intervenção suscite algumas dúvidas uma vez que, numa primeira leitura, pode parecer pouco adequado, quando nos referimos à escritora brasileira Cecília Meireles. Como se pode atribuir marcas de insularidade a uma autora que não nasceu nem viveu numa ilha? Poder-se-á estabelecer um paralelismo entre um autor açoriano como foi Vitorino Nemésio, cuja infância e parte da adolescência se desenrolaram numa ilha, mais especificamente na Ilha Terceira, que desde sempre lhe moldou a forma de estar, pensar, sentir, e acima de tudo, de ser, com uma poetisa que não conheceu empiricamente a vida insular?

1. Que paralelismos estabelecer entre um autor que "arrastava os Açores às costas (ou arrastava-se, por entre os Açores no coração?)" (Teotónio, 1989:35) e um outro cujas reminiscências da infância e laços de hereditariedade são os principais elos de ligação ao arquipélago?

São estas as questões a que pretendemos dar resposta, apresentando interpretações possíveis para algumas construções poéticas dos autores, que nos pareceram mais elucidativas para o tema em questão. Apesar de a experiência da insularidade não ser vivenciada do mesmo modo, nem com a mesma intensidade pela escritora brasileira Cecília Meireles como o foi pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, encontramos nos dois autores marcas de insularidade que os aproximam e se refletem nas suas obras poéticas.

Como referiu J. de Almeida Pavão:

*Os Açores contam com a suprema glória de verem inscritos nas páginas de oiro da poesia de língua portuguesa alguns dos seus mais notáveis representantes [e destaca os nomes de Roberto Mesquita, Côrtes-Rodrigues, Teófilo Braga, Antero] ou os que continuaram a mergulhar no seu húmus as raízes de inspiração e o substrato da sua própria lírica, como Vitorino Nemésio; mas ainda os que lhes estão presos pelos laços de hereditariedade, transmudada nos seus valores poéticos, como Garrett, Fernando Pessoa ou Cecília Meireles. (Almeida, 1973: 4).*



Pretendemos, retomando as palavras de Almeida Pavão, perscrutar, por um lado, o modo como Vitorino Nemésio retirou do “seu húmus as raízes de inspiração” e, por outro, verificar a influência que o legado familiar exerceu na atividade poética da autora e o modo como nela se reflete.

### I. INSULARIDADE.

#### 1. NEMÉSIO – INSULARIDADE VIVIDA.

Vitorino Nemésio nasceu em 1901, em Praia da Vitória, na Ilha Terceira. A sua infância e o tempo passados na ilha são frequentemente evocados pelo autor, despoletando um regresso à infância e à ilha. Na verdade, este legado do passado perpassa a sua obra quer em verso quer em prosa e é enaltecido através de construções e lexemas de carácter valorativo. Esta herança do passado engloba o mar, as gentes, as tradições, a fauna, a flora, as aves e a terra que o viu nascer, o arquipélago dos Açores, um universo com um pulsar próprio, mas impercetível para o “comum dos continentais”, como afirma o autor:

[Os Açores é] para o comum dos continentais, a trapalhada geográfica que o nome da *Ilha* abrevia. Para os açorianos desterrados, é o berço, o amor, as reminiscências, a família e, na esfera dos desejos que se criam mais ao peito, a tumba, a cova para o sono que nunca mais se acorda, e que o mar ali eternamente vigia (...) (Nemésio, 1929: 4).

A ilha é o “berço”, a origem, na verdadeira aceção da palavra, o primeiro despontar para o mundo: o “mundo é a Praia da Vitória, primeiro, depois a Terceira, ainda depois os Açores, só então Portugal e o mundo inteiro no círculo mais vasto” (Teotónio, 1989:32). Para este açoriano desterrado, a ilha é concomitantemente “o berço, o amor”, a sua fonte de inspiração, que despoleta o pensamento e faculta a matéria, que depois é transmutada nos seus versos e lhe viabiliza o traçar de um trajeto que conduz à *Ilha* perdida, ambicionada, mas dificilmente alcançável.

#### 2. CECÍLIA – INSULARIDADE IDEALIZADA.

Cecília, contemporânea de Nemésio, nasceu no mesmo ano, do outro lado do Atlântico. Contrariamente ao exemplo do escritor açoriano, nunca viveu nos Açores. O arquipélago, porém, não lhe é uma realidade completamente alheia e, apesar de não ter o significado nem a intensidade que Nemésio lhe captou e simultaneamente conferiu, não deixou de ser merecedor de afeto. Ele constitui um importante manancial que percorre a vida e a obra poética da autora, como a própria explica, aquando da sua visita ao arquipélago:

Se me perguntarem o que me traz aos Açores, apenas posso responder: a minha infância. A minha infância: o romanceiro e as histórias encantadas; a Bela Infanta e as bruxas; as cantigas e as parlendas; o sentimento do mar e da solidão; a memória dos naufrágios e a pesca da baleia; os laranjais entristecidos e a consciência dos exílios. A dignidade da pobreza, a noção mística da vida, a recordação constante da renúncia; o atavismo do cristão.

Depois de tantas experiências variadas em todos os territórios do mundo e do espírito, alguma coisa reclamava em mim esta participação nos lugares da minha gente passada. Dispus-me a esta espécie de aventura lírica, depois de conhecer os povos mais diversos em suas mais complexas expressões. Minha vinda a estas ilhas é como um regresso, uma visita familiar, um ato de ternura. Não desejaria que me recebessem como uma escritora brasileira por mais que



me seja cara a terra onde nasci e onde tenho vivido: — mas como a uma criança antiga que a poesia de S. Miguel nutriu, numa infância de sonho, no regaço de uma avó dolorida, heroica e nobremente sentimental<sup>22</sup> (Almeida, 1973: 4).

O apelo das suas origens lusíadas, a ânsia de recuperar fragmentos da infância “as histórias encantadas, as parlandas, o sentimento do mar”, levaram-na a regressar a S. Miguel. Mas como poderia Cecília regressar a um sítio onde jamais havia estado? Qualquer regresso implica um retorno, o visitar de um local onde já se esteve. Para Cecília o regresso é a recuperação da infância e das histórias contadas pela avó açoriana. Trata-se então de uma vivência diferida, uma experiência comunicada durante a infância, numa época em que, segundo Piaget, o pensamento é de um realismo ingénuo, daí que seja tão real a vivência-vivida como a vivência-imaginada, o que explica que a vivência insular seja tão real para um autor como para outro.

Há um outro contacto com os Açores em Cecília Meireles – a sua correspondência com escritores portugueses, nomeadamente com Armando Côrtes-Rodrigues, que alimentou as suas recordações infantis e reforçou o desejo de regresso à ilha. Esta ligação é ainda fortalecida pelos trabalhos desenvolvidos pela autora. Lembramos, a título de exemplo, o *Panorama Folclórico dos Açores especialmente da Ilha de S. Miguel*, que demonstra o apreço e o conhecimento que Cecília manteve pelo arquipélago, percorrendo as cantigas típicas das diversas ilhas, que refletem o cenário marítimo. Este estudo revela uma pesquisa atenta que se espraia por diversos aspetos, pelo património imaterial e pela vida material (habitação, trajes, penteados, alimentação, vida família), o que patenteia um conhecimento do *modus vivendi* e da tradição daquelas ilhas, com especial enfoque para a ilha de S. Miguel, de onde era oriunda a sua avó materna, uma presença preponderante na sua vida, uma vez que Cecília ficou órfã muito cedo. Esta visita constitui ainda um ato de apreço pela figura de Jacinta Garcia Benevides: “Minha avó era beleza total de corpo e de espírito. Nunca vi uma criatura assim, de boa, de terna, de feminina, de masculina.”

Os Açores, mais especificamente a Ilha de S. Miguel, representam o acesso ao legado da infância, esse universo a que tantas vezes a poetisa acede numa ânsia de recuperar. É inegável o que esse mesmo legado lhe proporcionou, permitindo-lhe desenvolver uma depurada sensibilidade, um forte sentimento de estoicismo e solidão, indissociável do elemento marítimo, que irrompe com frequência na obra poética da autora e constitui um ponto de partida para reflexões profundas:

Aqui está minha herança – este mar solitário,

Que de um lado era o amor e do outro esquecimento (Meireles, 1994a:337)

Cecília imerge num universo de solidão para aceder à sua “herança – o mar solitário”, que lhe inundou a alma e ressoa na sua poesia.

Ao estabelecermos um paralelo entre os dois autores, encontramos pontos que, apesar de divergentes, desaguam num sentimento comum. O mar, na obra de Vitorino Nemésio, constitui uma presença constante. O “cronista do mar” foi “um conhecedor profundo da rica simbologia das águas, ele transformou ainda o mar numa fonte perene de

<sup>22</sup> Palavras proferidas ao microfone do Emissor “Asas do Atlântico” do Aeroporto de Sta. Maria em, 23-9-51, aquando da sua visita aos Açores.



inspiração metafórica e até mítica” (Silva, 1985: 96). Protagonizou “uma açorianidade sublimada e sentida no dia-a-dia” (Gouveia, 2001: 1029).

Cecília regressa à ilha, terra natal de sua avó, para aí adquirir e assumir alguns traços de insularidade, que apenas lhe foram transmitidos por via hereditária, mas que a autora encarou como algo que lhe é intrínseco, como se pode verificar em “Beira-mar: “Porque isto é mal de família, ser de areia, de água, de ilha”.

Nemésio expressa também a sua insularidade em “Da universal inquietude”:

A Esfinge do mar é a ilha. Levanta-se do deserto de águas como a pétrea cabeça que afrontava Édipo na estrada de Tebas, mas não traga os transeuntes como monstro [bem pelo contrário], agasalha-os, amamenta-os com a sua lava.” E acrescenta ainda que é “o complexo de todos os temas na sua carne viva de possibilidade e inquietação” (Nemésio, 1995: 162).

O mar representa, para os dois autores, uma forma de regresso imaginário ao passado, mantendo vivas as recordações a ele ligadas e surge como um cordão umbilical que os prende às suas origens e à ancestralidade das tradições.

A ilha, por seu turno, é para Nemésio “o berço”, a origem, a representação do tempo da infância, do passado e simboliza o espaço almejado pelo autor, como teremos oportunidade de analisar. Para Cecília, a ilha remete para um espaço de idealização, onde o eu lírico se pretende evadir, para poder ser, “areia, água, ilha”, indo ao encontro das suas raízes familiares e também insulares – “ porque isto é mal de família”.

## **II. A ÁGUA: REPRESENTAÇÕES E ACEPÇÕES.**

A água tem uma presença constante nas obras poéticas dos autores, mantém fortes elos de ligação com o sujeito lírico e constitui um ponto de partida para reflexões profundas. A água, sobretudo a água do mar, desencadeia um fluxo de memória e convida a um regresso ao passado, um navegar pelo tempo da infância:

Beira-mar

Foi desde sempre o mar.

E multidões passadas me empurravam  
como o barco esquecido.

Agora recordo que falavam  
da revolta dos ventos,  
de linhos, de cordas, de ferros,  
de sereias dadas à costa.

E o rosto dos meus avós estava caído  
Pelos mares do Oriente, com seus corais e pérolas,  
E pelos mares do Norte, duros de gelo. (Meireles, 1994b:265)



O mar empurra o sujeito poético para uma travessia, levando-o a imergir no passado e a revisitar histórias evocadas aqui pelas expressões enumerativas – “revolta dos ventos, de linhos (...) de sereias dadas à costa” – e presenças – “o rosto dos meus avós”.

Também em Nemésio a água do mar sugere esse retorno ao tempo da infância:

Todas as tardes levo a minha sombra a beber  
Como nuvem ao mar de que saiu o meu ser.”

O determinante indefinido todas acentua o regresso reiterado ao tempo e espaço da infância – a ilha – representados aqui pela “nuvem ao mar”, que se confunde com a própria essência do sujeito lírico.

Existem, no entanto, outros sentidos que se associam ao mar, como demonstra a construção metafórica e comparativa:

Sou moradora de areias,  
de altas espumas: os navios  
passam pelas minhas janelas  
como o sangue nas minhas veias,  
como os peixinhos no rio... (Meireles, 1994b:293)

Esta associação, de forte pendor visualista, assume uma força tal que o sangue que passa nas veias reporta ao movimento dos peixes que deslizam pelos rios e dos navios que rompem a água salgada, dando-nos a percepção de se tratar de algo indistinto. Quer a água, sob a forma de mar, quer o eu lírico fundem-se e metamorfoseiam-se na mesma natureza.

Também o poema “O Paço do milhafre” expressa essa fusão entre o sujeito poético e os elementos marítimos:

Á beira de água fiz erguer meu Paço  
De Rei-Saudade das distantes milhas:  
Meus olhos, minha boca eram ilhas;  
Pranto e cantiga andavam no sargaço.

Atlântico, encontrei no meu regaço  
Algas, corais, estranhas maravilhas!  
Fiz das gaivotas minhas próprias filhas,  
Tive pulmões nas fibras do mormaço. (Nemésio, 1986:130)

As partes do rosto do sujeito lírico – olhos e boca – transformam-se, numa linguagem metafórica, em ilhas. No seu regaço, qual mapa geográfico, desvenda preciosidades aquáticas, como refere a enumeração: “algas, corais, estranhas maravilhas!





A saudade da terra distante adensa o desejo de retorno, anunciado pelo verso – “Fiz das gaivotas minhas próprias filhas” –, no qual o determinante possessivo minhas remete para uma apropriação do espaço e as gaivotas (sinédoque da ilha), seres alados, portanto livres, são as suas “próprias filhas”. O último verso parece condensar a ideia implícita nos anteriores, nas fibras do mormaço, do calor entorpecedor da ilha, angaria o conforto e estabilidade necessários para prosseguir o seu poetar.

Uma situação semelhante verifica-se no poema "Mar Absoluto", presente na obra com o mesmo nome, em que o eu lírico suplica a sua aceitação, isto é, a sua incorporação na natureza:

Aceita-me apenas convertida em sua natureza:  
plástica, fluida, disponível,  
igual a ele, em constante solilóquio,  
sem exigências de princípio e fim,  
desprendida de terra e céu. (Meireles, 1994**b**:267)

Pretendendo assemelhar-se à natureza marítima, adjetivada de “plástica, fluida e disponível”, vislumbra-se o desejo da união perfeita e única. Se com o elemento humano uma relação sem exigências seria impossível, já com o mar essa relação “desprendida” e isenta de preconceitos seria exequível, estabelecendo-se assim uma ligação inigualável. A indistinção existente entre o mar e o eu lírico não passou despercebida a Manuel Bandeira que na obra *Belo Belo* comparou a tenacidade e a fragilidade de ambos: “Cecília és tão forte e tão frágil como a onda ao termo da luta.”

Para além da autoidentificação já referida, o mar irrompe na poesia de Cecília, revelando-se um verdadeiro companheiro de solidão:

O mar e só o mar, desprovido de apegos,  
matando-se e recuperando-se  
(...)  
Não precisa do destino fixo da terra,  
ele que, ao mesmo tempo,  
é o dançarino e a sua dança. (Meireles, 1994**b**: 266)

O primeiro dístico vem ao encontro das palavras de Bandeira, salientando, através de construções antitéticas, o carácter itinerante do mar e a sua mutabilidade – “matando-se e recuperando-se”. A luta que o mar trava consigo mesmo parece representar a transposição para o elemento marítimo da vivência, ou melhor, da luta interior do eu lírico.

Também na obra nemesiana o mar assume, por vezes, o papel de conselheiro;

O mar só quis dar-me sina  
Abrir-me ossos e veias:  
A vida foi-se-me menina,  
Suas promessas dei-as



O elemento marítimo manifesta uma total compreensão e disponibilidade face aos anseios do sujeito poético, numa tentativa de contribuir para a sua progressão. Contudo, os sonhos da juventude esboroaram-se e resta o desencantado adensado pela ausência do mar, por isso, urge recuperá-lo.

Nas obras dos dois autores deparamo-nos com outras aceções associadas ao mar, que representa um abrigo, chegando a ser considerado a última morada para os sonhos:

Lança destes altos montes  
às frias covas dos oceanos  
meus sonhos sem horizontes,  
claro puro e sobre-humano. (Meireles, 1994c: 185)

No poema “agosto”, o mar atinge uma proporção mais vasta e, sob a forma de oceano, constitui um refúgio, a última morada para os sonhos da poetisa. Companheiro de desilusão, chega a ser um íntimo confessor, o depositário dos seus sonhos mais recônditos, “claros” e “puros”, mas sem qualquer possibilidade de poderem irromper e persistir, sendo considerados “sem horizontes”.

Além de companheiro, o mar atinge uma vertente demolidora, metamorfoseando o sonho em “flor de espuma”. Esta feição destruidora e despojadora de sonhos e anseios do sujeito poético evidencia-se no poema “Canção”:

Pus meu sonho no navio  
e o navio em cima do mar  
depois abri o mar com as mãos  
para o meu sonho naufragar. (Meireles, 1994d: 116)

Assiste-se a um desencanto anunciado nos versos “abri o mar com as mãos/para o meu sonho naufragar.” O mar parece funcionar como um útero materno, normalmente hospitaleiro e permite momentos oníricos que mais tarde aniquila. Contudo, contrariamente ao útero materno que gera e faz brotar a vida, o mar não engendra o sonho, fá-lo “naufragar”, destituindo-o de qualquer possibilidade de sobrevivência. O mar assume a forma de urna, adquirindo potencialidades destruidoras: “debaixo da água vai morrendo/ meu sonho”.

É interessante notar que este paralelismo entre mar-útero (origem da vida) e mar-urna (depósito de sonhos) também tem representação na obra poética do escritor açoriano:

Deixem-me só no mar, não aluguem o bote:  
Medi o salto e o mundo antes de me atirar.  
Assim, não há ninguém que me derrote:  
Afogado ou flutuante hei de chegar.

(...)



E vou, lavado em mar e enxuto em ossos  
Buscar a minha estrela aos céus de Oeste:  
De tanta água, levo os olhos grossos;  
A tristeza de ser alma me veste. (Nemésio, 1986:136)

Esta súplica de libertação revela um desejo arquitetado: “Medi o salto e o mundo antes de me atirar”. A imersão nas profundezas da água tem um efeito catártico, purifica o sujeito lírico, como anuncia o paradoxo lavado em mar/enxuto. Se por um lado lava, por outro enxuga, na medida em que lhe permite traçar uma diretriz, tendo em vista o alcance da sua estrela, o tempo perdido da infância.

Nunca fui senão mar numa coisa peluda  
Mar numas veias cheias de ânsia  
De o derramar na superfície muda  
Que está à minha espera desde a infância.

(...)

Um homem, forte apenas do mandato,  
Só grande porque o mar me penetrou:  
No mais mísero e nu; o único fato  
É a pele que o pecado me emprestou. (Nemésio, 1996:137)

O eu lírico reforça a sua identificação com o mar, que irrompe como metáfora do eu. O mar é não só um ponto de partida, na medida em que simboliza o início da existência, como também a própria a essência do eu: “Nunca fui senão mar”. Assim, o mar pode ser interpretado como símbolo do ciclo de vida: representa, numa primeira instância, o útero materno, que engendra a vida; acompanha depois o percurso do eu poético, chegando mesmo a fundir-se com ele e, numa fase final, é o seu depositário, o local onde ele flutua e imerge.

O mar desencadeia nos dois autores o fluxo da memória. As vagas convidam a reflexões profundas, acompanham o deambular no tempo, o regresso ao passado e convocam a uma incursão pelo universo ontológico do sujeito poético. O cenário físico remete para o cenário interior e subjetivo do eu lírico:

Não é apenas este mar que reboia nas minhas vidraças,  
mas outro, que se parece com ele  
como se parecem os vultos dos sonhos dormidos.  
E entre água e estrela estudo a solidão.

E recordo a minha herança de cordas e âncoras,  
e encontro tudo sobre-humano.  
E este mar visível levanta para mim  
uma face espantosa. (Meireles, 1994b: 267)



O mar visível, que reboia nas vidraças, remete para a idealização de um outro mar, o Mar que Cecília recria e onde imerge ao encontro dos “vultos e sonhos dormidos”, da sua “herança insular “de cordas e âncoras”.

O poema “Correspondência ao Mar” patenteia igualmente a transmutação do elemento marítimo:

Quando penso no mar  
A linha do horizonte é um fio de asas  
E o corpo das águas é luar.

De puro esforço, as velas são memória  
E o porto e as casas  
Uma ruga de areia transitória.  
(...)

Quando penso no mar, o mar regressa  
A certa forma que só teve em mim  
(,,)  
(Nemésio, 1986: 142)

O cenário, presente nos poemas analisados, remete para o campo semântico de mar, como comprovam os temas e lexemas que neles pululam – “areia, oceano, ilha, horizonte, peixes, navio, cordas, espuma” –, reforçando o isolamento e ensimesmamento do eu, que encontra nos seres, nas coisas e nos diferentes espaços sentidos ocultos. O real observável remete para a idealização e interioridade do sujeito e, através do fluxo da memória, é a fonte primordial para o exercício poético. Os elementos, sobretudo o mar, assumem uma feição intermitente, sujeitos à mutabilidade do tempo e da memória: “Quando penso no mar, o mar regressa/A certa forma que só teve em mim”.

O mar concreto conduz à interioridade do sujeito, remete para o seu passado, para a sua terra e origens e consequentemente para a ilha.

A ilha, no caso de Cecília, não é senão um estão de espírito. Como bem notou Margarida Gouveia, a poetisa “quando define a ilha, mitifica-a e abstratiza-a, ao ponto de a considerar a ilha de “nenhures”, a “Ilha do Nanja”<sup>23</sup>:

Nédias vacas, encaracoladas ovelhas, arroios sussurrantes... Os carros pesados de frutos redolentes...  
Os barcos de pesca...As procissões pisando ruas de flores... Tudo isto é a ilha do Nanja: mas a ilha do Nanja não é nada disso. É muito difícil explicá-la, pois certamente é o que não é (*apud* Gouveia, 2001: 108).

À semelhança do que sucede com o mar, também a ilha assume uma feição intermitente – “é (...) mas não é nada disso.” A ilha é um espaço idealizado, “embora com uma paisagem e uma morfologia que a tornam referível à ilha das suas origens ancestrais (S. Miguel)” (Gouveia, 2001: 108). A ilha remete para o universo interior e subjetivo de Cecília.

<sup>23</sup> cf. Gouveia, Margarida Maia (2001). Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral, Porto: Fundação António de Almeida. pp. 107-115.



De modo análogo, encontramos em Nemésio a identificação com a ilha:

Tenho a carne dorida  
Do pousar de umas aves  
Que não sei de onde são:  
Só sei que gostam de vida  
Picada em meu coração.  
Quando vêm, vêm suaves;  
Partindo, tão gordas vão!

A realidade observada, o *topos* da infância, é sublimada, através do exercício da escrita para um outro plano, e remete para a interioridade do sujeito, que se funde, por intermédio de uma linguagem metafórica, na terra natal distante e perdida: “Tenho a carne dorida”. A ilha é caracterizada pela sua abundância e fertilidade – as aves, “quando vêm, vêm suaves”, mas partem gordas. O vaivém das aves pode ser associado ao exercício da escrita, pois o poeta, qual ave, procura, “suave” o regresso à terra natal, onde pretende mergulhar na sua essência, em busca da interioridade, saindo também ele mais fecundo.

Nemésio considerou que o que fez de Roberto Mesquita um “poeta original e duradouro é o sentimento de solidão atlântica”. Não foi também esta característica, apesar de sentida de diferentes formas, comum aos dois autores aqui referenciados?

Não foram também o mar e o sentimento de solidão elementos inspiradores, quer para Cecília quer para Nemésio, que estiveram na base da sua criação poética e os imortalizou?

#### BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. Pavão de. (1973) “O portuguêsismo de Cecília Meireles e os Açores” in *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXXXIV.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio.

(1983) *A Questão da Literatura Açoriana*, Angra do Heroísmo: SREC (col. Gaivota).

(1989) *Açores Açorianos Açorianidade*, Ponta Delgada: Signo.

Gouveia, Margarida Maia. (2001) *Vitorino Nemésio e Cecília Meireles: a ilha ancestral*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Meireles, Cecília.

(1994a) *Retrato Natural in Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994b) *Mar Absoluto in Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994c) *Vaga Música in Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

(1994d) *Viagem in Poesia Completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Nemésio, Vitorino.

(1986) *Poesia (1935-1940)*, Venda Nova: Bertrand.



(1995) *Sob os signos de agora* (introdução de José Martins Garcia), Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Silva, Heraldo Gregório da. (1985) *Açorianidade na poesia de Vitorino Nemésio: realidade, poesia e mito*, Ponta Delgada: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

---

## 8. LUÍS ANDRADE [andrade@notes.uac.pt](mailto:andrade@notes.uac.pt)

Professor Associado com Agregação na área da Ciência Política e Relações Internacionais.  
Pró-Reitor para a Mobilidade e Cooperação (2004 - presente)  
Publicou vários livros e artigos em Portugal e no estrangeiro.  
Várias dezenas de conferências e comunicações em Portugal e no estrangeiro.  
Assessor do Presidente do Governo Regional para a Cooperação Externa (1996-2000)  
Adjunto do Ministro da República para os Açores. (1991-1992)  
Diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. (1995-1996)  
Diretor do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da U.A. (1995-1998)  
Coordenador do Mestrado em Relações Internacionais (2000-2003)  
Membro do Senado e da Assembleia da Universidade dos Açores.  
Representante da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. (1996-2000 e 2001-2004)  
Vogal e 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal da Ribeira Grande (1997-2005)

### A UNIVERSIDADE DOS AÇORES E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com esta comunicação, proceder-se-á à análise do que tem sido a Cooperação Internacional da Universidade dos Açores ao longo dos últimos anos, concedendo um realce especial à cooperação com o Brasil e os Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, não esquecendo as nossas comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

O principal objetivo desta intervenção tem a ver, por um lado, com a problemática da Política Externa e de Cooperação Portuguesa relativamente aos países lusófonos e, por outro, com o papel que as Universidades Portuguesas, e em particular a Universidade dos Açores, têm vindo a desenvolver nesse sentido, sem esquecer, como é óbvio, a nossa diáspora.

Não iremos proceder a uma análise histórica dessas relações, mas tão-somente tecer algumas considerações, que nos parecem ser importantes, acerca da forma como Portugal tem vindo a gerir a sua política externa e de cooperação, designadamente no que diz respeito àqueles países.

De uma forma geral, podemos afirmar que essa política externa assenta nos seguintes pressupostos:



#### COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

- 1 - *Aprofundar o papel de Portugal como sujeito ativo no processo de construção europeia.*
- 2 - *Reforçar a relação privilegiada com o espaço lusófono, designadamente no que diz respeito aos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, ao Brasil e a Timor.*
- 3 - *Privilegiar a OTAN, a ONU e a OSCE, como instituições basilares no que diz respeito à Segurança, à Defesa e aos Direitos Humanos.*
- 4 - *Aprofundar as relações bilaterais com os países vizinhos.*
- 5 - *Reforçar a presença de Portugal nas Organizações Internacionais.*
- 6 - *Garantir a manutenção de uma estreita ligação às Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo.*
- 7 - *Defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas.*
- 8 - *Promover uma diplomacia económica ativa*
- 9 - *Rumar a uma diplomacia nova para o século XXI.*

Relativamente à problemática que mais nos interessa neste momento, entendemos que é essencial que Portugal continue a reforçar a valorização e o aprofundamento dos laços indeléveis que nos unem quer aos países africanos de língua oficial portuguesa quer ao Brasil e a Timor, através de uma política de empenhamento criativo.

A fim de concretizar estes objetivos, é necessário, em primeiro lugar, aumentar e diversificar os programas que estimulem a circulação e o reforço das relações culturais, económicas e políticas entre Portugal e esses países.

Em segundo lugar, aumentar a coordenação entre todos os países que falam Português nos congressos internacionais.

Por outro lado, entendemos que a Política de Cooperação constitui uma das vertentes mais importantes da Política Externa Portuguesa, que assenta, sobretudo, em valores como a procura da paz, a preservação e o aumento, se possível, da solidariedade entre os povos, a manutenção e, se for caso disso, a promoção e consolidação da Democracia e do Estado de Direito, a garantia e o respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, assim como a defesa da Língua Portuguesa e a preservação do ambiente.

Tendo em conta este desiderato, foram definidas algumas linhas de atuação política relativamente à problemática da cooperação para o desenvolvimento:

Em primeiro lugar, é essencial promover-se a melhoria das condições de vida das populações dos países em desenvolvimento e da consolidação da democracia e do Estado de Direito.

Acerca deste assunto, pensamos que é fundamental que Portugal, no seio da União Europeia, continue a desenvolver esforços no sentido de sensibilizar os nossos parceiros para os problemas do continente africano, assumindo uma postura político diplomática de promoção e de aprofundamento do diálogo euro-africano, não esquecendo a prioridade que deve ser concedida aos Estados africanos de Língua Portuguesa, reforçando, de igual modo, o relacionamento entre Portugal e esses Estados, na base da coordenação política e diplomática e aproveitando os laços de língua, de cultura e de confiança existentes.



Na prossecução da sua política de cooperação, designadamente no que concerne aos países africanos de língua oficial portuguesa, um dos principais objetivos a alcançar, pensamos nós, é a ajuda que deve ser prestada e esses países no sentido de criarem bases sólidas a fim de poderem conseguir alcançar o seu desenvolvimento autossustentado.

Para se conseguir alcançar estes objetivos, é, em nosso entender, essencial que se promova e defenda a Língua Portuguesa, tendo em consideração a sua função aglutinadora e estruturante no desenvolvimento (saúde, educação e ciência). Por outro lado, não nos podemos esquecer da cooperação institucional, designadamente no que diz respeito à assistência técnica e à formação, visando o reforço do Estado de Direito e da Sociedade Civil, da eficácia e da transparência da ação administrativa.

Um outro aspeto que, de igual modo, nos parece ser extremamente importante tem a ver com a cooperação empresarial e o apoio ao desenvolvimento do setor privado.

Neste contexto, o ano de 1995 foi extremamente importante na medida em que foi marcado pela preparação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Criada em 1996, esta Comunidade tem como objetivo essencial o reforço das relações de solidariedade entre os países de Língua Portuguesa quer no plano político diplomático, quer no plano da cooperação em geral.

O que, de facto, nos parece ser relevante, de igual modo, é o apoio financeiro a projetos que contribuam para o desenvolvimento desses países.

Por outro lado, é importante referir que a articulação luso-brasileira é, de igual modo, essencial à construção de uma plataforma atlântica, cooperativa e utilitária, na articulação dos projetos pela via da troca de experiências em África.

O aprofundamento dos laços de solidariedade que ligam os Estados de língua oficial portuguesa é para o nosso país uma política prioritária; uma política que se orienta numa perspetiva de futuro e que, com base no património inestimável que é a nossa língua comum, procura conjugar experiências e esforços para a ampliação do intercâmbio cultural e para o reforço da cooperação para o desenvolvimento económico e social, assim como para a nossa mútua capacidade de afirmação externa.

Um outro aspeto tem a ver com o importante papel que as Universidades Portuguesas, e especificamente a Universidade dos Açores, têm vindo a desempenhar no que diz respeito à formação de muitos alunos provenientes dos PALOP, facto que tem contribuído, inequivocamente, para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, e reportando-nos concretamente à Universidade dos Açores, desde que iniciámos funções, há cerca de um ano e meio, no âmbito da Pró-Reitoria para a Mobilidade e a Cooperação, temos procurado, dentro das nossas possibilidades, reforçar o relacionamento com a diáspora, designadamente com as comunidades imigrantes radicadas nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Brasil assim como nas Bermudas.





## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Neste contexto, temos vindo, anualmente, a organizar um Curso de verão cujo objetivo é não apenas o ensino da língua e cultura portuguesas, mas também da História, da Sociedade, da Economia, da Vulcanologia, da Sismologia, assim como as problemáticas ligadas ao Mar e à Terra da Região Autónoma dos Açores. O Curso decorre em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

O que nos parece ser essencial, em todo este contexto, é a preservação da nossa língua e da nossa cultura, em suma, da nossa identidade relativamente aos países que acolheram e acolhem os nossos imigrantes, bem como os seus descendentes.

Um outro aspeto, intimamente relacionado com o anterior, que gostaríamos de realçar, prende-se com a formalização da cooperação da Universidade dos Açores, consubstanciada através da assinatura de protocolos e outros acordos com Universidades e Instituições desses países.

Ainda no passado mês de março tivemos a oportunidade de visitar a Nova Inglaterra, a Califórnia e o Canadá, a fim de procedermos à divulgação, não apenas do Curso de verão a que fizemos referência anteriormente, mas, de igual modo, à oferta de ensino da nossa Universidade, tanto ao nível dos cursos de graduação como de pós-graduação, por forma a recrutarmos alunos provenientes das nossas comunidades residentes nos Estados Unidos da América e no Canadá.

Não podemos deixar de referir, todavia, o inestimável apoio que temos vindo a receber por parte da Direção Regional das Comunidades na pessoa da sua Diretora, Dra. Alzira Silva, a quem prestamos pública homenagem.

Por outro lado, a apresentação de comunicações e conferências, assim como a organização de seminários e de mesas redondas em várias instituições de ensino superior norte-americanas e canadianas, constitui, de igual modo, um aspeto importante a ter em consideração, na medida em que nos concede a possibilidade de darmos a conhecer o que a Universidade dos Açores está a oferecer ao nível do ensino e a desenvolver no âmbito da investigação. Foi exatamente o que fizemos no passado mês de novembro, através do Programa “Teach Europe”, uma iniciativa conjunta das Embaixadas de Portugal, de Espanha, da França, de Itália e da Alemanha, cujo convite à Universidade dos Açores se ficou a dever às iniciativas desenvolvidas, em Washington, pela Senhora Professora Graça Castanho.

Temos vindo, de igual modo, a proceder, gradualmente, à divulgação dos apoios institucionais que existem, quer no âmbito da Comissão Fulbright quer da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, no seio dos estudantes e professores da Universidade dos Açores, tendo como objetivo fomentar a cooperação, a vários níveis, entre o pessoal docente e discente dos dois lados do Atlântico. Neste contexto, merece destaque a assinatura do protocolo entre a U. A. e a Comissão Fulbright, que viabilizou, em março de 2005, a criação do Centro Regional de Informação Fulbright com sede na Reitoria da Universidade dos Açores, e que tem como objetivos fundamentais a divulgação do sistema de ensino norte-americano, o aumento do intercâmbio de professores e estudantes, bem como a informação atempada acerca do programa de bolsas Fulbright. O trabalho que se tem vindo a desenvolver foi publicamente reconhecido pela Comissão Fulbright que atribuiu um prémio de mérito à Universidade dos Açores, concedendo uma bolsa que fará com que a nossa instituição participe, pela primeira vez, na NAFSA, em Montreal, entre 21 e 26 de maio.



No entanto, somos os primeiros a reconhecer que muito há ainda a fazer, muito embora tenha sempre constituído uma prioridade da política de cooperação da Universidade dos Açores, o nosso relacionamento com a diáspora açoriana espalhada pelo mundo, designadamente nos Estados Unidos da América, no Canadá e no Brasil, sem esquecer, como é evidente, as Bermudas.

É, por conseguinte, uma prioridade da Pró-Reitoria para a Cooperação e Mobilidade da Universidade dos Açores, a intensificação dos laços que nos unem, e que devem ser cada vez mais fortes, a essas comunidades espalhadas pelo mundo.

Esse relacionamento, assente em protocolos de cooperação, visitas de estudo sistemáticas, cursos, e outros programas, tem como objetivo, como já foi referido, reforçar e diversificar a cooperação já existente.

Já constitui um lugar-comum dizer-se que vivemos, hoje em dia, num mundo globalizado. Porém, independentemente dos consideráveis desenvolvimentos que têm vindo a ocorrer no âmbito das novas tecnologias da informação, designadamente através da Internet, somos da opinião de que o contacto pessoal continua a ser imprescindível no processo de aprendizagem.

Neste sentido, está em estudo por parte das autoridades norte-americanas e europeias uma proposta de criação de uma licenciatura transatlântica (“transatlantic degree”), a ser implementada por instituições de ensino superior de ambas as margens do Atlântico entre 2006 e 2013.

Entendemos que esta iniciativa poderá constituir mais um passo importante no âmbito do relacionamento transatlântico, que, como sabemos, sofreu, nos últimos anos, alguns percalços, devido sobretudo à problemática que teve a ver com a intervenção militar anglo-norte-americana no Iraque.

Para concluir, diríamos que é necessário continuarmos a trabalhar, em conjunto, no sentido de podermos preservar tanto a nossa língua como a nossa cultura, duas componentes essenciais da nossa identidade como povo. E iniciativas como esta são, de facto, extremamente importantes para se alcançar esses objetivos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

---

**9. J. CHRYS CHRYSTELLO** [drchryschrystello@yahoo.com.au](mailto:drchryschrystello@yahoo.com.au) **E**

**10. HELENA CHRYSTELLO** [drchryschrystello@yahoo.com.au](mailto:drchryschrystello@yahoo.com.au) [hchrystello@gmail.com](mailto:hchrystello@gmail.com)

**Chrys** não só acredita em *multiculturalismo*, como é um exemplo vivo do mesmo. Em 1973, foi enviado para Timor regressando dois anos mais tarde. Editor do jornal local em Díli – enquanto em Portugal a Revolução dos Cravos destronava uma ditadura com 48 anos - Chrys estava já embrenhado no jornalismo político e na linguística.

Tendo já sido publicado em livro com poesia sua *Crónicas do Quotidiano Inútil* (vols. 1-4), escreveu um Ensaio Político sobre Timor, antes de ser chamado a desempenhar funções executivas em Macau como Economista da CEM



– Companhia de Eletricidade de Macau em 1976. Depois, radicar-se-ia em Sydney e Melbourne como cidadão australiano.

Durante mais de três décadas e meia dedicou-se ao **jornalismo** político em **rádio, televisão e imprensa escrita**, incluindo ANOP/NP/LUSA, televisão TVB Hong Kong, RTP, rádio RDP e Rádio Comercial, ERM e TDM-RTP (Macau), jornais e revistas sábado, Europeu, Jornal de Notícias e PÚBLICO (pertenceu ao grupo de fundadores), além de ter escrito documentários para as televisões australianas (sobretudo relativamente a Timor Leste).

Entre 1976 e 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) se recusava a ver essa saga. Na Austrália trabalhou ainda como **Jornalista** para o Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e para o Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo também exercido as funções de Tradutor e Intérprete para o Ministério da Imigração e para o Ministério Estadual de Saúde de Nova Gales do Sul.

Noutra área, interessou-se pela linguística ao ser confrontado nos anos 70 com mais de 30 dialetos em Timor, e descobriu na Austrália vestígios da chegada ali dos Portugueses (1521-1525) mais de 250 anos antes do capitão Cook, e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) desde 1984, Chrys ensinou na Universidade de Tecnologia de Sydney, Linguística e Estudos Multiculturais (a candidatos a tradutores e intérpretes).

Publicou inúmeros trabalhos científicos e apresentou temas de linguística em conferências em locais tão distintos como a Austrália, Portugal, Espanha, Brasil e Canadá.

Em 1999 traduziu do inglês o seu principal Ensaio Político "East Timor: the secret file 1973-1975" (versão portuguesa) **Timor Leste: o dossier secreto 1973-1975** que esgotou a sua primeira edição ao fim de três dias. Mais tarde e-publicou (na Internet) a monografia **Crónicas Austrais 1974-1996** e terminou há pouco novo livro sobre Timor.

Foi ainda Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sydney sendo correntemente Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics,) para o Information Technology Research Institute, University of Brighton no Reino Unido, para além de organizar os **Colóquios Anuais da Lusofonia** que desde 2003 têm tido lugar em Bragança e os **Encontros Açorianos da Lusofonia** na Ribeira Grande (S. Miguel, Açores) a partir de 2006.

Em 2005 publicou (em edição da Santa Casa da Misericórdia de Bragança) o **Cancioneiro Transmontano 2005**, compilando em cerca de 300 páginas, contos, lendas, cantigas e cantilenas, loas, etc. da região e publicou (e-livro) o segundo volume dos seus contributos para a história de Timor intitulado "**Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter**" (um volume com mais de 2600 páginas e edição de autor em CD).

Helena esteve desde cedo ligada aos estudos franceses, Helena continua a ensinar e a traduzir com o mesmo vigor, energia e dedicação com que iniciou a sua carreira. Nos últimos anos, tem estado ativa em conferências internacionais e em estudos de tradução, tendo organizado seminários internacionais de tradução para académicos e profissionais. Na Austrália impressionou-a o elevado número de turistas que afinal eram habitantes dessa multicultural nação.

Depois de estudar o percurso do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e da NAATI (National Accreditation Authority of Australia) para se estabelecerem na vanguarda do profissionalismo na Tradução, foi ao Canadá estudar a situação naquele país onde a Tradução e o Ensino andam de mão em mão. Depois, regressou a Portugal tendo terminado uma licenciatura na área da Educação e um mestrado em Relações Interculturais aplicadas



ao Ensino de Línguas, sendo professora no Dept<sup>o</sup> de Francês da ESEB do Instituto Politécnico de Bragança de 2002 a 2005, regressando ao ensino do 2<sup>o</sup> ciclo nos Açores a partir de 2005-2006.

Membro da CATS/ACT (Association Canadienne de Traductologie) já tem trabalhos publicados e apresentados em várias conferências. Há cinco anos que faz parte das Comissões dos Colóquios Anuais da Lusofonia.

## **AVÓS DE BARRA, AVÓS DE BAÍA, UMA TRIBO ABORÍGENE AUSTRALIANA A FALAR CRIOULO PORTUGUÊS ATÉ AO SÉCULO XX**

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial numa tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo.

Segundo von Brandenstein existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas

Os Avós de Barra e os Avós de Baía (em crioulo os Yawujibarra e os Yawuji Baía), eram tribos aborígenes quiçá descendentes de Portugueses, e linguisticamente a eles identificados. Trata-se de dois grupos de interrelacionamento matrimonial numa tribo afro-australiana, falando Português e Crioulo de 1520 a 1580.

[Este trabalho segue trabalhos do Prof. Dr. Carl von Brandenstein. Ao texto base, revisto, editado e compilado, foram acrescentadas, anotações, dados de pesquisa e investigação e explicações descritivas].

No século XVI, a acreditar na teoria, os portugueses ter-se-iam estabelecido na região dos montes Kimberley tendo inclusive trazido escravos africanos, os quais mantinham até 1930 um dialeto mescla de aborígene e de português crioulo. A importação de escravos teve início em 1444 pelo Infante D. Henrique e cresceu rapidamente a partir daí, mas nada há escrito ou conhecido que prove que escravos africanos terão vindo para Timor durante a primeira centena de anos de ocupação portuguesa.

Segundo von Brandenstein (um excêntrico personagem octogenário em 1990, de trato difícil e desconfiado, mas categorizado linguista e historiador) existem mais de 80 nomes de lugares que são portugueses, para além de um total de 260 palavras de origem portuguesa. Esta revelação, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas



1. As descobertas em 1967, e 1989, de material linguístico Português na zona das tribos aborígenes Kariyarra (KARRIERA) e Ngarluma, que residem na região de Pilbara foram alargadas pela descoberta de uma vasta colónia portuguesa na região dos montes Kimberley. Esta abarcava uma área oeste-leste do arquipélago Buccaneer até ao vale de Fitzroy, e pelo menos, até à passagem ou travessia de Fitzroy. Crê-se que a Terra de Dampier (Dampierland), a Angra do Rei (King Sound) e a sua costa leste, desde aproximadamente Derby até à foz do rio Fitzroy, em Yeeda, foram exploradas e parcialmente colonizadas. O mesmo se diria da estrada de Broome até Yeeda, com uma vasta base de exploração “**Jaula-enga**” e uma aldeia ou povoação “**Recém Vila**”, no rio Logue ambas rodeadas de florestas de baobás.

2. A colónia durou sessenta anos, entre 1520 e 1580, podendo inclusive ter sobrevivido muito mais tempo com proprietários portugueses, de direito próprio à posse daquela estação. A preocupação principal aqui é relativa ao impacto da ocupação durante sessenta anos em relação à população aborígene. De acordo com os estudos existentes, eles não só lançam novas pistas sobre a situação linguística na região, mas revelam igualmente aspetos inesperados e híbridos numa tribo aborígene, que tem sido descrita com diferentes nomes, tais como: **Jaudjibara**, **Jawdjibara**, **Yawidjibaya**, que se supõe ter habitado as ilhas Montgomery.

2.1. Descrever ou dar provas de hibridismo observado por diversas vezes na região do arquipélago Buccaneer, não é solução para todos os problemas daí advenientes, dado que tal só poderia ser feito com o auxílio da antropologia, da física ou genética. Embora aquela tribo tenha deixado de existir desde 1987, pode não ser demasiado tarde para que os peritos com conhecimentos relevantes possam estudar o assunto, falando com descendentes da tribo, estudando fotografias e relatórios, tais como aqueles efetuados pelo professor J. Birdsell em meados da década de 50. Tal esforço concertado poderia atingir o veredicto há muito necessário para explicar a natureza híbrida daquela tribo. No que concerne à parte linguística descobriram-se, sob detalhado estudo de nomes e outras referências, a existência de dois grupos tribais miscigenados através de laços matrimoniais: os **Yawuji Bara** (em crioulo português) ou os **Avós de Barra** (em Português) e, os **Yawuji Baia** (em crioulo português) ou os **Avós de Baía**. O primeiro nome significa Antepassados da Barra, sendo esta a existente na região envolvente das ilhas Montgomery. O segundo nome significa Antepassados de Baía, que pode ser a baía de Collier sendo Collier um anglicismo da palavra **Colher**, significando (re)colher velas para aportar.

2.2. Adiante se descrevem de forma breve todos os atores envolvidos nesta ocupação clandestina dos australianos montes Kimberley:

- um número indeterminado de pessoal náutico da Armada Portuguesa,
- um número indeterminado de civis, dentre eles membros do clero, cientistas, artesãos e potenciais residentes ilegais,
- mais de um milhar de negros africanos, calculados pelo número de cabanas de pedra para albergar trabalhadores e escravos, ainda existente na ilha High Cliff (Altas Escarpas). Eles eram provavelmente utilizados pelos portugueses como escravos das galés, para trabalhos forçados a processar peixe e dugongo fumado e a cortar pedra numa mina de pedras semipreciosas de Calcedónia e numa mina à superfície de minério de ferro na ilha Koolan.



A importação de escravos e as primeiras expedições portuguesas à costa noroeste africana datam de 1434. A partir de 1450, a maior parte dos seus escravos veio das regiões ribeirinhas do centro e sul da costa africana ocidental, agora Guiné-Bissau. Por volta de 1500, Angola, o Cabo da Boa Esperança e Moçambique haviam sido anexados e Madagáscar descoberto, e havia também escravos retirados desta parte de África. Rapidamente, a maior parte das nações coloniais se apercebeu de que os escravos africanos eram os melhores.

Os Portugueses tentaram utilizar escravos malaios em Java, naquilo que se provou ser um grave erro, jamais repetido. Os escravos malaios tinham uma reputação de serem bastante autoritários e mandões e até mesmo de gerirem os negócios dos seus donos. Os Índios americanos (ameríndios), quer do Norte, quer do Sul, tinham uma reputação de serem inúteis e perigosos. Não havia ninguém melhor do que os Negros da África Ocidental para trabalhar nas plantações de cana do açúcar no Brasil.

Em poucas décadas, mais de quatro milhões de escravos africanos foram vendidos e enviados para as Américas. Tudo parece apontar para que os escravos portugueses na Austrália fossem originários da África Ocidental, em vez da África Oriental ou Madagáscar, e existe outra pista que apoia esta versão: a existência de árvores baobá nos montes Kimberley (ver 2.8). A maior parte destes escravos africanos terá ficado quando os portugueses abandonaram a região dos Kimberley, cerca de 1580, na esperança de poderem regressar um dia. É altamente provável que, antes e depois do período de ocupação, eles se tenham miscigenado com os aborígenes das ilhas da baía Collier, e a norte desta. Durante 470 anos, as duas metades, miscigenadas através do casamento, desenvolveram-se num grupo étnico híbrido, transportando consigo os nomes de origem portuguesa, como **Avós de Barra** e **Avós de Baía**, os quais sobreviveram até aos nossos dias.

Os escravos na Austrália falavam a língua portuguesa. Os portugueses começaram as suas expedições em busca de escravos, cerca de noventa anos antes de se estabelecerem na Austrália. Por volta de 1520, os seus escravos falavam Português há duas ou três gerações.

Até 1520, os subsequentes **Yawuji Baía** não existiram, mas os seus antepassados eram aborígenes puros, talvez relacionados por sangue e língua aos **Worrora**, vivendo lado a lado na baía de Collier e suas ilhas adjacentes, nunca a mais de vinte quilómetros da costa, que era o limite máximo das suas embarcações. Quando a armada invasora portuguesa aportou à costa dos Kimberley, ao largo da ilha Champagny (vd. 7), de acordo com planos prévios e bem organizados, acostou primeiro na ilha das Altas Escarpas (High Cliff) no grupo das ilhas Montgomery, a seguir na ponta sul da Baía, a que então deram o nome de Baía Colher (“Baía de recolher velas para aportar”). Os portugueses amigaram-se com os aborígenes locais e para ganhar a confiança destes para fins tão distintos como a pesca, a guarda costeira e expedições, forneceram-lhes canoas feitas de madeira, até então deles desconhecidas. Os portugueses chamavam a estas canoas “**nau mendi**” ou “**barcos de mendigo** (beggar ship)”. Este termo permaneceu em toda a região costeira dos Kimberley como **namandi** (Crioulo) ou **namindi**. A maior mobilidade e velocidade deste tipo de embarcação e o seu mais amplo limite de ação, permitiu aos aborígenes adquirirem com este meio de navegação acesso a ilhas mais afastadas. Eles também se miscigenaram com a mão-de-obra africana inicialmente estacionada



na ilha MacLeay (em português **Galés irá**, em crioulo **Galij irra**, ou seja o local para onde os escravos irão). Os seus locais de trabalho eram em High Cliff (Altas Escarpas) e a ilha Koolan (vd. 6.6)

Outra tribo aborígene a ter tido contacto com os portugueses terá sido a dos **Nyikina**, que vivia a sul da Angra do Rei (King Sound) e na baía de Fitzroy, até à zona de Passagem ou Travessia de Fitzroy. Para além da existência de membros destas tribos com uma aparência física diferente da raça miscigenada, parece existir pouca evidência física deste contacto. Contudo, há alguns termos importados e um deles é extremamente importante pois dá-nos a saber como a árvore baobá originária de África chegou aos Kimberley: o termo em **Nyikina largari** (baobá) dificilmente pode ser dissociado do seu étimo português [**árvore**] **larga**. Da mesma forma conspícua é a presença do termo **langurr** (marsupial roedor, de cauda anelar ou Ringtail Possum), conhecido pela facilidade com que é capturado, apático e lento, quando se compara tal termo com o étimo português **langor**, definido como lento ou preguiçoso.

Espero que mais termos adotados por empréstimo venham a ser descobertos

Um grupo de tribos aborígenes da Angra do Rei (King Sound) e a oeste da mesma, cujos nomes se perderam desde o impacto da invasão portuguesa, adotaram o nome global de **Jauí, Jawí ou Chowie**, todos eles sendo uma deturpação do étimo **chave**, nome bem apropriado para o novo quartel-general nas ilhas Sunday. Provavelmente, os aborígenes ali residentes foram forçados a abandonar as ilhas durante o período de ocupação, tendo regressado depois da partida da Armada. É igualmente provável que os membros do clero tentassem disseminar a fé entre os infiéis. Pelo menos sobreviveu a implantação de **inferno**, enfaticamente substituída por um padre pela exclamação **Dor quê!** como seu sinónimo. Este étimo é ainda utilizado pelos **Jauí** e noutros idiomas da região da Angra do Rei (King Sound) e no dialeto **Ngarinyin** como **dorge**, significando inferno.

A vasta topologia e toponímia deixada pelos portugueses na região dos Kimberley provam para além de qualquer dúvida, a existência de uma vasta colónia portuguesa. Para o afirmar, as muitas instâncias em que a análise linguística dos étimos é consistente com a realidade geográfica e a possibilidade histórica. Até ao momento, apuraram-se 101 étimos de Português ou Crioulo Português. Adicionaram-se igualmente palavras isoladas, na sua maioria importadas para dialeto locais, dentre um vocabulário português que se cifra, à data, em 260 palavras. A densidade populacional portuguesa na área de colonização europeia teria de ser reduzida e isso prova, de forma evidente, que a presença portuguesa terá sido maior do que qualquer descoberta arqueológica – sem proporcionar nomes – poderia provar. Contudo, em ambos os casos, auxiliam a identificar o enigmático caso das cabanas de pedra em High Cliff (Ilha das Altas Escarpas).

Foi apenas depois da descoberta toponímica portuguesa do professor Brandenstein que houve a possibilidade de fazer pesquisas arqueológicas onde estas jamais haviam sido feitas. Refiro-me à área de Derby a Yeeda e Willare, dado que o leito do rio Fitzroy de há 470 anos é agora o rio Yeeda. Não surpreenderá assim saber que o termo português **Ida**, equivale ao termo crioulo **Yida** (significando porto de embarque ou destino, cais) e que a feitoria **Jaula-engá**, ou estação rural de Yeeda, teria sido um ponto de transbordo durante a época dos portugueses, onde as naus poderiam carregar ou descarregar no mesmo cais - consoante as marés - em simultâneo com as barcaças fluviais. Estas, transportavam produtos agrícolas, rio



abaixo e rio acima até Bruten Hill (a colina Bruten) no ribeiro Christmas, para a estação de Cherrabun e até Noonkanbah, na parte mais meridional que se podia atingir no rio Fitzroy.

A evidência para este tráfego fluvial é proporcionada, uma vez mais, pelos nomes acabados de mencionar. No português **brotem** [podem flutuar (o barco numa curva depois da colina)], é a terceira pessoa plural do conjuntivo de **brotar**. **Cherrabun** é o equivalente português de **Cheira a bom**. **Noonkanbah** era uma estação pastoril cujo passado se desconhece, mas que em 1880 era gerida pelos (irmãos) portugueses Emanuel, de acordo com E. Kolig [1987: 19]: “Surpreendentemente as histórias aborígenes falam numa fase anterior de paz e de harmonia racial. A origem desta tradição oral é algo misteriosa, carecendo ao que parece, de substanciação histórica.”

Será mesmo assim? A palavra **Noonkanbah** soa bem ao português **Nunca pá**, como grito de alívio ou desalento. Será que alguém se fartou de remar rio acima e rio abaixo? Ou todos os remos de uma barça se foram numa manobra errada? Escusado será acrescentar que a estação de Noonkanbah se localiza no rio Fitzroy, e a 12 quilómetros para leste fica a estação pastoril de Kalyeeda. Sete quilómetros a noroeste e sete a nordeste daquela o rio Fitzroy forma duas largas curvas, em cuja margem ou flanco existe uma pista de gado onde este tem acesso à água. Este tipo de pista para o gado beber corresponde totalmente ao significado português de **Calheta**, cuja ortografia atual é **Kalyeeda**. Obtiveram-se, até ao momento, mais 22 nomes de locais habitados na região do rio Fitzroy.

Existe ainda, um último étimo, dado ser extremamente comum e ter uma importante relação geográfica para o que foi, em tempos, o proeminente porto de **Yeeda**. Atualmente, trata-se de importante ponto de paragem ou abastecimento à margem da estrada, mas **Willare** é claramente o mesmo que em Português **Vila à Ré** tal como era vista de Yeeda lá atrás, ou vista de cima.

3. A análise de acontecimentos históricos e condições no auge do poder colonial português, quer nas Índias Orientais ou fora delas, não pode ser tomada como sendo infalível e final. Em especial no que concerne à retirada da armada da região dos Kimberley cerca de 1580, as conjeturas podem ser reduzidas a uma pergunta alternativa: **“Terão os colonos portugueses e a sua comitiva partido com a armada, ou ficaram amigavelmente com os aborígenes locais, desenvolvendo as estações pastoris cujos nomes ainda hoje se mantêm, e quiçá talvez tenham vivido felizes para sempre, até que Alexander Forrest e os padres, Sir John e Matthew exploraram e adquiriram vastos interesses na área dos Kimberley a partir de 1879?”** Como foi dado a entender no capítulo anterior, as tradições locais aborígenes apoiam a teoria da estadia pacífica dos primeiros colonos europeus (ou seja, os Portugueses).

O cuidadoso planeamento de uma estrita invasão clandestina dos Kimberley necessitou de uma palavra de código para todos os que, como parte das suas obrigações de serviço, participaram sob promessa e juramento de não divulgação. Será importante recordar que havia um profundo relacionamento entre causa e efeito de obrigações e deveres por parte das autoridades portuguesas, e pela lealdade e obediência por parte dos seus escravos negros, fundadores da única tribo afro-australiana na História. A sua fidelidade ininterrupta durou 407 anos, entre 1580 e 1987. Esta história contém algumas deduções, as quais demonstram de forma





*importante os meios de que as autoridades portuguesas da época se serviram para evitar um estado declarado de guerra com os seus competidores espanhóis nas Filipinas, enquanto simultaneamente distendiam o seu vasto Império pelos quatro cantos do mundo. A operação nos montes Kimberley deve ter sido fruto da brilhante mente de Francisco Rodrigues, o melhor estratega e planeador que à data os Portugueses tinham em Malaca. Foi ele aliás que mais tarde preparou a conquista de Macau, na China, em 1557. Para ele, era uma absoluta necessidade a invasão clandestina dos montes Kimberley. Ele estava cômso de que se os espanhóis descobrissem que os portugueses estavam a fazer um esforço de descoberta e avanço para sul ou para leste, a guerra era um facto inevitável. Isto tinha de ser evitado a todo o custo pois resultaria na perda das Malucas e do lucrativo comércio das especiarias obtido em Ternate em 1512, para além de pôr em perigo a conquista de Timor em 1516. A paz aparente e periclitante assinada em 1529 entre Portugal e Espanha dá-nos uma indicação de que a operação clandestinamente engendrada por Rodrigues surtiu efeito entre 1516 e 1529. A minha convicção e melhor aposta são que "tal aconteceu na década de 20".*

4. *A fim de desencorajar explorações de descobrimento no mar de Timor e potenciais informadores aborígenes, todo o pessoal, incluindo escravos e colonos livres a bordo da armada, tiveram de jurar segredo sobre a sua identidade nacional, ou seja, as palavras Portugal e Português foram banidas do vocabulário por uma palavra de código que fosse idêntica em todos os vocabulários dos poderes coloniais que então lutavam pela supremacia. Numa mistura de orgulho e prudência a escolha recaiu em **Eufonia**, do grego clássico *Euphonia*, significando com boa e forte voz. Recorde-se que naquela época, a pena capital era o castigo imposto a todos os participantes na operação que violassem o juramento sagrado. Assim, a língua portuguesa oficialmente falada nos novos quartéis-gerais da armada em **Chave** (atualmente a ilha Sunday) era denominada "Eufonia". Quando os poucos aborígenes autorizados a entrar no local fizessem perguntas ficavam a saber que aquela palavra era o nome dos recém-chegados e do seu idioma. Para os aborígenes porém era difícil aprender este étimo estrangeiro Eufonia. Dada a diferente fonologia eles pronunciavam **E'funi'a** mantendo apenas **E**, **n**, **a**, e substituíam o estrangeiro som "f" por **w**, o segundo **u**, por **ɔ**, deixando de fora a intonação forte de **i' a**, transferindo-a para o **E'** inicial. Isto produzia Ewnya, ou transcrito por nós como **Ewanya**, a versão crioula do português Eufonia, sobrevivendo os últimos 470 anos, ainda no seu habitat temporário de antanho na ilha Sunday. Por um erro, perfeitamente compreensível dos sucessores dos portugueses da ilha **Chave**, o seu nome e o do seu idioma derivou para **Jauí**, do étimo português chave. Alguns Jauí admitiram considerar **Ewanya** como o nome da sua língua, mas os Jauí deixaram **Chave** (ilha Sunday) como os portugueses o haviam feito e vivem agora numa região designada "One Arm Point (Ponto de um Braço)" na região continental mais próxima. Foi desta forma que o código secreto Eufonia e o crioulo Ewanya sobreviveram, guardando o seu segredo até aos dias de hoje.*

*O que aconteceu aos escravos negros quando os portugueses deixaram a Austrália em 1580, por ordem do seu novo rei e inimigo, Filipe II de Espanha ficará para já no limbo das conjeturas. Existem boas razões para acreditar que os escravos foram deixados na terra onde viviam e trabalhavam há já sessenta anos. Provavelmente foi-lhes dito que tinham ainda certas obrigações para com os seus donos e ameaçados com punições e nova escravatura, se alguns deles ou seus descendentes falasse com pessoas de outros grupos étnicos, ou divulgasse o nome da sua língua e nacionalidade. Os aborígenes que não fossem de descendência afro-australiana, em especial, eram para ser tratados com desconfiança. Será lógico e realístico admitir que depois da partida dos portugueses do arquipélago Buccaneer tenha havido uma familiarização*



mais relaxada entre os afro-australianos, resultando numa hibridação nos seus novos locais de residência insular.

5. Um desenvolvimento importante das preferências linguísticas dos parceiros na nova tribo é significativo, derivando do facto de os machos africanos estabelecerem a tradição de manter o Português Puro como sua língua em todas as ocasiões. As suas parceiras aborígenes tinham apenas a lei da inércia a seu favor, contribuindo para um lento crescimento do Português Crioulo, dada a falta de habilidade dos seus parceiros aborígenes dentro da tribo em reproduzirem de forma correta a fonologia portuguesa. Isto era aceite, ou tolerado, pelos africanos dado que eles eram capazes de compreenderem, e é provável, que as crianças – em especial os varões – aprendessem Português através dos seus pais, que nem estariam interessados em aprender as línguas puras aborígenes. Assim, sob a influência africana durante um certo decurso de tempo, toda a tribo – sem mais estrangeiros com quem comunicar – se torna monolíngue, numa mescla de Português Puro e de Português Crioulo. Na parte ocidental do arquipélago Buccaneer a escolha de transmitir às gerações vindouras os nomes Portugueses em Crioulo foi mais ditada pela necessidade de ocultar a sua origem não **Yawuji**, tais como os **Jauí**, ou de europeus, como N. B. Tindale. Desta forma mantiveram os seus nomes mas não o significado dos mesmos.

6. Gostaria de poder discutir aqui dois casos individuais que podem explicar o comportamento dos afro-australianos **Yawuji** sob pressão para não revelarem a sua verdadeira identidade: No primeiro caso temos uma pessoa cujo Português é o seu idioma nativo e que utilizou este idioma quando, pessoas estranhas tais como antropólogos australianos, missionários ou linguistas começavam a fazer perguntas para as quais não estava preparado/a a dar uma resposta. J. Birdsell, um antropólogo norte-americano, perguntou a esta pessoa, em 1954, pelo nome real do seu dialeto e tomou nota daquilo que pensou ser um só étimo, obviamente o nome que havia utilizado para perguntar. Tal “nome” que apontou no seu livro de notas era “**Bergalgu**”. Este nome foi mencionado por N. B. Tindale em “As tribos aborígenes da Austrália [1974, 242, 268 Aboriginal Tribes of Australia]”. Entretanto em Português coloquial puro: “**Perca Algo**”, uma mescla que significa “**perca**” (1: pode perder ou, 2: peixe perca), e “**algo**” (alguma coisa) significando “uma perda qualquer” ou “uma perca pequena” ou seja, uma forma expressiva de comunicar uma meia verdade de forma evasiva. Este homem estava determinado a não deixar que Birdsell soubesse a verdade sobre a sua língua “aborígene”. De qualquer modo, manteve-se calmo, arrependido, inconspícuo e bem comportado.

7. Embora menos diplomática, mas de igual forma não menos determinada é a declaração espontânea que outro informador deu a H. H. J. Coate (data imprecisa), tal como citado no livro de W. McGregor “Handbook of Kimberley Languages (1988:97)”. Após ter declarado que o nome da tribo era **Yawuji Bara** acrescentou mais duas palavras, que Coate assumiu tratar-se de um nome alternativo da ilha de Montgomery. Tratava-se de um excesso temperamental da pessoa em questão. Embora a princípio parecesse e soasse tipicamente aborígene, trata-se de uma forma crioula de Português: **Winjawindjagu** (de acordo com Coate) em vez daquilo que devia ser **wynia, winjwegui!**. Isto é de facto Português **vinha, vindico**, uma forma causal consecutiva dos verbos **vir** e **vindicar**. A nasalação frequente do **n** antes do **d** em Português não pode ser repetido pelos aborígenes que falam Crioulo. Em vez disso, em Português **ngd** passa em Crioulo a ser **nyj**. A tradução deste segmento é clara: “[Como] eu vim dali e quero-o de volta”. A súbita raiva do informador aborígene ressalva da sua lembrança de ter sido detido pelos brancos em 1931 e forçado a viver no seio dos



**Worrora** num campo fechado e sobrepuado numa terra estranha. Durante toda a sua vida ele tinha aproveitado as delícias da vida, do dugongo à tartaruga, ao peixe e ao caranguejo em abundância, mas agora a sua dieta além de lhe ser estranha era monótona. A mudança de vida, do estilo de vida marinha saudável das suas ilhas para a situação presente, das gentes da sua tribo numa reserva asquerosa em Derby ou na missão lamacenta de Mowanjum deve ter sido profunda: “Quero voltar para donde vim!” Quem seria incapaz de sentir o mesmo? Mas quer aquela personagem quer a sua tribo não teriam hipóteses de escolha, a não ser manterem-se firmes na sua decisão firme de 1580 de jamais revelarem o segredo da sua origem, frustrando tanto quanto possível os esforços e perguntas inquisitórias de estrangeiros. Estas são as virtudes imprevistas e não recompensadas de uma tribo independente e híbrida afro-australiana, descendente dos **Avós de Barra** e dos **Avós de Baía**, de língua e nacionalidade portuguesas, incapazes de respeitarem passivamente as reivindicações britânicas de duzentos anos mais tarde.

8. Estes atrasados comentários elegíacos dos **Yawuji Bara/Baía** podem dar lugar a variadas questões: “Porque é que os australianistas ou missionários que com eles lidaram jamais consideraram o Português como língua de origem dos seus enigmáticos idiomas?” A única exceção pertence a J. Urry e M. Walsh (1981:106) que compreenderam que algumas das palavras ouvidas por B. Ryder (1936:33), e então assumidas como Espanhol ou Latim, eram de facto Portuguesas. Mas eles negaram o relatório de Ryder, como não substanciado, declarando e, aqui cito: “Os termos portugueses se assim forem provados podem ser derivados de termos comerciais malaios”. Como obviamente estavam apenas interessados no idioma e povos de **Macassar**, foram incapazes de ver os Portugueses como os grandes colonizadores da era moderna, referindo-se a eles apenas como ubíquos negociantes algures na zona norte da Austrália. Outra pergunta que se poderia pôr é por que é que B. Ryder da Real Sociedade de Geografia de Londres sugeriu Espanhol ou Latim, em vez de Português? Por que é que J. R. B. Love que conhecia e trabalhou entre os **Yawuji** durante mais de vinte anos deixou a sua críptica nota sobre o seu idioma como sendo dialeticamente discreto? No primeiro caso, quem aconselhou as autoridades da Austrália Ocidental para que a remoção dos habitantes das ilhas Montgomery e a sua reinstalação no continente fosse um tipo desejável de ação? Por que é que eles foram obrigados a aprender uma língua estranha e difícil como a dos **Worrora** quando já detinham como sua uma língua europeia própria? Ou seria porque alguns dos seus antepassados de há mais de 470 anos poderiam ter dominado o dialeto **Worrora**? Por que não ensinar-lhes diretamente Inglês, que teria sido bem fácil, considerando as inúmeras similaridades de vocabulário entre o Inglês e Português. Depois do seu desaparecimento em 1987 qual é a utilidade de encontrar uma resposta a todas estas questões? Nem uma única qualquer que seja!

Para o caso das atividades dos portugueses na parte oriental do arquipélago Buccaneer temos o apoio de resíduos arqueológicos. Embora nunca tenham sido totalmente explorados ou avaliados (Sue O'Connor 1987:30/39; 1989:25/31), o seu total e localização são equivalentes aos dos maiores centros de atividade dos portugueses na mesma área. Nas inúmeras e dispersas ilhas da parte oriental do arquipélago Buccaneer, Sue O'Connor encontrou apenas três locais de relevância:

- a) na ilha MacLeay “pequenos artefactos espalhados”;
- b) na ilha High Cliff (Altas Escarpas) “literalmente coberta por restos de ocupação, incluindo estruturas de casas de pedra e largos artefactos espalhados”, e um “abrigo de rocha”;
- c) na ilha Koolan “dois abrigos de rocha”.



Dentre os vários nomes portugueses da parte oriental do arquipélago *Buccaneer* apenas três têm importância histórica:

d) A ilha *MacLeay* pelo seu nome português de **Galés irá**, crioulo **Galij irra**;

e) A ilha *Montgomery* inclusa com a ilha *High Cliff* (Altas Escarpas) para o seu homónimo português de seus habitantes nativos **Avós de Barra**, em crioulo **Yawuji Bara**, iniciais aliados dos Portugueses;

f) A ilha *Koolan* cujo homónimo português é **Colham**, em crioulo **Koolan [Ko:lan]** (arrear velas aqui) que na gíria dos marinheiros significa *Podemos ficar aqui!, não para ver a paisagem mas para minar à superfície o minério de ferro. Os abrigos de rocha ou pedra, atrás referidos, eram parte da área de habitação dos africanos e, as duas pequenas ilhas gémeas “As irmãs (The Sisters)” eram a sua área recreativa ou zona das suas escapadelas.*

A Armada invasora portuguesa na sua incursão ao flanco sul, através da costa dos montes *Kimberley*, quando atingiu um grupo de ilhas a cerca de 70 quilómetros a norte do seu paradeiro inicial: ilhas *Collier* e *Montgomery*, obviamente decidiu prosseguir viagem a partir daí em linha contínua. Deixou unidades singelas em posição, possivelmente anteriores manobras de reconhecimento haviam revelado que não havia nativos nas ilhas a atingir. Tudo isto pode ser deduzido de um simples nome português: o da ilha *Champagny* ou *Champagney*. Mas, aprendemo-lo com uma vingança: a forma peculiar da sua ortografia não se refere a uma forma antiquada de Inglês, mas sim à forma portuguesa de champanhe, um francesismo. Se quisermos ir mais profundamente ao segredo do champanhe francês (engarrafado?) - em 1520 numa ilha isolada ao largo da costa dos *Kimberley*, teremos a recompensa ao analisar o étimo aborígine que lhe foi dado. Não se trata de um termo aborígine, nem de nenhuma língua aborígine. H. H. Coate ( W. J. & Lynette F. Oates 1970:47) cita **Windjarumi**, enquanto W. McGregor (1989, 1-56) cita **Winyjarrumi**.

Para facilitar a compreensão do original em Português, separe-se a palavra composta e desta forma há duas versões possíveis:

- (Crioulo) Winy(j)<sup>u</sup> arrumi < (Português) Vinh<sup>o</sup> arrume (O vinho deve ser guardado). Com tal leitura teríamos uma ligação com o nome das ilhas no mapa *Champagny/ey* =(Port.) *Champanhe*, derivado do étimo francês *champagne*.

- (Crioulo) Winyja rumi < (Português) Vinda Rume (para a queda ou sorte inesperada, devo decidir o rumo, ou partir sem ele?! )

Decerto que se trata de um caso raro em batismo nominal, em que duas palavras alternativas na sua fonologia acabem de facto por representar o mesmo significado: “**Se o armário do vinho for encerrado, a queda está iminente.**” Quer navegantes quer passageiros saberiam sobre isto. No caso presente dos três nomes supostos para o grupo de ilhas situadas na latitude sul 15° 18/19”, longitude leste 124° 14/17”, o assunto de importância real contido no nome “**Vinda Rume**” foi simultaneamente e, por uma razão bem aceitável, expresso pelo som similar mais mundano e bem-sonante de “**O vinho que tenho de armazenar em primeiro lugar**”, e isto aconteceu nas ilhas *Champagney*. A história destas ilhas nascida desde os anos 1520 até à sua última impressão nos mapas (1:100 000) podia ser viável apenas nas “vinhas”.



Esta teoria, que inicialmente data da década de 60 mereceu em 1992, a atenção dos principais meios de comunicação social australianos, que postulavam sobre a necessidade de re-escrever a história do país e datá-la em termos quinhentistas. A revelação vai mais longe ao definitivamente identificar nomes próprios de origem portuguesa ancestral, justificando o silêncio dos portugueses com base no Tratado de Tordesilhas e, citando a existência de construções e artefactos que datam de entre 1516 a 1580, aguardando-se apenas a sua verificação científica da sua origem, de acordo com o professor von Brandenstein. Vejamos em mais detalhe esta explicação da presença dos primeiros europeus na Austrália, de acordo com as próprias palavras do professor:

9. A descoberta aqui revelada e documentada é um fruto do meu trabalho de pesquisa linguística, liderando uma descoberta arqueológica e prometendo futuras descobertas de arqueologia marítima. Demorou-me mais de vinte e cinco anos para percorrer os quatro estádios desta descoberta. Entre 1964 e 1967 foi a descoberta do problema linguístico, seguida do reconhecimento e identificação da evidência arqueológica em 1967 e manter a pesquisa não obstante o silêncio de descrédito imposto por colegas entre 1967 e 1976.. Finalmente, ao completar vinte e cinco anos de estudo, decidi, em 1989, tornar públicos os meus estudos. Espero que com o apoio do Museu de Marinha da Austrália Ocidental e da Real Marinha [Australiana], ou organismos privados, possam ser descobertos segredos que jazem no fundo do Oceano Índico e que nos ajudarão a descobrir a história marítima dos últimos quinhentos anos. Em 1964, assumi um trabalho de pesquisa linguística como Membro Associado do Instituto Australiano de Estudos Aborígenes na Austrália Ocidental, tendo escolhido as áreas tribais dos Ngarluma e dos seus vizinhos Karriera, juntamente com tribos mais interiores tais como os Yindjibarndi, baseado nas características peculiares dos idiomas utilizados por estes grupos. A zona ocupada por estas tribos tem uma área costeira de mais de 120 km. entre o arquipélago de Dampier e o rio de Grey, passando por uma cordilheira montanhosa chamada Hammersley. O comportamento linguístico totalmente anómalo destas tribos diz respeito a gramática e conceitos de ação verbal.

*A maioria das tribos aborígenes australianas dispõe de conceitos ergativos onde a ênfase se concentra na ação verbal sobre o objeto. Contrastando com isto as tribos Ngarluma, Karriera e outras utilizam um conceito verbal europeu, com ênfase na ação nominativa do sujeito e o objeto no acusativo. Isto torna-se ainda mais interessante ao verificarmos que estas tribos utilizam a voz passiva, inexistente em qualquer outra tribo australiana. Outra peculiaridade no triângulo verbal Ngarluma-Karriera é a existência no seu vocabulário de palavras de origem Portuguesa, que já não são consideradas como palavras estrangeiras pelos contemporâneos e portanto devem ter sido adquiridas há muito tempo.*

*De uma lista de 60 palavras idênticas às suas versões portuguesas, selecionarei aqui apenas 16:*

(P) tartaruga □(N, K) thatharuga. O termo português deriva do grego tartaroukos (do diabo), do latim tartarukus, do italiano tartaruga, do espanhol tartuga. Esta palavra foi criada dentro do simbolismo cristão. Curiosamente quer o Português, quer os dialetos Ngarluma e Karriera distinguem dois sons de “r”, um rolado e outro dobrado, o que acontece em poucos idiomas no mundo. Uma das razões da aceitação de uma palavra estrangeira, pode resultar da importância ecológica da tartaruga ao longo de toda a costa do noroeste. Os portugueses e os aborígenes dependiam dela como meio de obterem comida, e elas encontram-se em inúmeras ilustrações aborígenes em rochas, desde a foz do rio de Grey até à península Burrup. Dado não haver qualquer influência italiana na Austrália de antanho a única origem possível para o termo tem de ser portuguesa.



## COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

|   |
|---|
| (P) chama, □(N, K) thama, pronunciado tchama  |
| (P) fogo, fogueira □pugara (pron. fugara) (Y, Yindjiparndi) □ puua/pughara,   |
| (P) cinza□(N, K, Y) tynda pron. cindza,   |
| (P) monte□ (N, K, Y, Pnj) monta / manta,  |
| (P) fundo□(N, Y) punda pron. funda,   |
| (P) paludismo□ (N) paludi significando águas paradas, pântano, poça,  |
| (P) mal□ (N) malu, significando mal, diabo, cobra má que morde, raia  |
| (P) pintura□ (K) pintyura significando pintura, desenho,  |
| (P) tardar□ (N, Y) thardari, significando tornar-se lento, hesitar, demorar,  |
| (P) manjouro□ (N, K) mandyara, manyara, manya (pron. manjiara, manja), significando caminho ou calha para beber ou comer,   |
| (P) caço, caçoila, caçarola□ (N) Kadyuri pron. Caçiula  |
| (P) perdição□ (N, K, M Manduthurnira) perdidya, perdalya, perdadya, significando vingança, morte secreta, combate mortal, perda mortal,   |
| (P) bola (esfera para jogar)□(N, K, Y) p/bula significando redonda, bola,   |
| (P) teto (N, K) thatta significando o mesmo que o original em Português,  |
| (P) por□ (N, K) puru, significando através, atrás, por trás ou sob como aposição (oposto a preposição, ou seja utilizado após e não antes). Em Português “por teto” e em Ngarluma Karriera “hatta puru”, ambas com o mesmo significado. |

### 10. AS BALAS DE CANHÃO

*Existem várias balas de canhão escondidas em vastas áreas ocupadas pelos Ngarluma-Karriera-Pandjima, e embora a sua força ou valor mágico não possa aqui ser discutido por motivos óbvios, poderemos concentrar-nos no seu valor linguístico. **Ngarupungku** significa literalmente atirar e esmagar, embora originalmente as tribos aborígenes nada tivessem para projetar as balas de canhão, feitas de material granítico.*

*Uma das pessoas que me ajudava respondeu-me em Karriera-Ngarluma que as balas estavam por toda a parte, ao fundo de uma colina na ilha Depuch e que estavam lá desde tempos imemoriais, num campo sagrado, tal como citado por Robert Churnside, Roeburn em 18/9/67.*

*Gordon Mackay registava em 15/9/1967: “As balas foram desde tempos perdidos na memória trazidas de onde estavam junto ao mar. Todos os anciãos respeitáveis respondiam que as balas estavam todas numa certa área da ilha Depuch, que era terreno sagrado. Uma das balas que eu vi tinha 12 centímetros de diâmetro, e segundo testes recentes era de granito.”*

*Dada a natureza geológica da região, ou as balas faziam parte do balastro de navios ou eram de facto balas de canhão. Se eram balas, o local onde foram descobertas era o local óbvio de naufrágio de um navio. Dezenas de anos mais tarde as balas de canhão continham ferro e eram de calibre diferente das utilizadas no século XVI. Os Portugueses ocuparam Goa em 1510, Malaca em 1511 e as Malucas ou Ilhas das*



*Especiarias em 1512. Timor foi descoberto por António de Abreu entre 1511 e 1515, sendo o enclave de Oé-cusse e a capital, Lifau, ocupados em 1516. Uma das razões para os portugueses, sempre tão secretos em assuntos marítimos, se manterem ainda mais silentes a sul das Malucas, era a de ali se situar a linha divisória da metade portuguesa e da metade espanhola do mundo.*

*Esta é uma das razões porque tão poucos mapas portugueses eram publicados, mas em 1529, o francês Jean Parmentier da escola cartográfica de Dieppe rumou com pilotos portugueses para Samatra onde morreria. Dois dos barcos da sua expedição regressaram e, em consequência disso dois mapas portugueses, até então desconhecidos, foram publicados com inúmeros mapas derivados desses mapas portugueses.*

*Já em 1957, O. H. K. Spate, publicava em Melbourne a obra “Terra Australis - cognita?”, na qual dizia que não havia dúvidas de que o Mapa Delfim, e versões posteriores tinham por origem fontes portuguesas desconhecidas, e que vários estudiosos e académicos haviam já aceitado a hipótese de a Austrália ter sido descoberta pelos portugueses no século XVI. Num dos mapas aparece um porto, na foz de um rio, a que é dado o nome de Porto do Sul (em francês Havre de Sylla), que parece localizar-se na foz do rio Fitzroy em Vitória.*

*Dado o potencial marítimo dos portugueses até ao mar de Timor, deve ser assumido que qualquer nau na costa noroeste será portuguesa, e este facto torna-se mais evidente, como vimos atrás, pela herança linguística deixada. O cenário possível é o de os portugueses terem naufragado na ilha Depuch e estabelecido contacto com as tribos Ngarluma e Karriera, sem terem tido a oportunidade de construir novo barco que lhes possibilitasse o regresso.*

*Eventualmente aceites pelos nativos, ter-se-iam acasamentado, daí derivando a razão de as mulheres e filhos reproduzirem termos portugueses utilizados pelos pais, as quais acabariam ao longo do tempo por permear as línguas indígenas, como atrás foi visto.*

Na opinião do professor von Brandenstein “Este naufrágio terá ocorrido entre 1511 e 1520 na região da ilha Depuch.”

Cinquenta anos antes de os holandeses surgirem no oceano Índico, em 1616, 1618, 1619 e 1622 na costa ocidental da Austrália, os portugueses utilizaram a rota de Java, com pilotos indianos de Goa. O livro “*História Trágico Marítima*”, de Bernardo Gomes de Brito, Lisboa, 1735-1732, conta a história de uma segunda viagem à Austrália ocorrida em 1560-1561, que culminou com o naufrágio da nau São Paulo, tal como narrado pelo sobrevivente, o Apotecário Henrique Dias. De acordo com este, os portugueses conheciam os ventos da região, 50 anos antes da primeira chegada dos holandeses e entre 1557 e 1558 a nau São Paulo utilizou a rota de sudoeste no regresso à Índia.

Na viagem de 1560 – 1561, a São Paulo foi mais para sul e leste, chegando até 900 milhas para ocidente da costa ocidental da Austrália antes de regressar a Samatra onde naufragou. O piloto de Goa, nesta segunda viagem tinha diretivas do rei de Portugal que parecem levar a concluir a importância desta nova rota.



Um outro aspeto socioeconómico particularmente único dos Ngarluma e Karriera é o do método de cultivo e armazenamento, que se não encontra noutras tribos. Sob a supervisão dos “*líderes idosos (venerandos anciãos)*” toda a tribo utiliza contentores de forma cilíndrica, da mesma altura e diâmetro, para recolher os grãos de Spinifex (“*Triodia sp.*”). Os grãos são depois contados e esvaziados em caves secas e frescas, sendo constantemente guardados.

A sua distribuição era feita de acordo com as necessidades de justiça social, atribuindo primeiro aos mais velhos e depois aos mais jovens. Isto permitia-lhes nunca depender das faltas sazonais, criadas pela variação climática e isto penso que só poderia ter sido introduzido como um método português.

### **11. APÊNDICE: LISTAGEM DOS NOMES PORTUGUESES DE ILHAS E DE PONTOS GEOGRÁFICOS**

*A fim de ilustrar os nomes dados pelos Portugueses às novas terras pátrias dos grupos tribais afro-australianos em Avós de Barra e Avós de Baía, no arquipélago Buccaneer, elaborou-se por ordem alfabética a seguinte lista de trinta nomes de ilhas e de pontos geográficos, dados em Português (Port.), Crioulo (Creo), tradução para Inglês (Et.) e nomenclatura inglesa (Em):*

|         |  |   |
|---------|--|---|
| (Port.) | <b>Ambí(guo) (e)streiro</b>                              | <input type="checkbox"/> (Creo) Yambi                           |
| (Et.)   | Ambiguous Strait = Yampi Sound (vários acessos e saídas) |   |
| (Port.) | <b>Baía</b> (ver Baía Colher e Ilhas de Baía)            |   |
| (Et.)   | Bay (vd. Collier Bay Is. e Collier Bay)                  |   |
| (Port.) | <b>Baía segura</b>                                       | <input type="checkbox"/> (Creo) ?                               |
| (Et.)   | Secure Bay   | (Em) Secure Bay   |
| (Port.) | <b>Baía Maior ideei</b>                                  | <input type="checkbox"/> (Creo) Baia Myridi                     |
| (Et.)   | (The) Bay I thought (to be) larger                       | (Em.) Myridi Bay  |
| (Port.) | <b>Barra</b> (Ilhas da Barra)                            | <input type="checkbox"/> (Creo) Bara                            |
| (Et.)   | bar, Breakwater, Reef                                    | (Em.) Montgomery Is., Breakwater                                |
| (Port.) | <b>Bi lanha</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Bila:nya ver Bilha unha (Port.) |
| (Et.)   | Twin Launch  | (Em.) Cockatoo Is.  |
| (Port.) | <b>Bilha Foliam</b>                                      | <input type="checkbox"/> (Creo) Bilya Wuliam                    |
| (Et.)   | Twin island (where) they fool around =                   | (Em.) The Sisters, 3 km. east of Koolan Is.                     |
| (Port.) | <b>Ilha Colham</b>                                       | <input type="checkbox"/> (Creo) Ilya Ko:lan                     |
| (Et.)   | Island where they should strike sails                    | (Em.) Koolan Is.  |
| (Port.) | <b>Ilha de Ciciar</b>                                    | <input type="checkbox"/> (Creo) Cissiarr?                       |
| (Et.)   | Island of Whispering =                                   | (Em.) Cæsar Is. (18 km. NW das ilhas Koolan).                   |
| (Port.) | <b>Bilha unha</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Bila:nya (ver Bi lanha)         |
| (Et.)   | Twin Is. holding fast =                                  | (Em.) Cockatoo Is.  |
| (Port.) | <b>Ilha costeiam</b>                                     | <input type="checkbox"/> (Creo) Ilya Kutjun                     |
| (Et.)   | (The) island they can coast along by =                   | (Em.) Rankin Is. Até às ilhas da Baía a 400 m. da costa.        |
| (Port.) | <b>Galés irá</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Galij irra                      |





COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

|   |  |
|---|--|
| (Et.) (Island where) the slaves will go =   | (Em.) MacLeay Is.  |
| (Port.) <b>Ilha Meloa mais</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Melomys                            |
| (Et.) (Island where) mostly round melons (are) =  | (Em.) Melomys Is. P/ as ilhas da Baía> (Em.) Wood Is.              |
| (Port.) <b>Ilha Mel o Mais</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Melomys                            |
| (Et.) (Island) most (of which) is honey =   | (Em.) Melomys Is., Woods Is.                                       |
| (Port.) <b>Nu Monstro</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Numuntju                           |
| (Et.) Naked Monster - uma rocha no farol da ilha Cafarelli.   |  |
| É possível que o nome “Naked Monster” seja moderno e dado pelos <b>Yawuji Bara</b> antes de 1931. A falta de melhor comprovativo uma pedra de aspeto e formato peculiar poderá ter levado os portugueses a denominar de Ilha do Nu Monstro.   |  |
| (Port.) <b>Ilha do Pó Doido</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Pudu:du                            |
| (Et.) Island of the Painful Dust =  | (Em.) Bathurst Is.   |
| (Port.) <b>Ilha Sítio Lancha</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Tjitulanj                          |
| (Et.) Island site of a launch   | (Em.) Gibbings Is. No canal Goose.                                 |
| (Port.) <b>Ilha Travessa</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) l'lya trrawetja?                   |
| (Et.) Contrary Winds Is.  | (Em.) Traverse Is. As ilhas da Baía.                               |
| (Port.) <b>Ilha Vão Ganir</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Wanga'ni:                          |
| (Et.) (Island) where you shall howl in vain =   | (Em.) Irvine Is. A mais próxima a este de Cockatoo Is.             |
| (Port.) <b>Ilha Vinhei</b> (imperativo dialético obsoleto)  |  |
| (Port.) <b>Ilha Venhi!</b> (imperativo plural)  | <input type="checkbox"/> (Creo)?                                   |
| (Et.) Come Back (to this island)  | (Em.) Viney Is. Às ilhas de Baía.                                  |
| (Port.) <b>Ilhas de Baía</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) l'lyaji Baia                       |
| (Et.) Islands of (Collier) Bay  | (Em.) Collier Bay Is.  |
| (Port.) <b>Ilhas de Barra</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) l'lyaji Bara                       |
| (Et.) Islands of the Bar/Breakwater/Reef  | (Em.) Montgomery Is.   |
| (Port.) <b>Ilhas de Carnagem</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Gar'rrena:t                        |
| (Et.) Islands of Bloodshed / Meat provisions =  | (Em.) Bedford Is.  |
| (Port.) <b>O Canal</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Canal?                             |
| (Et.) The Canal   | =(Em.) The Canal, lado sul da ilha Koolan.                         |
| (Port.) <b>Onda Maranhã</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Unda Marra                         |
| (Et.) Wave (flood) turbulence =   | (Em.) Foam Passage, NW da Baía de Collier.                         |
| (Port.) <b>Ponta Nariz</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Punta Nares                        |
| (Et.) Point Nose =  | (Em.) Nares Point, SW da ilha Koolan na Angra de Yampi.            |
| (Port.) <b>Varar</b>  | <input type="checkbox"/> (Creo) Wa'rar tb utilizado em Wunambal    |
| (Et.) To run her aground (ship) =   | (Em.) a noroeste e norte de Kimberley                              |
| (Port.) <b>Vago</b>   | <input type="checkbox"/> (Creo) Wa:ko [N.B. Tindale 1974:146 mapa] |
| (Et.) Empty, unoccupied = (Em.) um vasto espaço vazio a cerca de 6 km da Angra de Yampi no continente, assinalado por N. B. Tindale com um ponto. Sugiro que ele não tenha compreendido a mensagem do seu informador de fala crioula <b>Yawuji Bara</b> , que apenas queria informá-lo que nada havia para buscar. A má |  |



interpretação de Tindale de Wa:ko como nome de lugar, marcado com um ponto no mapa, demonstra a existência de um povo com nome português utilizado pelos Yawuji na época contemporânea.

(Port.) **Vista Encare** □ (Creo) Widzh inka'rri

(Et.) I/He should keep the view (from here) under strict observation! (Eu/Ele deve manter-se em vigia (daqui). Quererá isto dizer de Freshwater Cove, no continente, até sudoeste em High Cliff (Altas Escarpas) e para o mar, ou ao contrário de High Cliff Is. para noroeste em Freshwater Cove? De qualquer forma, o nome demonstra o papel desempenhado pelos **Yawuji** para os Portugueses. Sue O'Connor dá o nome crioulo de **Widgingarri**, mas o nome em português **Vista Encare** [pronunciado Vishtaencarre] é bem significativo. Ela localiza-o em Freshwater Cove, a 13 km. das ilhas High Cliff (Altas Escarpas).

## 12. NOTAS FINAIS

Seria desejável acrescentar aqui, outra lista com as regras da conversão fonética de Português Puro para Português Crioulo. A razão pela qual a mesma não é incluída baseia-se na vasta gama de palavras de diferentes regiões, que será necessário subdividir - mais tarde ou mais cedo - sob o nome de Crioulo Português. Pode acontecer que o Crioulo de origem afro-australiana aborígine difira entre o grupo **Jai** através do vocabulário que eles tomaram de empréstimo. Seria extremamente difícil definir tais variações em função da origem tribal.

*Como exemplo, pode citar-se uma área localizada entre a cordilheira Óscar e o rio Fitzroy onde se falava **Punaba**. O nome desta área é mantido pelos aborígenes como **Mowanban**, que é assumido como um nome Punaba. Admitindo contudo que esta região foi sempre uma via de tráfego importante para todos os movimentos de aborígenes ou recém-chegados até às duas últimas décadas do século passado (século XIX), será importante lembrar o avanço dado pelos colonos portugueses de 1520 e depois de 1580 nesta área. **Mowanban** não era uma palavra **Punaba**, mas Português Puro **Movam ban**<sup>e</sup>, uma ordem significando “se eles se moverem ou ficarem impacientes vejam-se livres deles.” É exatamente disto que os poucos contemporâneos Punaba se queixam, com exceção de um pequeno detalhe: desde metade do século passado até metade deste século (o último caso aconteceu em 1940, de acordo com E. Kolig 1987:17) “a polícia do homem branco e os seus “guias” mataram-nos.”*

*Os portugueses que ali ficaram tinham-se visto livres deles [**Punaba**]. Este é um caso típico de uma palavra obtida por empréstimo de outra língua que pode trazer à mente – aparte o valor histórico – a necessidade de fazer uma mais detalhada busca linguística de Português na região dos Kimberley.*

Limitaram-se aqui todas as explicações ao problema dos afro-australianos da tribo **Yawuji**, ou seja, os **Antepassados da Barra e da Baía** num período de 470 anos. Espero que para fazer o mesmo para o vale do rio Fitzroy e áreas adjacentes, em especial se se tiver o apoio de arqueólogos demore bastante mais, mas poderá inclusive proporcionar resultados mais positivos e quiçá menos trágicos.

Falta agora apenas quem possa fazê-lo e seguir as pisadas do professor von Brandenstein. O desafio aqui fica, a herança portuguesa dos **AVÓS DE BARRA e AVÓS DE BAÍA** assim o exige de todos nós para que a História seja re-escrita em toda a sua plenitude e os nossos vindouros saibam.



Desde há mais de dez anos que se tentam divulgar estas teorias que deveriam encher de orgulho e justificado interesse em aprofundar tais estudos, todos os que se interessam pela língua, cultura e história portuguesas mas apenas escutei o silêncio cúmplice dos que se sentem culpados do Tratado de Tordesilhas ter sido violado. Recordemos que até 1832 a Inglaterra não reconheceu como suas as possessões da Austrália Ocidental aguardando que Portugal as reclamasse. Quem sabe se hoje não teríamos metade deste enorme continente a falar Português? Decerto que muitos dos cerca de um milhão de aborígenes poderiam não ter sido exterminados como foram e a Austrália poderia ser mais multirracial do que é. Este era o tema do tal documentário ficcionado que apresentei à televisão SBS e à ABC. Ambas as teses aqui delineadas hoje deviam constar dos programas curriculares portugueses como já constam de muitos dos programas australianos.

---

**11. REGINA DE BRITO** [rhbrito@mackenzie.com.br](mailto:rhbrito@mackenzie.com.br) e

**12. M<sup>a</sup> ZÉLIA BORGES** [zeineborges@uol.com.br](mailto:zeineborges@uol.com.br)

Regina é Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela USP e Pós-Doutora pela Universidade do Minho - Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pertence ao Grupo de Pesquisas do IP-PUC-SP. Autora e Coordenadora do Projeto “Universidades em Timor-Leste” - *Canção popular e música brasileira em Timor-Leste* (coautoria de Benjamin Abdala Júnior) para a difusão da língua portuguesa em território timorense por meio da música brasileira. Investigadora do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste*.

Zélia é mestre e doutora em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de SÃO Paulo. Professora titular da cadeira de Linguística, docente e investigadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Seu livro mais recente, na Área de lexicologia, intitula-se *Coleta de cores: uma ode a Minas Gerais*.

### **MONTEIRO LOBATO, OS ESTRANGEIROS E A “BRASILINA”<sup>24</sup>**

O presente estudo, parte de uma pesquisa maior a respeito da língua portuguesa na perspectiva de autores brasileiros, abordará o ideal de Monteiro Lobato, um de nossos autores que propugnava por uma “língua do Brasil” (a que chamaria “brasilina”). A questão da diversidade linguística geográfica, especificamente no caso brasileiro, vem sendo discutida ao longo de nossa História por filólogos, linguistas e vários outros escritores – essencialmente a partir do século XIX, quando se registram as primeiras manifestações a respeito da necessidade de se afirmar a brasilidade de nossa variante linguística diatópica. Neste sentido, o romântico José de Alencar se destacou como o primeiro a

---

<sup>24</sup> O presente artigo é um recorte de estudo que se encontra publicado em *Ensaios: língua e literatura*. (2003) / Lopondo, L.; Bastos, N.M.O. (orgs.) São Paulo, Instituto Presbiteriano Mackenzie: Scortecci Editora, 2003. p. 45-92.



considerar como “dialeto” o português falado no Brasil. Ao longo da História, vários autores abordaram a questão da língua nacional – mas nenhum com uma atitude tão *sui generis* como Monteiro Lobato. Este polígrafo sonhava com uma língua brasileira, mas desprezava a nossa elite intelectual, mostrando-se fortemente influenciado por autores estrangeiros - a princípio, especialmente os de língua francesa e inglesa. Revela-se integralmente a favor de um modelo de língua adaptado à realidade brasileira, pautando-se nos “bons” autores estrangeiros numa tentativa de assimilar a influência, processá-la e produzir o “nosso” uso. Será essa convicção que fará de Lobato um grande leitor de autores portugueses, ora movido por uma admiração apaixonada, ora por uma repulsa que não se explica – bem ao sabor da sua “veneta”, como ele mesmo diz. Nosso estudo levanta e analisa as referências que o brasileiro Monteiro Lobato faz aos autores estrangeiros, em especial aos portugueses, encontradas na obra A barca de Gleyre (1944), que traz a correspondência ativa de quarenta anos, mantida entre ele e seu amigo Godofredo Rangel.

*A obra A Barca de Gleyre – quarenta anos de correspondência entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel (de 1903 a 1948)<sup>25</sup> - relata as memórias de um homem, compostas aleatoriamente sem um planejamento anterior. Quando escreveu cartas ao amigo Rangel, Lobato não imaginava que estas seriam reproduzidas. Ao longo da leitura da obra, observamos que o autor não se importava com a escrita, muitas vezes não acentuava palavras e usava termos e jargões até mesmos obscuros para um homem tão expressivo de nossa literatura e isto se justifica: eram cartas familiares.*

Publicada quando Lobato já não era um escritor militante (1944), pode ser considerado o título mais representativo do escritor, não de sua obra. Trata-se da correspondência de quarenta anos com o amigo G. Rangel em que encontramos, além de lembranças particulares, registros da trajetória de pensamento, que vai do entusiasmo da juventude ao desencanto da velhice. Assim é que, ao lado de sua posição sobre alguns dos principais fatos e ideias da República (de Rodrigues Alves até quase o final do Estado Novo), a correspondência nos permite conhecer um crítico frente à produção jornalística e literária da época, impressões de leitura e ideais estéticos.

Em carta de 15/11/1904, Lobato comenta com Rangel o destino que os aguarda na busca de seus ideais. Expõe simbolicamente essa procura e é desse comentário que vem o nome da obra:

*(...) Nunca viste reprodução dum quadro de Gleyre, Ilusões Perdidas? Pois o teu artigo me deu a impressão do quadro de Gleyre posto em palavras. Num cais melancólico barcos saem, e um barco chega, trazendo à proa um velho com o braço pendido largadamente sobre uma lira - uma figura que a gente vê e nunca mais esquece (...). Em que estado voltaremos, Rangel, desta nossa aventura de arte pelos mares da vida em fora? Como o velho de Gleyre? Cansados, rotos? As ilusões daquele homem eram as velas das braças – e não ficou nenhuma. Nossos dois barquinhos estão hoje cheios de velas novas e arrogantes, atadas ao mastro da nossa petulância. São as nossas ilusões. Que lhes acontecerá?*

Quando Lobato faz a seleção das cartas para compor a obra retifica o engano cometido ao descrever o quadro:

---

<sup>25</sup> Utilizamos a edição de 1964, publicada pela editora Brasiliense. Todas as transcrições seguem a grafia original.



Há um erro (...). Esse quadro de Charles Gleyre, que entrou para o museu de Luxemburgo e de lá se passou para o Louvre, sempre foi vítima de traições. Gleyre denominou-o *Soir*, mas o público foi mudando esse nome para *Illusions Perdues* e assim ficou. Eu também mexi no quadro. Pus o velho dentro da barca e fiz a barca vir entrando no porto, toda surrada. Trai o pobre Gleyre. Sua barca não vai entrando, vai saindo, como se deduz da direção das velas...

A leitura da obra propicia-nos traçar uma trajetória das atividades do autor no tocante às suas relações com a língua até culminar com o sonho de uma língua brasileira, que assim esquematizamos:

- 1903 – 1908: período de alheamento com relação ao estudo da língua portuguesa;
- 1909 – 1913: introdução da literatura portuguesa às suas leituras estrangeiras;
- 1915 – 1917: preocupação extrema com o estudo da língua portuguesa via literatura;
- 1917 – 1920: sinais de rejeição da gramática portuguesa;
- 1921/22: dialeto, com possibilidade de vir a ser língua: a Brasilina.

A percepção do fenômeno da variação linguística se desenvolve concomitantemente com a formação do homem de letras que defendia uma língua nacional, mas desprezava a nossa elite intelectual: *O fim em vista é mineralizar o Verbo para ver se não morro da tísica mesentérica do “estilo brasileiro”, para o qual devo ter predisposição congenial. (...) O estilo nacional, morno e sorna, revê capilé com goma, xarope de melancia, mingau de araruta (11/12/1917), mostrando-se fortemente enlevado com a leitura em língua estrangeira (Gráfico 1 – País de origem dos autores citados até 1913):*

Tenho lido meio milhão de coisas. Estou com uma coleção de David Corazzi – Biblioteca Universal, antiga e moderna, uns 30 volumes vermelhos com boas coisas de Dickens, Poe, Balzac, Goethe, Byron, Bocage, Camões (não os *Lusíadas*), Karr, Fontenelle, Collins, Voltaire. Pura mina. (15/12/1906)

Revelando-se integralmente a favor de um modelo de língua adaptado à realidade brasileira, pauta-se nos “bons” autores estrangeiros numa tentativa de assimilar a influência, processá-la e produzir um uso “nosso”: *Tenho lido muito em inglês – viagens. Há cá uma porção de números de Wide World Magazine e do Strand. Enjoei-me do francês. (...) Alimentemo-nos dos Sumos – os Balzacs, os Shakespeares, os Nietzches, os Bains, os Kiplings, os Stuart-Mills. (15/03/1906)*

Essa convicção fará de Lobato também um grande leitor de autores portugueses (Gráfico 2 - *Os 10 autores portugueses mais citados*), ora movido por uma admiração apaixonada, ora por uma repulsa que não se explica. Sua impulsividade, bem ao sabor da “veneta”, explica essa complexidade de sentimentos, como ele mesmo confessa: *Meu hábito em tudo é por de lado métodos e seguir as intuições da veneta. Acho a veneta algo sério e misterioso, Rangel. (30/01/1915)*

Sirvam de exemplos da admiração e da repulsa, respectivamente, os trechos abaixo:



*Se Camilo houvesse dito: Uma coruja piou no galho seco de uma árvore, eu teria deixado no barranco esse ninho de beija-flor. O “berrou” é que me seduziu. Toda vida, para toda gente, as corujas piam – só em Camilo aparece uma que berra. Lindo! (16/01/1915)*

*Eu continuo a não achar salvação fora de Camilo, a ponto de não conseguir ler **Os Maias**. (10/07/1916)*

Uma análise estatística das referências a autores estrangeiros demonstra que a partir de 1915 Lobato realça os portugueses, sobretudo Camilo, Eça de Queirós e Fialho de Almeida.

Embora a admiração pelo português seja explicitada via Frei Luiz de Souza: *Que linda deve ser, meu Deus, a língua de Fr. Luiz de Souza! (15/09/09)*, Camilo teria sido o responsável pelo momento epifânico de Lobato com relação à língua portuguesa: *Em Urupês aparecem uns clarões ricocheteados de Camilo – o grande Camilo que me revelou a língua portuguesa e me fez ver as balizas que a extremam da língua bunda dos jornais e deputados – a Língua de Cafra para Cafrarias, diz Camilo.*

Devido à influência basilar que o próprio Lobato afirma procurar em Camilo (*em matéria de língua minha base de operações é Camilo - 20/01/1916*), limitaremos nossa explanação, neste espaço, a alguns comentários feitos ao autor de **Amor de Salvação**.

Entre 1915 e 1917 (contra, em média, 17% de Eça e 10% de Fialho), Camilo figura com cerca de 50% das referências feitas aos portugueses. No entanto, Lobato já o havia citado várias vezes, tendo sido a primeira em 15/07/05. Em carta de 07/06/09 elogia Camilo, pondo-o no topo como escritor exemplar, falando no seu tom costumeiramente hiperbólico e irreverente:

*Saber a língua é ali! Camilo é a maior fonte, o maior chafariz moderno donde a língua portuguesa brota mijadamente, saída inconscientemente, com a maior naturalidade fisiológica. Eu tenho a impressão de que os outros aprenderam a língua e só Camilo a teve ingênita até no sabugo da unha de todas as células de seu corpo.*

Em carta de 15/09/1909, coloca Camilo à esquerda de Fr. Luiz de Souza, que vê então como expoente maior da língua: *Estou, Rangel, dentro da língua de Fr. Luiz, embora ainda longe de lá do centro, onde ele deve figurar como um Deus, com Herculano á direita e Camilo á esquerda.*

Retoma loas efusivas a Camilo, em carta de 12/01/1910, enaltecendo-o mesmo à custa de depreciação do português praticado no Brasil:

*Leio e penetro-me de Camilo, ensaboo-me com as riquezas do maior sabedor da língua daquém e d’allem mar (...) e, com a “descoberta” que fiz do que realmente é a língua portuguesa, espanto-me do atrevimento da filha bastarda que vingou vicejar nestas paragens, tomou-lhe o nome e vive a dar-se como sua sucessora!*

Dizendo-se atacado de sífilis incurável no idioma, por ter-se “cegado em literaturas exóticas, eslava, britânica, escandinava e até hindustânica”, acredita poder curar-se do mal após longo estudo da língua portuguesa: (...) *Mas é*



*provável que encetando agora o estudo da Grande Língua, aos oitenta anos menos leigo serei de suas louçanias que hoje. E como ajustado ao intento me pareceu Camilo, a ele me arremeti.*

Intensificar-se-á seu fascínio pelo autor entre 1915 e 1917 – período em que Lobato buscava *ter uma horta de frases belamente pensadas e ditas em língua diversa da língua bunda que nos rodeia* (16/01/1915). Camilo será a via que, conscientemente, escolherá para desvencilhar-se da mesmice do estilo padrão mais em moda que desfecha no estilo do jornal: Camilo não é clássico no sentido gramaticóide do termo (...). Convidei-te para o passeio através de Camilo como remédio contra o estilo redondo dos jornais que somos forçados a ingerir todos os dias. Camilo é o laxante.

Faz que eliminemos a “redondeza”. É a água limpa onde nos lavamos dos solecismos, das frouxidões do dizer do noticiário (...). Camilo nos “desabusa”, como aos seminaristas tímidos um companheiro desbocado. Ensina-nos a liberdade de dizer fora de qualquer fôrma. Cada vez que mergulho em Camilo, saio lá adiante mais eu mesmo – mais topetudo. (23/01/1915)

A leitura de Camilo, portanto, não seria elemento para decalque; ao contrário, sua influência seria “veneno” contra “pragas”, significando busca da manutenção da identidade e ressaltando a presença camiliana a ser digerida pela alma do escritor e não a transparecer em pedaços em seus textos:

*Na tua carta levas ao extremo o estudo camiliano. (...) Com o teu sistema de glossário, sabe o que acontece? Tornamo-nos uns Camilos enfezados, uns puros camelinhos, quando o que eu quero é que de Camilo tu saias mais Rangel do que nunca e eu saia bestialmente Lobato – embora sem as brocas e lagartas para as quais o melhor veneno é justamente Camilo. (16/01/1915)*

Ressalta a solidez da escrita camiliana e a força de seu estilo pleno de modelos a serem ingeridos e reelaborados, comparando-o a Eça (então “em baixa”):

*Camilo é floresta virgem, irregular, (...) Eça é um jardim francês daqueles que Le Nôtre desenhava. É possível levantar a planta dum jardim, mas quem tira a planta numa floresta virgem – dum Camilo? Eu recomendo a Boêmia do Espírito aos que sofrem de lazeira de estilo. (30/03/1915)*

Muitos de seus comentários sobre o estilo camiliano recaem sobre o uso primoroso e muito preciso que o autor português faz dos adjetivos, destacando a linguagem enxuta, o estilo substantivo das últimas obras de Camilo, que procurará imprimir a suas obras:

*Não há ali células de gordura. Nada balofo, só durezas (...) Temos aqui [num trecho extraído de Boêmia do Espírito] 13 adjetivos para 198 palavras – 6%! Não pode haver linguagem mais virilizada, mais enxuta, mais ossos e nervos – e gordura nenhuma. Nada amolengante. Lembra vergalho de boi estorricado ao sol. Só 13 adjetivos e todos matematicamente exatos. (30/09/1915)*



Nos próximos anos, haverá uma diminuição substancial nas referências e críticas às suas leituras – seja de obras em português, seja em idioma estrangeiro. Em meio a confusões políticas, econômicas e traumas pessoais, Lobato passará a dedicar-se à produção de sua obra destinada às crianças e a intensas atividades de tradução.

É de se notar que, ao longo da correspondência, há muitos momentos em que Lobato faz o elogio da Língua Portuguesa. Em *post-scriptum* à carta de 02/09/09, falando de obra de M. Dias - *Paixão* -, comenta-lhe o estilo: (...)

*Estilo lindo, claro de meter inveja. É escrito em português de Portugal, do bom, do que corre como regato em leite de pedras lá da fazenda do meu avô. Vale a penas lê-o só pelo português.*

Noutra ocasião, em carta de 15/09/09, diz:

*(...) nós não sabemos esta maldita língua, Rangel, e manejamos achavascadamente, plebeiramente, um barro, um caolim de primeira, com o qual se podem modelar as mais leves e finas coisas. Só agora ando alcançando a extensão do meu erro nesse ponto. Até aqui me repastei, quasi que exclusivamente no francês, e "ouvia falar" da "língua de Frei Luiz de Souza". Meu português era o caseiro e do jornal. E eu ficava de olho grande (...) Parei com minhas leituras de língua estrangeira. Não quero que nada estrague minha lua de mel com a língua lusíada...*

Além de elogiar a língua de Portugal, ainda na mesma carta, fala sobre o que mais o atrai e coloca a língua portuguesa do Brasil em inferioridade com relação a ela:

*(...) E sabe o que mais me encanta no português? Os idiotismos. A maior beleza das línguas está nos idiotismos, e a lusa é todo um Potosi. (...) Por que é o português de Portugal tão superior ao português do Brasil? Porque é muitíssimo mais idiotizado pela colaboração incessante do povo, ao passo que aqui o povo praticamente não colabora na Língua geral - vai formando dialetos estaduais como a Itália.*

*Suas rugas contra gramática e gramáticos aparecem em toda a correspondência com Rangel, a quem agradece as correções gramaticais: grande bem me fazes com a denúncia das ingramaticalidades (30/09/1915). Sua ojeriza pela gramática é explicada por achar que ela não forma, deforma – a gramática fará letrudos, não faz escritores – além do que é também a gramática que o reprova: [...] voltei-me para a gramática e tentei refocilar num Carlos Eduardo Pereira. Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba<sup>26</sup>. Dá-me ideia duma morgue onde carneiros de óculos e avental esfaqueiam, picam e repicam as frases, esbrugam as palavras, submetem-nas ao fichário da cacofonia grega. A barrigada da língua é mostrada a nu, como a dos capados nos matadouros – baços, fígados, tripas, intestino grosso, pústulas, "pipocas", tênias. Larguei o livro para nunca mais, convencido de que das gramáticas saem Silvios de Almeida mas não Fialhos.*

<sup>26</sup> Lobato refere-se à sombra pela "bomba" levada, ainda na juventude (1895), no seu primeiro exame de português.





Desta forma, aparentemente<sup>27</sup>, abandona a ortodoxia dos estudos gramaticais para se dedicar ao aprendizado da língua – *lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente* (30/09/1915). Ou, como reitera um ano mais tarde: *Como deliberei aprender a língua de ouvido, e meu ouvido é lerdo, despendo mais trabalho que os que vão logo às regras – à Gramática.* (13/09/1916).

Começava a sonhar com uma língua “nossa”, *porque a língua pátria já não é propriamente a língua lusa de Portugal – é a sua filha brasileira*<sup>28</sup>. Esta preocupação com a dimensão brasileira da língua portuguesa culminará com a “brasilina” – denominação usada, pela primeira vez, em 1922, ao comentar O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral:

*E a velha língua-mãe, que cá vige mas não viça, abdicará de vez na filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada. (...) E sinhazinha Brasilina não tem pressa*<sup>29</sup>.

A ideia da brasilina reaparecerá em Emília no País da Gramática (1933):

*A parte de lá – explicou o rinoceronte – é o bairro antigo, onde só existiam palavras portuguesas. Com o andar do tempo essas palavras foram atravessando o mar e deram origem ao bairro de cá, onde se misturaram com as palavras indígenas locais. Desse modo formou-se o grande bairro da Brasilina.*<sup>30</sup>

Hoje, passados mais de 500 anos da chegada dos primeiros sons lusitanos no Brasil, vale registrar a constatação feita por Lobato:

A nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou no Brasil. Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileirismo surgisse exatamente no dia 22 de abril de 1500. E desde então não se passou um dia, talvez, em que a língua do reino fosse na colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificada na significação dos antigos. Hoje, após quatrocentos anos de vida, a diferenciação esta caracterizada de modo tão acentuado, que um camponês do Minho não compreende nem é compreendido por um jeca de São Paulo ou um gaúcho do sul. Quer isto dizer que no povo – e a língua é criação puramente popular – a cisão já está completa. Nas classes cultas a diferença é menor, se bem que acentuadíssima, sobretudo na pronúncia e no emprego das palavras novas<sup>31</sup>.

No seu projeto de brasilidade, conforme assinala Borges<sup>32</sup>, *vendo a língua brasileira plenamente estabelecida na fala do povo, acreditava que, para consolidar o cisma ocorrido na língua portuguesa, era necessário dar status literário à nova língua do Brasil.* Entretanto, embora a ideia de uma gramática brasileira não permanecesse até o fim de sua

<sup>27</sup> Uma vez que, de certa forma, Lobato tornou-se um gramático ao defender a “brasilina”, ao produzir **Emília no País da Gramática**, procurando tornar acessível às crianças alguns conceitos ou, ainda, ao dar conselhos acerca de correção gramatical na idade adulta, como se pode ler em **Cartas escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1961.

<sup>28</sup> *Gramática portuguesa* (1921). MONTEIRO LOBATO. **Crítica e outras notas**. SP: Brasiliense, 1965, p. 78.

<sup>29</sup> **Onda verde**. São Paulo: Brasiliense, 1921.

<sup>30</sup> **Emília no País da Gramática**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 14.

<sup>31</sup> *O dicionário brasileiro*. **Onda Verde**. op. cit.

<sup>32</sup> BORGES, M.Z. (1999) Exatidão e liberdade na linguagem de Monteiro Lobato. **Todas as Letras**. Revista da FLE. Ano 1, n.1. São Paulo: Editora Mackenzie. p. 40.



vida<sup>33</sup>, essa perspectiva marcadamente sociolinguística de reconhecimento de normas distintas se concretiza com a substituição do padrão literário tradicional por outro mais próximo da nossa realidade cultural e da modalidade falada no Brasil, comprovada, por exemplo, com nossos modernistas – muitos dos quais, injustamente, condenaram Monteiro Lobato. De fato, Lobato não foi apenas um escritor que lutou pela descoberta e conquista do nacional, mas foi também um cidadão brasileiro preocupado com a busca da identidade e da valorização sócio-político-econômica de sua pátria.

## País de origem dos autores citados até 1913

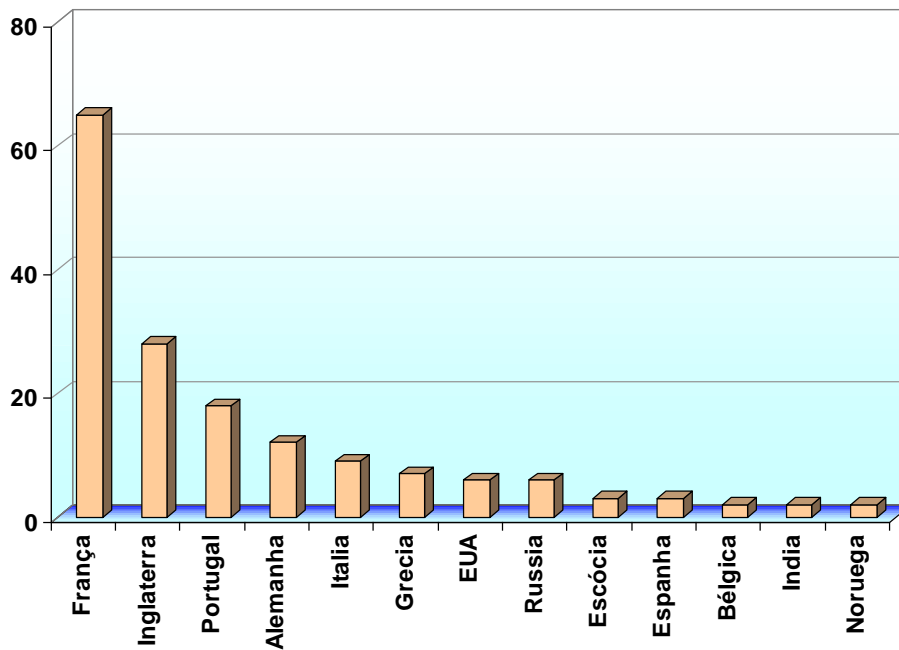


Gráfico 1 – País de origem dos autores citados até 1913

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia> (a

<sup>33</sup> Conforme Borges (ibidem, p.40-1): *todavia, vinte anos depois, referia-se ao português e não ao brasileiro (...). O escritor reassume a fidelidade à gramática tradicional (...).*



## País de origem dos autores citados até 1913

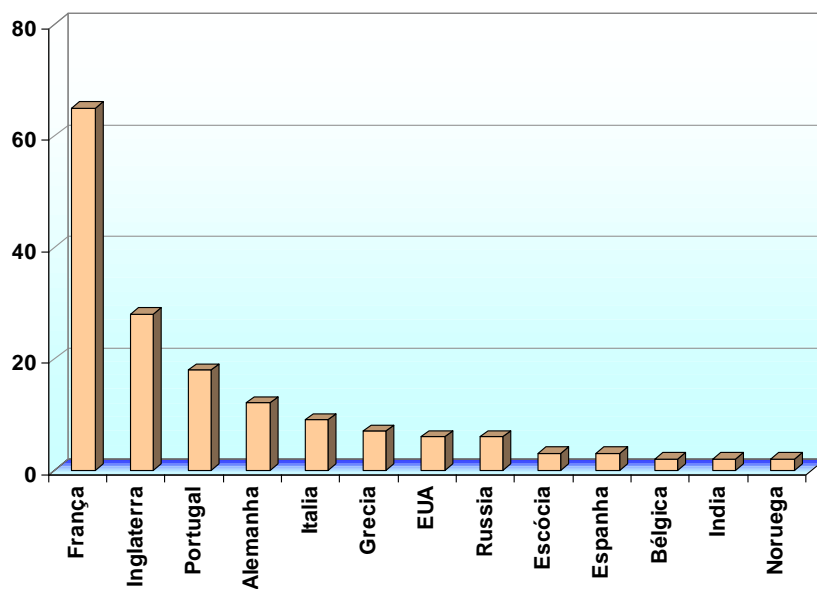
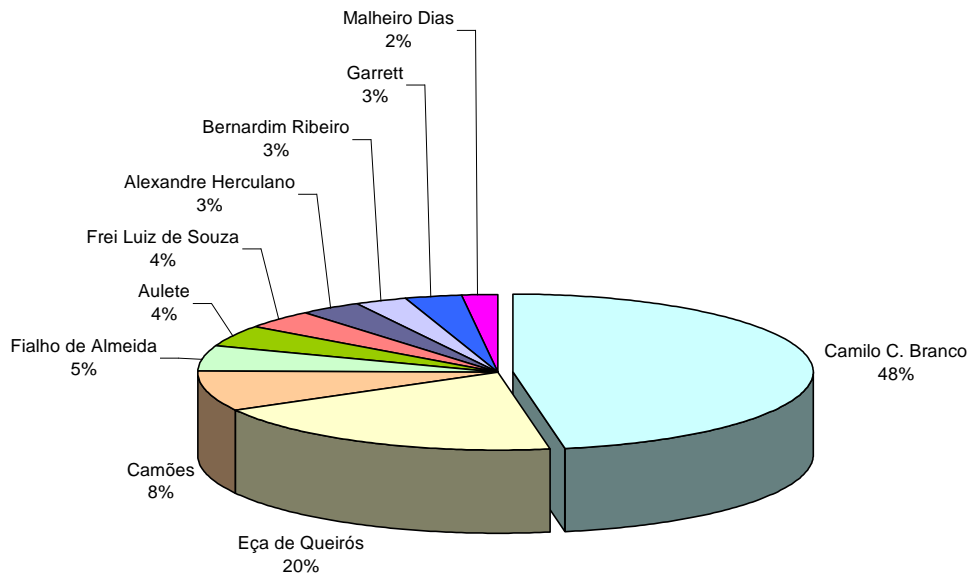


Gráfico 2 – Os 10 autores portugueses mais citados



### Os 10 autores portugueses mais citados nos tomos I e II



<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia> (a)

**13. REGINA H. DE BRITO** [rhbrito@mackenzie.com.br](mailto:rhbrito@mackenzie.com.br) E

**14. Ausente MOISÉS MARTINS** [moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt)

**Regina** é Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela USP e Pós-Doutora pela Universidade do Minho - Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pertence ao Grupo de Pesquisas do IP-PUC-SP. Autora e Coordenadora do Projeto “Universidades em Timor-Leste” - *Canção popular e música brasileira em Timor-Leste* (coautoria de Benjamin Abdala Júnior) para a difusão da língua portuguesa em território timorense por meio da música brasileira. Investigadora do *Projeto Lusocom*, do ICS da Universidade do Minho, coordenado por Moisés Martins e Helena Sousa. É, também, docente investigadora e membro representante do Brasil na Comissão Diretiva do *Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste*.

**MOISÉS** é licenciado e *mestre* em Sociologia e *doutor* em Ciências Sociais, pela Universidade de Estrasburgo. Foi professor de Sociologia na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e na Universidade da Beira Interior (Covilhã). Nesta, coordenou o Departamento de Ciências Sociais, foi Diretor do Curso de Sociologia, criou a licenciatura de Ciências da Comunicação e fundou a revista de Ciências Sociais Anais Universitários, sendo seu primeiro Diretor. Atualmente é Presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde é, também, professor e investigador, no grupo disciplinar de Ciências da Comunicação. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade* e da



“Coleção Comunicação e Sociedade”, além de membro do Conselho Cultural da Universidade. É membro-fundador da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom); negociou em Sergipe (Brasil), a fundação da Lusocom (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação), com representantes da Intercom (Associação Brasileira de Ciências da Comunicação) e com representantes africanos, de Angola e Moçambique. Presidente do IIIº Encontro Lusocom e da sua Comissão de Programa, realizada na Universidade do Minho, em 1999, pertencendo à Comissão Científica ou à Comissão Organizadora de todos os outros. Além de presidir ao Conselho Científico do NECS, integra os Conselhos Científicos do ICS da Universidade do Minho e do Instituto S. Tomás de Aquino da Ordem Dominicana em Portugal e pertence à Associação Portuguesa de Sociologia e à Association des Sociologues de Langue Française. Tem dezenas de trabalhos académicos publicados - em obras coletivas, atas de colóquios e congressos, e em revistas, nacionais e estrangeiras. Seu lançamento mais recente é *A Linguagem, a Verdade e o Poder*. Ensaio de Semiótica Social, (Calouste Gulbenkian e FCT/Ministério da Ciência e da Tecnologia).

### REFLEXÕES SOBRE O SENTI(R)/(DO) DA LUSOFONIA

Defrontar-se com diferentes espaços em que o português é uma das línguas de expressão oficial (materna ou não) revela-nos que a utilização do termo Lusofonia (e de uma série de outras expressões daí decorrentes, tais como: países lusófonos, mundo lusófono, cultura lusófona, unidade lusófona, identidade lusófona, etc.) provoca interpretações e reações muito diversas no contexto que abarca a denominada “comunidade dos países de expressão portuguesa”. Esta comunicação procura refletir acerca desse multifacetado “sentimento de lusofonia”, trazendo subsídios que apontem para uma conceituação desvinculada de egocentrismos e traumas que a palavra LUSOFONIA tem carregado.

O conceito «Lusofonia» usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo.

Este é o primeiro parágrafo do tópico “lusofonia”, com grande destaque na página inicial do *Portal do Governo Português*.<sup>34</sup> É para esse *site*, também, que, por exemplo, o *Portal do Governo Brasileiro* remete quando se pesquisa por esse tema – não sem que antes se faça uma certa navegação<sup>35</sup> pela página. A mesma pesquisa, em *sites* oficiais dos outros países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>36</sup>, aponta, via de regra, para *notas da imprensa* em que é a palavra (ou, mais comumente, formas dela derivadas) veiculada. Nessa rápida incursão nos espaços oficiais de divulgação dos oito estados-membros pela Internet pode-se já vislumbrar a diversidade de sensações que tratar da *lusofonia* provoca, concretamente, nos seus múltiplos modos de existir. Se, no Portal do Governo Português, a referência à lusofonia, mais do que explícita, é de exaltação (em visita à página, observe que a

<sup>34</sup> <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia> (acesso em 25/04/2006).

<sup>35</sup> [http://www.brasil.gov.br/pais/lingua\\_portuguesa/portugues/](http://www.brasil.gov.br/pais/lingua_portuguesa/portugues/) - clicando, em seguida, em “comunidades lusófonas” no tópico “Veja Também”. (acesso em 25/04/2006).

<sup>36</sup> Veja os demais portais oficiais disponíveis na internet: República de Angola: <http://www.mapess.gv.ao/>; República de Cabo Verde: <http://www.governo.cv/>; República da Guiné-Bissau: <http://www.guine-bissau.com/>; República de Moçambique <https://www.govnet.gov.mz/>; República Democrática de São Tomé e Príncipe: <http://www.presidencia.st/>; República Democrática de Timor-Leste: <http://www.gov.east-timor.org/>. (todas as páginas acessadas em 25/04/2006).



caixa de chamada destaca-se pelo tamanho, pela cor, pela ilustração e pelo desenho diferenciado das letras), em nenhuma das demais *homepages* governamentais observa-se (tão enfática e declaradamente) qualquer alusão à lusofonia.

Abordar o tema “lusofonia”, portanto, não significa percorrer caminhos serenos – seja os trilhados pelos políticos, seja os trilhados por estudiosos ou literatos. Breve revisão da literatura a respeito revela a gama de discussões que a matéria tem suscitado, oscilantes entre insinuações de uma penetração cultural e da invasão empresarial e colocações que enfatizam os benefícios que essa unidade de língua proporciona(ria) nos diversos setores da vida de cada um desses países – isto do lado português.

Do lado africano, há várias considerações acerca da imprecisão e das pressões políticas que rodeiam o conceito – por exemplo, Pacheco (2000) assinala que a lusofonia é “como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos” outros entendem que *o facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença [do português no território] se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro.* (Kukanda, 2000: 112).

Do lado timorense, a perspetiva se reveste, normalmente, de uma certa consciência da necessidade de difusão do português para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação e de reconstrução da nova nação, conforme as palavras do líder da Resistência e atual Presidente da República, Xanana Gusmão:

*A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de caráter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional.* <sup>37</sup>

Neste caso, vale trazer, também, a perspetiva que norteia os estudos linguísticos no país:

*Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional.* (Hull, 2001: 39)

Tratar desta questão do lado brasileiro implica, para alguns, numa visão tendendo à negatividade; para outros, no entanto, representa uma busca de integração entre unidade/variedade, o reconhecimento de que são muitos os

---

<sup>37</sup> Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm](http://www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm) [p. cap. em 03/08/02].



“proprietários” da Língua Portuguesa, assumindo a noção de diversidade cultural como característica inerente a esse conceito<sup>38</sup>.

Neste aspeto

*[...] a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente coletivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos. (Martins, 2004)*

*Desta forma, a pluralidade de sensações e sentimentos que a mera evocação da palavra faz aflorar necessita do conhecimento e do reconhecimento da imagem histórico-cultural de cada um desses espaços da chamada “comunidade lusófona”. Na verdade, do ponto de vista dos povos colonizados, não há como ser fácil dissociar o passado histórico colonial do sentido a palavra Lusofonia traz nos dicionários: no plano etimológico, o substantivo abstrato **Lusofonia** liga-se à “Lusitânia”, província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos Lusitanos: a forma **luso**, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal e a forma (de origem grega) **fon** relaciona-se a som, voz, palavra, língua. É desta via, portanto, que se retira seu conceito mais evidente: o de abranger os países de língua portuguesa. Numa conceituação um pouco mais alargada, costuma-se, então, aplicar o termo “lusófono” aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos.*

No plano histórico, a ideia da “lusofonia” teria tido início com a expansão marítima portuguesa a partir do século XV, que espalhou e que, em certa medida, difundiu sua língua e cultura por todas as partes do mundo, pela atuação de missionários e colonos diante de povos contactados. Como primeiros “teorizadores” desse ideal de “lusofonia”, costuma-se citar o Padre António Vieira (*Sermões de S. Francisco Xavier*, 1694), com o projeto messiânico do Quinto Império, e Fernando Pessoa, que teria retomado e reformulado tal projeto séculos depois (em *Mensagem*, 1934, e, mais tarde, em especial, no *Livro do Desassossego*, ao conceber a língua portuguesa como um espaço do futuro império espiritual, caracterizado pela universalidade: “a minha pátria é a língua portuguesa”<sup>39</sup>).

No plano político, o dos “discursos oficiais”, a ideia da lusofonia se apresenta como sendo um sistema de comunicação linguístico cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes linguísticas que, no plano geo-sócio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau - que constituem os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* - e Timor-Leste. No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras dos territórios nacionais delimitam. Antes, é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada “diáspora lusa” e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de

<sup>38</sup> Para comentários a esse respeito, remetemos ao artigo de nossa autoria intitulado *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala português* (ver: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1005>). Além disso, aprofundamos a questão em Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia, que apresentamos em 7 de outubro de 2005, na Universidade do Minho, durante a Conferência “Comunicação e Lusofonia”, organizada por Helena Sousa e Moisés Martins, cuja publicação, pela Fundação Calouste Gulbenkian, sairá ainda neste ano de 2006.

<sup>39</sup> Creio que não terá escapado a ninguém que fale português, ou se reclame de uma mítica lusofonia, o uso e o abuso que, a partir de um dado momento – digamos, o da revolução de Abril -, tem sido feito da famigerada frase de Pessoa ‘a minha pátria é a língua portuguesa’. Só podia ter inventado esta frase, destinada a tanto sucesso, quem imaginasse como hipótese viável – e era o seu caso – que também teria outra pátria se noutra língua se exprimisse, analisa Lourenço (2001: 183).



“uso”, na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Diu, Damão e Malaca. Além disso, Lourenço (2001) – o intelectual que, com certeza, mais tem pensado criticamente a matéria - assinala, com rigor, que a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza:

*[...] é o espaço galaico-português onde, com a língua que é ainda a nossa, eclodiu o primeiro e nunca acabado canto que dará à cultura portuguesa [...] um lugar à parte na constelação poética da romanidade. [...] Quer dizer, como imaginar o espaço lusófono, e na medida em que ele é o horizonte onde inscrevemos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem incluir nele a Galiza? [...] dado o contexto histórico-político da península a que pertencemos, não se estranhou que a Galiza não tenha estado presente e fosse incluída na nova comunidade de referência lusófona a que se deseja dar, além da vida formal, vitalidade e futuro. Mas isso significa, pelo menos, que o espaço da lusofonia e o da comunidade de referência lusófona não coincidem. (LOURENÇO, 2001: 178)*

Vale assinalar que, criada em 1996, a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* define-se como “foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político diplomática e da cooperação entre os seus membros”<sup>40</sup>, com o intuito de reunir os países de língua oficial portuguesa a fim de uniformizar e difundir a língua e aumentar o intercâmbio cultural entre eles. Em torno disto, em diversas circunstâncias, Eduardo Lourenço refere-se à CPLP - ao afirmar que a *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, tal como existe, ou queremos que exista, seria um refúgio imaginário* (2001: 182) - e aos ideais da lusofonia – um *projeto*, uma *aposta*, na qual deve residir *alguma verdade* (uma vez que foi “imaginada” – 2001:176). No ensaio “Imagem e miragem da lusofonia” (escrito no ano da criação da CPLP), assinala:

Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa, levando-a connosco para as paragens que tocámos ou colonizámos [...] O que não podemos é atribuir a essa centralidade nossa na esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de carácter estritamente comunicacional <sup>41</sup> [...] O nosso drama – tragédia é sempre metáfora para os Portugueses – é que, dadas as complexas relações culturais que tecemos com o Brasil e as novas nações de expressão oficial lusófona – ou elas connosco -, nenhum dos povos lusófonos se sente empenhado, como nós, na visão que a lusofonia induz e, muito menos, nos fantasmas não muito antigos que a assimilavam à esfera lusíada. (LOURENÇO, 2001: 179-80)

**As colocações que Lourenço faz ao longo de sua obra a respeito do tema não deixam dúvidas sobre a viabilidade da lusofonia. O que se deixa entrever é que não é viável a instituição de uma ideologia lusófona que nasça e corra por conta de interesses político-económicos na esteira da chamada globalização.**

<sup>40</sup> “Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.

<sup>41</sup> Registre-se, como curiosidade, o comentário de Ana Castro Osório, feito em 1918: “O Brasil é para nós sagrado, porque a sua grande missão futura é afirmar ao mundo as qualidades de nossa raça e impor a nossa língua”. In MATTOSO, José (Dir.) História de Portugal. Sexto Volume (autor: Rui Ramos). Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. p. 587.





Num outro plano – que acaba por distanciar-se da noção política do termo - o conceito de lusofonia (Reis, 1997; apud Sousa, 2002: 306-7) pode ser formulado tomando por base três princípios. O primeiro deles é o da *globalização*, entendendo que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator linguístico e convocam globalmente governos, ONGs, sociedade civil, etc. O segundo princípio é o da *diversificação*, reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa. A *relativização* é o último dos princípios, implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa.

Essa síntese do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção (ainda que mítica) de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português. Deste modo, como referimos, essa descrição oferece uma dimensão geográfica da língua portuguesa distribuída por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspeto ou noutro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema linguístico, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade. Assim é que se reconhece, por exemplo, o “Português Europeu” e o “Português Brasileiro” (e os muitos falares dentro de cada um), da mesma forma que há estudos do português em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste: *se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense* (Lourenço, 2001: 112).

No entanto, como assinalamos, não se pode centrar a questão da lusofonia somente no aspeto linguístico. Sem dúvida, a língua portuguesa é o grande instrumento para o sentimento de lusofonia, mas também o é para o reconhecimento e para a construção do chamado espaço da lusofonia. Deste modo, é necessário ter clareza quanto aos papéis distintos que a língua portuguesa forçosamente cumpre em cada localidade; pensar a lusofonia é, igualmente, pensar na função que o português exerce em cada um dos contextos de sua “oficialidade” – é, por exemplo, língua materna no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é totalmente desconhecida em muitos espaços moçambicanos ou timorenses. A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono, é que a lusofonia pode vir a ser, de facto: não somos 200 milhões de lusofalantes; somos a língua portuguesa que fala em cada um (Brito e Martins, 2004).

*A Lusofonia não é sonho de que alguém possa envergonhar-se (...)*

*Mas convém sonhá-la de olhos abertos, sem ilusão alguma,*

*num mundo que a não consente*

(Lourenço, 2001: 181).

#### Referências Bibliográficas

Brito, Regina Helena Pires de e Martins, Moisés de Lemos (2004) “Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono”. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo / Lisboa. Lusocom. pp. 69-77.



- Carrascalão, João (2000) "Painel sobre a Lusofonia" – VIII Fórum da AICEP. [www.aiecep.pt/versao\\_texto/noti\\_indi\\_2000-06\\_02.html](http://www.aiecep.pt/versao_texto/noti_indi_2000-06_02.html) [cap. 25/06/2001].
- Hull, Geoffrey (2001) Timor Leste – Identidade, língua e política nacional. Lisboa, Instituto Camões.
- Kukanda, Vatomene. (2000) "Diversidade linguística em África". *Africana Studia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. N.3. pp. 101-11.
- Lourenço, Eduardo. (2001) *A nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras.
- Martins, Moisés de Lemos (2004) "Lusofonia e luso tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários". <http://hdl.handle.net/1822/1075>. Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado em São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica, entre 28 de abril e 1 de maio de 2004. Conferência a ser publicada nas Atas.
- Pacheco, Carlos (2000) "Lusofonia e regimes autoritários em África" In: *Público*. Lisboa. 3 de fevereiro.
- Sousa, Helena. (2002) "Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia". *Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação, vol. 14 (1-2). Braga, Universidade do Minho. p. 305-17.

---

## 15. NELSON REIS [nelson\\_reis@hotmail.com](mailto:nelson_reis@hotmail.com)

- Mestre em Ciências do Desporto, área de especialização em Gestão Desportiva, pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, FADEUP, (2001). Tema da Dissertação: "Região Autónoma dos Açores - Caracterização da Situação Desportiva no Período da Autonomia - 1976/2000.
- Licenciado em Educação Física e Desporto pela FADEUP (1996). Tema de Monografia: "Caraterização da Oferta dos Centros de Condição Física no Arquipélago dos Açores".
- Atualmente, encontra-se a finalizar a Tese de Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto na FADEUP, tendo como tema "Contributo para uma Política de Desenvolvimento do Desporto, da Educação Física e do Desporto Escolar a partir do Património Lúdico Açoriano".
- Docente do Quadro de Nomeação Definitiva do 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, na Disciplina de Educação Física, desde 1997, na Região Autónoma dos Açores. Para além das funções docentes tem desempenhado diversos cargos pedagógicos, tais como: Delegado de Disciplina, Diretor de Instalações Desportivas, Coordenador de Departamento e Membro da Assembleia de Escola.
- Tem participado em diversos congressos/seminários regionais, nacionais e internacionais, centrando sua investigação nas áreas do Desporto e da Educação

## PATRIMÓNIO LÚDICO AÇORIANO – O PAPEL DA ESCOLA NA SUA PRESERVAÇÃO

A globalização, na tentativa de encontrar uma forma de vida padronizada para todo o mundo, na forma de vestir, na alimentação e, até mesmo, no modo de pensar, criou uma autêntica instabilidade nas pessoas. Obviamente que muitos se preocuparam com o rumo que esta nova perspectiva de vida proporcionava, tendo consciência que as



identidades nacionais estavam condenadas ao esquecimento. Todavia, surgiram movimentos que tentaram reconstruir tais identidades, numa clara resistência à globalização do homem, lutando para que a diversidade antropológica continue a ser uma realidade. É desta forma que entendemos, atualmente, a cultura popular: uma resistência em nome do humanismo que algum radicalismo tecnocrático tudo fez para destruir. Porém, temos de ter consciência que muitas atividades do passado entendidas como património que nos identifica são, na sua maioria, evoluções de atividades desenvolvidas nos séculos anteriores e em contextos socioculturais bem diferentes dos atuais. Assim, a procura dessa diversidade pode ser conseguida através de variadas formas. Na nossa opinião, a Escola cumpre um papel fulcral para a construção e preservação da nossa identidade. É neste sentido que compreendemos o documento emanado pela UNESCO, intitulado “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional ou Popular”. No referido documento foram sugeridas, aos países membros, linhas orientadoras para a preservação, difusão e proteção da cultura, prevendo, inclusive, uma cooperação entre os estados membros. Este documento problematiza com rigor a cultura popular, e o facto de ter sido distribuído pelas Escolas portuguesas demonstra quão importante poderá ser o papel da instituição Escola para o resgate da cultura tradicional. Hoje, mais do que nunca, os estudos relacionados com as tradições, com os jogos tradicionais/populares e com tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, para nós um imperativo ético. Neste contexto, o presente estudo verificou como tem sido tratado o património lúdico açoriano em todas as escolas do 1º ciclo da região.

## **1. INTRODUÇÃO**

No contexto da cultura portuguesa, de acordo com Costa (1989: XVII), a Região Autónoma dos Açores constitui um sistema singular, aberto e dinâmico de nove ilhas culturalmente diferentes, localizadas na encruzilhada da Civilização Ocidental, onde o velho Mundo se encontra com o novo, no meio do Oceano Atlântico, a cerca de 990 milhas da costa da Península Ibérica e 2500 milhas da costa Este da América do Norte.

O vulcanismo continua a ser o seu principal estigma. Com as sucessivas erupções que as castigaram ao longo dos séculos, as ilhas têm-se formado constantemente, bem como as pessoas que nelas vivem. Os cones dos vulcões, agora ocupados por uma variedade de vegetação e lagos de rara beleza, os campos de sulfato e as caldeiras de água quente, ainda visíveis em muitas ilhas, as formações de lava que abundam e o basalto que dá a cor preta às praias são aspetos que evidenciam a origem vulcânica das ilhas.

O estatuto variável de cada ilha é determinado por um conjunto de fatores, entre eles, a dimensão territorial, os recursos de que dispõe, a distância geográfica das restantes e a função político-económica, militar e religiosa que desempenha.

A sociocultura açoriana possui, no entender de Costa (1989:XVIII), um carácter marcadamente mediterrâneo atlântico que resultou da recriação, pelos seus habitantes, de um fundo cultural luso mediterrâneo num ambiente insular atlântico.

A situação geográfica do Arquipélago e a distância a que se encontra dos continentes possibilitou-lhe um papel importante, contudo, vulnerável na comunicação. O seu complexo isolamento, se por um lado, explica parcialmente a estabilidade e a permanência de antigas características biológicas e dos padrões de cultura, por outro lado, favorece a rápida difusão de mutações genéticas e de inovações culturais.



Outro fator a considerar é a exiguidade territorial das ilhas que impede a multiplicidade dos nichos ecológicos, limita os efetivos populacionais, como também os recursos alimentares. Todavia, tais desequilíbrios provocados pelas calamidades naturais, crises agrícolas, comerciais ou por deficiência da política económica, deram origem às vagas de emigração para algumas áreas do Brasil, dos Estados Unidos da América e do Canadá.

No seu processo de povoamento, a região utilizou, segundo Martins (1989:65-67), elementos provenientes, sobretudo, do continente português e, por isso, existe entre a cultura açoriana e as culturas continentais um elevado grau de interligação, não havendo dúvidas em considerar os Açores como uma área da cultura Portuguesa.

Em cada uma das ilhas, as festas de âmbito religioso das populações insulares açorianas, mormente as romarias quaresmais - práticas religiosas na Páscoa com a procissão do “*Senhor dos Enfermos*”; as festas do Divino Espírito Santo que perpassam todas as ilhas e que lhes cunham determinadas particularidades; as festas dos Santos populares com especial atenção às “*Cavalhadas*”, na Ribeira Grande, ilha de São Miguel; festas paroquiais; e, finalmente, as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, “*assumem um forte valor emblemático*” (Costa, 1989: XVIII-XX).

Neste teor, os diversos espaços de identidade definem-se uns relativamente aos outros, num jogo complexo de identidade, diferenciação e autoafirmação, onde as diferenças e as representações recíprocas competem e se ritualizam.

Relativamente a outras manifestações, podemos salientar a festa do “*Entrudo*”, caracterizada pelo desfile de pessoas com máscaras pelas ruas das freguesias, tradição esta já em desaparecimento em virtude do surgimento de bailes de fantasia em recintos fechados; os Bailes de Espada e Comédias características da ilha Terceira e que se enraizam no teatro satírico de Gil Vicente; a “*Batalha das Limas*”, tradição mais recente, na ilha de São Miguel; a “*Festa das Estrelas*”, recentemente recuperada na Ribeira Grande, São Miguel; as “*Touradas*” praticamente existentes só na ilha Terceira, entre outras. Gradualmente, o arquipélago tem fomentado a prática dos designados “*Festivais de verão*”, tendo alguma expressão em, praticamente, todas as ilhas. São épocas onde se nota uma maior mobilidade no arquipélago, quer dos naturais quer dos emigrantes não naturais.

Na história do homem, o jogo, mais ou menos organizado, de competição ou recreação, sempre esteve ligado à festa. Estes nasceram, naturalmente, em ocasiões festivas, constituindo-se como autênticos ritos religiosos. Lévi-Strauss (2000:29-32) salienta que não se conhecem povos sem os seus jogos. Segundo o mesmo autor (2000:33), é através do jogo que podemos chegar mais facilmente ao conhecimento do povo que o pratica. Para Caillois (1990:45), o jogo praticado por um povo pode definir alguns traços morais ou intelectuais, a imagem da cultura de uma época ou mesmo de uma civilização, sendo possível identificar e distinguir os diversos povos através de um simples jogo.

Costa (1993:41-43) afirma que pela sua origem, pela sua história e pelo seu funcionamento, o desporto é um fenómeno humano estruturalmente ligado ao fenómeno cultural, logo, exaltando o triplo princípio da eficácia, do rendimento e do progresso. Deste modo, o desporto é um código cultural específico para a interpretação e realização dos sentidos das ações motoras dos homens, é parte significativa de um consumo humanizante da tarefa de viver, é parte integrante do processo de cultura cidadina, é o local do encontro, da exercitação, da convivência, da sociabilidade



e do bem-estar dos homens, consigo mesmo e com os outros, ou seja, com a natureza pessoal e com a natureza social.

Na sociedade industrial, o desporto foi um instrumento de compensação do tempo de trabalho, um retemperador das forças físicas e psicológicas consumidas nos trabalhos dos escritórios e nas linhas de montagem, um equilibrador das tensões e excitações que o trabalho provocava.

Neste sentido, e de acordo com Elias e Dunning (1992:101), uma sociedade que não ofereça aos seus membros oportunidades suficientes para desenvolver e libertar todo o tipo de energia e tensões poderá dar azo a efeitos nefastos na vida dos mesmos. Porém, vivemos num tempo onde a sociedade se complexificou. A mudança acelerada é, indiscutivelmente, um dos traços de contemporaneidade. Desta forma, as sociedades estão a sofrer um processo complexo de redefinição das suas identidades, de reconcetualização de práticas e de valores.

Atualmente, o mundo deixou de se constituir numa ideia abstrata, longínqua e imprecisa para se tornar em algo que faz parte do nosso dia-a-dia. Os problemas sociais mais distantes são conhecidos como se do nosso quintal se tratassem. Muitas vezes, sabemos mais rapidamente aquilo que se passa no outro lado do planeta, do que do outro lado da nossa própria rua.

Tal transformação, segundo Giddens (1999:34-38), ao contrário daquilo que inúmeras vezes é admitido, não diz respeito somente a um fenómeno económico; é a transformação do espaço em tempo. Não só se confina à criação em larga escala de sistemas, mas também à transformação local e mesmo pessoal, a contextos da experiência social.

O escudo, verdadeira identidade nacional, deixou de ser a nossa moeda para dar lugar a uma outra que corre por todo o espaço europeu. As fronteiras físicas entre os países ibéricos desapareceram completamente, tornando unos estes dois estados que durante séculos lutaram pela afirmação de um marco, de uma linha imaginária, de um pedaço de terreno. Este desaparecimento provocou a desertificação de algumas povoações que nasceram e floresceram à luz de uma conceção secular de fronteira, refletindo-se, inclusive, no pequeno comércio transfronteiriço, chegando mesmo a provocar focos de desemprego naquelas profissões associadas a esta conceção de unidade territorial.

De acordo com Vaz e Garcia (s/d:5), o povo, intimamente, exclama bem alto que aceita a unidade, mas acima de tudo com o devido respeito pela diversidade cultural, ou seja, com respeito pela diversidade antropológica. Assim, é neste ambiente sem moeda, sem fronteiras, quase sem poder para decidir, que as culturas populares emergiram um pouco por toda a Europa, no sentido de preservar, ou mesmo de fazer renascer, as identidades ou idiossincrasias de um povo, sendo que muitas dessas expressões culturais há muito estavam votadas ao esquecimento. Mais do que nunca, o estudo dos mitos, das lendas, das tradições, dos jogos tradicionais/populares, das danças, das músicas e de tantas outras manifestações de cunho popular são uma necessidade, mesmo um imperativo ético.

Neste contexto, a possibilidade de contribuir para uma política de desenvolvimento do desporto, da educação física e do desporto escolar, baseado no conhecimento mais profundo do povo açoriano e da cultura açoriana, através das suas festas religiosas, do seu folclore, dos seus jogos tradicionais/populares, das suas manifestações desportivas, bem como de comparar os diferentes processos utilizados no desenvolvimento desportivo regional, em cada uma das ilhas que compõem o arquipélago, justificam, por si só, o presente estudo.

**2. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO LÚDICO NA ESCOLA**

O processo da globalização aparece na nossa sociedade como um elemento perturbador de uma ordem ancestral. À concepção de sociedade marcada pela estabilidade, onde uma geração reproduzia praticamente tudo aquilo que era o património da anterior, segue-se uma outra sociedade onde a “mudança rápida” aparece como o elemento regulador, chegando mesmo ao extremo de se afirmar que nesta sociedade só não se muda a ideia de mudar.

Contudo, as mudanças resultantes desta nova sociedade provocaram uma grande erosão nos hábitos e costumes tradicionais, sem que nenhuma franja apreciável de população consiga resistir por muito tempo ao impacto desta autêntica nova cultura. É certo que algumas regiões rurais, mais afastadas dos grandes centros urbanos, tentaram, de alguma forma, oferecer uma certa resistência, porém, foram submetidas à lógica hegemónica da modernidade.

Com este cenário, criou-se a ilusão de que a mudança é sinónimo de progresso, pelo que qualquer sinal do passado, qualquer atividade mais ou menos conotada com a nossa ancestralidade, era para ser substituída por alguma prática tida como moderna e urbana e, por isso mesmo, considerada evoluída.

Todavia, temos que ter a consciência que o mundo evolui e que uma das principais Caracterização humanas é a sua capacidade de adaptação. Lutar cegamente contra a globalização é um verdadeiro suicídio. Tentar impor ao homem de hoje um modo de vida estranho àquilo que é um dado inquestionável, é uma batalha perdida.

Centrado o problema no âmbito da escola e da educação, José Augusto Seabra em 1991, baseando-se em Leonardo Coimbra, lembra que *«a educação tem que estar mais voltada para o futuro que para o passado ou mesmo para o presente, já que ela é geradora de uma outra cultura, partindo sempre do nosso momento histórico, da herança que nos foi legada, como um património não apenas a conservar, mas a investir e a enriquecer»*.

Hoje, sabemos que o papel das famílias e da escola no campo da socialização e educação dos mais novos, se debate com a concorrência positiva de outras instituições que desempenham este papel. Por vezes, até de uma forma mais atrativa e interessante para as crianças e para os jovens.

Surgiram espaços estruturados, normalmente, ligados a instituições públicas, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e a outras instituições de carácter social, como os Centros Sociais e Paroquiais ou Instituições de Solidariedade Social.

Para além destas, não podemos esquecer que a socialização também é feita nos bairros e nas ruas. Benavente *et al.* (1991:151) salienta que a rua pode ser entendida como um espaço de jogo e brincadeira, porque possui características de riqueza renovável propiciadoras da atividade lúdica dos mais jovens. Possui um quadro social em constante movimento e constitui, para o grupo etário mais novo, uma sucessão de acontecimentos singulares. É uma fonte inesgotável de experiências e descobertas. Mais do que isso, a rua, o espaço público de uma comunidade, é um contexto social onde encontramos múltiplas dimensões constitutivas da vida de uma sociedade.



Bento (1998:131) refere que passado o tempo da crença na escola nicho ou espaço pedagógico protegido, hoje, é aceite a ideia de que a educação também se faz para além dos seus muros, pois é aí a realidade da vida. Quando a criança está na rua, brincando ou não, ela encontra-se inserida numa rede de relações sociais muito diversificadas, no seio do qual age e se relaciona, vivendo momentos interligados e sobrepostos de jogo, aprendizagem e socialização.

Boia (2003:163) refere que existem, no meio envolvente da escola, potencialidades no campo da formação, que não podem ser descuradas. Neste contexto, temos que reconhecer que a rua é mais um importante espaço educativo onde a criança está sujeita a uma grande diversidade de sensações, relações, experiências sociais que serão decisivas para sua formação. Todavia, não devemos esquecer que, atualmente, as crianças passam mais horas do dia em frente às televisões, aos computadores e jogos eletrónicos e pouco, ou quase nada, brincam na rua.

Segundo Morin (1999:61), a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, saber-fazer, regras, normas, interdições, estratégias, crenças, ideias, valores e mitos. São transmitidos de geração para geração. Controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Deste modo, o desenvolvimento cultural por parte das pessoas torna-se muito importante, tendo em vista acompanhar a rápida evolução da sociedade com que nos deparamos nos dias de hoje.

Sobre este assunto, Boia (2003:142) refere que a conquista da liberdade dependerá do capital cultural e escolar que o indivíduo se consiga apropriar, na convicção de que a libertação interior conseguida através da apropriação da cultura, implicando, igualmente, a libertação material.

De acordo com Fernandes (1997:86), a cultura deve ser compreendida como um campo de possibilidades de entender o mundo de um modo mais rico e, naturalmente, como um património de que somos herdeiros, facilitando o acesso à pluralidade de vias e de perspetivas que tornam o nosso mundo individual mais amplo e variado.

Para Gadotti (2000:39), uma escola que educa na cidadania deverá ter como orientações a integração entre educação e cultura, entre a escola e a comunidade, entre a educação multicultural e a comunitária, a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentar da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores.

Assim, tal escola, que educa na cidadania, preconiza um projeto que une a teoria e a prática. Ele, o projeto, constrói-se e reconstrói-se para dar resposta à diversidade, respeitando todos os intervenientes no processo educativo.

É devido a esta forma de entender a cultura que surge a necessidade de existir uma escola, com um cariz cultural, a Escola Cultural, que concilia por um lado a cultura tradicional veiculada pelo currículo oficial e, por outro lado, a cultura vivida por prazer e recreação em clubes de diversa natureza. Durante muito tempo considerou-se que a atividade lúdica da criança apenas a ajudaria a resolver conflitos internos, sendo vista, por isso, como apenas numa perspetiva psicanalítica.



Porém, foi com o aparecimento das teorias cognitivas aplicadas como a de Piaget, em 1947, e a de Vygotsky, em 1976, que se iniciou a valorização das atividades lúdica, pois, concluiu-se que tais poderiam contribuir para o desenvolvimento de competências. Contudo, foi nos finais dos anos sessenta que a atividade lúdica passou a ter um lugar de destaque nas áreas do desenvolvimento infantil e da psicologia educacional, no que diz respeito ao domínio cognitivo.

Tendo em conta a nossa experiência empírica, existem vantagens em integrar a atividade lúdica nos currículos, mesmo nos mais tradicionais, porque levam à aplicação de metodologias que alteram, não só os materiais e os programas, mas também a relação entre o professor/aluno.

A propósito do papel do ato lúdico, este representa um primeiro nível de construção do conhecimento, ou seja, o nível do pensamento intuitivo, ainda nebuloso, mas que já aponta para uma direção. O prazer e a motivação iniciam o processo de construção do conhecimento que deve prosseguir com a sua sistematização, sem a qual não se podem adquirir conceitos significativos. Com este entendimento sobre o ato lúdico foi perceptível a importância que ele tem na construção do conhecimento por parte da criança. O brincar tem um papel muito importante no processo de desenvolvimento da linguagem. Salienta, ainda, que para ser capaz de falar e de se expressar sobre o mundo, a criança precisa saber brincar com o mundo, com a mesma desenvoltura que caracteriza a ação lúdica, desenvolvendo, deste modo, o poder combinatório, não da aprendizagem da língua ou da forma de raciocinar, mas as oportunidades que têm de brincar com a linguagem e o pensamento.

Se observarmos os pré-requisitos solicitados para que as crianças possam frequentar as escolas do primeiro ciclo, acabaremos por reconhecer a importância do brincar, do lúdico. Os benefícios em termos de desenvolvimento de capacidades são enormes. Passam pela capacidade de resolver problemas, desenvolvimento da linguagem e relacionamento com os outros.

Para Martins (1994:119), a ação pedagógica não termina na relação direta enquadrada pela aula/classe, mas encontra na escola um sistema de relações, de recursos e interações com o meio social mais próximo, o qual, necessariamente, constitui, por si mesmo só, um dos vários aspetos de experiência socioeducativa.

Também sobre a necessidade da diversificação no ensino, Canário (1994:66) considera que a diversidade de práticas constitui uma condição necessária para que a escola possa dar resposta de forma positiva a públicos escolares, social e culturalmente diferenciados. Promover a diversidade significa aceitar a formação como um processo de pesquisa, em que o erro desempenha um papel importante no processo coletivo de aprendizagem.

É no dia-a-dia que a criança e o jovem se desenvolvem integralmente. As suas rotinas de vida promovem o desenvolvimento do ponto de vista emocional, social, motor, intelectual e afetivo. É no qualificar deste dia-a-dia que as políticas para a infância devem assentar e não em episódios esporádicos como os grandes acontecimentos pontuais, sociais e políticos ou as festas comemorativas, puramente, ocasionais.

Vivemos num país demasiado burocrático, que ainda exerce um controlo muito forte sobre o que se faz no ensino. Além disso, a nossa cultura, que exerce uma grande influência nas nossas práticas, não incentiva o espírito crítico, como forma de ser e de estar na vida.





Nos dias de hoje, precisamos, de acordo com Soares e Tomás (2004:145), que as crianças passem a ser consideradas cidadãs ativas e por isso tenham o direito de fazer escolhas, de tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e de influenciar e/ou partilhar a tomada de decisões dos adultos, sempre que estas de alguma forma lhes digam respeito.

Jurema (2001:15-17) refere no seu estudo sobre os Tucanos, povo indígena que habita a reserva do alto rio Negro, Amazónia, que o brincar significa viver o mundo dos seus antepassados. Cada brincadeira exalta um herói, um mito, um feito ou um simples acontecimento do quotidiano. Demonstra-nos que o lúdico, isto é, o simples divertimento de uma criança ou de um adulto, está em perfeita harmonia com o mítico. Neste contexto, o jogo é vida, porque está ligado à disputa pela sobrevivência e na manutenção viva das tradições. O jogo é uma maneira de sobreviver a todas as dificuldades que existem na selva.

De acordo com Huizinga (1990:17-18), o jogo nada mais é do que a necessidade natural de ser capaz de algo. Assim, as atividades físicas, as brincadeiras, os jogos e a aprendizagem dos conteúdos servem de preparação para as idades vindouras. Tudo pode ser transmitido para as crianças e para os jovens durante a prática da atividade física e as brincadeiras e os jogos são os principais veículos.

Nas sociedades mais desenvolvidas, a criança e o jovem tendem a perder sua originalidade lúdica. O objetivo das brincadeiras é o de reviver a vida onde a competição reflete grandes exemplos de socialização. Neste contexto, se um biólogo lamenta tanto o desaparecimento de um qualquer ser vivo, mesmo que sobrevivam outros seres, por que haveríamos de aceitar o desaparecimento da diversidade cultural? Pois, o homem sempre desenvolveu atividades lúdicas e expressou-se através das mesmas a sua cultura, os seus valores, as suas lendas, as suas danças, os seus usos e costumes, os seus jogos, enfim, a sua forma de vida.

Sentimos, diariamente, a pressão que a globalização exerce sobre nós nas mais variadas atividades, mas de uma coisa não poderemos esquecer: o movimento lúdico é a linguagem universal para as crianças e para os jovens.

Atualmente, existe uma transformação do jogo para fora da experiência corporal e criativa. Hoje, também, se joga, se corre e se luta, mas através do computador. E isto tudo com uma agravante; possuímos um botão para ligar e desligar o computador e assim não nos confrontamos com a derrota ou com a dor. A importância e valorização do jogo acontecem por uma mudança deveras importante no panorama lúdico. Segundo Garcia (1998:23), as brincadeiras de infância eram as corridas, os jogos, as lutas e a construção de artefactos para executar essas mesmas atividades, pois, o corpo estava sempre presente.

### **3. TAREFA DESCRITIVA**

A busca da identidade de um povo constitui, atualmente, “*uma quase obsessão*” (Sousa Santos,1996:168:169). Neste contexto, torna-se fulcral encontrar, na tradição, traços identificadores e aspirações para o futuro. Assim, na busca dessa identidade cultural não poderemos esquecer alguns aspetos importantes, tais como: os costumes populares, a observação e a interpretação sociológicas, a contextualização histórica e análise simbólica de todo o património cultural e, principalmente para o nosso estudo, a sua vertente lúdica.



Dentro das várias opções de observação possíveis, utilizámos, no estudo ora apresentado, a observação direta, pois a mesma permite-nos fundamentar os conceitos que abrangem a totalidade da compreensão de um facto e da própria região. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998:164), o método de observação direta apresenta-se como um método eficaz para captar os comportamentos no momento em que eles se realizam. Deste modo, foi nosso objetivo assegurar a qualidade e a confiabilidade do nosso estudo. Desta forma, realizámos um levantamento e análise de todo, ou quase todo, património lúdico açoriano, tendo como base os critérios metodológicos apresentados nos estudos de Casal (1996) e de Garcia (1993).

Contudo, não podemos esquecer que, em estudos desta natureza, a infiltração na vida quotidiana de uma população, o contacto com costumes ou a divulgação das suas experiências exigem uma abertura por parte da comunidade observada e que esta aceite culturalmente o observador, cuja diferença é denunciada pelo seu próprio estilo cultural.

No que se refere ao modelo de observação, foi fulcral a fundamentação metodológica que encontramos em Gonçalves (1992) Hérbert (1994) e Lima (1995), para uma observação direta da sociedade açoriana. Para tal, construímos de uma ficha de observação, na qual foi utilizado como princípio o plano de estudos de uma sociedade, conforme nos apresenta Mauss (1993).

Assim, o presente trabalho teve como universo da amostra a Região Autónoma dos Açores e os seus estabelecimentos de ensino. O referido estudo teve como espaço temporal o ano letivo de 2004/2005, no qual ainda existiam para além das Escolas Básicas Integradas, três Áreas Escolares (AE); AE de Ponta Delgada (São Miguel), AE de São Carlos (Terceira) e AE da Horta (Faial). Neste contexto, para a consecução do nosso trabalho, no campo prático da pesquisa, seguimos as seguintes fases:

- Contactámos, numa primeira abordagem, via ofício, todos os Conselhos Executivos dos estabelecimentos de ensino da região, seguido de um segundo contacto, via telefone, ambos com o objetivo de incentivar e de motivar as escolas para participarem no estudo. Torna-se pertinente referir que a região optou como agrupamento de estabelecimentos na forma de Escolas Básicas Integradas. Foram, também, realizados contactos direto com a realidade açoriana, em todas as ilhas do arquipélago, sendo esta fase a que dispensámos uma maior parte de tempo do nosso estudo, uma vez que não tínhamos a definição do que iríamos encontrar no decorrer da nossa recolha;

- 

- *Após recebida a devida autorização dos respetivos Conselhos Executivos, efetuámos um levantamento nas instalações de todas as escolas que possuíam a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de caracterizar todo o espaço envolvente, o(s) edifício(s) e as instalações dedicada à disciplina de Educação Física. Para este fim, foi elaborada uma ficha de observação, como também, foi fotografado todos os espaços destinados à prática da atividade física. Foi, igualmente, solicitado uma cópia do Projeto Educativo de Escola aos respetivos Conselhos Executivos;*

- *Aplicámos, in loco, um inquérito, de fácil preenchimento, aos docentes de dois níveis de ensino, sendo esta participação de carácter voluntário. Realizámos, quando foi possível, uma observação das atividades efetuadas pelos discentes nos intervalos letivos;*



- *Recolhemos toda a bibliográfica disponível da Região Autónoma dos Açores, bem como, contactamos com Bibliotecas das próprias ilhas, Instituições Culturais e Recreativas, Câmaras Municipais, Igrejas entre outros.*
- *No nosso estudo participaram 28 agrupamentos de escolas, 905 docentes, caracterizámos 188 escolas com Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e tivemos acesso a 14 Projetos Educativos de Escola.*

#### **4. TAREFA INTERPRETATIVA**

Na sequência do trabalho, após realizado todo o levantamento do Património Lúdico Açoriano existente e necessário para o estudo, e de posse dos dados recolhidos, efetuámos as respetivas análises. Utilizámos, para este fim, o modelo mais adequado, procurando extrair o verdadeiro significado do que foi observado no decorrer da nossa pesquisa etnográfica. Deste modo, no que se refere à Região Autónoma dos Açores, baseámos as nossas observações, seguindo os métodos propostos por Mauss (1993), Moreira (1994) e Lima (1995).

Assim, no que diz respeito à participação dos agrupamentos, dos 29 (vinte e nove) agrupamentos de escolas existentes na Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2004/2005, participaram no estudo 28 agrupamentos (vinte e oito), ou seja, 97% de participação.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento, ano letivo referido anteriormente, realizámos o levantamento em 188 escolas das 207 existentes, o que representa 91%. Todavia, conhecemos a realidade nos 19 (dezanove) agrupamentos de escolas existentes.

Em relação ao Projeto Educativo de Escola, apenas foi possível consultar cerca de 50%. Pese embora o nosso interesse fosse apenas saber se havia alguma preocupação com o Resgate, não só Lúdico, mas do Património Açoriano.

No tocante aos docentes, participaram no presente trabalho cerca de 905 docentes, 70% de inquiridos respondidos no universo de 1286 docentes. Esta participação só foi possível devido ao contacto direto com os docentes no seu local de lecionação, ao apoio dado por parte dos Conselhos Executivos e dos(as) Coordenador(as) de núcleo e principalmente devido às várias estratégias utilizadas para que um maior número de docentes pudessem participar e assim contribuírem de forma inequívoca.

Segundo o pensamento de Vaz e Garcia (s/d:68) "desportivizar" uma atividade é o garante da sua perpetuação e a garantia que a escola, através da disciplina de Educação Física, não vai, nem deve deixar a tradição desaparecer. Atualmente, vemos o panorama lúdico da Europa, especialmente das crianças dos países do sul, de uma maneira pessimista. A atividade lúdica sempre esteve ligada ao jogo, constituindo-se como uma experiência corporal criativa. Em todas as brincadeiras, o corpo ocupava um lugar importante. A aventura e o risco também tinham o seu lugar. Hoje em dia, tal já não acontece. O jogo infantil saiu da esfera da experiência corporal, não sendo mais do que uma experiência informática. Nós brincamos cada vez mais com o computador e menos com o corpo (Vaz e Garcia, s/d:69).



A elaboração do presente trabalho, dada a forma como foi realizado, proporcionou-nos um conjunto muito vasto de informações, desde o conhecimento *in loco* dos diversos estabelecimentos de ensino existentes em cada ilha da região, passando pelo contacto com aqueles(as) que lideram todo, ou quase todo, o processo de desenvolvimento educativo regional, tornando-se, assim, num importante Contributo para a Preservação e Resgate do Património Lúdico Açoriano.

Do estudo levado a cabo, no tocante aos objetivos pretendidos, chegamos às seguintes conclusões:

– Segundo as respostas obtidas nos inquéritos aplicados aos docentes da Educação Pré Escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico, 96% dos inquiridos afirmam que a Escola deveria encontrar soluções para o resgate do Património Lúdico Açoriano;

– Das várias formas apresentadas, é de salientar as seguintes: levantamento exaustivo através de pesquisas executadas pelos discentes, sobre a orientação dos docentes do nosso passado; intercâmbio com a comunidade local; realização de exposições com o objetivo marcante da cultura da terra e intercâmbios desportivos com jogos tradicionais;

– Em relação aos Projetos Educativos, foram consultados 50%; destes não encontramos nenhuma preocupação no Resgate do Património Lúdico Açoriano.

No nosso entender, a Escola deveria aproveitar o património cultural, em toda a sua extensão, no seu projeto educativo. Desta forma, a verdadeira ligação da Escola ao meio não seria compreendida apenas em alguns aspetos mais eruditos da cultura, ao património físico da cidade, mas também às danças e jogos tradicionais/populares. Cabe a ela a função, enquanto instituição, de revitalizar o jogo.

O estudo dos jogos tradicionais mostra uma natureza individual ou jogado em pequenos grupos, em virtude da característica dispersão das populações que lhe deram origem. Realmente, é de prever que povos que vivem em pequenos núcleos produzam jogos de tipo individual. Pensamos que é cada cultura que produz os seus jogos, pelo que mais importante que estudar os jogos é estudar a cultura que os produz.

Vivemos num tempo em que a sociedade se complexificou. Tempos difíceis. Tempos de mudança. Tempo em que o velho já deixou de dar resposta às sociais necessidades, mas, também, tempo em que o novo ainda não conseguiu um espaço de afirmação no quadro da dinâmica das ideias e na estrutura da organização social.

Numa cultura de risco como a nossa, e num momento onde a própria UNESCO apela à conservação do património cultural, cabe à escola revelar todas as suas potencialidades para se transformar num verdadeiro instrumento transformador. Essa transformação é uma necessidade, porque a linguagem desportiva é a linguagem do nosso tempo. Temos a convicção que a melhor forma de conservar uma atividade lúdica tradicional é impregná-la, também, de valores do desporto moderno.



## **6. BIBLIOGRAFIA**

- Benavente, A. *et al.* (1991): *Do Outro Lado da Escola* - Lisboa - Editorial Teorema.
- Bento, J. (1998): *Desporto e Humanismo - O Campo do Possível* - Rio de Janeiro - Editora UREJ.
- Bento, J. (1995): *O Outro Lado do Desporto* - Porto - Campo das Letras.
- Boia, J. (2003): *Educação e Sociedade - Neoliberalismo e os desafios do futuro* - Lisboa - Edições Sílabo.
- Caillois, R. (1990): *Os Jogos e os Homens - A máscara e a vertigem* - Lisboa - Edições Cotovia.
- Canário, R. (1994): "ECO: Um Processo Estratégico de Mudança". in: *Uma Escola em Mudança com a Comunidade* - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.
- Costa, A. (1993): "Cultura Desportiva e Cultura Industrial". in: *A Ciência do Desporto a Cultura e o Homem* - Porto - Universidade do Porto/Câmara Municipal do Porto.
- Costa, F. C. (1989): *Enologia dos Açores* - vol. 1 - Açores - Câmara Municipal da Lagoa.
- Elias, N., Dunning, E. (1992): *Em Busca da Excitação* - Viseu - Difusão Editorial Lda.
- Fernandes, J. (1997): "Cultura de Escola. Cultura de Rua. Que ideia de Cultura?". in: *Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos anos 2000* - Porto - Porto Editora.
- Gadotti, M. (2000): *Perspetivas Atuais da Educação* - Brasil - Artmed Editora.
- Garcia, R. (1998): *Da Desportivização à Somatização da Sociedade* - Lição de Síntese apresentada com vista à obtenção do título de Agregado - Porto - FCDEF/UP.
- Garcia, R. (s/d): *Desporto: Uma Perspetiva Cultural* - Porto - FCDEF/UP - (Documento ainda não publicado).
- Giddens, A. (1999): *Para Uma Terceira Via* - Lisboa - Editorial Presença.
- Huizinga, J. (1990): *Homo Ludens* - 2ª edição - Brasil - Edições Perspetiva.
- Jurema, J. (2001): *O Universo Mítico-Ritual do Povo Tucano* - Brasil - Editora Valer.
- Lévi-Strauss, C. (2000a): *Mito e Significado* - Lisboa - Perspetivas do Homem/Edições 70.
- Martins, M. (1994): "Espaços Educativos e Percursos de Formação". in: *Uma Escola em Mudança com a Comunidade* - Lisboa - Instituto de Inovação Educacional.
- Martins, R. S. (1989): "Os Processos Criativos e as Origens do Povoamento". in: *Oceanos* - Lisboa.
- Morin, E. (1999): *Os sete saberes para a Educação do Futuro* - Lisboa - Instituto Piaget.
- Patrício, M. (1997): *A Escola Cultural e os Valores* - Porto - Texto Editora.
- Sousa Santos, B. (1996): *Plena Mão de Alice* - Porto - 5ª edição - Edições Afrontamento.
- Soares, N e Tomás, C. (2004): "Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância... Os Intrincados Trilhos da Ação, da Participação e do Protagonismo Social e Político das Crianças". in: *Crianças e Miúdos - Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação* - Porto - Edições Asa.

---

## **16. ONÉSIMO T. DE ALMEIDA [Onesimo\\_Almeida@Brown.edu](mailto:Onesimo_Almeida@Brown.edu)**

Brown University, professor catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros

Natural do Pico da Pedra (1946), vive desde 1972 em Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos. Doutorado em Filosofia pela Brown University, é professor catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros daquela Universidade e leciona ainda no College of Liberal Learning, um departamento interdisciplinar da mesma



universidade. Publicou mais de vinte livros sobre temas diversos e tem centenas de artigos dispersos em volumes coletivos, revistas e publicações variadas. Recentemente saiu o livro de dia-crónicas "Livro-me do Desassossego" (Lisboa, Temas e Debates).

Trabalho final não enviado

## LUSOFONIA E MODERNIDADE – ANTIGOS CONFLITOS E ACTUAIS DESAFIOS

A série de transformações ocorridas nas últimas décadas na língua portuguesa, nomeadamente pela absorção de uma vasta gama de vocabulário anglo-americano, é um sinal revelador de que algo mais profundo ocorre a nível mais profundo na cultura portuguesa e de que as manifestações linguísticas são apenas um reflexo.

A decantada questão da modernidade adiada pelo alinhamento de Portugal na Contrarreforma, no sentido inverso da modernidade então nascente, será aqui retomada para se avaliar até que ponto as duas visões do mundo se ajustam ou desajustam de modo a identificar-se os conflitos inerentes e as possibilidades de harmonização.

---

### 17. C. VALADÃO SERPA

Professor de Língua e Cultura Portuguesa na *University of Massachusetts Boston* e de Psicologia na *Cambridge College*. Investigador e escritor, doutorado em História e especializado em Psicologia de Aconselhamento na *Lesley University* e em Técnicas de Mediação na *Harvard University*.

Autor de várias obras incluindo *A Gente dos Açores*, um dos três primeiros livros de Língua Portuguesa selecionado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para transcrição em Braille.

Foi membro da "International Network of Scholars on Family-Community-School" da *Boston University*. Colaborador de vários jornais e revistas, orador e conferencista. Presidente da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso dos Portugueses na América realizado na *Harvard University* em 1973.

Trabalho final não enviado

### A LÍNGUA COMO MENSAGEM CULTURAL

Na nossa comunicação, apresentaremos a língua como veículo primário de transmissão dos valores específicos de um povo, o que professa e acredita, o que realiza e aspira. Como memória viva da consciência coletiva de qualquer grupo humano, a língua - no caso concreto o idioma luso - será alvo de uma reflexão crítica, no contexto da imigração açoriana nos EUA.

[Regressar página inicial](#)